



SOCIEDADE
e
ESTADO

VOLUME XIII - NÚMERO 1
JANEIRO • JULHO 1998



URBANO

Novos olhares sociológicos

SOCIEDADE
e ESTADO

COMITÊ EDITORIAL

Brasilmar Ferreira Nunes
Maria Lúcia Maciel
Maria Angélica Madeira
Eurico A. G. C. dos Santos
Caetano E. P. de Araújo

CONSELHO EDITORIAL

Alice Rangel de Paiva Abreu
Barbara Freitag Rouanet
Bruno Lautier
Carlos Benedito Martins
Cesar Barreira
Elimar Pinheiro do Nascimento
Fernando Correia Dias
Gabriel Cohn
Gilberto Velho
Hélgio Trindade
Ivan Sérgio Freire de Souza
José Vicente Tavares dos Santos
Lúcia Lippi de Oliveira
Mike Featherstone
Otávio Guilherme Velho
Renato Ortiz
Silke Weber
Vilma de Mendonça Figueiredo
Wanderley Guilherme dos Santos

PARECERISTAS

Aldo Paviani
Ana Cristina Fernandes
Christiane Girard Ferreira Nunes
Deis Siqueira
Denilson Lopes
Luis Antonio Machado da Silva
Márcia de Mello Martins Kuyumjian
Maria Salete Kern Machado
Mariza Veloso Motta Santos
Roberto Sabato Cláudio Moreira
Silvio Zanchetti
Tamara Tania Cohen Egler

Distribuição: EDUNB
Editora EDUNB
CEP: 70910900
Tel.: (061) 307-2389

Programa de Apoio a Publicações Científicas

MCT

 **CNPq**

 **finep**

SOCIEDADE
e ESTADO

URBANO
NOVOS OLHARES SOCIOLOGICOS

VOLUME XIII
NÚMERO 1
Janeiro-Julho
1998

**SOCIEDADE
e ESTADO**

Revista semestral de Sociologia
Volume XIII, número 1, Janeiro-Julho 1998

Impresso no Brasil sob a responsabilidade do
Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília
Campus Universitário - Asa Norte
70910-900 - Brasília - Distrito Federal

Copyright © 1987 by Departamento de Sociologia da UnB
É permitida a reprodução dos artigos desde que se mencione a fonte.
A Revista não se responsabiliza pelo teor dos artigos assinados.

EDITOR

Brasilmar Ferreira Nunes

PREPARAÇÃO DE TEXTOS

Rosemar Bertelli

EDITORIAÇÃO

Charles Anderson Rebouças

CAPA E PROJETO GRÁFICO

Sabrina Lopes

Obs.: A preparação de textos dos volumes XII nº 1-2 de 1997
foi realizada por Rosemar Bertelli.

ISSN 0102-6992

Sociedade e Estado/Departamento de Sociologia da Universidade de
Brasília - Brasília: O Departamento, 1986 - v.: 20 cm

Semestral

1. Sociologia 1. Universidade de Brasília - Departamento de Sociologia

CDU 301:321(05)

SUMÁRIO

Editorial

O Editor, 7

Apresentação

Brasilmar Ferreira Nunes, 9

Artigos

Por uma política urbana-regional

Marília Steinberger, 19

Ações coletivas na sociedade contemporânea e o paradigma das redes

Ilse Scherrer-Warren, 55

Ciberespaço: novas formas da interação social

Tamara Tania Cohen Egler, 71

Mutações no tecido urbano: ângulos da ação social

Ana Clara Ribeiro, 89

Representações e regulações estatais da pobreza na América Latina

Bruno Lautier, 103

A cidade em *close up* – imagens e apropriações do espaço em campanha eleitoral

Irlys Alencar Firmo Barreira, 135

Urbanização no Portugal de hoje: o caso de Lisboa

Bárbara Freitag Rouanet, 163

Gonzaga de Sá, um *flâneur* com “pés-de-chumbo”: cidade e modernidade em Lima Barreto

Maria Cristina C. Machado, 189

Gaston Bachelard e o imaginário das cidades: imagens da construção de Brasília

Márcio de Oliveira, 225

Resenhas

Brasília: A construção do cotidiano, de Brasilmar Ferreira Nunes (Org.)
por *Lúcia Cony Faria Cidade*, 243

Não lugares – introdução a uma antropologia da supermodernidade,
de Marc Augé,
por *Carlos Antônio M. C. Buenos Aires e Livia F. F. Borges*, 253

A produção do espaço urbano, de Mark Gottdiener
por *Ana Elisabete de A. Medeiros*, 261

Notas de Pesquisa

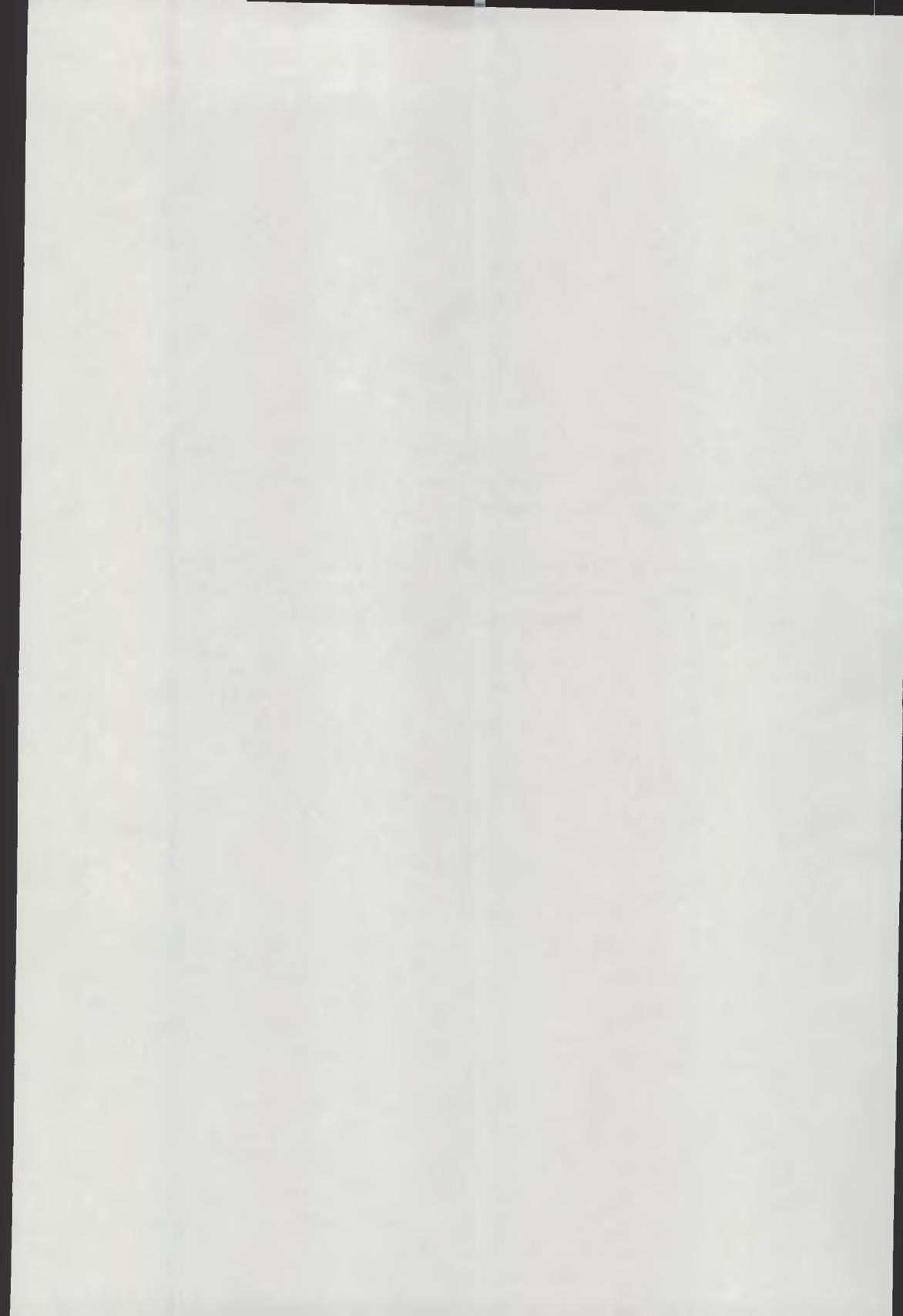
*Estrangeiros em São Paulo: alteridade e território nos novos tempos
globais*
Maura Pardini Bicudo Vêras, 273

Editorial

O presente número temático da “Sociedade e Estado” debruça-se sobre a problemática urbana privilegiando olhares atuais segundo tendências mais recentes dentro das ciências sociais.

Integra-se assim à opção da “Sociedade e Estado” em privilegiar temas para reflexão acadêmica a partir de abordagens originais face às transformações que vêm sendo vividas pelas sociedades neste fim de milênio.

O Editor



À guisa de apresentação: a permanente atualidade da sociologia urbana

Dentro das ciências humanas, colocar a cidade como um objeto significou um enorme esforço e exigiu uma multiplicidade de olhares, todos significativos. No Brasil temos também uma certa tradição em pensar a cidade e a questão urbana. O enfoque utilitarista prevaleceu na maioria das análises feitas, condicionando a compreensão do caráter político da urbanização. De fato, a produção intelectual condicionou-se às evidências empíricas de que a transferência da população do campo para as cidades apresentava aos nossos olhos, o que se traduzia nas carências absolutas de condições materiais básicas para uma vida numa cidade. Implícita ou explicitamente a noção de *déficit* permeava as análises: faltava água, esgoto, transporte, habitação, saúde, educação, numa infindável listagem de bens coletivos que têm que estar presentes quando se vive em uma aglomeração. Esquecia-se, muitas vezes, de que a urbanização brasileira se efetivou num período de tempo extremamente curto comparado, por exemplo, àquele secular vivido pela Europa. Em três décadas passamos de uma sociedade a dominante agrária para uma outra, urbana/industrial: em tais condições, são absolutamente esperados os *déficits* nos estoques de infra-estrutura urbana.

Se retornarmos no tempo iremos perceber que nesta produção intelectual se privilegiava o papel do Estado como o agente responsável pela oferta destes bens à população. É possível perceber também que havia nas análises um enfoque quase que absoluto no estudo das ações do poder executivo. Talvez porque logo no início dos anos 60 o país estava entrando no regime militar com restrições enormes aos poderes legislativo e judiciário, condicionando as reflexões sobre nossa realidade, numa postura de resistência à *ordem* então estabelecida.

Entretanto, a criação do SERFHAU, ainda nesta época, já dava mostras de que a lógica da burocracia iria permear as ações do executivo inserida que estava numa concepção autoritária da ação estatal. Insistia-se na necessidade de ordenar o processo social segundo o princípio de que só assim se poderia evitar problemas provocados pela anarquia do mercado. A prática do planejamento caía aí como uma luva. Vivíamos então os resultados positivos

do Plano de Metas e a economia dava sinais de um crescimento seguro e permanente. O Estado, pouco a pouco, passou a assumir a responsabilidade pela oferta da infra-estrutura urbana, afastando a iniciativa privada dos setores ditos estratégicos. Abria-se assim o caminho para a ambigüidade — dita inerente — da política urbana: iludiamos-nos com a perspectiva de que a estatização da oferta dos serviços coletivos poderia significar passos importantes na construção de um Estado do Bem-Estar, nos moldes do paradigma europeu.

* * *

O que se viu a seguir foi um distanciamento cada vez maior entre a sociedade e o Estado quanto à política urbana. Salvo o exemplo já clássico do BNH, que financiou às custas do FGTS todo o estoque de apartamentos para uma classe média então ascendente, as ações para o restante da população se restringiam a uma expansão aritmética na oferta dos serviços coletivos para uma população urbana que crescia geometricamente. Neste quadro, a produção do espaço urbano deixou de ser um assunto de interesse apenas de acadêmicos e tecnocratas e adquiriu uma ambivalência ímpar: ao lado de uma politização crescente das populações excluídas dos benefícios da urbanização, grandes negócios passam a serem responsáveis pela movimentação de vultosa massa de capital.

O modelo de desenvolvimento então em vigor se calcava na indústria que preferencialmente se localizava nas maiores cidades, exatamente pela disponibilidade de mão-de-obra. A excessiva concentração populacional em poucos centros terminou por escancarar uma outra obviedade: população migrante é população à procura de emprego e este está onde o capital está. Até então, um sempre precisou do outro. A angústia que permeava a visão da tecnocracia se refletia numa constatação do óbvio: por mais que se fizesse, os *déficits* eram sempre crescentes, parecendo indicar que a solução do problema estava, no mínimo, mal formulada. As cidades continuavam a crescer desordenadamente, a população continuava a deixar o trabalho agrícola, as metrópoles passavam a ser sinônimo de violência, poluição com baixa qualidade de vida para parcelas enormes da população nelas residentes.

Assim, a presença do Estado na gestão deste espaço urbano termina por politizá-lo. Se fizermos um balanço dos processos políticos que foram responsáveis pela queda da *ordem* militar no comando do Estado iremos comprovar que estes se originaram, na maioria dos casos, nas grandes cidades industriais e nestas origens estavam respaldados pelas péssimas condições de

vida dos moradores em suas áreas pobres. A visibilidade dos problemas cotidianos destas classes pobres nas cidades está na origem do aparecimento dos movimentos sociais urbanos, bases de todo o movimento de organização dos trabalhadores no país. Assim, de um lado o arrocho salarial nas fábricas terminou por induzir uma moderna estrutura sindical nos grandes centros; de outro, o espaço da moradia dos assalariados escancarava a exclusão destes do processo social em curso. Revela-se assim a íntima relação do mundo do trabalho com o mundo do não trabalho complexificando o fazer política na sociedade brasileira: novos atores entram em cena trazendo novos parâmetros para o exercício da democracia em nossa sociedade.

Por outro lado, a origem da intervenção “racional” do Estado na produção do espaço urbano significou uma expansão de mais um campo de atuação do poder público na realidade. De fato, o Estado sempre tratou de garantir um mínimo de infraestrutura às cidades. Entretanto, se retornarmos no tempo esta entrada atendia principalmente às demandas de condições de funcionamento de unidades industriais e a algumas ações que respondiam às expectativas de conforto por parcelas restritas das classes dominantes.

É importante lembrar que até a década de 30 deste século eram os empresários que se responsabilizavam pelos itens de reprodução de seus trabalhadores, fornecendo moradia, saúde, educação, etc. A passagem desta responsabilidade para o Estado é um processo que vai se dar sobretudo a partir do estabelecimento do salário mínimo nas relações entre patrões e empregados, refletindo uma diminuição no custo de reprodução destes trabalhadores. Cumprindo a lei do salário mínimo, isentavam-se da necessidade de oferecer os serviços coletivos, isto em um momento em que a indústria cada vez mais se firmava como eixo de uma acumulação e se iniciava esta epopéia que foram os fluxos migratórios do campo para a cidade no Brasil.

Esta questão e suas implicações já foram suficientemente estudadas e, salvo alguns poréns, há consenso nas explicações formuladas. Ao mesmo tempo ela é ilustrativa do fato de que a intervenção estatal em nossas cidades não foi, na sua origem, resultado de elocubrações de algum esquerdista raivoso. Pelo contrário, ela atendia e atende a interesses precisos de setores do capital que se beneficiam deste fato. Devemos nos lembrar que mesmo se o capital industrial repassa para o Estado a responsabilidade de reprodução do trabalho isto não vai significar um afastamento absoluto do capital em geral de seus interesses na reprodução. Ao contrário, é uma nova fracção do capital — o imobiliário — que aparece transformando a produção do urbano em um novo espaço da acumulação. Os economistas urbanos da corrente marxista já discutiram este ponto em seus detalhes mais precisos.

* * *

Outro aspecto que também merece mais detalhe é a questão da politização do espaço urbano à qual já fizemos referência acima. A cidade é, de fato, um lugar de tensões de toda ordem. De um lado, trata-se de um espaço que traz uma visibilidade absolutamente primorosa da sociedade. Neste sentido, trata-se de um lugar da *consciência primária* da realidade social, pois ele escancara no dia-a-dia as desigualdades e as diferenças num processo defetichizador dos discursos ideológicos da igualdade. Esta característica não se resume apenas às evidências no nível do acesso a bens materiais de consumo. Isto seria talvez o nó górdio desta visibilidade, difícil, ou mesmo impossível, de esconder. A sociologia urbana já teorizou com competência este aspecto. Ao lado dele, é na percepção subjetiva da realidade que o fenômeno urbano atinge a sua complexidade maior. Senão, vejamos:

Os estímulos cotidianos aos quais estamos submetidos quando vivemos nas cidades atuam como indutores de ideologias em permanente mutação. Submetidos a um literal bombardeio de estímulos múltiplos, diversificados, é impossível ficar ausente, mantê-los à distância. A vida urbana situa-se, portanto, entre as tensões que a constituem: tensões entre a distância e a proximidade, entre a localização e a mobilidade, entre a heterogeneidade e a integração, entre as linhas de força que comandam o futuro das cidades e a gestão coletiva das questões urbanas. Por outro lado, a vida urbana é, toda ela, calcada sob o signo da mobilidade: migrações, mobilidades residenciais, deslocamentos diários decorrentes da especialização dos espaços, etc. Estes fatores de mobilidade são indutores de desestabilizações, de certezas, de pertencimento. Mas eles são também os meios e os signos de adaptações mais ou menos viabilizadas das exigências de um indivíduo urbano.¹

E esta é uma característica à qual todos nos submetemos, independente do *status* econômico ou social. É em decorrência dela que podemos considerar a urbanização da sociedade como o fato cultural por excelência da era moderna, que vai atingir o seu apogeu neste fim de século com a chamada revolução tecnológica.

O processo de urbanização tende a afetar de forma muito mais ampla o conjunto das atividades sociais, das populações e dos espaços. Este movimento

¹ O texto de G. Simmel: A metrópole e a vida mental publicado na coletânea "O fenômeno urbano", org. por Guilherme Velho (Zahar, Rio de Janeiro, 1979) é uma excelente referência a este ponto.

em vias de generalização impregna as condições de existência, as maneiras de viver e as mentalidades, até mesmo nas pequenas cidades rurais, que podemos ainda classificar de tradicionais. As pessoas são diferentes dentro da ótica neo-liberal: são produtos da educação, criaturas da cultura e, por isso, dóceis e flexíveis, passíveis de serem reformadas. O sentimento dominante neste modelo

é a sensação de um novo tipo de incerteza a respeito da futura configuração do mundo, da maneira correta de viver nele e pelos quais julgar os acertos e erros na maneira de viver.²

Justamente, é a revolução cultural quem vai capitalizar este fenômeno, investindo maciçamente na inovação dos meios de comunicação, gerando aqui também um setor, até então original, da acumulação, a chamada indústria do entretenimento, por sinal uma das mais dinâmicas neste fim de século. Assim, o argumento aqui vai no sentido de reafirmar que é graças às cidades que se tornou possível a socialização dos indivíduos em uma escala até então inatingida e, *pour cause*, elas estão na essência daquilo que se quer como sociedade, hoje através de “efeito-demonstração” construído virtualmente.

Não se trata de descartar a vida rural tal qual a imaginávamos. Mesmo porque aquele mundo está restrito às memórias de nossos ancestrais, haja vista a generalização do *modo de vida urbano* para o território no seu conjunto. O que sobra vai sendo tratado como um fenômeno *exótico* que corresponde ao filé *mignon* da indústria do turismo nas nossas regiões tropicais. Isto porque são a excessão de uma tendência inexorável que é a generalização das relações mercantis/monetárias, condição básica para a existência da mercadoria. As contradições que, porventura, existem entre o mundo rural e o mundo urbano não resistem a uma análise mais acurada que vai mostrar que, se diferenças existem entre os dois, estas se devem mais a estruturas de poder arcaicizantes que insistem em manter populações inteiras alheias às vantagens que o sistema pode oferecer, o que, para o caso brasileiro, encontra no mundo rural a sua manifestação mais crua.

Ao mesmo tempo, no caso de regiões ou países ainda em posição de subordinação frente àquelas economicamente mais avançadas caberia ressaltar dois pontos: de um lado, a nossa enorme heterogeneidade sócio-econômica condicionando uma inserção *atravessada* no sistema, manifestada sobretudo no padrão desigual de consumo de bens e serviços disponíveis; de outro lado,

² Ver a este respeito o excelente trabalho de Zygmunt Bauman: “O mal-estar da pós-modernidade”, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1998.

um grau de informação sofisticado que em escalas distintas alcança os mais distantes pontos dos territórios nacionais através sobretudo da chamada mídia eletrônica que transmite imagens de mundos fantásticos valorizando um padrão de vida cosmopolita, urbano. Aqueles indivíduos impedidos de participarem do jogo consumista são tratados como “objetos fora do lugar”, incapazes de serem considerados indivíduos “livres”. Muitos dos chamados Estados Nacionais não passam de “quase Estado” com soberanias precárias. O processo de globalização é que se manifesta de maneira desigual, no sentido em que enfraquece alguns Estados e fortalece outros. Entretanto nada disso remete à tese da extinção do Estado. Este apenas renuncia ao seu papel de regulação restringindo-se a uma única função: a desregulamentação torna-se um fim em si, e não um meio (estabiliza-se para continuar estável). Os efeitos acabam sendo perversos: exclusão, concentração, centralização. Para a legitimidade ideológica desta função o argumento é o “ajuste” por trás do qual se pressupõe que os efeitos indesejáveis e perversos são transitórios. No limite esta situação conduz a um mobilismo, ou seja, os efeitos perversos continuam se reproduzindo.

* * *

O fenômeno é hoje global. Os chamados bens duráveis de consumo, dentro dos quais se incluem os aparelhos de TV, os rádios, os vídeos, etc. se transformam em bens de consumo de massa, desejados pôr todos os grupos sociais, independente de seus níveis de renda. De fato, a integração ao mercado e, logo, ao sistema, vai se fazer muito mais por uma *sensação* do que por uma participação em benefícios sociais daí advindos: é toda uma concepção estética que se adequa a uma realidade virtual recriando valores, comportamentos, ideologias.

Trata-se aqui de um processo de *dominação passiva* longe dos modelos analíticos mais tradicionais calcados na exploração do trabalho pelo capital. Naqueles modelos, discutiu-se muito a exploração capitalista como inerente às relações sociais; alguns autores avançaram o argumento segundo o qual havia uma falsa ilusão de liberdade no interior das relações de trabalho, mas que no essencial os mecanismos de exploração eram parte efetiva no trabalho assalariado. Era a chamada abstração real que necessitava de uma dose elevada de conscientização para poder ser captada. Trata-se aqui de um ponto capital na produção intelectual das ciências sociais, especialmente em sua vertente marxista. Mesmo neste caso, o fenômeno visto como um movimento global não pode mais ser explicado única e exclusivamente dentro dos

pressupostos do marxismo. As práticas de dominação se aperfeiçoam constantemente, ultrapassando a capacidade explicativa dos arcabouços teóricos clássicos.

Hoje nesta *dominação passiva* o sujeito deixa de ter uma autonomia que lhe permite certa capacidade de resistência frente à estrutura de dominação existente: passa agora a receber estímulos do sistema que terminam por ser incorporados à sua forma de ser. O individualismo como prática de vida encontra aí a sua expressão mais pura, criando espaço para uma ideologia antiga, travestida de modernidade, comsubstanciando o neo-liberalismo. As transformações em curso abarcam o conjunto da vida social, alterando as próprias personalidades individuais: estas tornam-se flexíveis adaptando-se à própria flexibilização do mercado de trabalho. Pode-se argumentar, nesta linha que identidades individuais sólidas terminam por encontrar maiores dificuldades de adaptação no mundo hoje. O resultado é a criação de identidades flexíveis, maleáveis, adaptáveis. Implanta-se assim um novo sistema de idéias que, na essência, não traz muito de original. Não há, por exemplo, diferenças essenciais entre o liberalismo clássico e a sua versão mais recente; o que muda são as circunstâncias em que ambos acontecem. Entretanto, antes como agora enfatiza-se a necessidade de despolitizar a vida, sob a argumentação de que a regulação de cotidiano se daria via mercado. De fato, o indivíduo *blasé* de Simmel acaba encontrando o seu ambiente ideal.

Neste cenário, que tem no espaço urbano o seu *locus*, as teses do liberalismo clássico vão estar dependentes de certas circunstâncias que dependem da possibilidade de se contrapor a um conjunto de doutrinas que até então eram hegemônicas (marxismo, Welfare-state, cooperativismo, sindicalismo, etc.). O significativo, além do mais, é que esta nova hegemonia não se restringe mais apenas à economia mas abarca agora, também e sobretudo, a cultura. Consolida-se assim um pensamento hegemônico em matéria econômica e social como *pensamento único*. Esta expressão não é uma mera especulação intelectual, na medida em que se trata de um pensamento levado à prática em políticas públicas concretas. Em outros termos, não se trata de uma escola de pensamento, mas principalmente de uma forma de atuar e de ordenar funcionalmente a sociedade.³

* * *

³ Conforme Marques-Pereira, Jaime: *La Pensée Unique en Amérique Latine* - Institut des Hauts Etudes de l'Amérique Latine, Paris, 1976, mimeo s/ referência.

A atual fase da globalização, em que o poder de Estado foi minado em importantes aspectos de sua dimensão, foram recolocadas velhas questões. A dominação, por exemplo, deixou de apresentar no Estado o seu *locus* principal. Mais do que isso, a própria idéia de nação deixou de se constituir em uma referência cultural na medida em que todas estão sujeitas a uma gama enorme de influências, uma parte delas absolutamente incontrolláveis pelo Estado. O território físico deixou de estabelecer seus limites, suas fronteiras, pois são múltiplas as influências que ele recebe e não controla. Hoje, de nossa casa, sabemos o que se passa no mundo todo no momento em que as coisas ocorrem numa reversão absoluta dos parâmetros de tempo e espaço.⁴ O fenômeno ultrapassa em anos-luz as teses do imperialismo, tão caras aos marxistas, para explicarem a expansão do sistema capitalista ainda no início deste século. As sociedades nacionais se transformam em globais, o multiculturalismo ocupa o lugar da cultura única e a nacionalidade apresenta tendências a desaparecer tal e qual fizemos com culturas pré-colombianas que permanecem em alguns casos como folclore de um passado sem retorno. Mais uma vez as cidades aparecem como laboratório privilegiado desse processo.

Mesmo assim sendo, a perspectiva (ou utopia) de um mundo onde se generalize uma acessibilidade unicamente programada significará, de certa forma, a morte da cidade, como nota o antropólogo Ulf Hanners:

a acessibilidade urbana, hoje como no passado, é parcialmente planejada mas também parcialmente aleatória. Esbarrar com alguém que não conhecemos, assistir a cenas que não previmos, eis aí as experiências que, sem dúvidas, não são nem úteis nem agradáveis, mas que têm suas conseqüências particulares tanto sobre o plano pessoal como sobre o plano social e cultural... o fato de que encontramos, por acaso, alguma coisa mesmo quando não a procurávamos, é talvez uma aptidão que privilegia a vida urbana.⁵

Viver sob condições de esmagadora incerteza é uma experiência inteiramente distinta da de uma vida subordinada à tarefa de construir a identidade, e vivida num mundo voltado para a constituição da ordem. Esta gama de transformações que encontram no urbano a sua manifestação concreta recoloca questões teóricas absolutamente originais.

É neste profundo processo de transformações na sociedade que deve ser inserida a reflexão sobre o fenômeno urbano. Se de certa forma ele

⁴ A este respeito ver o livro *O que é virtual* de Pierre Lévy, São Paulo: Editora 34, 1996.

⁵ Ulf Hanners - *Explorer la ville*, traduzido e apresentado por Isaac Joseph, Paris, Editions de Minuit, 1983, pag. 154 (Tradução nossa).

permanece como fenômeno aparentemente imutável — é sempre do deslocamento da população no território que se trata — na essência trata-se de decodificar algo novo e original, que a vida urbana está a indicar tendências. Retrospectivamente, foi a procura de uma “cultura urbana” que conduziu as reflexões da chamada *Escola de Chicago* nos anos 20 deste século; pois bem, guardadas as proporções, a questão continua impregnada de uma atualidade ímpar. Ao mesmo tempo, a sociologia vem se mostrando capaz de incorporar às suas preocupações as mutações sociais da contemporaneidade: dentro de seus quadros analíticos redefinem-se temas e metodologias. Este movimento termina por evidenciar justamente a irreversibilidade de olhares múltiplos das ciências humanas sobre os fenômenos societários. Pois bem, multidisciplinaridade e interdisciplinaridade sempre caracterizam o campo dos estudos urbanos.

* * *

O presente número temático de *Sociedade e Estado* debruça-se sobre este caleidoscópio que é o fenômeno urbano. Os artigos selecionados cobrem diferentes dimensões do espaço procurando trazer aos estudiosos desta problemática alguns olhares possíveis e atuais que podem enriquecer o *campo* da sociologia urbana, sem sequer a remota intenção de cobrir a totalidade destas possibilidades.

A estrutura do presente número poderia ser assim sintetizada:

O texto da professora Marília Steinberger da Universidade de Brasília resgata as propostas da política urbana/regional no Brasil nestas últimas décadas e lança elementos que nos permitem perceber a importância estratégica que a organização do espaço urbano e seus agentes tiveram na formação social do Brasil, importância esta, aliás, até hoje presente.

O professor Bruno Lautier (IEDES - Paris) apresenta-nos uma síntese crítica do debate sobre a pobreza na América Latina especialmente os seus efeitos sobre as políticas formuladas e implementadas para contornar este grave problema em nossas sociedades. Em se tratando de um tema que se coloca como pano de fundo a uma gama enorme de estudos urbanos entre nós, sua atualidade é inquestionável.

As professoras Ilse Scherrer-Warren (UFSC), Tamara Tania Cohen Egler (IPPUR-UFRJ) e Ana Clara Torres Ribeiro (IPPUR-UFRJ) apresentam artigos que apontam para novas abordagens sociológicas sobre o fenômeno urbano, sobretudo face ao novo paradigma técnico-científico que está redefinindo a vida em sociedade. É inegável a influência deste paradigma no

mundo contemporâneo, o que nos coloca a exigência intelectual de refletir sobre sua lógica e seus efeitos na vida urbana moderna.

Na seqüência os textos das professoras Irllys Alencar Firmo Barreira (UFC), Bárbara Freitag Rouanet (UnB), Maria Cristina C. Machado (UFGO) e Márcio de Oliveira (UFPR) refletem sobre a cidade a partir de olhares diversos mas todos com a mesma intensidade, são artigos que vão desde a reflexão sobre a cidade em momentos específicos (campanha eleitoral), a sua presença nas entrelinhas da literatura, as suas transformações, face aos novos processos culturais mundializados e o imaginário que decorre da vida nas cidades.

Finalmente o texto da professora Maura Vêras (PUC-SP) estuda os nexos mundiais espaciais/urbanos que se dão no interior das grandes metrópoles mundiais neste fim de século. O tema é também oportuno e, em se tratando de um estudo ainda em elaboração, nos permite somar às reflexões que estão na vanguarda dos estudos urbanos neste fim de século no Brasil.

Caberia, enquanto organizador deste número um agradecimento especial à professora Maria Lucia Maciel de nosso Departamento, que com a sua enorme paciência e gentileza se responsabilizou pela revisão de todos os textos aqui presentes e muito nos estimulou com suas críticas e observações sempre oportunas.

Brasilmar Ferreira Nunes

Organizador

Por uma política urbana-regional

Marília Steinberger*

Resumo. O trabalho parte de um resgate crítico das recentes políticas urbanas e regionais, de âmbito nacional, propostas entre 1962 e 1985, mostrando que daí em diante elas foram excluídas da agenda do Poder Executivo da União. A principal indagação é por que isso ocorreu? Para responder, realiza-se uma releitura histórica, ilustrada com o período colonial, que aponta a existência de políticas urbanas e regionais “de fato”, implícitas nas políticas de colonização. Tal releitura adota um método de análise que identifica as “personagens” detentoras do poder político-econômico e como seu poder se materializou espacialmente por meio de uma lógica que deu origem à construção dos espaços urbanos e regionais. Conclui-se que as políticas urbanas e regionais recentes, ao desconsiderarem esse poder, foram “pseudo-políticas”. Por fim, ressalta-se que, historicamente, os “personagens-atores” das políticas “de fato” se fizeram presentes, simultaneamente, no espaço urbano e regional, razão pela qual lança-se para debate a idéia de uma política urbana-regional.

Palavras-chave. Espaço urbano, políticas regionais, ordenação territorial, desenvolvimento urbano, planos nacionais.

INTRODUÇÃO

As políticas urbanas e as políticas regionais, de âmbito nacional, foram oficialmente incluídas e excluídas da agenda governamental do Poder Executivo da União, por meio dos Planos Nacionais, em um curto intervalo de tempo decorrido entre 1962¹ e 1985. Por que isso ocorreu?

* Marília Steinberger é professora do Departamento de Geografia da Universidade de Brasília. A versão original deste “paper”, intitulada “A quem interessa uma política urbana hoje?”, foi apresentada no Grupo de Trabalho Estudos Urbanos do XX Encontro da ANPOCS, realizado em outubro de 1996. Esta versão introduz algumas modificações, embora seu conteúdo básico seja o mesmo.

¹ Estamos adotando 1962 como marco inicial dessas políticas porque este foi o ano da edição do Plano Trienal (também conhecido como Plano Celso Furtado), o primeiro plano nacional a fazer uma referência explícita à política regional, embora saibamos que ele não foi implantado.

Alguns analistas explicam o desaparecimento dos discursos dessas políticas devido à descentralização, presente na Constituição de 1988, e à crise do planejamento tradicional, irrompida na década de 80. Embora esses dois motivos possam ter gerado um questionamento do modelo de políticas urbanas e de políticas regionais adotado naquele período, eles não significaram uma desqualificação da importância do espaço urbano e do espaço regional, de *per si*. Ao contrário, a continuidade de investimentos federais, de peso, sobre os mesmos, independente da existência de tais políticas, é o maior exemplo da sua relevância.

Nosso objetivo aqui é identificar o que têm sido, em termos históricos, as “políticas urbanas e regionais de fato”, mostrando que as formuladas no breve período acima citado eram “pseudo-políticas”, razão pela qual foram facilmente descartadas.

Para tanto, no texto que se segue, vamos, numa primeira parte, resgatar o uso corrente das expressões “política urbana” e “política regional” no Brasil e apontar as inquietações que elas nos trazem hoje. Em seguida, realizaremos uma releitura da História do Brasil para entender a origem desse tipo de políticas, reportando-nos ao período colonial em busca das raízes da construção do “espaço urbano-regional”. Com esse subsídio da História, encerramos este trabalho, lançando para debate a idéia de uma “política urbana-regional”.

UM RESGATE DAS POLÍTICAS URBANAS NACIONAIS

No Brasil, tornou-se lugar comum, entre técnicos e acadêmicos da área de planejamento urbano, falar sobre política urbana, a partir de meados da década de 60. Trabalhos seminiais, como os de Modesto (1965), Wilhelm (1967, 1969), Costa (1969, 1972), Tolosa (1972, 1973, 1977) e Barat (1973, 1976), entre outros, advogavam a necessidade de uma política urbana nacional. Consideravam que boa parte das dificuldades de implantação das experiências de planejamento urbano que vinham ocorrendo no país, em geral ligadas à elaboração de planos diretores municipais², deviam-se à ausência dessa política, entendida como um referencial maior, capaz de nortear as ações urbanas, até então pontuais.

O ano de 1974, quando se editou o item “Política de Desenvolvimento Urbano”, no capítulo “Desenvolvimento Urbano: Controle da Poluição e

² Um levantamento dessas dificuldades foi apresentado, na tese de Mestrado da autora “Planejamento local integrado: uma fase necessária ao desenvolvimento urbano planejado” (COPPE/UFRJ, 1976), em especial, nos itens: *Críticas ao planejamento municipal realizado até 1966*, pp. 57-60 e *Avaliações já realizadas*, pp. 133-148.

Preservação do Meio Ambiente” do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND)³, tem sido “sagrado” como marco temporal da nossa primeira política urbana nacional. Antes disso, alguns autores admitiam que já existia um conjunto de iniciativas em relação ao meio urbano, as quais, somadas, constituíam o que denominaram uma “política urbana de fato”. (Francisconi & Souza, 1976: 3) Trata-se, no nosso entender, de um adjetivo correto, mas utilizado de maneira equivocada, pois foi cunhado como contraponto a uma “política urbana de direito”, ou seja, para justificar o advento de uma política nacional de desenvolvimento urbano, sob o pressuposto de que, até então, as ações decorrentes de políticas globais, econômicas, regionais e setoriais, não representavam atos de vontade e nem de tomada de decisões que enfeixassem políticas sobre o espaço urbano.

Portanto, convivemos desde os idos anos 60, ou seja, há mais de trinta anos, com a idéia de que não havia política urbana no Brasil até 1975, razão pela qual ela foi tão reclamada antes disso e sua chegada foi tão festejada, assim como sua ausência, após 1985, foi tão lamentada. Reclamada, festejada e lamentada por quem? Afinal, o que era essa política urbana?

Era a política urbana da tecno-burocracia e da academia, que tinha o Estado como seu principal ator. Foi concebida, formulada e implantada pelo Estado, especialmente por meio do Poder Executivo da União, já sob a égide da crise do planejamento desenvolvimentista (Bielschowsky, 1988)⁴, mas ainda no auge do projeto de integração e segurança nacional (Couto e Silva, 1981). Seu objeto de atuação era o território nacional, embora a temática urbana fosse abordada como um “setor”. Sofreu influência do, já longínquo, racionalismo do movimento modernista e foi respaldada por um misto do *comprehensive planning* inglês, do *aménagement du territoire* francês e do *land use* americano. Adotava, em suas entrelinhas, um embasamento teórico pautado no equilíbrio do sistema de cidades, sustentando que, por meio deste, seria possível atingir uma melhor qualidade de vida.

Entretanto, não podemos esquecer que essa política urbana recebeu algumas heranças importantes dos seis Planos Nacionais que antecederam o II PND, a saber:

– no Plano Trienal (1963-1965), o espaço urbano não aparecia como objeto de planejamento pois as cidades eram referidas como “grandes coletividades” e havia apenas menções esparsas a trabalhadores

³ Ver pp. 77-83 em: República Federativa do Brasil. II PND – Projeto do II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979), Brasília, setembro de 1974.

⁴ Principalmente quando o autor se refere às questões redistributivas pp. 350-56.

urbanos, zonas urbanas e ao setor urbano, em geral, confrontado com o rural. Porém, é digno de registro o lançamento de idéias, mais tarde, apropriadas pelos discursos de política urbana, como: urbanização resultante da industrialização; pobreza e precárias condições de vida; e elevação da renda e sua mais equitativa distribuição;⁵

– no Plano de Ação Econômica do Governo-PAEG (1964-1966), o espaço urbano se fez mais presente, embora embutido nas denominadas “políticas de produtividade social” (emprego e habitação). Mencionou-se que a política habitacional deveria fazer parte de uma “política de planejamento urbanístico e de desenvolvimento regional”, mas esta não foi formulada. Previu-se somente assistência a estados e municípios para elaborarem planos urbanísticos;⁶

– no Plano Decenal (1967-1976), dedicou-se um capítulo à temática urbana, onde definiram-se as bases de uma política nacional de desenvolvimento urbano. Propôs-se que o potencial local, equacionado em nível microrregional, e sua estratégia de aproveitamento, equacionada em nível macrorregional e nacional, se baseassem em regiões-programa e pólos de desenvolvimento, a partir das experiências da Inglaterra, Estados Unidos e França. Portanto, não se chegou a formular uma política urbana, e sim uma metodologia para tal. Vale ainda destacar que a edição de um volume específico para o desenvolvimento social, onde se incluiu a habitação, deixou claro que a política urbana não deveria ser confundida com a política setorial de habitação;⁷

– no Programa Estratégico de Desenvolvimento-PED (1968-1970), o espaço urbano foi incluído nas “Políticas de Emprego e População”,

⁵ Ver pp. 26-7, 91-6, 127-8 e 147 em: Brasil, Presidência da República. Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social (1963-1965), dez. de 1962. Este plano, elaborado em meio à crise política brasileira, não chegou a ser assumido como plano nacional de governo e não foi implantado.

⁶ Ver pp. 87-89 em: Brasil, Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica. Programa de Ação Econômica do Governo 1964-1966 (síntese). Documentos EPEA nº 1, maio de 1965. Nesse plano também existem outras referências sobre a temática urbana nos capítulos das Diretrizes agrícolas (pp. 94, 96 e 108) e de Saúde e Saneamento (p. 220).

⁷ Ver pp. 99-138 em: Brasil, Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica. Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social (versão preliminar). Tomo VII - Desenvolvimento Regional e Urbano. A política de habitação foi inserida no Tomo VI. O Plano Decenal, por divergências intra-governamentais, não chegou a ser assumido como plano nacional de governo e, portanto, nunca foi implantado.

onde uma das linhas de ação era a distribuição espacial destas. Embora restrito ao enfoque da concentração demográfica e das migrações, foi abordado em conjunto com o espaço regional e chegou-se a mencionar uma política de desenvolvimento urbano integrado;⁸ – nas Metas e Bases para a Ação de Governo (1970) voltaram as referências esparsas ao espaço urbano e não se falou mais em política urbana, apesar de haver um capítulo sobre desenvolvimento regional e urbano, onde constavam as idéias de equidade e redistribuição. A temática urbana foi incluída na política regional e propôs-se a integração do núcleo industrial-agrícola do Centro-Sul (eixo São Paulo-Rio-Belo Horizonte) com as áreas próximas, por meio do planejamento das áreas metropolitanas e dos principais centros urbanos, cuidando-se da sua hierarquização dentro da região;⁹ e – no I Plano Nacional de Desenvolvimento (1972-1974), novamente, havia breves referências ao espaço urbano, ligadas ao regional e à estratégia de integração nacional, a saber: a criação das regiões metropolitanas como uma medida para consolidar o desenvolvimento do Centro-Sul; e a reorientação dos fluxos migratórios rurais-urbanos do Centro-Sul para o próprio Nordeste e para as áreas de fronteira.¹⁰

Mesmo não podendo afirmar que tais Planos Nacionais tenham sido utilizados como subsídios para formular a política urbana nacional de 1975, eles, com certeza, sinalizaram a tônica das preocupações dos governos da ditadura a serem nela incorporadas: questões de redistribuição espacial e equidade, migrações, habitação e saneamento, com ênfase nas regiões metropolitanas. Além disso, dois aspectos chamam-nos atenção. O primeiro é que, na maioria dos Planos Nacionais da década de 60, já havia intenção de se formular uma política urbana nacional, embora não tenham sido feitas propostas: no PAEG falava-se em política de planejamento urbanístico, no Plano Decenal em política nacional de desenvolvimento urbano e no PED em política de desenvolvimento urbano integrado. O segundo é a relação da

⁸ Ver p. 30 em: Brasil, Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. O Desafio Brasileiro e o Programa Estratégico, s/d.

⁹ Ver pp. 233-6 em: Brasil, Presidência da República. Metas e bases para a ação de governo, setembro de 1970. Ficou conhecido como MEBAG e não era propriamente um plano nacional, mas um documento de trabalho a ser complementado pelo Orçamento Plurianual de Investimentos (1971/73) e pelo I PND. Entretanto, tem sido tratado como tal, em referência ao intervalo entre 1970 e 1972.

¹⁰ Ver pp. 25-6 em: República Federativa do Brasil. I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) 1972/74, dezembro de 1971.

temática urbana com a política regional, presente em todos esses Planos, o que, curiosamente, se arrefeceu a partir do II PND, quando passamos a ter propostas de política urbana e regional separadas, embora, por vezes, uma se remetesse à outra.

Vejamos o conteúdo da proposta de política urbana nacional do II PND. Seu pano de fundo tomou por base as seguintes questões:

- a velocidade acelerada do processo de urbanização que gerou uma sociedade predominantemente urbana;
- o desequilíbrio do sistema urbano com a metropolização prematura, a proliferação de grandes aglomerados urbanos e a pulverização de pequenas cidades, sem um número de cidades médias para dar equilíbrio ao conjunto, além de uma distribuição espacial concentrada no litoral; e
- as cidades como núcleos concentradores de riqueza, mas como locais onde a problemática urbana assumia grandes dimensões, a exemplo da desigualdade na distribuição dos equipamentos sociais urbanos.

A partir desse pano de fundo definiu-se como objetivo: promover melhor estruturação do sistema urbano com vistas à maior eficácia das funções exercidas pelas cidades e à elevação dos padrões de urbanização e qualidade de vida. A estratégia indicada foi a desconcentração a ser realizada mediante a implantação de regiões metropolitanas (metrópoles nacionais e regionais) e a seleção de pólos secundários, como núcleos de apoio ao processo de ocupação. Complementarmente, propuseram-se estratégias para cada macrorregião, mas estas deram origem a um conjunto de medidas e recomendações relativas somente à infra-estrutura social e ao controle do uso do solo, ou seja, desligadas da política regional e da dinâmica econômica do país.

Passemos agora a analisar o contexto político e econômico em que essa política foi formulada. O ano de 1975 marcou o início do “desmoronamento do milagre econômico”. Mas o II PND situava o “Brasil como Potência Emergente” pois tinha-se a ilusão de que o Estado, com todos os mecanismos fiscais e monetários nas mãos, conseguiria manter o milagre e sobrepor-se às crises interna e mundial, absorvendo o “primeiro choque do petróleo”.

São dessa época as polêmicas sobre redistribuição de renda, incluídas nos discursos oficiais dos Planos Nacionais sob a forma de políticas específicas para os setores sociais, onde se inseriu a política urbana. As consequências perversas do projeto de modernização conservadora, iniciado na década de 50, estavam cristalizadas. No desenho dessa política urbana o processo de urbanização foi considerado como determinado e não como

determinante.¹¹ O espaço urbano aparecia como palco de problemas e as ações da política urbana deveriam corrigir os efeitos nocivos do modelo de crescimento econômico adotado, com características centralizadoras, concentradoras e excludentes. Portanto, a política urbana tinha função compensatória e corretiva. Surgiu como uma política de atendimento a carências, isto é, anti-*déficit* de serviços coletivos. Essa postura também visava responder a um começo de perda de poder do partido do governo da ditadura em relação à oposição, especialmente em alguns dos maiores aglomerados urbanos do país, as regiões metropolitanas.

Além disso, a política urbana postulava desconcentração geográfica, mas a política econômica buscava um novo patamar de substituição de importações, com ênfase nos setores de bens de capital e insumos básicos, que possuíam caráter nitidamente reconcentrador em termos espaciais. Isso equivale a reconhecer uma contradição entre os discursos das políticas enfeixadas no mesmo plano de governo.

Seguiu-se a esta política urbana uma outra que vigorou nos anos 1980/85. Formulada como subsídio ao III PND¹², não foi por ele incorporada. Cabe lembrar que, nessa época, ocorreu uma recentralização de poder, dentro do próprio aparelho de Estado do Poder Executivo, nas mãos da SEPLAN, que era contra o planejamento. Portanto, a política urbana do último governo da ditadura foi aprovada apenas por uma Resolução do Conselho Nacional do Desenvolvimento Urbano (CNDU).¹³

Ela começava definindo que a política nacional de desenvolvimento urbano é o elemento da política nacional de desenvolvimento que diz respeito ao processo de urbanização nas dimensões inter e intra urbana. Seus objetivos estavam relacionados a essas duas dimensões: melhor distribuição espacial da população e atividades produtivas; estruturação de um sistema de cidades equilibrado e harmonizado com diretrizes e prioridades setoriais e regionais de desenvolvimento, com ênfase no Nordeste, Norte e Centro-oeste; e aumento da qualidade de vida urbana via melhoria das condições habitacionais, de transporte urbano e de saneamento básico. Sua estratégia também era a desconcentração, construída por meio de um cruzamento entre categorias

¹¹ Sobre esse ponto, é fundamental resgatar a discussão teórica de Schmidt (1983:42), principalmente, a realizada no capítulo 1: "O estado e as políticas públicas", que gerou o quadro de Abordagens Comparativas.

¹² República Federativa do Brasil. III PND - III Plano Nacional de Desenvolvimento 1980/85, setembro de 1980. Alguns analistas consideram que esse foi um Plano Nacional fluido, elaborado tão somente para cumprir uma formalidade.

¹³ Resolução CNDU nº 003 de setembro de 1979.

espaciais (áreas de descompressão, de expansão controlada, de dinamização e com funções especiais) e centros urbanos classificados em metropolitanos, de porte médio, de pequeno porte e núcleos urbanos de apoio.

Conhecendo o perfil dessa proposta, fica claro porque ela entrou em choque com o III PND. Este, ao contrário do anterior, incorporou a crise mundial que envolvia o “segundo choque do petróleo” e o aumento dos juros da dívida externa, na medida em que suas diretrizes básicas recaíram sobre questões como: o balanço de pagamentos, o problema energético, o reforço à promoção de exportações e a contenção dos gastos públicos. Tais diretrizes, em especial a última, traduziram-se em cortes de recursos a serem aplicados em habitação, transporte e saneamento e geraram queda nos níveis de bem-estar. Significaram também a aceleração dos mecanismos de transferência de renda entre cidades e entre segmentos da população dentro de uma mesma cidade que tiveram como consequência a aceleração dos níveis de desemprego.

Com esse resgate da evolução do ideário das políticas urbanas nacionais e da “carga” que elas possuíam, chegamos ao ano de 1985. Resta-nos indagar: elas poderiam ter sido diferentes? Não, tais políticas foram consoantes com o seu tempo. Um tempo de excessiva centralização do papel do Estado nas mãos do Poder Executivo da União, que vivemos durante a ditadura militar.

A edição da Carta Magna em 1988 mudou esse entendimento, visto que nela a temática urbana foi descentralizada. A União passou a ter competência somente para instituir diretrizes de desenvolvimento urbano, enquanto a atribuição de executar a política urbana tocou à esfera municipal.¹⁴ Com isso, criou-se uma expectativa de que uma nova política urbana nacional fosse desenhada tendo como eixo o princípio da descentralização, mas não que seria banida da agenda de planejamento do Poder Executivo da União.

Na verdade, desde 1985, com o advento da Nova República, deixou de existir um discurso oficial de política urbana nacional. Propostas houve.¹⁵

¹⁴ Segundo a Constituição do Brasil de 1988, a competência da União, nessa matéria, está estabelecida no inciso XX do art. 21 e a competência municipal no inciso VIII do art. 30. Ver também art. 182, da Política Urbana no cap. II- Ordem Econômica e Financeira.

¹⁵ Dentre as propostas destacamos: 1) a elaborada, em fins de 1982, pela Fund. Pedrosa Horta, órgão de apoio técnico do MDB, inserida no doc. básico do Programa do Partido – “Esperança e mudança: uma proposta de governo para o Brasil”; 2) a produzida, em fins de 1984, pelo CNDU, sob a forma de um doc. intitulado “Políticas de desenvolvimento urbano no Brasil: dilemas e desafios”; 3) a preparada, em fev. de 1985, pela Sec. Téc. do Dr. Tancredo Neves, que gerou o doc. “A questão regional-urbana no Brasil: temas e problemas”; 4) a inserida no capítulo de desenvolvimento urbano do I PND da Nova República, aprovado por lei em jun. de 1986; e 5) a elaborada por uma Comissão Técnica do CNDU, já no âmbito do então Min. de Desenvolvimento Urbano, em nov. de 1986.

Algumas até incluídas nos sucessivos Planos Nacionais elaborados nesse período.¹⁶ Mas o fato é que nenhuma delas foi assumida como norteadora da ação do Poder Executivo da União sobre o espaço urbano.¹⁷ É importante ressaltar que, com o fim do regime de exceção, os Planos Nacionais não tinham mais o mesmo peso dos PNDs pois não espelhavam, propriamente, um projeto nacional.

Além disso, no período pós-85, o governo da Nova República, ao adotar o emblema do “tudo pelo social”, enfatizou um tipo de desenvolvimento social que considerava a temática urbana como uma dimensão da política social. Assim, a política urbana nacional, já concebida como compensatória, conforme mostramos antes, nessa época foi confundida com a política social, permitindo que tal característica fosse mais explorada ainda.¹⁸

Contudo, os investimentos da União sobre o espaço urbano no período pós-85 foram constantes e, em alguns momentos, até mais significativos, embora de forma atomizada por meio de ações setoriais, conforme mostra Souza (1991). Melo & Moura (1990) acrescentam que o aumento de recursos destinados ao espaço urbano, na década de 80, deveu-se à presença marcante de organismos de cooperação técnica e financeira internacional, como o Banco Mundial. Além disso, a proliferação de movimentos sociais urbanos e de organizações não governamentais, atores que passaram a exercer pressão sobre o Estado, também pode ser alinhada como fator explicativo do crescimento do volume desses recursos. Toda essa atuação visava a melhorar os indicadores de qualidade de vida, o que, de fato, poderia ser obtido via políticas setoriais e globais, prescindindo de uma política urbana. E foi o que aconteceu.

¹⁶ Não é exagero afirmar que nos anos pós-85 o país esteve perdido em termos de diretrizes de planejamento e de projeto nacional (de nação). O número de planos que se superpunham no tempo bem demonstra isso. Tivemos o I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República (1986-1989) complementado pelo Programa de Estabilização (conhecido como Plano Cruzado) lançado no fim de fevereiro de 1986, ambos desenhados sob a chancela da Secretaria de Planejamento (SEPLAN). Seguiu-se a este o Plano de Controle Macroeconômico, de julho de 1987, elaborado pelo Ministério da Fazenda (conhecido como Plano Bresser). Paralelamente, a SEPLAN lançou o Programa de Ação Governamental (1987-1991). No início da década de 90, foi elaborado o documento Brasil: um projeto de reconstrução nacional e em 1995, foi lançado o Plano Plurianual (1996-1999).

¹⁷ Smolka chega a se referir à “atual absoluta indigência de propostas abrangentes de política urbana ao nível do debate nacional” (1995: 308).

¹⁸ Fazem parte desse ideário os livros editados por Jaguaribe (1980, 1986).

UM RESGATE DAS POLÍTICAS REGIONAIS NACIONAIS

Ao contrário das denominadas “políticas urbanas” que, como vimos, só foram cunhadas com esse nome a partir de 1975, as políticas regionais já faziam parte dos discursos dos Planos Nacionais desde 1962. Portanto, não há o que procurar, nas entrelinhas de cada um deles, sobre o enfoque dado ao espaço regional. Seu resgate, embora envolva um período mais longo, é menos tortuoso do que aquele da política urbana.

A maioria dos pesquisadores regionais reconhece que a presença do Poder Central sobre a temática regional iniciou-se no século passado, voltada para o problema da seca do Nordeste. Admitem que tal presença se expandiu, durante a primeira metade deste século, por meio da criação de uma série de órgãos com atribuições de atuar também sobre outras regiões como a Amazônia, o Vale do São Francisco, o Planalto Central, a Fronteira Sudoeste do Brasil e a Baixada Fluminense. Enfatizam o destaque especial de recursos para o Nordeste, a Amazônia e o Vale de São Francisco, por via constitucional, em 1946.¹⁹ A par disso, consideram que as ações regionais desse período não constituíam políticas regionais, pois eram isoladas dos planos globais, pontuais e marcadas pelo assistencialismo.

Embora não assumido como plano de governo, o Plano Trienal, formulado em 1962, logo em seguida à criação da SUDENE (1959), tem sido adotado como marco oficial das políticas nacionais de desenvolvimento regional.

Não vamos aqui reproduzir as políticas regionais dos vários Planos Nacionais²⁰ porque sua postura, com pequenas modificações, foi praticamente a mesma. Nesse sentido, apresentaremos os delineamentos das duas propostas inseridas nos Planos Nacionais não assumidos como planos de governo, quais sejam, as do Trienal e Decenal, para fazer contraponto com as demais.

A concepção pioneira da política regional do Plano Trienal estava lastreada em um ideário que previa uma intervenção nas causas das desigualdades e não nos efeitos. Além disso, preconizava integrar a política regional e as políticas macroeconômicas, em especial a cambial e a de redução da inflação. Visava desenvolver as distintas áreas do país para reduzir as disparidades regionais de níveis de vida e promover um desenvolvimento mais equilibrado no território. Tais objetivos seriam atingidos por meio de uma estratégia de localização de atividades econômicas que evitasse concentração de investimentos. Como diretrizes constavam pré-investimentos relacionados

¹⁹ Para um resgate da atuação deste período ver Costa (1971).

²⁰ Um resumo de cada uma delas pode ser visto em Steinberger (1988).

ao levantamento de recursos naturais e ao aperfeiçoamento do fator humano, aliadas à continuidade de favores diferenciais já definidos desde 1960.²¹

Por sua vez, o Plano Decenal começava discorrendo sobre o estado da arte da política regional no Brasil, ao mostrar que a concepção original, assistencial e calcada na idéia de que as causas da pobreza estavam ligadas a fatores climático-naturais, evoluiu, num segundo momento, com a implantação dos estímulos fiscais no Nordeste, para a idéia de alterar a estrutura econômica das áreas-problema. Propôs uma nova concepção de política regional, denominada “regional-nacional”, qual seja a de, em paralelo ao crescimento econômico, se promover a integração das várias regiões do país, objetivando criar um mercado nacional diversificado. Essa concepção transcenderia o aspecto econômico e teria implicações de ordem política, ligadas à unidade do país, e de ordem estratégico-militar, pelo reforço à segurança nacional. Os autores do Plano Decenal eram radicalmente contra o objetivo, até então definido, de eliminar as disparidades regionais, por considerarem-no utópico e poder levar a um nivelamento por baixo. Em lugar disso, propuseram a criação de um processo auto-sustentado de desenvolvimento regional, fixando-se para cada região uma taxa compatível com o crescimento do país e com as suas possibilidades de auto-sustentação, respeitada a diferenciação econômica.²²

Sobre essas propostas, é importante esclarecer que ambas foram rejeitadas no momento de suas formulações. A do Plano Trienal, não só por ter sido elaborada antes do regime de exceção mas, principalmente, pelo seu conteúdo contrapor-se ao ideário da ditadura, expresso no discurso do PAEG, na medida em que adotava uma postura de, simultaneamente, crescer e dividir os frutos do crescimento e não crescer para depois dividir. A do Plano Decenal não foi aceita porque também entrou em choque com o discurso do PAEG, mas, no fundo, ela foi a base da integração nacional aprofundada nos planos posteriores.

Portanto, o PAEG funcionou como um marco divisório das idéias sobre política regional. Isso porque pregava atenuar as disparidades regionais e assegurar um aumento contínuo da renda *per capita* das regiões subdesenvolvidas, por meio dos denominados “mecanismos equilibradores”. Estes significavam promover intercâmbio de capital e mão de obra entre as áreas mais e menos desenvolvidas, ou seja, induzir o fluxo de capital do Centro-Sul para o Nordeste e o fluxo migratório no sentido contrário. As áreas objeto de atuação eram aquelas em “estado flagrante de subdesenvolvimento e focos

²¹ Ver pp. 7-40 e 81-7, op. cit., nota 6.

²² Ver pp. 13-8, op. cit., nota 8.

de atraso econômico” em todas as macrorregiões. Vale destacar ainda que o PAEG admitia, explicitamente, a concentração de investimentos nas regiões de mais rápido progresso, com maiores economias externas e de escala, dada a meta de maximizar a taxa de crescimento econômico do país a curto prazo.²³ Com esses delineamentos, podemos afirmar que se tratava de uma política regional baseada nos efeitos e não nas causas, uma vez que negava o potencial de desenvolvimento intrínseco às áreas menos desenvolvidas, considerado tanto no Plano Trienal como no Decenal.

Quanto às demais políticas regionais, formuladas a partir de 1968, incluindo a do PED, MEBAG e dos I, II e III PNDs, todas adotaram uma postura de desenvolvimento regional que também buscava a redução dos desequilíbrios regionais, mas seu referencial maior era a integração nacional. Esta pode ser traduzida numa proposta que visava a desenvolver o Nordeste²⁴, ocupar a Amazônia e o Centro-Oeste, sem prejuízo do crescimento do Centro-Sul. As estratégias adotadas foram: ampliar a fronteira econômica, plantando grandes projetos de colonização, pólos e complexos industriais, minerais e agrícolas, e realizar investimentos pesados em infra-estrutura técnica (transporte rodoviário, telecomunicações e energia) para interligar as regiões.

O fato dessas propostas terem como pano de fundo a integração nacional significou uma investida concreta sobre as causas dos desequilíbrios regionais? O que elas trouxeram de diferente em relação à postura do PAEG?

Todos os discursos de política regional nacional partiram do mesmo ponto: o reconhecimento de diferenças regionais traduzidas, indistintamente, como desníveis, desigualdades, disparidades ou desequilíbrios. A busca de sua redução, tendo como meta que regiões menos desenvolvidas crescessem a taxas maiores, equivaliu a adotar como referência o padrão hegemônico do Centro-Sul e não a promover um desenvolvimento regional respeitando e valorizando as diferenças regionais. Equivaliu a trabalhar com a patologia regional e gerar uma atuação compensatória e corretiva, onde regiões menos desenvolvidas, qualificadas como subdesenvolvidas, pobres, atrasadas, deprimidas e problemas, em geral, foram os espaços-alvo.

Paralelamente, a integração regional fez com que o olhar dos planejadores se voltasse para o país e não para as regiões. Nessa postura, o espaço regional

²³ Ver pp. 45 e 229, *op. cit.*, nota 7.

²⁴ Embora esses planos nacionais tenham seguido a postura do Plano Decenal, eles não assumiram a crítica feita, pelos seus autores, sobre a definição de taxas de crescimento. Assim, no MEBAG propunha-se que o Nordeste crescesse a 6%aa, no I PND a 8% e no II PND a 10%.

passou a ser um mero instrumento de tal política. Prevaleceu, portanto, um enfoque autárquico, de um modelo de desenvolvimento centralizado e único, onde os interesses predominantes, em geral, eram externos às regiões e até mesmo ao próprio país, a fim de facilitar a penetração do capital nacional e internacional.

Face a isso, é forçoso concluir que, a despeito de se ter atingido a integração nacional e uma significativa desconcentração demográfica (Martine, 1995), a desconcentração econômica foi tímida (Diniz, 1994) e não reduziu as disparidades regionais, pois criou apenas “ilhas de prosperidade” (Pacheco, 1996). Assim, resta-nos constatar que a política regional efetivamente implantada, no período 62-85, foi mesmo a do PAEG.

Similarmente ao que ocorreu com a política urbana, no período pós-85, também deixaram de existir discursos de política regional de âmbito nacional. Propostas houve²⁵, mas nenhuma foi assumida como orientação oficial do Estado sobre o espaço regional. Além disso, assistimos a um “desmonte” do arranjo institucional de planejamento regional. Na passagem da década de 80 para a de 90, foram extintos o Ministério do Interior e, com ele, a Secretaria Especial da Região Sudeste e as Superintendências das Regiões Sul e Centro-Oeste. Apenas as Regiões Norte e Nordeste ainda possuem órgão regionais, embora não mais com a mesma presença de antes. Nesse sentido, é de se perguntar se essas decisões foram tomadas face a um novo entendimento constitucional sobre a temática regional. (Steinberger, 1991)

Quando analisamos o recorte regional da Carta de 88, causa surpresa o fato de que poucas novidades foram introduzidas sobre tal temática. Continua-se clamando pela redução das desigualdades regionais, bem como pelo equilíbrio entre as várias “regiões macroeconômicas” e prevê-se uma atuação diferenciada nas denominadas “regiões em desenvolvimento”, Nordeste, Norte e Centro-Oeste, inclusive com destinação de recursos específicos, a partir da elaboração de “planos regionais de ordenação do território”.²⁶

²⁵ As fontes das propostas 1, 2, 3 e 4, citadas na nota 16, são as mesmas. Aqui acrescentaríamos, como especificamente regional, a formulada pela Subsecretaria de Desenvolvimento Regional do Ministério do Interior em meados de 1985 e a do MINTER. Diretrizes de desenvolvimento regional. Subsídios ao I PND da Nova República, Brasília.

²⁶ Esta matéria está regulada nos arts 21 (inciso IX), 43, 151, 159, 170 (inciso VII) e 192 da Constituição da República Federativa do Brasil, 1988 e no art. 35 das Disposições Transitórias.

AS INQUIETAÇÕES DA DÉCADA DE 90

O que podemos concluir do resgate anterior sobre as políticas urbanas e as políticas regionais? Os discursos formulados pelo Estado para essas políticas, no período 1962-85, em raros momentos tiveram a pretensão de trabalhar sobre potencialidades e não sobre patologias, inserindo o espaço urbano e o espaço regional como elementos ativos do processo de desenvolvimento, ocasiões em que andaram na contramão das políticas econômicas vigentes. No geral, prevaleceu um enfoque instrumental do espaço, como mero *locus* físico-geográfico de população e atividades que o Estado, a serviço de grupos de interesse nacionais e internacionais, moldou a seu gosto, gerando uma série de desvios a serem corrigidos. Com isso, a postura adotada nessas políticas teve um caráter compensatório e suas propostas foram confundidas com políticas setoriais e sociais, ou seja, não retrataram a dimensão espacial de uma política nacional.

A despeito disso, vimos que naquele intervalo de tempo a postura não poderia ser outra e que, no período seguinte, a opção do Estado foi não mais formular políticas urbanas e regionais. Vimos ainda que tal opção não pode ser explicada somente pela descentralização constante na Constituição de 88 e pela crise do planejamento dos anos 80. Mais do que isso, parece ter sido fruto de decisões políticas ainda não suficientemente esclarecidas.

Essa conclusão poderia induzir-nos a dizer que, no Brasil, está encerrado o “breve capítulo” das políticas urbanas e das políticas regionais de âmbito nacional. Porém, a contínua intervenção sobre o espaço urbano e regional, não mais somente do Estado, aliado às tradicionais elites conservadoras, mas também de atores como movimentos sociais (Ribeiro, 1995) e organizações não governamentais, com base em políticas econômicas, sociais e setoriais, leva-nos a refletir mais cuidadosamente sobre essa questão.

A década de 90 tem trazido inquietações, já anunciadas nos anos 80, que nos permitem agregar outras explicações sobre a propalada ausência de discursos de política urbana e de política regional nacional desde 1985.

Estão em voga discussões sobre uma “nova ordem mundial” (Santos, 1993) e sobre um “novo paradigma” (Cardoso, 1994) pautado em um modelo de acumulação cujo pano de fundo se baseia na reestruturação econômica e no desenvolvimento sustentado. Flexibilidade, terceirização, competitividade e produtividade em tempos pós-modernos (Harvey, 1993) de neo e pós-fordismo (Lipietz, 1993), supervalorização da técnica, da informação (Santos, 1996) e da cultura de consumo (Featherstone, 1995), fusões de grandes grupos financeiros e industriais, aliadas à formação de blocos regionais (Ostry, 1993) e à diminuição do poder dos Estados Nacionais são os ingredientes

do atual padrão mundial capitalista, cujo emblema é uma globalização que propugna desterritorialização e fragmentação. Paralelamente, assistimos à emergência do local como escala de poder (Raffestin, 1993), à revalorização das culturas genuínas, à exacerbação de conflitos étnico-religiosos (Rosenthal, 1996) e à descentralização como base de um novo modelo de planejamento, agora denominado de “estratégico” (Huertas, 1995).

Nesse quadro é importante verificar como o Brasil está tentando inserir-se em tal padrão e quais as conseqüências dessa inserção sobre a relação sociedade-Estado Nacional. A adoção de uma política econômica neoliberal (da qual fazem parte medidas de estabilização monetária e combate à inflação, ao lado da implantação de privatizações e reformas), sem o respaldo de um projeto nacional, vem gerando uma abertura frágil, definida muito mais por regras externas, do mercado e de organismos internacionais, do que pelo Estado.²⁷ Evidencia-se, com isso, um início de conflagração sócio-econômica, marcada por um baixo crescimento produtivo do país, resultado de falências, endividamentos, reduções do tamanho das empresas e desemprego, além de fome, violência urbana e rural, greves e descontentamentos de todo tipo, principalmente nos grandes aglomerados urbanos e nas sub-regiões não competitivas. É a face espacial da exclusão social e econômica.

Diante desse panorama o espaço, o território, o tempo, a distância, as fronteiras, a cidade, a região e o lugar, conceitos que constituem o âmago de políticas urbanas e regionais, estão sendo hoje questionados.

Nesse sentido, cabem as perguntas: ainda é oportuno formular políticas nacionais urbanas e regionais? Políticas de que tipo? Elas seriam novamente compensatórias, agora dos efeitos desse padrão mundial? É forçoso dizer que essas indagações não fizeram e nem fazem parte das preocupações das agendas dos governantes e dos partidos políticos na última década. É verdade que os investimentos sobre o espaço urbano e regional continuam sendo realizados, mas têm sido pontuais e emergenciais, ou seja, para atender a demandas imediatas e interesses específicos.

Paradoxalmente, assistimos à recente criação das Secretarias de Política Urbana e de Política Regional, além do retorno da temática urbana e regional no IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), ambos no âmbito do Ministério do Planejamento e Orçamento. Sabemos que, nesse momento, não

²⁷ No Brasil, levando em conta a centralização do período da ditadura, o Estado que está se retirando é o do Poder Executivo da União, pois o Legislativo e o Judiciário estão retomando, embora, na sua maioria, de maneira arcaica e conservadora, dominada pelos mesmos grupos de sempre, a exemplo dos ruralistas.

é mais tão fácil esboçar as diretrizes de uma política urbana²⁸ e de uma política regional nacional. Não basta juntar um grupo de tecnoburocratas e acadêmicos como outrora. Há que se buscar parcerias na concepção, na formulação e na implantação de políticas como essas. A quem, senão ao Estado, caberia coordenar essa tarefa? Mas coordenar quem?

A resposta a essas perguntas leva a outras, estruturais, que nos remetem à essência da ação sobre o espaço urbano e regional:

- quem está por trás do Estado na alocação de recursos sobre o espaço urbano e regional na falta do balizamento, oficial e explícito, de políticas urbanas e políticas regionais nacionais, depois de 85?
- a existência de discursos de política urbana e de política regional nacional nos anos 60, 70 e 80 realmente condicionou a aplicação de recursos?
- como eram realizados os investimentos antes de existirem, oficialmente, políticas urbanas e regionais nacionais?
- política urbana e política regional foram “invenções” da ditadura que perderam o sentido com a retomada da normalidade democrática?²⁹
- a ausência de discursos específicos de políticas urbanas e regionais nacionais significa a inexistência de políticas urbanas e regionais?
- a quem, atualmente, poderia interessar uma política urbana e uma política regional de âmbito nacional?

Onde, se não na História do Brasil, buscar respostas para tais indagações? Uma História que está aí para ser relida e recontada. Pode parecer estranho que, num momento como o de hoje, voltemos ao passado para buscar subsídios na História. Seria algo que deixamos de ver? O que, daqueles longínquos tempos, pode nos ajudar nesse emaranhado de indagações com que nos deparamos agora no que se refere ao significado de políticas urbanas e de políticas regionais? Vamos nos valer da História porque acreditamos que ela é

²⁸ Cabe lembrar que o governo brasileiro fez um grande esforço para produzir um relatório nacional sobre a temática urbana, a fim de participar na conferência do Habitat II em 1996. Nele, em especial, no “Plano de Ação” encontramos uma proposta de política urbana. Mas qual política? Aquela cuja conceituação é considerada um avanço por enfeixar políticas setoriais como as de habitação, de saneamento e de transportes urbanas (p. 6).

²⁹ Embora o Grupo de Trabalho de Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), tenha se constituído em 1958, no âmbito do BNDE, gerando o relatório intitulado “Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste” e, portanto, antes do período da ditadura, a primeira política regional, de âmbito nacional, foi a do Plano Trienal. A sua postura, como vimos, foi bem diferente da adotada logo a seguir. A despeito disso, não podemos esquecer que o golpe de estado, já estava sendo urdido desde o final da década de 50, conforme nos mostra Dreifuss (1987).

capaz de nos permitir desvendar como ocorreram as várias formas de representação e conquista de poder no espaço urbano e regional, seja através de alianças, pressões ou rebeliões. Desvendar, com isso, a existência de uma história urbana e regional do nosso território que obedeceu a uma lógica de intervenção.

Em geral, a História do Brasil é contada considerando o território como um todo único e tem sido narrada por meio: das políticas de colonização estabelecidas desde o século XVI até o início do século XIX; das políticas de integração e unidade nacional da monarquia; e das políticas de desenvolvimento do século XX.

Em função disso, independente do seu alternado caráter de descentralização e centralização, podemos dizer que tais políticas eram nacionais. Foram resultantes de decisões que geraram cenários territoriais passíveis de serem configurados em diferentes mapas do Brasil, ao longo dos séculos. Essas decisões foram tomadas por alguns "personagens" que atuaram, primeiramente, em conjunto com o Estado Português e, depois, com o Estado Brasileiro.

Aqui, a palavra "personagem" está sendo utilizada na seguinte acepção: no sentido oposto ao que Marx denominou de "persona" — nomes privados que são próprios de classes sociais que representavam. Com significado diverso do aprendido na História que seleciona nomes para serem consagrados como personalidades. Personagem distinto de personalidade pois o que nos importa é o substantivo comum e não o próprio, ou seja, seu significado extrapola um indivíduo e estende-se a categorias de indivíduos que, ao assumirem papéis similares³⁰, exercem seu poder, fazendo acontecer fatos no tempo e no espaço.

O poder dessas personagens se manifestou em decisões que foram sendo tomadas de acordo com seus interesses específicos. Aqui vamos supor que tal poder era representado não só em termos político-econômicos, mas também em termos espaciais, pois materializou-se numa constante construção, destruição e reconstrução de espaços que tem sido batizados de "urbanos" e "regionais". Face a essa suposição trabalharemos com a seguinte idéia: personagens que tomaram decisões, baseadas em interesses que geraram espaços urbanos e regionais, foram atores de políticas nacionais urbanas e regionais de fato, que estavam implícitas nas políticas de colonização, de integração e unidade nacional e de desenvolvimento.

Trata-se, portanto, de um método de reler a História do Brasil buscando identificar que personagens detinham o poder político-econômico e como esse

³⁰ Como exemplo, nos interessa o jesuíta e não o José de Anchieta, o bandeirante e não o Fernão Dias.

poder se materializou espacialmente por meio de uma lógica que gerou espaços urbanos e regionais. A descoberta da existência dessa lógica é que nos permite falar em políticas urbanas e regionais de fato desde a Colônia.

Uma lógica em que as políticas urbanas e regionais não foram formuladas por escrito, em que os discursos espaciais não eram declarados nem explícitos, mas apareciam subjacentes nas intenções geopolíticas das políticas globais, no papel de cada personagem e na articulação entre eles, comandada pelo Estado.

Resta-nos indagar se uma lógica desse tipo pode ser interpretada como “continente” de políticas. E mais ainda: de políticas urbanas e regionais. Será que uma mesma lógica teria presidido as políticas urbanas e regionais no Brasil-Colônia, no Império e na República?

Por certo, a lógica das políticas urbanas e regionais não foi a mesma na Colônia, no Império e na República, pois as políticas de colonização, de integração e unidade nacional e de desenvolvimento não foram as mesmas. Além disso, ao longo da nossa história assistimos a um movimento de entrada e saída de personagens, bem como à mudança de seus papéis. Assim, a lógica de apropriação do espaço também mudou, trazendo à tona a necessidade de entender o urbano e o regional em cada tempo histórico. O que há de comum naqueles períodos é que, por trás desse movimento das personagens, sempre existiu uma lógica de apropriação do espaço geradora de espaços urbanos e regionais.

Na verdade, a idéia de que havia políticas urbanas e regionais desde a Colônia não é inteiramente nova. Goulart (1968) afirma que a política de urbanização era parte da política de colonização. Por sua vez, Messias (1988) faz referência às políticas territoriais implícitas e explícitas, respectivamente, antes e depois de 1930, onde inclui não só as regionais como as urbanas, entre outras. O fato é que ambos admitem a existência de políticas mais amplas que contêm as urbanas e as regionais, desde há muito.

Em geral, associamos a formulação de políticas ao planejamento e, com isso, ficamos com a impressão de que elas só existiram a partir deste século. A esse respeito, Tinbergen (1964) refere-se à existência de políticas não-planejadas, mostrando que mesmo quando a palavra planejamento ainda não havia sido inventada, em especial depois do abandono da crença no *laissez-faire*, alguns dos aspectos característicos de uma política planejada³¹

³¹ Os três aspectos ressaltados pelo autor são: (1) a estimativa de desenvolvimentos futuros como base para as decisões de política, ao invés de confiar em indícios passados, disponíveis no momento da decisão; (2) a formulação explícita dos objetivos mais gerais da política, no caso ideal para a economia como um todo, ao invés da ação incidental; e (3) a ação coordenada, ao invés da ação aleatória...

não estavam totalmente ausentes. Essa colocação nos permite dizer que não está fora de propósito falar de políticas antes do advento do planejamento.

Corroborando com esse ponto de vista, Delson (1979/1997) advoga que a “falta de planejamento” para as cidades do Brasil colonial era um mito. Ressalta que isso se deveu ao fato de que alguns historiadores consideram que as cidades brasileiras originaram-se de povoações espontâneas não planejadas, em vez de obedecer às normas de planejamento metropolitano.

Faoro (1994), em sua obra intitulada “Existe um pensamento político brasileiro?”, estabelece uma clara distinção entre pensamento político, ciência política, filosofia política e ideologia. Considera que a redução do pensamento político à filosofia política desfiguraria a política porque a converteria na simples história das idéias e, assim, não só toda uma categoria social se perderia, como a política se desvincularia da realidade. Para ele a política traduz o processo de vida real dos homens. A firma que a política não é filosofia nem ciência ou ideologia porque não se extrema na teoria. Ela se ocupa do que se chama pensamento político, não necessariamente formulável e racionalizado. “A glória de mandar, amarga e bela, seria seu campo — o campo da atividade”. Portanto, a natureza do pensamento político compatibiliza-se com o saber formulado, que cuida da ação. O pensamento político está dentro da experiência política e é uma atividade: a atividade que é o território da prática.

Dessa forma, concordando com Faoro, se existe um pensamento político brasileiro e a política é fruto dele, então podemos dizer que existem políticas desde o Brasil Colônia. Na verdade, trata-se de uma definição dinâmica de política que tem a ver com o poder, com a tomada de decisões e com o Estado, elementos presentes em praticamente todas as definições de política mais usuais.³²

A título de ilustração desse método de reler a História, vamos analisar as políticas de colonização, adotadas de 1532 a 1640, que consideramos cruciais

³² Existe um sem número de definições de política. Vejamos algumas delas: ciência dos fenômenos referentes ao Estado; sistema de regras respeitantes à direção dos negócios públicos; arte de bem governar os povos; conjunto de objetivos que informam um determinado programa de ação governamental e condicionam a sua execução; princípio doutrinário que caracteriza a estrutura constitucional do Estado; posição ideológica a respeito dos fins do Estado; exercício do poder manifesto em atos que possuem um interesse e uma decisão; processo através do qual interesses são transformados em objetivos e estes são conduzidos à tomada de decisões efetivas; e o estudo e a prática da canalização de interesses com a finalidade de se tomar decisões. Uma sistematização mais completa pode ser encontrada em Bobbio (1993).

para deslanchar uma investigação histórica sobre as bases de políticas urbanas e regionais de fato.³³

AS POLÍTICAS URBANAS E AS POLÍTICAS REGIONAIS IMPLÍCITAS NAS POLÍTICAS DE COLONIZAÇÃO

As políticas de colonização implantadas, durante os três séculos em que o Brasil esteve sob o domínio do Estado Português, podem ser delimitadas, no tempo histórico, em dois grandes períodos definidos, a partir dos seus objetivos geopolíticos. O primeiro, que começou em 1532, com a criação das capitanias hereditárias, e se estendeu até 1640, fim da dominação espanhola, foi marcado pela concretização da obra de Portugal na construção da colônia Brasil, por meio de políticas voltadas para ocupar, conquistar, defender e expandir o território. O segundo, que foi até 1824, ano da nossa primeira Constituição, caracterizou-se pela luta de Portugal para não perder o Brasil, o que nos autoriza a dizer que, sobreposto ao objetivo de expansão, estava o de manter ou preservar, sob seu domínio, o território conquistado.

Vejamos quem foram as personagens que participaram da implantação das políticas de colonização, seja de forma ativa ou passiva. No período colonial, como um todo, identificamos 25 personagens, por ordem de entrada na nossa História:

- o *incola* como ocupante original do nosso território, depois transformado no primeiro trabalhador escravo;
- o *Estado Português* como mentor das políticas de colonização;
- o *grande comerciante* e o *banqueiro* como viabilizadores da empresa açucareira e sócios do Estado Português;
- o *donatário*, primeiro funcionário público, nomeado como agente local, preposto do Estado Português, para implantar a política de ocupação do território;
- os *senhores de terras, de engenho e de escravos* como responsáveis pela produção açucareira;
- os *funcionários públicos civil e militar* como agentes da administração e defesa dos interesses do Estado Português na colônia;
- o *jesuíta* como representante da Igreja, em princípio leal ao Estado Português e seu auxiliar na tarefa de transplantar para o Brasil a fé católica;

³³ Esse método faz parte da tese de doutorado de minha autoria, defendida em 1994, junto à FAU/USP, sob o título “Uma história dentro da História: personagens no tempo e no espaço”, que envolveu um período histórico bem mais longo, pois se estendeu até 1930.

- o *arrendatário*, que surgiu como um trabalhador livre para garantir a propriedade da terra aos senhores que não podiam explorá-la;
- o *negro* como o nosso segundo trabalhador escravo;
- o *trabalhador rural assalariado* como aquele que tinha funções especializadas junto do senhor de engenho;
- os homens livres, que se desdobraram nas seguintes personagens: o *desocupado*, o *pequeno comerciante*, o *pequeno proprietário* e o *profissional liberal*, como renunciadores de uma classe média;
- o *bandeirante*, também homem livre, de início comerciante de índios e pequeno proprietário, depois guerreiro militar e, por fim, conquistador e repovoador;
- o *invasor* representado pelos Estados Espanhol, Holandês e Inglês, que dividiram, por força ou por aliança, com o Estado Português, a gestão da colônia;
- o *pecuarista* como criador de um segundo sistema econômico dependente da economia açucareira mas depois formando, com ela, a economia agropecuária;
- o *juiz* como embrião do Poder Judiciário, fiel da balança entre as pretensões dos senhores e dos grandes comerciantes;
- o *sitiante de periferia urbana*, personagem de classe média, que surgiu para abastecer as cidades;
- o *estudante* que, embora ligado aos senhores por elo familiar, levantava a bandeira do incorfomismo da classe média; e
- o *senhor do algodão-pecuária* como desdobramento do pecuarista.

O fato de termos identificado essa extensa lista de personagens não quer dizer que todos tiveram a mesma importância no processo de tomada de decisões das políticas de colonização. Alguns deles atuaram em constante aliança com o Estado Português, ou sob o jugo deste, a saber: o grande comerciante, o banqueiro, o donatário, os senhores de terras, de engenho e de escravos, o funcionário, o bandeirante, o jesuíta, o invasor e o pecuarista.

Século XVI. Início da década de 30. O mapa do nosso primeiro cenário territorial era delimitado a oeste pela linha de Tordesilhas e a leste pela costa, onde já havia alguns pontos de ocupação: as feitorias de Igarassu, Itamaracá, Bahia, Porto Seguro, Cabo Frio e São Vicente. O Estado Português, ao criar as capitanias, alterou esse cenário. Superpôs-se ao Brasil de Tordesilhas uma divisão em quinze porções, que consideramos como a nossa primeira regionalização.

Não houve critério na definição dos limites dessas regiões-capitanias, mas a decisão sobre a sua sede obedeceu a um requisito: plantá-las a partir das

feitorias. Algumas ganharam, inclusive, a mesma denominação daquelas. Era o reconhecimento da região a partir de pontos embrionários de ocupação, as feitorias, precursoras dos núcleos urbanos. Isso sugere que a regionalização partiu da urbanização desde o princípio da nossa história.

Acompanhando este segundo cenário, o Estado Português nomeou, como seu representante, o donatário, um personagem que, ao receber as sesmarias, ficava responsável pela gestão das regiões-capitanias, cujos pontos de referência eram os núcleos urbanos. Portanto, ele surgiu como uma personagem, simultaneamente, urbana e regional. Além disso, as cartas de doação lhe conferiam a atribuição de criar povoados e vilas.

A esse respeito, Goulart (op. cit, 1968) mostra que, transferindo para eles essa tarefa, a Coroa livrava-se do ônus de colonizar, diretamente, o novo território. O Estado Português era agente da política de colonização e a política de urbanização era parte dessa, na medida em que o regime de capitanias visava não só à ocupação, mas também à urbanização como solução mais eficaz de domínio. Assim, a formação de nossa rede urbana foi iniciada em 1532 com as capitanias e a fundação de São Vicente. Nessa época, a principal função dos núcleos urbanos era criar condições para se implantar a economia de exportação e, de fato, a maioria deles foi instalada por esforço e interesse dos donatários.

Por sua vez, Faoro (1957) ressalta o caráter extra-social dessas cartas de doação que incentivavam a criação de vilas antes do povoamento. A organização política dos núcleos urbanos antecedeu a organização social, pois as vilas nasceram impostas pelas prescrições administrativas. A ocupação do litoral, partindo das capitanias de São Vicente, Pernambuco e Bahia foi obra da Metrópole, empreendida por seus agentes.

Complementando, Vianna (1974) destaca que esse preceito se manteve, ao longo do tempo, para as regiões do interior, onde os vilarejos criados eram resultantes da ação urbanizadora das autoridades coloniais e não criações espontâneas do “povo-massa”. Fundar povoações era um serviço prestado ao rei e o objetivo destas era reunir os moradores dispersos para dar a eles um centro religioso e administrativo, e uma organização policial e judiciária. Na opinião dele, essa política de fundação de povoações e vilas estava em antagonismo com a política de distribuição da terra em sesmarias que nos levava a uma inclinação “anti-urbanizante”.

Entretanto, Geiger (1963) lembra que a política de fundar núcleos urbanos em áreas não povoadas, como ponto de partida para ocupar e desenvolver atividades econômicas, era uma característica da colonização européia em continentes novos, da qual o Brasil não escapou. Ferreira acrescenta que:

Remexedores de mapas e papéis velhos conseguiram provar que muitas das cidades disseminadas pelo Brasil afora cruzaram o Atlântico sob a forma de riscos... que ordenavam a disposição espacial, o abastecimento e a defesa, muito antes que se lançasse sua pedra fundamental... Pois é, planejamento físico-territorial e urbano não são novidades no Brasil. (1988: 40)

O fato é que, até 1548, já haviam sido fundadas 16 vilas e povoados. As mais importantes, depois de São Vicente, foram Porto Seguro e Espírito Santo, criadas em 1535, Igarrassu, Santa Cruz e São Jorge dos Ilhéus, em 1536, Olinda, em 1537 e Santos, em 1545. Nesse período, também foi fundada a vila da Conceição, na ilha de Itamaracá, como sede do governo da capitania do mesmo nome. Na capitania da Baía de Todos os Santos foi erigida como capital a vila do Pereira, mais tarde absorvida por Salvador. Segundo Andrade (1979), praticamente todas essas vilas surgiam em função do comércio internacional através da implantação das capitais das donatárias onde, ao lado da função administrativa, desenvolvia-se a comercial-portuária de exportação de mercadorias para a Metrópole. Isso significa que o espaço urbano respondia pela reprodução do sistema econômico de então, uma vez que era nele que ocorria a circulação.

Mas as cartas de doação conferiam ao donatário uma outra atribuição fundamental: a distribuição de terras. Os forais estabeleciam que ele podia repartir as terras da sesmaria recebida a cristãos de posses. Com isso, surgiu a personagem do senhor de terras, logo desdobrado em senhor de engenho e de escravos, que passou a ser o responsável pelo “bem comum”. Emergiu um localismo onde os senhores eram a personagem forte, pois ao defender os seus interesses, também viam-se na contingência de defender os colonos que dele dependiam. Em tese, eles eram comandados pelo donatário, preposto do Estado Português, do grande comerciante e banqueiro, todos ainda distantes. Na prática esse comando não ocorreu e os senhores possuíam autonomia quase plena.

Com relação a isso, Messias considera que:

Esse quadro de fragmentação do poder, da administração, do povoamento e da economia coloniais, não sugere [...] uma estratégia geopolítica deliberada e explícita de controle e domínio do novo território por parte da Coroa portuguesa. Entretanto, reside aí o que alguns historiadores reconhecem como verdadeira estratégia para a manutenção e mesmo expansão do território brasileiro, por parte de Portugal. [...] A Coroa portuguesa preferiu optar pela colonização semi-privada, concedendo aos colonos o máximo possível de autonomia. [...] Dois séculos e meio após o

descobrimto [...] por ocasião do Tratado de Madri (1750) — em que Portugal e Espanha estabeleceram em definitivo os limites entre os dois domínios — essa estratégia de ocupação pelos portugueses se revelou acertada. (op. cit, 1988: 29-30)

Consta que, em 1548, o território já estava balizado pelos dois núcleos urbanos que haviam prosperado, embora desigualmente, nas capitanias de São Vicente e Pernambuco: as vilas de Santos e Olinda. Guimarães (1968), com base na “História Territorial do Brasil” de Felisberto Freire, explica que as concessões de terras no Norte eram maiores do que no Sul devido à desigualdade social dos colonos que vinham para o Brasil: os mais modestos situavam-se em São Vicente e os mais abastados na Bahia e em Pernambuco. Ocorreu cedo, portanto, a nossa primeira manifestação de desigualdade regional, derivada de uma decisão dos donatários, que espacializou a desigualdade sócio-econômica.

Em linhas gerais, essa política, iniciada em 1532 e vigente até 1548, foi a nossa primeira política de colonização. Seu objetivo geopolítico era o de ocupar o território com base em uma estratégia descentralizada na qual o Estado Português concedeu poderes “urbanos e regionais” à personagem do donatário, por meio da criação de regiões-capitanias centradas em núcleos urbanos. Com isso, podemos afirmar que se tratava de uma política que tinha um forte conteúdo ao mesmo tempo urbano e regional. Portanto, advogamos que, como política global, ela não trazia consigo nem uma política urbana e nem uma política regional isoladas, mas sim uma política urbana-regional, posto que as decisões e os interesses dos donatários se manifestaram na construção de espaços urbano-regionais interdependentes.

A nossa segunda política de colonização iniciou-se em 1549 com a instalação do Governo-Geral. A intenção era fortalecer a presença distante do Estado Português na colônia. Porém, a complexa estrutura governamental definida, pelo Regimento de 1548³⁴, em três níveis de poder (o governador geral, os capitães donatários e as autoridades municipais assentadas nas Câmaras), retratou a inclinação de manter uma política descentralizada, embora mais burocratizada. Coerentemente com essa decisão, ampliou-se o controle da Metrópole, através da chegada dos funcionários, como personagens urbanos que turvaram os ilimitados poderes, antes detidos pelo donatário, nosso primeiro funcionário.

³⁴ Faoro (op. cit) considera que esse Regimento equívaleu a uma verdadeira Carta Magna pois que, no essencial, foi seguido até a instalação do Reino Unido em 1815, sofrendo apenas uma modernização em 1677.

A concentração de poder, espacialmente centrada, entre os dois núcleos mais ativos da colônia, com a localização da sede do Governo-Geral em Salvador, significou um reordenamento territorial e deu origem a um terceiro cenário. Mantiveram-se a linha de Tordesilhas e as regiões-capitanias, mas superpôs-se a elas o Brasil Norte-Sul, dividido em duas regiões, frentes de conquista, cuja expansão gerou a fundação de novas povoações e vilas.

Ao lado disso, a criação das Câmaras Municipais fez com que a vila passasse a ser núcleo de poder e, assim, os senhores de terras, de engenho e de escravos continuaram a dominar o poder local, agora oficialmente, motivo pelo qual vamos considerá-los personagens também urbanos.

Historiadores como Furtado (1971), Prado (1976), Simonsen (1978) e Sodré (1967) medem a importância dos centros urbanos no período colonial pelo poderio da personagem dos senhores, tidos como eminentemente rurais. No entanto, esses mesmos historiadores reconhecem que os centros urbanos eram núcleos administrativos, pólos do grande comércio de importa o-exporta o, locais de pequeno comércio, de atividades artesanais e de negócios paralelos dos próprios senhores, além de pontos de agrega o da popula o nas festividades e lugar de prazeres e diversões. Mais ainda, eram locais de uma segunda residência dos senhores, utilizados com finalidades políticas pelo fato de as Câmaras ali se situarem. Podemos acrescentar ainda que os centros urbanos eram lugares de intercâmbio cultural.

Portanto, era no espaço urbano que se materializavam os interesses dos senhores, razão pela qual Faoro diz que: "A base urbana era o desmentido   entrega do poder aos latifundiários..." (op. cit, 1957: 148) Essa frase tem duplo sentido, pois, a um só tempo, afirma a importância dos centros urbanos e aproxima outra personagem, o grande comerciante, até então um dos viabilizadores distantes da produ o açucareira. Se antes seu interlocutor era o donatário, com a instaura o do Governo-Geral suas interlocu es se diversificaram. Além disso, havia um motivo adicional para ele estar mais presente nos seus negócios com os senhores, a aquisi o de escravos negros.

Por certo, o palco dessas negocia es eram os centros urbanos. Isso nos sugere que as freqüentes vindas dos senhores para os centros urbanos era motivada por interesses de reunir-se com seus pares, o grande comerciante e o funcionário. Sugere também que a presença do grande comerciante nos centros urbanos retirou o véu de hegemonia dos senhores de engenho. Está claro que eles eram os responsáveis por "fazer acontecer" a produ o açucareira e garantir lucros às demais personagens, razão pela qual sempre foram tão glorificados na nossa História.

Mas quem era esse senhor de engenho, cujo poder visível se estendia do mundo rural ao urbano do nosso território e ia até além-mar? Era também uma personagem regional, nortista, uma vez que no século XVI os engenhos se concentravam no Norte. Toda a História contada e as personagens introduzidas giravam em torno da economia nortista.³⁵ Assim, sua presença nos centros urbanos e sua importância no Norte faz dele uma personagem urbano-regional.

Se no topo do poder estavam o grande comerciante e o senhor de engenho da Região Norte, na base estavam os denominados “homens livres” encontrados nos centros urbanos e, especialmente, nas terras da Região Sul. Sob essa denominação ampla surgiram personagens típicas importantes na construção do nosso território. Algumas porque foram os embriões da formação da classe média urbana (pequeno comerciante, pequeno proprietário e profissional liberal). Outros porque responderam pela expansão territorial, como o bandeirante, uma personagem também urbano-regional, que entrou na História para defender e ampliar os domínios do território das capitanias de São Vicente e Santo Amaro mas, ao mesmo tempo, como comerciante de índios, os únicos escravos que os senhores de terra do Sul podiam usar.

Ainda no topo do poder estava o jesuíta, representante da Igreja, inicialmente preso ao Estado Português e ligado às dioceses espalhadas nos principais centros urbanos. Num segundo momento, a decisão de ter um projeto de colonização próprio lhe valeu um dissídio com o Estado Português, mas, simultaneamente, permitiu-lhe ser uma das personagens responsáveis pelo alargamento territorial, especialmente nas regiões do extremo-sul e extremo-norte. Com ele o Nordeste começa a ser o nordeste que conhecemos. Por esta razão o jesuíta também aparece, na nossa História, como uma personagem urbano-regional.

Essa política, implantada entre 1548 e 1580, foi a segunda política de colonização do Estado Português. Seu objetivo geopolítico era conquistar, de fato, o território já parcamente ocupado pelos donatários e pelos senhores, por meio de uma estratégia de controle descentralizado. Novamente a regionalização e a urbanização foram utilizadas como instrumentos-chave para atingir o objetivo pretendido, razão pela qual tratava-se de uma política global que trazia embutida uma política urbana-regional. Além disso, passaram a fazer parte da História o bandeirante e o jesuíta, personagens urbano-regionais, uma

³⁵ Nessa época o território ainda era demarcado pelas regiões Norte e Sul e, portanto, o correto é utilizar a palavra nortista e não nordestina, posto que o Nordeste não existia como região.

vez que sua presença gerou construção e consolidação tanto de espaços urbanos como de regionais. Evidenciaram-se os interesses urbano-regionais dos senhores de terras, de engenho e de escravos, por meio da sua aliança com as personagens urbanas do grande comerciante e do funcionário.

O ano de 1580 foi o marco do rompimento da linha de Tordesilhas com a entrada da personagem que denominamos de invasor, o Estado Espanhol. No período que se estendeu até 1640, ocorreu uma série de invasões de franceses, holandeses e ingleses, suscitadas não só pela cobiça que a colônia já despertava, como pela retaliação contra a Espanha que tinha vários inimigos. Coube ao Estado Português implantar uma bem sucedida política de colonização voltada para a defesa do território, graças à colaboração do bandeirante, transformado em militar, e do jesuíta que, no afã de resguardar e proteger os domínios já conquistados, contribuíram para uma nova expansão territorial, englobando as terras localizadas a partir de Itamaracá até a Amazônia. (Simonsen, op. cit.)

Nesse mesmo período, surgiu o pecuarista nordestino como uma personagem responsável por um segundo sistema de exploração econômica da terra, por meio da implantação das fazendas de gado. Teve um destacado papel, pois, a um só tempo, acumulava funções de: ocupar algumas das áreas virgens recém invadidas, ampliar a fronteira econômica, suprir a economia açucareira, oferecer retaguarda aos engenhos e proteger parte do litoral contra novas invasões. Era uma personagem urbano-regional. Urbana porque não se fixava nas fazendas e sim nos centros urbanos e regional porque a sua presença gerou uma sub-regionalização, do então Norte, em litoral e sertão (Furtado, op.cit). Com isso, demarcou-se a área de domínio do senhor de engenho e do pecuarista e traçaram-se rotas de penetração para o interior que, segundo Andrade (op. cit), originaram a fundação de vilas e povoados no sertão.

Com a ocupação do Maranhão e de parte da Amazônia, apareceu um quarto cenário. Essas áreas, pela sua posição geográfica, formaram uma outra região: o extremo norte. Por outro lado, as capitanias de Pernambuco e Bahia e outras intermediárias, criadas entre elas, passaram a conformar o Nordeste. Configurou-se um mapa do Brasil composto por três regiões: extremo-norte, nordeste e sul e vários centros urbanos novos, tanto no interior como na costa norte-nordeste, fundados como postos de defesa e sedes de novas capitanias ou de divisão de antigas, a exemplo de Felipéia de Nossa Senhora das Neves em 1585, Natal em 1598, São Luís em 1595 e Belém em 1616.

Portanto, por mais paradoxal que pareça, foram as invasões de estrangeiros nas áreas virgens, primeiro exigindo a expulsão destes pelos bandeirantes e depois a ocupação efetiva pelos pecuaristas e jesuítas, as

responsáveis pelo alargamento territorial do Brasil naquela época. Essa terceira política de colonização, mais uma vez, retratou a importância das cidades e regiões como espaços estratégicos de defesa. É quase desnecessário repetir que, em função disso, possuía implícita uma política urbana-regional.

A história das políticas de colonização continuou até 1824. Passou por mais quatro sub-períodos assim delimitados no tempo: 1640-1700, 1700-1763, 1763-1808 e 1808-1824. Entretanto, importa destacar que, a despeito da configuração de novos cenários territoriais, as personagens da nossa história colonial já estavam, praticamente, todas presentes. Daqui por diante estabeleceu-se a luta de interesses urbano-regionais sobre o território já conquistado que ainda se expandiu.

Em breves linhas, os anos de 1640 até 1700 significaram uma extrema centralização de poderes nas mãos do Estado Português e a decadência do senhor de engenho em relação ao grande comerciante. Foi essa disputa que fez surgir a personagem urbana do juiz. Esse período não apresentou significativas alterações territoriais.

Seguiu-se o período 1700-1763, quando o Estado Português começou a ser dominado por outro invasor, o Estado Inglês. Marcado pela economia mineradora, a partir da qual os historiadores reconhecem que os centros urbanos eram pontos de referência e aglutinação de interesses urbano-regionais, embora, como demonstramos antes, eles já fossem a base da colonização desde 1532. Com a mineração ocorreu a integração regional nordeste-sul e apareceu a região sudeste. O extremo-sul também passa a figurar como uma região. Com isso um quinto cenário territorial.

Por fim, os últimos sub-períodos, 1763-1808 e 1808-1824, foram, respectivamente, o da transferência da capital para o Rio de Janeiro, quando ficou claro o esgotamento da obra colonizadora através da implantação de inúmeras reformas; e o da transferência do Governo Português para o território do Brasil, que incluiu a nossa independência e a formação do Estado Brasil.

CONCLUSÕES

Ao longo das seções precedentes deixamos em aberto uma série de perguntas que agora, com o auxílio da História, podemos responder. Além disso, referimo-nos às políticas urbanas e regionais de fato e às pseudo-políticas sem explicar o porquê dessa adjetivação, que também está relacionada ao "olhar" com que relemos a História do Brasil. Uma releitura que nos permite tirar três conclusões importantes.

A primeira delas é a constatação de que a temática urbana e regional sempre esteve, intencionalmente, na agenda do Estado Português, inserida em

políticas de colonização que privilegiaram o espaço urbano e regional nas suas estratégias geopolíticas. Portanto, estamos admitindo que existiam políticas urbanas e regionais embutidas nessas políticas desde o início.

Nesse sentido, os anos 60, 70 e 80 do século XX foram apenas o momento em que o Estado Brasileiro se apropriou das expressões “política urbana” e “política regional”, por força da influência de alguns países da Europa. Assim, hoje não há por que reclamar, festejar ou lamentar a existência ou inexistência de discursos oficiais de política urbana e regional, já que, historicamente, elas já eram uma realidade. Isso equivale a dizer que a ausência de discursos não significa ausência de políticas.

A segunda conclusão foi poder observar que o espaço urbano e o regional sempre estiveram associados e interdependentes, econômica e politicamente, desde o princípio da nossa colonização, em uma dinâmica que teve uma direção: do urbano para o regional. Como vimos, as decisões mais importantes eram tomadas por personagens cujas alianças tinham o centro urbano como ponto de encontro. Tais decisões eram resultado de interesses que se materializavam tanto no espaço urbano como no regional e, portanto, geraram espaços urbano-regionais.

A breve análise histórica das personagens que atuaram sobre esses espaços urbano-regionais evidenciou a força dos interesses urbano-regionais de alguns deles que detinham o poder político-econômico e espacial. Estes, na verdade, foram atores das políticas implantadas e, conseqüentemente, os responsáveis diretos ou indiretos pelos investimentos urbanos e regionais que configuraram os cenários territoriais antes mostrados.

Entendemos que interesses urbano-regionais eram manifestações de poder por parte de determinados personagens, que se concretizaram simultaneamente no espaço urbano e regional. Tais interesses moldaram os processos de urbanização e de regionalização ao longo do tempo.

Portanto, personagens que tomaram decisões baseadas em interesses, que geraram espaços urbano-regionais, eram personagens, simultaneamente, urbano-regionais e suas ações, no conjunto, não conformaram nem políticas urbanas e nem políticas regionais, isoladamente, mas sim políticas urbano-regionais.

Acreditamos que a dificuldade em perceber isso está ligada à falta de importância que os historiadores dão ao espaço urbano daquela época e ao fato de considerarem-no autônomo em relação ao espaço regional.

Assim, as políticas “de fato” eram urbano-regionais e resultaram da ação de personagens-atores que participaram de um processo histórico de construção, destruição e reconstrução do espaço urbano-regional. Estas sempre

existiram e sempre existirão dados os interesses urbano-regionais e o substancial volume de recursos por eles mobilizados. Nesse sentido, as políticas urbano-regionais não eram políticas exclusivas do Estado, mas de ação compartilhada entre várias personagens.

A terceira e última conclusão foi que as políticas urbano-regionais foram implantadas a partir de decisões que representavam apenas os interesses dos personagens-atores que utilizaram o espaço urbano-regional como um palco de sua atuação. Aqui há duas questões: a exclusão e o espaço passivo.

A exclusão se revela quando constatamos que menos da metade das personagens identificadas no período colonial, numa lista de mais de vinte, foram atores das políticas urbanas-regionais. Esses personagens-atores, ao defenderem seus interesses urbano-regionais ao longo da história, construíram um espaço urbano-regional desigual e excludente. Além disso, o espaço urbano-regional foi tomado como fator de produção, mero objeto de consumo, repositório de população e de atividades econômicas, ou seja, *locus* físico e elemento passivo.

A História indica que essas desigualdades, essas exclusões e essa maneira de usar o espaço sempre ocorreram e sinaliza que deve haver uma intervenção. Mas que tipo de intervenção? Será que as políticas urbanas e regionais formuladas no período 1962-1985 representaram uma tentativa nessa direção? É forçoso reconhecer que não pois, conforme adiantamos, elas foram pseudo-políticas.

Pseudo porque nem bem tomaram por base as políticas urbano-regionais de fato, que a História nos permitiu conhecer, nem bem representaram uma intervenção concreta para atacar desigualdades, exclusões e assumir o espaço em uma acepção de elemento ativo no processo de desenvolvimento.

Eram pseudo porque não faziam parte das estratégias geopolíticas das políticas globais. Eram pseudo porque separaram o espaço urbano e o regional como se estes não interagissem e não fizessem parte de um mesmo território. Eram pseudo porque foram concebidas por uma tecno-burocracia que, assessorada pela academia, formulou propostas como se o Estado fosse praticamente o único e grande ator, esquecendo-se de envolver os interesses urbano-regionais dos demais personagens-atores.³⁶ Ora, se a história do

³⁶ Cabe ressaltar que nas propostas de política regional postulou-se a participação dos empresários do setor produtivo da iniciativa privada, por meio dos mecanismos de incentivos fiscais, ao passo que nas políticas urbanas, em momento nenhum, se fez referência, por exemplo, aos empresários da construção imobiliária e aos empreiteiros da infra-estrutura urbana e regional, como atores. Além disso, os pretensos beneficiários dessas políticas eram indicados, genericamente, como população.

processo de urbanização e regionalização foi feita por tantas personagens, por que naquele período de 1962-1985, ela estaria nas mãos de uma personagem só? O resultado não poderia ter sido outro: as alianças passaram por cima delas e a despeito delas.

Além disso, adotaram um pano de fundo baseado numa visão patológica que apresentava os problemas como se eles estivessem acontecendo naquele momento porque o Brasil tinha chegado a um determinado tamanho em termos demográficos e econômicos. Não consideraram que essa explosão de crescimento tinha raízes e envolvia questões estruturais e históricas relativas às formas como as decisões vinham sendo tomadas até então. Nesse sentido, reconheciam as desigualdades e as exclusões, mas não identificavam os atores responsáveis por esse quadro e só propunham ações compensatórias, reforçando a acepção de espaço-localização. Por tudo isso, foram invenções da ditadura para cumprir exatamente esse papel.

Se elas tiveram um papel durante o período da ditadura, porque foram descartadas no pós-85? Será que houve uma certa consciência de que não se desejava mais formular políticas com esse perfil e não era o momento adequado para se pensar em outro perfil de intervenção concreta? Tudo leva a crer que não. Na verdade, para cumprir esse papel, meramente compensatório, não é necessário formular políticas especificamente voltadas para o espaço urbano e regional. Políticas sociais setoriais são suficientes. Por outro lado, para navegar ao sabor da História também não é necessário formulá-las pois os interesses urbano-regionais de alguns personagens-atores se encarregam de fazer com que elas existam.

Essas constações significam que não se deve conceber uma política específica para o espaço urbano-regional? Ela é necessária? Para que e para quem? Que política deveria ser essa?

No nosso entender, esse tipo de política só deve ser formulado se houver uma decisão forte do Estado, na contramão da História, como coordenador das várias personagens que dela fazem parte. Hoje, o desafio não é concebê-la como instrumento de ação do Estado mas ser capaz de ampliar essa partilha entre todos aqueles que, pelos mais diversos motivos, estão ligados a um espaço que é urbano-regional. É conciliar os interesses dos que tem poder com os que não tem. É admitir, inclusive, a existência de outras formas de poder que estão surgindo.

Propomos que ela seja formulada como uma política urbana-regional. Separar as políticas em urbanas e regionais não é só fracionar o espaço, mas fracionar os interesses que são urbano-regionais. Trata-se de uma decisão política de não separar o que está intrinsecamente junto para perceber o âmag

da dimensão espacial do nosso território nacional. Trata-se de conceber uma política urbano-regional "inclusiva" sobre o destino de todas as porções do território nacional, sejam elas competitivas ou não, isto é, envolvendo o espaço nacional como um todo, mas respeitando e valorizando suas diferenças, especificidades e potencialidades.

ABSTRACT

This paper is based upon a critical study of recent urban and regional policies of nation-wide scope that were proposed between 1962 and 1985, and aims to show how these policies were excluded from the State's agenda. The study seeks to question why this occurred. In order to respond to such, a rereading of history must be carried out, overviewing the colonial period which points to the existence of "de facto" urban and regional policies implicit in colonisation policies. Such a rereading adopts a method of analysis that identifies the "protagonists", i.e., the holders of political and economic power and traces how this power was spatially materialised through a rationale that led to the construction of urban and regional spaces. The conclusion drawn is that recent urban and regional policies are "pseudo-policies" due to their disregard of aforementioned power. Moreover, what comes to light is that, historically, the "protagonists-actors" of "de facto" policies became prominent in urban and regional spaces simultaneously. Hence the need to discuss the notion of a regional-urban policy.

RÉSUMÉ

Ce travail représente une étude critique de politiques urbaines et régionales récentes de caractère nationale, qui ont été proposées entre 1962 et 1985, et vise à montrer comment ces politiques ont été exclues de l'ordre du jour du pouvoir exécutif de l'état. De cette façon, l'étude cherche à questionner le 'pourquoi' de tel phénomène. Il faut, donc, réaliser une relecture historique en analysant l'époque coloniale, laquelle reflète l'existence des politiques de facto urbaines et régionales implicites dans les politiques de colonisation. Telle relecture utilise une méthode d'analyse qui identifie les "protagonistes", c'est à dire, les détenteurs du pouvoir économique et politique, et montre comment ce pouvoir s'est matérialisé spatialement en suivant un raisonnement qui a abouti à la construction d'espaces

urbains et régionaux. Il se conclut que les politiques urbaines et régionales récentes sont des "pseudo-politiques" parce qu'elles ne considèrent pas le pouvoir avant mentionné. Il est évident que, historiquement, les "protagonistes-acteurs" des politiques de facto jouaient un rôle important dans les espaces urbains et régionaux en même temps. Il faut, donc, débattre la notion d'une politique régionale-urbaine.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Andrade, Manuel Correia de (1979) *O processo de ocupação do espaço regional do Nordeste*. Recife: Ed. UFPE, 2ª edição.
- Barat, Josef (1973) Introdução do número especial da *Revista PPE*, dedicado ao desenvolvimento urbano. Rio de Janeiro: IPEA.
- Barat, Josef (1976) "Problemas institucionais no planejamento urbano". *Desenvolvimento e política urbana*. Rio de Janeiro: IBAM.
- Bobbio, Norberto et ali (1993) *Dicionário de política*, Brasília: Ed. Universidade de Brasília.
- Bielschowsky, Ricardo (1988) *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*, Rio de Janeiro: IPEA.
- Brasil (1996) *Relatório nacional brasileiro*. Segunda Conferência Mundial das Nações Unidas sobre os Assentamentos Humanos, Brasília: (Habitat II - Istambul).
- Cardoso, Aduino Lúcio (1994) "Valores e interesses – notas sobre a ética ambiental, reestruturação econômica e a formação de blocos regionais" in Lavinas, Lena et ali (orgs.) *Integração, região e regionalismo*. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil.
- Costa, Jorge Gustavo da (1971) *Planejamento governamental: a experiência brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- Costa, Luiz Carlos (1969) *Política de urbanização*. *Revista de Administração Municipal*, Rio de Janeiro: IBAM, nº 97.
- Costa, Luiz Carlos (1972) "Uma estratégia para a política nacional de urbanização". *Revista de Administração Municipal*. Rio de Janeiro: IBAM, nº 112.
- Couto e Silva, Golbery (1981) *Conjuntura política nacional: o poder executivo & geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio.
- Delson, Roberta Marx (1979/1997) *Novas vilas para o Brasil-Colônia*. Brasília: Ed. Alva/Ciord.
- Diniz, Clélio Campolina (1994) *A dinâmica regional recente da economia brasileira e suas perspectivas*. Brasília: IPEA, mimeo.
- Faoro, Raymundo (1957) *Os donos do poder*. São Paulo: 2 vol. Ed. Globo, 2 Vol., 9ª edição, 1991.

- Faoro, Raymundo (1994) *Existe um pensamento político brasileiro?* São Paulo: Ed. Ática.
- Featherstone, Mike (1995) *Cultura de consumo e pós-modernismo*. São Paulo: Ed. Studio Nobel.
- Ferreira dos Santos, Carlos Nelson (1988) *A cidade como um jogo de cartas*. Niterói: Ed. Universitária.
- Francisconi, Jorge Guilherme & Souza, Maria Adélia Aparecida de (1976) *Política nacional de desenvolvimento urbano: estudos e proposições alternativas*. Brasília: IPEA. Série estudos para o planejamento nº 15.
- Furtado, Celso (1971) *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 11ª edição.
- Geiger, Pedro Pinchas (1963) *Evolução da rede urbana brasileira*. Rio de Janeiro: MEC, Vol. 1, 1ª Ed.
- Goulart dos Reis Filho, Nestor (1968) *Evolução urbana do Brasil*. São Paulo: Ed. USP.
- Guimarães, Alberto Passos (1968) *Quatro séculos de latifúndio*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra.
- Harvey, David (1993) *Condição pós-moderna*. São Paulo: Ed. Loyola.
- Huertas, Franco (1995) *O método PES: entrevista com Matus*. São Paulo: Fundap.
- Jaguaribe, Hélio et alli (1986) *Brasil, 2000: para um novo pacto social*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra.
- Jaguaribe, Hélio et alli (1989) *Brasil: reforma ou caos*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra.
- Lipietz, Alain (1994) *A regulação e a ecologia urbana*. Rio de Janeiro: Cadernos IPPUR/UFRJ.
- Martine, George (1995) "A trajetória da urbanização brasileira: especificidades e implicações". Seminário *O processo brasileiro de urbanização: diagnóstico global*. Belo Horizonte: Ministério das Relações Exteriores.
- Melo, Marcus André & Moura, Alexandrina (1990) "Políticas públicas urbanas no Brasil: uma análise dos projetos do Banco Mundial". *Revista de Planejamento e Políticas Públicas*. Brasília: IPEA, nº 4.
- Messias da Costa, Wanderley (1988) *O Estado e as políticas territoriais no Brasil*. São Paulo: Ed. Contexto.
- Modesto, Hélio (1965) *Planejamento governamental e urbanização. Leituras de Planejamento e Urbanismo*. Biblioteca de Administração Municipal. Rio de Janeiro: IBAM.
- Modesto, Hélio (1965) *Ausência de planejamento no Brasil. Leituras de Planejamento e Urbanismo*, Biblioteca de Administração Municipal. Rio de Janeiro: IBAM.
- Modesto, Hélio (1965) *Mentalidade de planejamento no Brasil. Leituras de Planejamento e Urbanismo*, Biblioteca de Administração Municipal. Rio de Janeiro: IBAM.

- Ostry, Sylvia (1993) "A nova ordem mundial e a tendência à regionalização" in Velloso, João Paulo dos Reis & Martins, Luciano (orgs.) *A nova ordem mundial em questão*. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio.
- Pacheco, Carlos Américo (1996) "Desconcentração econômica e fragmentação da economia nacional". *Revista Economia e Sociedade*. Campinas: Unicamp, nº 6.
- Prado Junior, Caio (1976) *História econômica do Brasil*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 19ª edição.
- Raffestin, Claude (1993) *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ed. Ática.
- Ribeiro, Ana Clara Torres (1995) "Urbanização sem urbanidade: um cenário de incertezas". Seminário: *O processo brasileiro de urbanização: diagnóstico global*. Belo Horizonte: Ministério das Relações Exteriores.
- Rosendhal, Zeny (1996) *Espaço e religião: uma abordagem geográfica*. Rio de Janeiro: NEPEC/UERJ.
- Santos, Milton (1996) *Técnica espaço tempo globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Ed. Hucitec.
- Santos, Theotonio dos (1993) *Economia mundial integração & desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Ed. Vozes.
- Schmidt, Benício Viero (1983) *O estado e a política urbana no Brasil*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/LPM.
- Simonsen, Roberto (1978) *História econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 8ª edição.
- Smolka, Martim Oscar (1995) "Velhas novidades na agenda do Banco Mundial para a política urbana nos anos 90" in Gonçalves, Maria Flora (org.) *O novo Brasil urbano: impasses, dilemas e perspectivas*. Porto Alegre: Ed. Mercado Aberto.
- Sodre, Nelson Werneck (1967) *Introdução à Revolução Brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 3ª edição.
- Souza, Edgar Bastos et ali (1991) *Avaliação das políticas federais de desenvolvimento urbano, habitação e saneamento*. Brasília: IPEA. Texto para Discussão nº 304.
- Steinberger, Marília (1988) "Política de desenvolvimento regional: uma proposta para debates". *Revista de Administração Pública*, nº 22(2), abr/jun. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- Steinberger, Marília (1991) "A questão regional" in Viana, Elze Manguieira et ali (orgs.) *Urbano e regional: o contexto pós-constituente em debate*. Curitiba: Governo do Paraná/Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente.
- Tinbergen, Jan (1964) *Planejamento central*. São Paulo: Ed. Atlas.
- Tolosa, Hamilton (1972) *Política Nacional de Desenvolvimento Urbano: uma visão econômica*. Rio de Janeiro: Revista PPE (junho), IPEA.
- Tolosa, Hamilton (1973) *Macroeconomia da urbanização brasileira*. Rio de Janeiro: Revista PPE (outubro), IPEA.

- Tolosa, Hamilton (1977) *Política urbana e redistribuição de renda*. Rio de Janeiro: Revista PPE (abril), IPEA.
- Vianna, Oliveira (1974) *Instituições públicas brasileiras*. São Paulo: 2 Vol. Ed. Record, 3ª edição.
- Wilheim, Jorge (1967) *Objetivo do planejamento urbano*. Rio de Janeiro: Revista Arquitetura nº 61, IAB.
- Wilheim, Jorge (1967) "Planos diretores no Brasil: uma enquete". *Revista Arquitetura* nº 61. Rio de Janeiro: IAB.
- Wilheim, Jorge (1969) *Urbanismo e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Ed. Saga.

Ações coletivas na sociedade contemporânea e o paradigma das redes

*Ilse Scherer-Warren**

La ciencia y la técnica en sí mismas, no son buenas ni malas. Dependen del buen o mal uso que se haga de las mismas...

Si alguna vez la utopías dejan de existir, tengamos el coraje de inventarlas para vivir en plenitud.

(Adolfo Pérez Esquivel)

Resumo. O presente artigo pretende abrir o debate em torno da adequação dos estudos das ações coletivas na era da informação. Inicia realizando uma síntese dos principais mapeamentos das teorias dos movimentos sociais neste século, a fim de situar o presente debate em relação ao estado da arte nesta área temática. A seguir, propõe uma análise dos movimentos sociais a partir da categoria de redes, a qual inclui as seguintes dimensões: da sociabilidade, ou seja, a das redes sociais primárias e de articulações políticas; da espacialidade, que contempla as conexões locais-globais, através das redes técnicas; das temporalidades históricas, que se refere às articulações entre novos ideários e a tradição cultural e seus significados em termos da transformação.

Palavras-chave. Ações coletivas, espacialidades, movimentos sociais, redes, local-global.

TRAJETÓRIAS DAS TEORIAS

As pesquisas sobre ações coletivas e movimentos sociais têm-se referenciado num amplo elenco de abordagens e teorias. Através de esforços de sistematização acadêmica, contribuições teóricas têm sido agrupadas em torno de algumas abordagens que permitem distingui-las quanto ao

* Ilse Scherer-Warren é professora titular do Departamento de Ciências Sociais/ Coordenadora do Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais da Universidade Federal de Santa Catarina e Pesquisadora Sênior do CNPq. Trabalho apresentado no VII Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia, GT "Novos olhares sociológicos sobre o urbano", na UnB, agosto de 1997.

enfoque analítico, às categorias centrais da análise e à definição do campo de investigação.

Até a década de 70, o mapeamento das teorias era feito em torno de dois blocos principais: o das teorias referentes à tradição do pensamento marxista e o das voltadas para a tradição funcionalista. Para a corrente marxista, os sujeitos centrais dos movimentos emancipadores são determinados estruturalmente, cabendo buscar na dinâmica entre estrutura e sujeito as possibilidades de ruptura sistêmica. Para o funcionalismo, o sistema tende a buscar sempre o seu reequilíbrio, e os agentes das ações coletivas mobilizam-se devido a rupturas temporárias. Em ambos os casos, a estrutura social é holística e logicamente coerente, ainda que sujeita a contradições, ambigüidades ou desvios (Scott, 1990: 52). Os movimentos sociais são atores *vis-à-vis* à transformação ou ao reequilíbrio sistêmico.

As críticas e revisões destes paradigmas, que acompanharam as fortes mobilizações coletivas a partir do final da década de 60, foram terreno fértil para uma grande produção de novas teorias acerca dos movimentos sociais. Este pode ser considerado um período de transição paradigmática, onde duas novidades merecem destaque: nas novas abordagens que seguem a tendência de análise num nível mais macro, sistêmico, passa-se a destacar a relevância do mundo da cultura e da pluralidade de atores coletivos engajados em processos de transformação social (vide produção de Touraine, Melucci, Habermas, Laclau e Mouffe, dentre outros). A outra novidade é que, em algumas abordagens, a centralidade na macro-estrutura cede lugar à análise do sujeito ou ator coletivo, num nível mais micro, relacionado ao cotidiano da vida societária (vide, dentre outros, Guattari, Kärner, Evers).

No Brasil, estas duas tendências, a questão cultural e a relevância das micro-relações sociais e dos respectivos estudos de identidades específicas, foram incorporadas por muitos autores (uma síntese deste momento encontra-se em Sader, 1988).

Posteriormente, estas teorias passaram a ser mapeadas a partir de duas abordagens principais: Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS), referente sobretudo a uma produção teórica européia, e Teoria da Mobilização de Recursos (TMR), tendo por base principal a produção teórica americana. A primeira, também denominada de abordagem das análises de identidades (Cohen, 1985), associa-se ao legado marxista no que diz respeito à relevância atribuída aos sujeitos sociais e às utopias coletivas nos processos de emancipação social. No entanto, afasta-se dele à medida em que privilegia a análise dos agentes de inovação cultural, das características da formação de identidades específicas e plurais e do caráter anti-institucional ou de não luta

pelo poder de Estado por parte dos movimentos sociais. Na América Latina, a abordagem das TNMS foi a que mais penetrou, pois permitia um melhor diálogo com a tradição marxista, que predominava na época (vide exemplos ilustrativos em Calderón y Santos, 1987; Camacho y Menjívar, 1985; Scherer-Warren e Kruschke, 1987).

Já a segunda abordagem (TMR), reportando-se mais à tradição funcionalista de análise das ações coletivas, agregou também as contribuições do behaviorismo relativas às orientações psicológicas para os comportamentos coletivos, e as da teoria da escolha racional quanto à racionalidade das ações coletivas. Desta forma privilegia a análise das possibilidades de participação e integração político-institucional dos atores coletivos, o caráter instrumental da ação e a funcionalidade da relação entre atores e sistema estatal.

Durante a última década, vários pesquisadores têm apontado as limitações em se dicotomizar estas abordagens, na medida em que se orientam quase que exclusivamente seja para os aspectos culturais (TNMS), seja para os aspectos institucionais (TMR). Segundo Scott (1990), trata-se de uma falsa dicotomia, pois, na prática, os movimentos sociais lutam tanto por inovações no mundo da cultura, quanto por reivindicação, participação e integração no mundo da política institucional. O diálogo entre as duas abordagens vem se intensificando e tentativas de novas sínteses têm sido apresentadas (Klandermans, Kriesi and Tarrow 1988, Eyerman and Jamison 1991, Dalton and Kuechler 1992, Diani 1992, McAdam, Tarrow and Tilly 1996, Ayres 1997). Para fazer esta mediação metodológica no estudo das ações coletivas, buscam-se recursos nas teorias de médio alcance e nas análises de redes.

A preocupação em superar reducionismos em torno do econômico, do cultural ou do político, do institucional ou do não-institucional, também está presente na produção brasileira (vide especialmente Doimo, 1995; Gohn, 1997; Alvarez, Dagnino e Escobar, 1998; Scherer-Warren, 1996 e 1998).

NA BUSCA DE NOVAS SÍNTESES

Para compreender a complexidade das ações coletivas e dos movimentos sociais, num mundo que se globaliza, o diálogo entre as várias abordagens tem permitido a elaboração de sínteses integradoras. Entre elas, as análises de redes comportam algumas contribuições.

Inicialmente, as análises de redes nos estudos das ações coletivas e dos movimentos sociais seguiam os referenciais predominantes em suas áreas geográficas, seja a tradição americana da TMR ou o legado europeu da TNMS (maiores informações em Scherer-Warren 1998). É somente na última década

que vários pesquisadores têm elaborado sínteses integradoras das duas abordagens.

Nesta direção, Klandermans (1992) observou, baseado em estudos empíricos, que os movimentos sociais surgem de redes multiorganizativas, resultantes de vínculos e militâncias múltiplas enraizadas em comunidades locais, cuja capacidade organizativa tanto dependerá das possibilidades de mobilizar recursos, aproveitar oportunidades políticas, exercer influências, como de construir identidades culturais e políticas.

Melucci (1996:65) acrescenta que as redes constituem um nível intermediário crucial para se entender os processos mobilizatórios. Através destas redes os indivíduos interagem, influenciam-se mutuamente e se engajam em negociações, ao mesmo tempo em que produzem os esquemas cognitivos e motivacionais necessários para a ação coletiva.

Ayres (1997), para avançar a partir das contribuições das TMR e TNMS, propõe uma síntese em torno do modelo dos processos políticos (MPP), o qual além de considerar a relevância dos aspectos organizativos e de formação de identidades, consciência e solidariedade nos processos micro-mobilizatórios, também enfocaria diretamente as lutas de poder entre membros das ações coletivas e seus opositores no processo político. Trata-se, enfim, de colocar o processo político como central neste modelo de análise, a fim de examinar como os movimentos freqüentemente interagem com partidos políticos, elites e grupos de interesse para atingir fins políticos (idem: 56).

Portanto, estas sínteses contemplam a necessidade de se considerar as dimensões simbólicas de um agir coletivo não institucionalizado e as dimensões estratégicas da ação político-institucional, tanto em seu lado integrativo quanto em seu lado conflitivo, de luta política.

A dicotomização entre micro e macro análises cede lugar à busca das conexões de sentido das relações sociais que se estabelecem entre os níveis locais, translocais até os mais globais, num momento histórico em que as noções de espacialidade e temporalidade são redefinidas (vide Harvey, 1992, Waterman, 1994, Pieterse, 1994).

O binômio reprodução e produção do social, como resultante de diferentes tipos de ações coletivas, tem levado pesquisadores a privilegiar o entendimento das novas formas sociais decorrentes da relação entre tradição que se renova e inovação cultural (vide Santos, 1997).

Estes são alguns dos enfoques que vêm abrindo novas perspectivas para se pensar as ações coletivas e movimentos sociais na era da globalização e da informação. Novas agendas para a pesquisa merecem ser construídas a partir destes postulados.

UMA AGENDA PARA PESQUISA

Considerando-se a necessidade de um repensar sobre as categorias de entendimento e os recursos metodológicos para o estudo das ações coletivas e movimentos sociais, na virada deste milênio, propõe-se abrir o debate em torno de uma metodologia de redes que inclua as seguintes dimensões:

- a) Da sociabilidade, ou seja, a das relações entendidas enquanto redes sociais.
- b) Da espacialidade, ou seja, das conexões espaciais através das redes técnicas.
- c) Das temporalidades históricas, ou seja, das articulações entre novos ideários e a tradição cultural e de seus significados em termos de processos civilizatórios.

DIMENSÃO DA SOCIABILIDADE:

As redes sociais podem ser observadas a partir de dois tipos de relacionamentos principais:

Através dos vínculos diretos estabelecidos entre atores em seus cotidianos, ao nível de suas comunidades e no espaço mais restrito das organizações coletivas específicas. Neste caso trata-se de redes sociais personalizadas. Conforme colocam Loiola e Moura (1996:55), nesta situação,

a rede constitui-se por meio de interações que visam à comunicação, à troca e à ajuda mútua e emerge a partir de interesses compartilhados e de situações vivenciadas em agrupamentos locais — a vizinhança, a família, o parentesco, o local de trabalho, a vida profissional, etc.

Através de articulações políticas entre atores e organizações, em espaços definidos pela conflitualidade da ação coletiva, podendo, pois, transcender os espaços de emergência da ação, onde os elos constroem-se em torno de identidades de caráter ideológico ou de identificações político-culturais. É nesta direção que se pode falar também em redes de movimentos, caracterizadas enquanto interações sociais que tendem à horizontalidade, em práticas políticas pouco formalizadas ou institucionalizadas entre organizações da sociedade civil, grupos identitários e cidadãos mobilizados, engajados em torno de conflitos ou de solidariedades, de projetos políticos ou culturais comuns, construídos sobre a base de identidades e valores coletivos (maiores desdobramentos em Scherer-Warren, 1998).

Todavia, estas redes de movimentos constroem-se sobre o pano de fundo de múltiplas redes sociais primárias e redes submersas. Segundo Fischer e Carvalho (1993), a formação das redes associativistas locais (a politização) é

perpassada pelos elos que se formam nas redes submersas (a cotidianidade) que lhe dão base.

Por sua vez, Melucci (1996: 115) define os movimentos sociais das sociedades complexas como redes submersas de grupos, pontos de encontros e circuitos de solidariedade, que diferem profundamente da imagem de um ator politicamente organizado. Trata-se de movimentos com uma estrutura segmentada, reticular e multifacetária, na qual os elos tornam-se explícitos somente durante os períodos transitórios da mobilização coletiva em torno de problemas que trazem a rede latente para a superfície e, posteriormente, deixam-na submergir novamente no tecido da vida cotidiana. Acrescenta ainda que a solidariedade, substrato dos movimentos, é cultural em caráter e localiza-se no terreno da produção simbólica do cotidiano. Problemas de identidade individual e da ação coletiva se mesclam: a solidariedade do grupo é inseparável dos anseios pessoais e das necessidades afetivas e comunicativas cotidianas dos participantes nas redes.

Todavia, pode-se acrescentar que, durante as fases de mobilização, as manifestações simbólicas tendem a vir acompanhadas de contestações políticas e de possíveis pautas reivindicativas e de negociação, tornando-se rede estratégica, além de seu caráter intrínseco de rede de solidariedade (Randolph, 1994).

Reportando-se a esta dupla face — estratégica e de solidariedade — a idéia de rede tem sido utilizada como uma metáfora pelos atores coletivos, para representar a idealização de um formato organizacional democrático e participativo no interior dos movimentos sociais, e com um potencial de fortalecimento da sociedade civil, por meio da articulação de uma multiplicidade de atores diversificados existentes na contemporaneidade. Rede torna-se, assim, um conceito propositivo dos movimentos (Scherer-Warren, 1998), onde as relações interorganizacionais deverão se caracterizar pela não-centralidade organizacional e pela não-hierarquização do poder, e onde as relações entre os atores participantes deverão ser mais horizontalizadas, complementares, abertas ao pluralismo de idéias e à diversidade cultural. Cabe à pesquisa social desvendar as aproximações ou distanciamentos entre este ideário político e as práticas efetivas dos movimentos.

Subjacente a esta metáfora de rede há, pois, uma utopia para a democratização das relações sociais nos agenciamentos coletivos. Encontra-se em construção um novo imaginário social em torno da fluidez dos movimentos sociais atuais.

A sociedade contemporânea, com seus grandes avanços no campo da informação, com um potencial de redes informatizadas cada vez mais

abrangente, cria para além da materialidade das redes técnicas, uma realidade virtual (Wellman et alli, 1996), movimentada por redes de comunicação interpessoais. A potencialidade de comunidades virtuais criadas pelos atores identificados com causas comuns, vai constituindo um novo tipo de imaginário coletivo, com características próprias, que também merecem ser analisadas. Pode-se perguntar sobre o tipo de militância, de engajamento político, de comprometimento recíproco dos atores coletivos, de empatias desenvolvidas, de construção de simbolismos, etc., quando as relações se realizam através de espaços virtuais. Estamos aí frente a uma construção-desconstrução permanente em termos de tempo e espaço. Poderemos perguntar com Dabas (1995) sobre as debilidades deste tipo de rede social que dificulta saber com quem se conta, de quem se pode receber ajuda, com quem é possível manter a rede ativa, como cada um se redescobre nas relações com os outros e como as redes se constroem e se reconstroem. Eis alguns tópicos para uma agenda de pesquisa, os quais poderão ser aprofundados ao se considerar as duas dimensões abaixo (espaço e tempo).

DIMENSÃO DA ESPACIALIDADE/TERRITORIALIDADE

Num campo de estudos multidisciplinares (sobretudo compreendendo a geografia, a história, a sociologia e a antropologia) vem se construindo um conjunto de referenciais analíticos denominados, por alguns pesquisadores, de paradigma da rede (vide Wellman and Wetherell, 1996 e Mesquita, s/d).

Este paradigma não diz respeito tanto a um conjunto de teorias, ainda que elas possam existir, mas a um escopo analítico (ibid.), que permite investigar relações sociais a partir de elementos de sua estruturação (os nós e as teias), de sua funcionalidade (os tipos de conexões) e de sua configuração territorial (o local, o global e a conectividade em torno de diversas escalas espaciais).

Benakouche, apoiando-se em Dupuy, contribui para o entendimento destas propriedades das redes. Segundo a autora (1996), pela “nodalidade” consideram-se os elementos, ou nós das redes, em sua capacidade de se relacionar entre si dentro de um sistema; a “conexidade” seria a propriedade essencial da rede, pois através dela pode-se determinar o grau de coesão entre os elementos (elos fracos ou fortes); e a “conectividade” diz respeito às alternativas para a circulação (como os fluxos de informação) dentro de uma rede. Em relação a estas propriedades, também remetendo a Dupuy, Dias (1995, p. 148) alerta para o fato de que as redes ao mesmo tempo que são elementos de integração social, de conexão de solidariedades, têm o potencial de exclusão social:

Nunca lidamos com uma rede máxima, definida pela totalidade de relações mais diretas, mas com a rede resultante da manifestação das coações técnicas, econômicas, políticas e sociais.

Este resultado merece também ser avaliado nas práticas, sob a forma de redes, de agentes dos movimentos sociais. Nesta direção, Carvalho (s/d) ao mesmo tempo que aposta na importância das redes de movimentos no processo de aprofundamento da democracia no Brasil, alerta para o fato de que “a perspectiva das redes, nascida no âmbito da informática, é marca de diversos processos na área da globalização do capital e do poder” (p. 29).

Milton Santos (1996) refere-se a um outro conjunto de características das redes, com aparente ambigüidade: são reais e virtuais, técnicas e sociais, locais e globais, integradoras e desintegradoras. Para o autor, enquanto rede técnica material ela é virtual, mas torna-se realidade social no processo de ação. Enquanto técnicas têm uma materialidade, mas pelas ações sociais que conduzem expressam a vida social. O movimento no interior das redes tanto pode incluir dinâmicas próximas locais, como mais distantes, universais ou globais. Mais ainda, estes movimentos no interior das redes, além de sua funcionalidade sistêmica imediata, são processuais e, portanto, podem ser portadores de novas configurações históricas e espaciais:

Mediante as redes, há uma criação paralela e eficaz da ordem e da desordem no território, já que as redes integram e desintegram, destroem velhos recortes espaciais e criam outros. (Ibid., p. 222)

Conforme Welmann et alli (1996, p. 231), as redes sociais estão se tornando simultaneamente mais globais e mais locais, na medida em que cada vez mais há conexões do espaço mundial com os assuntos dos espaços domésticos.

As novas tecnologias de informação, enquanto geradoras de redes técnicas (internet, fax, TV a cabo comunitária, rádios piratas, etc), têm permitido aos atores coletivos e movimentos sociais engendram redes que redimensionam seus territórios de influência e de ação e se comunicam em tempo real. Por meio destas redes há, portanto, uma contínua reterritorialização dos processos de ações coletivas.

Reportando-se a resultados de pesquisa empírica realizada sobre organizações locais na América Latina, Villasante (1996: 40) conclui que há vários níveis de relacionamento no cotidiano:

a rede submersa, a rede local e também a rede global... Há uma mistura permanente entre o informal local e o global que muitas vezes se sobrepõe às organizações locais, aos dirigentes e técnicos,

constituindo-se num problema em virtude dessa outra conotação que acaba desarticulando o tecido social das comunidades.

Assim como há possíveis problemas resultantes da conectividade de diversas espacialidades, há pesquisas que também indicam ganhos. Fisher (1993), com base numa pesquisa sobre o papel das ONGs no Terceiro Mundo, conclui que, desde meados da década de 1980, as redes têm permitido um desempenho organizacional melhor do que um pequeno número de organizações pequenas e homogêneas não conectadas. Além disso, na maioria dos países, ONGs de apoio e organizações inter-governamentais, cooperam mutuamente de alguma forma e desenvolvem parcerias com os governos. “Sobretudo a idéia de se relacionar em redes (*networking*), mesmo em torno de formas particulares de redes, tem se tornado contagiante” (Ibid: 210). Trata-se aí, pois, do desenvolvimento de um imaginário acerca dos potenciais das ações coletivas na era da informação, conforme já foi mencionado.

Desta forma, os conflitos, as contestações e as agendas sociais se globalizam e se particularizam simultaneamente, através de redes de informações, de redes interorganizacionais e de redes de movimentos. Os problemas comunitários — o local — podem se projetar universalmente, assim como uma ética ou valores planetários — o universal — podem se expressar simbolicamente ao nível das ações locais. Por exemplo, Chico Mendes é transformado num símbolo universal da resistência para a conservação das florestas, assim como a ética ecologista da ação ativa não violenta é incorporada pelo movimento dos seringueiros (Scherer-Warren, 1998).

Como investigar, a partir de uma perspectiva de análise de redes, os atores coletivos e os movimentos sociais, contemplando e adequando os parâmetros enunciados acima? Sugere-se que uma agenda de pesquisa considere:

- Que organizações e atores (lideranças, mediadores, etc) representam-se nós/elos fundamentais das redes, dinamizando os fluxos de informações, o desenvolvimento de solidariedades, o estabelecimento de estratégias, negociando alternativas de mudanças, etc.?
- Que tipo de imaginário se constrói em torno de um ideário de democratização e de uma utopia emancipatória, através das conexões em rede dos agentes coletivos?
- Como se dá a conectividade da rede, ou seja, como atores e organizações locais interagem com agentes coletivos atuantes nas escalas regionais, nacionais e transnacionais, e que novas territorialidades de ação se constroem neste processo?

- Quais são as organizações, atores e movimentos que são integrados ou excluídos através das redes, e quais as razões subjacentes a estes processos?
- Que forma assumem as interações que se estabelecem através das redes de informação e quais seus resultados (grau de coesão grupal, tipo de solidariedade, de estratégias, mecanismos de negociação, representações simbólicas, construção de processos de subjetivação, multiculturalismos ou hibridações culturais, universalização de valores, etc.)?

DIMENSÃO DAS TEMPORALIDADES HISTÓRICAS

Os movimentos sociais se constróem em torno de legados históricos e de projetos, ou de raízes e opções (cf. Santos, 1997). As redes de movimentos, através de seus vários níveis de manifestação (submersas, latentes, virtuais ou estruturadas), respaldam-se em várias temporalidades: o passado (a tradição, a indignação), o presente (o protesto, a solidariedade, a proposta) e o futuro (o projeto, a utopia).

Para Wellman e Wetherell (1966), as análises de redes sociais devem ser focalizadas nas relações sociais e na estrutura social, uma vez que estas relações podem ser blocos estruturantes da sociedade. Em relação aos movimentos sociais, trata-se de enfocá-los a partir do que representam em termos de processos inovadores e de reprodução ou acumulação de experiências históricas.

A equação das raízes/opções, nos termos de Boaventura Santos (1997), pode ser frutífera nos movimentos sociais na medida em que “o passado deixar de ser a acumulação fatalista de catástrofe e for tão-só a antecipação da nossa indignação e do nosso inconformismo” (p. 116). Há ainda, segundo o autor, que se

reinventar o passado [raízes] como negatividade, produto da iniciativa humana, e, com base nele, construir interrogações poderosas e tomadas de posição apaixonadas [opções], capazes de sentidos inesgotáveis... O inconformismo é a utopia da vontade (p. 117).

Enfim, ao nível das exemplificações, Boaventura chama atenção para o fato de que as alianças e coligações têm logrado melhores resultados em superar as separações territoriais do que superar as diferentes formas de discriminação e opressão. Desta forma,

as coligações transnacionais têm sido mais fáceis entre grupos feministas ou entre grupos ecologistas ou indígenas [redes intra-

temáticas] do que entre uns e outros [redes inter-temáticas ou redes de redes]... Isto se deve ao desequilíbrio entre teorias da separação e teorias da união (p. 118).

A contribuição dos movimentos sociais ao processo civilizatório teria, portanto, que passar pela sua capacidade de coadunar as opções das identidades específicas, territorializadas ou desterritorializadas, com valores mais universais e híbridos resultantes da memória da indignação historicamente construída por sujeitos coletivos.

Nesta direção, Siqueira (1996: 133-49), em análise das organizações afro-brasileiras, observa que o “reconhecimento de diferenças étnicas” deve ser acompanhado de uma “ética suficiente para se perceber que estamos todos integrando positivamente uma sociedade”. A partir daí, a autora observa como organizações étnicas na Bahia têm dois objetivos essenciais:

dinamizar marcas da herança civilizatória que lhe dá referência [raízes], enquanto se autodenominam *afro-brasileiros*, e buscar melhores condições de vida em sociedade, com auto-estima e cidadania, [opções] em resposta aos processos de exclusão e/ou categorização no interior da sociedade envolvente [projeto civilizatório].

Portanto, as articulações entre tradições culturais reavaliadas e as novas utopias de transformação permitiriam, assim, aos movimentos sociais trazerem novas significações aos processos civilizatórios.

Todavia, processos desta natureza não estão isentos de tensões internas nas relações inter-grupais, mesmo porque, como já foi lembrado anteriormente, articular diferentes identidades específicas, em nome de uma identidade universal mais genérica, é um forte desafio da contemporaneidade. Em análise das parcerias face à revitalização do Pelourinho, na Bahia, Fischer et alli (1996:180), observaram uma certa intolerância às diferenças de grupos tradicionais e novos:

Há por parte dos “antigos” uma percepção dos “novos” como intrusos. Coloca-se, então, uma negação mútua, uma dificuldade no estabelecimento de relações de alteridade e, mais ainda, de confiança — elementos fundamentais na gestão da parceria e nas redes estratégicas e de solidariedade, que lhes dão suporte.

Pode-se concluir que o tecido social sobre o qual as redes sociais e de ações coletivas se estruturam, é perpassado por dimensões temporais, espaciais e de formas de sociabilidade. De acordo com Alexander (1997:175), “as bifurcações temporais das sociedades civis se entrelaçam com as fragmentações

fundadas no território”. A fim de enfrentar os processos de exclusão social decorrentes, o autor acrescenta que

os movimentos se utilizam das instituições de comunicação para persuadir a opinião pública de que é preciso “rever” a história; recorrem às instituições reguladoras para forçar a opinião pública a tornar ilegais as leis decorrentes dessa versão obsoleta da história.

Enfim, adicionando-se esta dimensão da temporalidade, uma agenda de pesquisa das ações coletivas, a partir de uma perspectiva da análise de redes, poderá incluir as seguintes interrogações:

- Como se articulam as tradições culturais com os novos ideários e utopias dos movimentos sociais e, em que medida, o resgate cultural se transforma em indignação mobilizadora da mudança?
- Em que medida as articulações sob a forma de redes revertem em possibilidades de hibridações culturais ou reafirmam sectarismos pré-existentis?
- Que tensões ocorrem entre os atores coletivos que buscam parcerias, mas que são expressões culturais de temporalidades históricas distintas e, em que medida, as ações coletivas sob a forma de redes desenvolvem mecanismos e idéias-força para superá-las?

Em síntese, cabe indagar sobre os significados em termos de processos civilizatórios, oriundos de articulações entre atores coletivos que representam temporalidades variadas em termos sócio-culturais, considerando-se suas possibilidades de conectividade em múltiplas escalas espaciais. Isto é, como avaliar as conexões sociais que contemplem, simultaneamente, legados históricos e projetos de transformação, em escalas locais e globais, nesta era da informação.

O movimento social propriamente dito (cf. Scherer-Warren, 1997) será, assim, apreendido a partir da investigação de processos articulatórios em várias dimensões analíticas:

- nos vários níveis da *sociabilidade*, do cotidiano (redes sociais submersas) ao campo da política (redes manifestas dos atores coletivos);
- em várias *escalas espaciais*, do local ao global (através das redes técnicas e da reterritorialização de processos de ações coletivas);
- na expressão e ressignificação de várias *temporalidades históricas* (relação entre redes sociais estruturadas ou instituídas — raízes/legados culturais — e redes sociais estruturantes ou instituintes — opções/utopias).

ABSTRACT

This article intends to initiate a discussion on the adequacy of collective action in the information era. It begins with a synthesis of the main theories on social movements in this century in order to situate the present debate over the state of the art in this matter. It then proposes an analysis of social movements based on the category of networks, which includes the following dimensions: of sociability, that is, of primary social networks and political articulations; of spaciality, which contemplates local-global connections through technical networks; of historical temporalities, referring to articulations between the new idearies and the cultural tradition and its meanings in the transformation.

RÉSUMÉ

L'article commence avec un débat sur l'opportunité des études sur les actions collectives actuelles influencées par l'informatique du à ce fait, l'auteur fait une synthèse des théories les plus importantes sur les mouvements sociaux à la fin de ce siècle. Ensuite il y a une analyse des mouvements sociaux à partir de la catégorie des "réseaux", dans laquelle il privilégie les dimensions suivantes: sociabilité (réseaux sociaux primaires et leurs articulations locales/globales), à travers les réseaux techniques; les temporalités historiques au sujet des articulations entre les nouveaux idéal et la tradition culturelle et leur contribution en terme de transformation.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alexander, Jeffrey (1997) "Aspectos não-civis da sociedade: espaço, tempo e função". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 33: 169-80.
- Alvarez, Sonia E., Dagnino, Evelina & Escobar, Arturo (org.) (1998) *Cultures of politics/politics of cultures: re-visioning Latin American social movements*. United States of America: Westview Press.
- Ayres, Jeffrey M. (1997) "From competitive theorizing towards a synthesis in the global study of political movements: revisiting the political process model". *International Sociology*, 12, 1: 47-60.
- Benakouche, Tamara. (1996) *De fluxos e nós: as propriedades das redes (notas para discussão)*, paper.
- Calderón Gutiérrez, Fernando & Santos, Mario R. (orgs.) (1987) *Los conflictos por la constitución de un nuevo orden*. Buenos Aires: CLACSO.

- Camacho, Daniel & Menjivar, Rafael (orgs.) (1985) *Movimientos populares en Centroamérica*. Costa Rica: PAL/FLACSO/UNU.
- Carvalho, Maria do Carmo A. A. (s/d) *Redes de movimentos sociais: uma perspectiva para os anos 90*, paper.
- Cohen, Jean L. (1985) "Strategy or identity: new theoretical paradigms and contemporary social movements". *Social Research*, 52, 4: 663-716.
- Dabas, Elina. (1995) "De la desestructuración de lo macro a la estructuración de lo micro: las redes sociales en la reconstrucción de la sociedad civil" in E. Dabas & D. Najmanovich (org.), *Redes el lenguaje de los vínculos – hacia la reconstrucción y el fortalecimiento de la sociedad civil*. Buenos Aires: Paidós.
- Dalton, Russel J. & Kuchler, Manfred (1992) "Los nuevos movimientos sociales y el orden político, o la posibilidad de que los cambios producidos preparen una estabilidad a largo plazo" in R. Dalton & M. Kuechler (org.), *Los nuevos movimientos sociales*. València: Edicions Alfons el Magnànim.
- Diani, M. (1992) "The concept of social movement". *The Sociological Review*, 1-25.
- Dias, Leila Cristina. (1995) "Redes: emergência e organização" in I. E. de Castro, P. C. da C. Gomes & R. L. Corrêa (org.), *Geografia conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Doimo, Ana Maria (1995) *A vez e a voz do popular – movimentos sociais e participação política no Brasil pós 70*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/ANPOCS.
- Esquivel, Adolfo Pérez (1997) "Una propuesta abierta ante el tercer milenio". *Revista Del Sur*, 66: 30-1.
- Evers, Tilman (1984) "Identidade: a face oculta dos novos movimentos sociais". *Novos Estudos CEBRAP*, 4: 11-23.
- Eyerman, Ron & Jamison, Andrew (1991) *Social movements: a cognitive approach*. Cambridge: Polity Press.
- Fischer, Tânia & Carvalho. (1993) "Poder local, redes sociais e gestão pública em Salvador-Bahia" in T. Fischer (org.), *Poder local, governo e cidadania*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- Fischer, Tânia, et al. (1996) "Centro histórico de Salvador: a gestão em parceria de novos tempos e novos espaços" in T. Fischer (org.), *Gestão contemporânea, cidades estratégicas e organizações locais*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- Fisher, Julie (1993) *The road from Rio: sustainable development and the nongovernmental organizations in the third world*. Westport: Praeger.
- Gohn, Maria da Glória (1997) *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola.
- Guattari, Félix (1981) *A revolução molecular: pulsações políticas do desejo*. Tradução de Suely Rolnik. São Paulo: Brasiliense.

- Habermas, Jürgen. (1980) *A crise de legitimação no capitalismo tardio*. Tradução de Vamireh Chacon. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Harvey, David. (1992) *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola.
- Kärner, Hartmut. (1987) "Movimentos sociais: revolução no cotidiano" in I. Scherer-Warren & P. J. Krischke (org.), *Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Brasiliense.
- Klandermans, P. Bert. (1992) "La unión de lo 'viejo' con lo 'nuevo': el entramado de los movimientos sociales en los Países Bajos" in R. J. Dalton & M. Kuechler (org.), *Los nuevos movimientos sociales*. València: Edicions Alfons el Magnànim.
- Klandermans, Bert, Kriese, Hanspeter & TARROW, Sidney (1988) "From structure to action: comparing movement participation across cultures". *International Social Movement Research*, 1.
- Laclau, Ernesto (1986) "Os movimentos sociais e a pluralidade do social". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 1, 1: 44-7.
- Laclau, Ernesto & Mouffe, Chantal (1985) *Hegemony and socialist strategy: towards a radical democratic politics*. Verso Books.
- Loiola, Elisabeth & Moura, Suzana (1996) "Análise de redes: uma contribuição aos estudos organizacionais" in T. Fischer (org.), *Gestão contemporânea: cidades estratégicas e organizações locais*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- Meadam, Doug, Tarrow, Sidney & Tilly, Charles (1996) "To map contentious politics". *Mobilization*, 1, 1: 17-34.
- Melucci, Alberto. (1989) "Um objeto para os movimentos sociais". *Lua Nova*, 17: 49-66.
- _____ (1996) *Challenging codes: collective action in the information age*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Mesquita, Zilá (s/d) *Redes e interdependência: reflexões preliminares*, paper.
- Pieterse, Jan Nederveen. (1994) "Globalisation as hybridisation". *International Sociology*, 9, 2: 161-84.
- Randolph, Rainer (1994) "A rede como integração da diversidade – o desafio da análise de múltiplas articulações de processos locais". *VI Colóquio sobre poder local*, Salvador.
- Sader, Eder (1988) *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Santos, Boaventura de Sousa (1997) "A queda do angelus novus – fragmentos de uma nova teoria da história". *Novos Estudos CEBRAP*, 47: 103-26.
- Santos, Milton (1996) *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec.

- Scherer-Warren, Ilse & Krischke, Paulo J. (orgs.) (1987) *Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Brasiliense.
- Scherer-Warren, Ilse (1996) *Redes de movimentos sociais*. 2ª edição. São Paulo/Rio de Janeiro: Loyola/Centro João XXIII.
- _____ (1998) *Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização*. São Paulo: Hucitec.
- Scott, Alan (1990) *Ideology and the new social movements*. London, Unwin Hyman.
- Siqueira, Maria de Lourdes (1996) "Ancestralidade e contemporaneidade de organizações de resistência afro-brasileira" in T. Fischer (org.), *Gestão contemporânea: cidades estratégicas e organizações locais*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- Touraine, Alain (1978) *La voix et le regard*. Paris: Seuil.
- _____ (1994) *Crítica da Modernidade*. Tradução de Elia Ferreira Edel. Petrópolis: Vozes.
- Villasante, Tomás R. (1996) "Metodologia dos conjuntos de ação" in T. Fischer (org.), *Gestão contemporânea, cidades estratégicas e organizações locais*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- Waterman, Peter (1994) "Global, civil, solidario. La complejización del nuevo mundo". *Nueva Sociedad*, 132: 128-44.
- Wellman, Barry & Wetherell, Charles (1996) "A program for historical community social networks analysis: some questions from the present for the past". *International Journal of Family History*, 1, 1.
- Wellman, Barry et alli (1996) "Computer networks as a social networks: collaborative work, telework, and virtual community". *Annual Review of Sociology*, 22: 213-38.

Ciberespaço: novas formas da interação social

*Tamara Tania Cohen Egler**

Resumo. O ciberespaço se constitui em novas formas da comunicação que transformam e ampliam a interação entre os homens. O objetivo de nossa reflexão foi compreender como a comunicação transforma relações de produção e troca e muda as formas do espaço. O desenvolvimento da análise procura identificar as transformações em curso, que regem as relações que definem as novas formas da produção, apropriação e gestão dos espaços. O núcleo central da formulação está na relação conhecimento e ação, quando o desenvolvimento de novas tecnologias de comunicação e informação pode capacitar as nações a produzir, acumular e difundir o conhecimento o que conduz para uma ação de indivíduos inteligentes que escrevem o desenvolvimento social.

Palavras-chave. Comunicação, produção do espaço, ciberespaço, informatização, interação social.

Na contemporaneidade, a comunicação penetra na grande maioria dos domínios da vida econômica e social. Trata-se de um intenso movimento de tecnologização dos processos de produção e troca de objetos e relações sociais que resultam em profundas transformações da ordem espaço-temporal das nações.

Os estudos sobre o espaço são classicamente compreendidos no âmbito de um lugar analítico que na sua forma mais abstrata compreende o espaço como lugar de dimensão tridimensional composto de objetos e relações sociais. Ali condensam-se formas físicas edificadas que abrigam processos de organização da produção, circulação e troca que são socialmente e desigualmente apropriados.

As diferentes etapas do movimento de transformação da sociedade resultam em formas específicas de urbanização, onde para cada momento

* Tamara Tania Cohen Egler é professora do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Pesquisadora do CNPq.

histórico vamos ter um processo específico de organização da produção econômica e apropriação social. A história da urbanização é escrita a partir de um olhar que compreende as transformações econômicas que se plasmam na produção do espaço. Para cada momento histórico, uma determinada formação do território, nessa ordem se sucedem as cidades: colonial, mercantil, e industrial.

A transformação da sociedade, do capital e do trabalho para a sociedade da comunicação coloca uma série de novas indagações: Quais são as transformações em curso, dadas pela crescente tecnologização que rege as novas formas do espaço na sociedade brasileira? Existe um ciberespaço?

Podemos dizer que o espaço informacional não corresponde às formas acadêmicas de pensar. Mas estamos próximo de novas relações que deverão definir as transformações nas sociedades contemporâneas. (Miège, 1995)

A ação comunicacional pode ser lida como a forma de expressão das nações. A cultura é o patrimônio acumulado de saberes e a comunicação é a capacidade de ampliar a sua difusão. Podemos observar na história que o desenvolvimento da humanidade está associado à sua capacidade de expressão. A fala, a escrita e a imprensa fazem as marcas da transformação histórica (Levy, 1992). Quanto maior a capacidade de acumulação de saberes e mais ampla a sua difusão, vamos encontrar mais possibilidades para o poder social

A crescente informatização da sociedade produz mutações que podem ser observadas nas novas relações espaço-temporais. A invenção das novas tecnologias conduz a novas relações desterritorializadas e destemporalizadas. O essencial desta análise demonstra que formas materiais são substituídas por processos imateriais, onde o tempo é abolido e são alteradas as necessidades espaciais, pela instantaneidade da comunicação informatizada (Santos, 1996).

A transformação das relações espaço-temporais têm efeitos sobre as formas de produção do espaço. A tecnologização da economia, sociedade e território esta alterando profundamente a lógica da produção, apropriação e troca o que transforma a natureza da constituição espacial. Com essa reflexão estamos querendo dizer que a passagem de uma sociedade ancorada na realização do trabalho, para uma sociedade onde o núcleo central está fundado na comunicação, constitui novas possibilidades de interação para a produção, circulação e troca.

A comunicação amplia a interação entre empresas, instituições e sujeitos sociais, na medida em que publiciza processos e procedimentos e reduz a entropia, a desordem e a incerteza. Ao estabelecer maior interação, amplia as possibilidades de compreensão que conduz a práticas sociais mais interativas. É uma forma de tornar a complexidade social mais aberta, mais

clara para poder ser lida pelos indivíduos para que venham a agir mais facilmente no complexo de oportunidades e responsabilidades que compõem o sistema social.

O essencial dessa formulação é que a comunicação transforma formas de pensar fechadas em formas de pensar abertas. Ela elimina a entropia e abre os sistemas de informação, de onde se depreende que é chegada a hora de se abrir o conhecimento e transformar uma sociedade fechada em uma sociedade aberta. (Miège, 1995)

As transformações na sociedade da comunicação incidem sobre elementos centrais dos processos espaciais. O nosso objetivo é entender as relações que se estabelecem entre a ampliação dos meios de comunicação e as formas espaciais. Trata-se de refletir sobre as novas formas do espaço que se estabelecem nas infovias do mundo cibernético. Para distinguir as formas espaciais da sociedade industrial das formas espaciais da sociedade da comunicação, podemos referenciar objetos e idéias.

São gerados espaços para criar o cenário das relações sociais, lugares onde se realizam os processos econômicos e sociais, onde o pensamento é expresso pela fala e se conduzem as ações dos homens. O advento de novas tecnologias que difundem o pensamento através de desenvolvimento de técnicas simbólicas e intelectuais pode ser considerado o fato responsável pela criação dos novos espaços de comunicação. A transformação da sociedade do trabalho em sociedade da comunicação conduz a uma nova noção de espaço, associada à capacidade de comunicação que amplia a interação entre os homens.

São novas formas espaciais que não substituem as anteriores. A interação via rede transforma as relações internas de produção, quando observamos novas necessidades na constituição de espaços materializados e de localização. As transformações na ordem da circulação e da troca são definitivas, na medida em que são substituídas relações monetárias por outras informacionais. O acesso a bens e serviços passa por uma ordem em que o saber antecipa as escolhas e está associado à capacidade de lidar com os espaços informacionais. Profundas transformações nas necessidades espaciais podem ser lidas em objetos e idéias.

Para pensar essas relações podemos decompor nosso objeto de análise em três elementos associados ao processo de produção, de apropriação e de autodeterminação, inscritos nas formas espaciais. Trata-se portanto de refletir sobre as relações que se estabelecem entre o espaço composto de objetos e de idéias, nos domínios das esferas delimitadas.

Estamos convencidos que a ampliação da comunicação via rede deverá alterar as formas de produção do processo espacial. Refletir em torno desse movimento que se inicia na sociedade brasileira, é olhar para o futuro, tentando

se apropriar processos de transformação em curso e seus efeitos sobre as formas espaciais.

COMUNICAÇÃO E PRODUÇÃO DO ESPAÇO

O espaço é um conceito teórico e abstrato que deve ser distinguido das formas históricas de sua concretização. Esse plano analítico permite que se compreendam as diferentes formas de sua concretude histórica: para cada período, uma forma de constituição das espacialidades. Nesse plano, o processo de urbanização emerge como a forma de constituição do espaço na sociedade industrial. (Santos, 1994)

O primórdio do processo de industrialização/urbanização capitalista é compreendido como condição necessária ao desenvolvimento da produção, onde as interações entre as diferentes unidades, poderiam compartilhar das mesmas condições externas necessárias ao desenvolvimento das atividades fabris. O núcleo central da urbanização é a condição de localização territorial. Estar ao lado é compartilhar do mesmo processo espacial que cria a ecologia própria ao desenvolvimento das atividades fabris.

Os estudos sobre as formas de produção dos espaço urbano estiveram associados à economia marxista, onde o espaço foi analisado como o resultado de um processo de produção industrial resultante da interação dos diferentes capitais que se voltavam para a produção de mercadorias. O urbano foi lido na sua instância econômica, como o lugar onde se realizava a produção, circulação, troca e consumo. A estrutura analítica é dada pela lógica da produção de mercadorias capitalistas. Os conceitos e fundamentos da economia marxista se constituem nos instrumentos analíticos para explicar o processo urbano. Fundamentalmente, a proposta é compreender a lógica do processo de produção da materialidade urbana, lida a partir da lógica de acumulação do capital. Estruturas materiais e processos econômicos se combinam na explicação da produção capitalista do espaço urbano.

A passagem de uma sociedade do trabalho para a sociedade da comunicação altera a compreensão do espaço. Este se transforma em uma noção de lugar onde a interação se realiza através da comunicação. No lugar da proximidade espacial vamos encontrar a interação pela comunicação. Nessa direção, atividades que anteriormente requeriam formas materiais são substituídas por relações informacionais. Na sociedade da comunicação, o espaço é interação informacional, formado pelos elementos que compõem a comunicação. As implicações desse movimento sobre a espacialidade nos permitem pensar que a ampliação da interação humana por rede, tende a substituir edifícios por informação eletrônica.

É conhecida a importância da imagem nas formas da comunicação contemporânea. No lugar de processos de construção do espaço, temos produções imagéticas no espaço cibernético. O espaço está inscrito nas estruturas informatizadas das novas formas de representação, nas estruturas de navegação multimidiática, nas infovias, no mundo cibernético. É um novo espaço e sua forma está em elaboração, constitui-se em uma reunião de diferentes linguagens: informática, imagética e textual. (Egler, 1996)

É uma nova espacialidade que altera as formas e os processos da cidade material. Podemos observar que as novas tecnologias produzem instantaneidades, eliminam a importância da localização, alteram os padrões centralmente organizados e reduzem as necessidades espaciais. A proximidade espacial, que está associada à necessidade da troca de informações e da tomada de decisão entre os membros que participam de um processo de trabalho, é substituída pela interação via rede.

As relações entre as diferentes instâncias do processo econômico alteram-se na medida em que as relações gerais são substituídas por relações parciais. Mais claramente: o processo de urbanização que estava ancorado na divisão técnica do trabalho está agora associado à proximidade das relações espaciais.

A informatização da economia altera as bases dessa formulação. Não se trata mais de ocupar o mesmo espaço. O fundamento da constituição de espaços cibernéticos está na capacidade de colocar em disponibilidade processos de comunicação e informação que ampliam a interação eliminando intermediações. A condição da localização material se dissolve para dar lugar à interação comunicativa.

Essa mudança na interação pode ser lida, por exemplo, no sistema bancário de prestação de serviços. Onde observamos alterações nas relações entre banco e correntistas. A tecnologização dos fluxos monetários produz novas relações onde são abolidos os caixas e a operação passa a ser realizada pelo usuário via rede. Isso quer dizer que ao realizar a operação, o usuário está eliminando a necessidade do caixa, e com ele, de todo um sistema material de agências bancárias. Com isso são substituídos edifícios por tecnologia informática.

Essa leitura pode ser feita também sobre, por exemplo, a alteração das formas de organização e controle do trabalho que reestrutura as formas de localização das empresas. O trabalho a domicílio, interconectado em rede, que responde a novas formas das relações capital/trabalho, tem como decorrência a redução das necessidades espaciais. Ainda nesse mesmo exemplo, a instantaneidade da comunicação reduz, tempos e processos de trabalho. A tecnologização da vida cotidiana conduz a alterações nas relações entre o indivíduo, o tempo e o espaço.

Dessa forma podemos dividir as condições de realização espacial em duas compreensões: uma primeira, material, necessidades de infra-estrutura; e uma segunda, informática, necessidade de interação comunicacional. O que se dissolve é a localização, porque para qualquer uma dessas condições ela não é importante. O lugar para a realização da atividade pode ser qualquer um no mundo, basta que tenha infra-estrutura mecânica e informática.

As implicações dessa relação incidem sobre a lógica do processo de produção econômica e sobre as formas de constituição do espaço. No nível da produção material as decisões relativas à localização das unidades fabris passam a se realizar através de outras condicionantes que não a localização, como custos operacionais, na sua maioria salariais. Dessa forma, podemos observar uma nova lógica, na organização da produção, onde a base territorial, passa à ser secundária frente às novas condicionantes da produção que se mundializa.

No espaço intra-urbano podemos observar que a nova ordem produz uma alteração na lógica de apropriação da renda fundiária e do ganho imobiliário, na medida em que se altera a lógica da proximidade espacial e altera a realização da renda diferencial no solo urbano.

Se a localização territorial já não interfere sobre a lógica dos preços de produção de mercadorias e suas conseqüências sobre a formação de rendas diferenciais, essa condição altera a formação da renda da terra e de sua apropriação, bem como a formação dos preços da terra urbana, o que conduz a uma nova dinâmica de estruturação do espaço urbano. Não seria demais pensar que num futuro próximo a renda da terra tenda a se organizar a partir de novos condicionantes, não materiais. O essencial da análise é que a nova ordem da localização altera a lógica de instalação das unidades fabris, muda a estratégia de localização e produz transformações na produção do espaço material.

A produção do espaço comunicacional está associada a uma nova lógica, onde a relação é informacional. Navegar no ciberespaço é observar a multiplicidade de lugares, processos, oportunidades de vida, de trabalho, de lazer, que se sucedem na tela do vídeo. A relação do sujeito com o espaço se altera, o sujeito percorre o espaço sentado na sua mesa de trabalho, trata-se de uma relação acorporal que inverte a interação sujeito/espaço.

Estar na cidade é percorrer sucessivamente diferentes espacialidades tridimensionais da nossa realidade cotidiana. Percorrer os espaços da cidade é estar num lugar, encontrar uma pessoa, realizar um processo, experimentar fatos materiais que se sucedem na nossa percepção do mundo construído. O ciberespaço se realiza através de imagens, textos e linguagem informacional. Navegar no mundo imaterial é percorrer um conjunto de informações que qualificam a nossa relação com o mundo de oportunidades e processos.

A informação é o veio condutor da relação imaterial. O ciberespaço é informacional, imaterial e acorporal.(Egler, 1996) Sua produção depende de um conjunto de conhecimentos de informática, criatividade imagética e organização da informação, que realiza as possibilidades de navegação no espaço infinito da rede. Estamos diante de um novo mundo onde as múltiplas possibilidades de sua produção apenas se iniciam. O espaço na rede é essa superposição de sítios que podemos acessar através de um endereço eletrônico, que nos coloca em contato direto com uma informação que realiza a multiplicidade de processos de saber, de trabalho, de mercado, de lazer, na mesma instância do ciberespaço.

Trata-se de um espaço que multiplica as possibilidades de estar no mundo. O espaço cibernético tem a propensão de operar articulações entre as diferentes instituições, empresas, organizações sociais que compõem a rede. Trata-se de um espaço que permite transversalidades e a interação entre distintos campos. Todos os sítios se sucedem na tela, não há distinções. Amplia as possibilidades de acesso dos sujeitos sociais ao conjunto das instituições e processos que compõem a rede.

Nessa sociedade cibernética tudo está por ser feito. A cada dia que passa, são pensados, criados e implantados numerosos processos que estão transformando o mundo em todas as suas esferas, na educação, na política, na vida cultural, informacional, nos serviços públicos e na vida privada. Trata-se de uma passagem irrevogável e irreversível que deverá transformar profundamente a ordem econômica, social e territorial das nações. (Nora, 1995) Os efeitos sobre as formas de organização do território e da construção intraurbana são desconhecidos, mas podemos imaginar que estamos num novo mundo que certamente deverá acompanhar um movimento profundo de transformação de sua ordem espacial.

INFORMAÇÃO, CONHECIMENTO E DOMINAÇÃO

A questão proposta é refletir sobre os efeitos do desenvolvimento das tecnologias de comunicação e informação sobre o processo social. Na literatura podemos identificar duas correntes analíticas, uma primeira que valoriza seus efeitos e lhe atribui potencialidades para o desenvolvimento social e uma segunda que questiona as possibilidades enunciadas e compreende seus efeitos como uma ampliação das desigualdades sociais.

A primeira formulação observa que a nova base técnica vem para ampliar a acessibilidade a um conjunto de informações, que coloca em disponibilidade o conhecimento socialmente produzido, que facilita a troca entre os homens, mundializa as relações aproximando as diferentes culturas e que é um

movimento que realiza a transformação social através da informação. (Ianni, 1996; Miège, 1995; Levy, 1996; Lojkine, 1995)

A segunda questiona seu potencial transformador indicando novas estruturas de dominação que se realiza através da esfera simbólica, que conduz as ações dos sujeitos através da subordinação do desejo a uma vontade que lhes é estranha, que subordina a cultura à esfera do capital mundializado, e que aniquila as condições da criatividade do lugar quando se amordaça o indivíduo a ritmos e processos impróprios ao tempo da vida cotidiana. A crítica se inscreve na ampliação da desigualdade social acentuada pelo maior ou menor acesso aos meios de informação e comunicação. (Santos, 1992, 1994; Ribeiro, 1992, 1993; Sódre, 1992)

O essencial da questão pode ser enunciado através da teoria que entende que as práticas sociais são resultantes de um sistema cognitivo. Esse enunciado nos remete a Hanna Arendt (1994) que desenvolve sua teoria no seio da análise em que a compreensão antecede a ação, sendo o conhecimento dado pelo senso comum ou pela instituição científica elemento que antecede e precede a ação. Quando as sociedades podem ser lidas através de um conjunto de saberes que foram condensados ao longo de seu desenvolvimento social e cultural.

As relações entre o indivíduo e o social estão em pauta, na medida em que se compreende que a manutenção e transformação do social resultam da ação inteligente de indivíduos, compreendida como as atividades cognitivas dos sujeitos singulares.

Nessa compreensão, os meios de comunicação interpretam um papel fundamental, na medida em que eles podem ser agentes estimuladores desse conhecimento. O debate se desenvolve então na autonomia desse conhecimento, onde a subordinação e a liberdade passam a ser elementos dessa análise.

A análise que sublinha as formas da dominação observa as relações que se estabelecem no mundo globalizado, onde estão presentes países desenvolvidos e subdesenvolvidos e onde se veicula a venda de produtos, valores, gostos, gestos e atitudes que modificam a dinâmica sócio-cultural local. Os países desenvolvidos emitem as mensagens e os subdesenvolvidos são receptores. Aí se estabelece uma relação de dominação que se realiza agora através de canais de comunicação. A igualdade na emissão e recepção passa a ser pauta para a convivência das nações globalizadas. (Miège, 1995)

Podemos ler outros autores que reconhecem que a multiplicidade e diversidade das culturas podem ser expressas através dos meios de comunicação, sendo possível também pensar em formas de interação que são resultantes dos encontros entre nações e que se desdobram em formas de

desenvolvimento social. É o caso, por exemplo, da cooperação internacional para produtos culturais, ou ainda para o desenvolvimento científico.

É clássica a análise que desenha o cenário das relações interpessoais e interinstitucionais, onde a dominação é dada pela emissão de mensagens que impõem ao indivíduo um desejo que lhe é exterior, resultante da emissão de mensagens que estimulam a aquisição de mercadorias ou conduzem a práticas sociais onde se dissolve a condição cidadã. Esse olhar está associado à compreensão dos meios de comunicação que emitem através de um canal que irradia para o conjunto da sociedade. Na relação emissão/recepção a fala é enunciada unilateralmente através de um discurso subordinador aos desígnios do outro, quando se realiza a dominação. (Sodré 1992, Kehl, 1991)

O desenvolvimento das novas tecnologias de comunicação e informação que se consolidam através da imagem digital e da irradiação por rede, conduz a alterações profundas nas relações de dominação porque elas estabelecem novas relações ancoradas na interatividade, onde se iguala a condição de emissão e recepção e pode-se conduzir a relações autodeterminadas. A diferença entre a televisão e a rede é exatamente essa: amplia-se a possibilidade de interpretar o papel de produtor e consumidor de informações, eliminam-se hierarquias e alcança-se horizontalidade nas relações.

A QUESTÃO EM PAUTA É: QUEM DOMINA QUEM?

Para pensar as relações de dominação dadas pelo advento de novas tecnologia Milton Santos escreve sobre o meio técnico-científico que conduz a novas relações entre o global e o lugar. Estamos pois diante de dois movimentos: um primeiro que mundializa, e um segundo que singulariza. O primeiro está inscrito no mundo digital, da instataneidade temporal e do espaço global. O segundo está na materialidade espacial, esfera cultural, relações pessoais e vida cotidiana. Para Milton Santos, o processo de globalização conduz a uma homogeneização que aniquila a cultura local, onde as novas formas da resistência devem acontecer na luta pela manutenção da cultura do lugar.

Essa dimensão do mundo da vida, lida tanto por Habermas quanto por Lefèbvre, é compreendida como o espaço da vida cotidiana. É ali que se realizam as múltiplas relações de troca de informação e conhecimento, nos microdomínios da vida cotidiana. É o espaço singular do cidadão, onde acontece a multiplicidade de processos de ordem cultural, que constituem os veios condutores da formação da vontade coletiva e da estrutura dos valores da sociedade. É o lugar da vida cotidiana cidadã, onde se manifesta a existência dos homens, onde se realizam as diferenças de modos de vida e onde são

reconhecidos os direitos ao espaço. É nessa esfera que vamos encontrar os elementos fundantes para realizar a abordagem revolucionária da vida cotidiana lida por Lefèbvre.

São os espaços onde existem tradição, conteúdos e culturas comuns que se compartilham. É ali onde se dá a estrutura dos valores que se reproduzem e formam as personalidades dos indivíduos, das tradições e conteúdos que são compartilhados pelas comunidades. É a formação dos sujeitos sociais que conduz a um determinado sentimento de identidade e ação de solidariedade, na compreensão habermasiana. É a importância da noção do singular que se antepõe ao geral, global.

As novas tecnologias ampliam a conectividade mundial e nacional permitindo novas formas espaciais e, por outro lado, aproximam o cidadão do seu lugar. Estamos pois diante de dois processos: um que responde a um espaço mundial, nacional que pode ampliar as condições de vida e de trabalho, e um segundo que é local, que realiza as possibilidades cidadãs em nível do lugar.

A economia, a política e a educação mudam. São colocados em disponibilidade processos que permitem uma maior acessibilidade a toda informação que possibilita uma maior interação dos sujeitos com a ordem econômica e institucional da sociedade. Mas o essencial é a nova forma de acessibilidade que se realiza através da conectividade mundial (Aftel, 1996) Trata-se de uma profunda alteração da ordem espacial que iguala a acessibilidade espacial a espaços mundiais.

Na literatura sobre o tema vamos encontrar esses dois posicionamentos, um primeiro que reconhece as potencialidades da cibersociedade, e um segundo que questiona suas formas de socialização. Para nós, o advento das novas tecnologias é um fato real, que está produzindo profundas transformações na base da estrutura social. Não se trata de negar, mas de reconhecer sua importância e estabelecer estratégias que resultem na ampliação de sua socialização. São duas esferas que não se substituem mas que se combinam num mesmo movimento de singularização e globalização, formando um todo das novas relações no tempo e no espaço da sociedade informacional.

COMUNICAÇÃO, TÉCNICA E SOCIEDADE

Nesse cenário analítico trata-se de compreender as relações que se estabelecem entre desenvolvimento técnico e social. Esta questão conduz à reflexão sobre os efeitos do desenvolvimento dos meios técnicos e das formas de apropriação social. Trata-se de indagar sobre as possibilidades de desenvolvimento social, resultantes de uma ação ancorada em meios técnicos.

No quadro de nossa análise essa relação pode ser lida nos efeitos do desenvolvimento de novas tecnologias de comunicação e informação sobre a sociedade. Em outros termos, a tecnologização da vida cotidiana poderá alterar as formas de desigualdade social?

O debate sobre as relações entre técnica e sociedade é secular. A possibilidade de se compreender de forma linear essa relação já foi afastada pelo desdobramento do processo histórico e pelos estudos clássicos das ciências sociais. O desenvolvimento técnico não conduz necessariamente a formas mais igualitárias de apropriação social. O que se observa é uma esfera técnica descolada do processo social.

Entretanto, o advento de tecnologias de comunicação e informação produz a possibilidade de se colocar em disponibilidade um conjunto de informações originadas da complexidade social, que tornam possível a acessibilidade ao conhecimento. Inverte-se a reflexão e a questão a ser debatida é a capacidade de se criar um elo entre funcionamento e apropriação social. Trata-se de interrogar para quem se realiza a apropriação do conhecimento?

Para responder a essa indagação podemos desenvolver nossa análise a partir do processo social em si. Para tanto, podemos eleger dois elementos analíticos, o primeiro, associado à disponibilidade de equipamentos e o segundo às formas de sua utilização. O fato concreto é que o Brasil conta atualmente com uma base de 6,5 milhões de computadores pessoais. No triênio 94/96, o mercado apresentou taxas de crescimento de 35%, 32%, e 51%. Em 1998 a produção deverá alcançar 2 milhões de unidades. O preço do computador caiu de R\$1700,00 para R\$ 1478,00. Foram comercializados, no espaço de três dias, mais de 300.000 computadores; o Ministério da Educação está informatizando as escolas públicas e aí instalando 100.000 computadores. No país existe hoje o dobro de unidades que existiam em 1995. São 20 milhões de pessoas que trabalham com computadores. (Internet, junho de 1998) A mais recente pesquisa sobre a Internet no Brasil, mostra que nos últimos seis meses o número de usuários que acessaram a Internet é de 1,6 milhões em nove capitais pesquisadas (JB 1/6/98).

Trata-se de uma inovação técnica que penetra em todas as estruturas do processo social, desde as formas de organização da produção e do trabalho, de difusão e irradiação da informação, de sociabilidade, de vida familiar e inclusive de relações afetivas. Em poucos anos a sociedade incorpora o uso de computadores e reinventa processos e procedimentos. Para avaliar a apropriação social é preciso compreender a inovação tecnológica inscrita na história da sociedade.

A ampliação da comunicação humana transforma a interação entre os sujeitos, altera práticas sociais e redefine processos de integração e exclusão social. Atenta às novas formas Ribeiro compreende que sua definição passa pela inserção nas novas estruturas informatizadas, onde o sujeito que dispõe de equipamentos e conhecimento técnico pode participar de novas estruturas de trabalho, realização de trocas e de apropriação do conhecimento. (Ribeiro, 1995)

No espaço da cidade industrial foi possível compreender as relações de exclusão, dadas a partir da renda familiar e da localização do sujeito na estrutura urbana. Os estudos sobre a dimensão social do espaço demonstram, como é possível observar, uma correspondência entre a renda familiar, o lugar da habitação e as condições de exclusão do mundo material e do processo social.

No espaço virtual novas formas de exclusão e inclusão são definidas pelo acesso às novas tecnologias de informação e comunicação como, por exemplo, dispor de um equipamento e de uma linha telefônica que permitem a conexão com o mundo virtual, onde estão as possibilidades de acessar novas condições de vida e de trabalho.

O nosso objetivo é refletir sobre as novas condições de sociabilidade dadas pelas novas tecnologias de comunicação. Isto não quer dizer que as condições de exclusão da materialidade espacial não estejam perdurando, elas se mantêm mas a complexidade do fato metropolitano é tão ampla que a inclusão pode se realizar pela informação.

Essa compreensão está associada à análise sobre as condições de uso da materialidade urbana que indicam apenas uma das facetas da cidadania. A condição de integração vai além das formas de produção do espaço, e insere-se na acessibilidade aos processos sociais. É por essa razão que a informação e o saber lidar com ela se constituem num novo dado do processo de realização da cidadania.

Cada vez mais a interação do processo social faz-se intermediar pela ação da imagem virtual. O indivíduo, defronte da tela do computador e através das redes, pode acessar um conjunto de dados que o colocam em comunicação imediata com um grande leque de trocas materiais, de apropriação de processos culturais, de saber científico e de trabalho.

Colocar em disponibilidade um conjunto de informações referentes às mais variadas possibilidades de organização da vida cotidiana aproxima o sujeito social do objeto de sua necessidade. Isso quer dizer que o advento de novas tecnologias de informação e comunicação permite uma maior interação do sujeito com o objeto de sua escolha. Hoje é possível adquirir músicas,

livros, imagens, através da rede, em um movimento que elimina intermediações. As novas tecnologias estreitam as relações entre produtores e consumidores, o que amplia as condições de acessibilidade. (Miège, 1995)

Existem portanto duas formas de pensar sobre a questão da exclusão: uma primeira associada às formas materiais e econômicas e, uma segunda, aos processos imaginários ancorados em relações identitárias, culturais de acessibilidade aos processos do conhecimento e da cultura. A condição cidadã se realiza através do sentimento de pertencer ao lugar, de fazer parte daquela comunidade. Na cidade material essa relação se realiza espacialmente, nos lugares da materialidade construída, no ciberespaço o pertencimento se realiza através da interação com a informação.

Por exemplo, a possibilidade de ler o jornal diariamente, para a maior parte da população brasileira, esteve sempre associada ao fato de dispor do jornal e do dinheiro. Nos mais longínquos lugares essa possibilidade não existia. Nem o jornal, nem o dinheiro. A conectividade da rede permite que se acesse a informação diária, instantaneamente, a um custo baixo, menor que uma carta de correio. Esse é apenas um exemplo de um conjunto de processos que podem ampliar a participação da população para um conjunto imensurável de processos econômicos, políticos e sociais.

Sabemos bem que o desenvolvimento da técnica em si não garante a acessibilidade social. Mas se observarmos a história vamos ler que não há uma instantaneidade na apropriação. Ela se realiza ao longo do tempo assim foi com o rádio, a televisão e hoje com o computador.

Emerge uma nova compreensão política das formas de organização social. Se os movimentos sociais urbanos do período de 70/80 estavam inclusos em reivindicações de caráter material, como luta por melhores condições de habitação, transportes e infra-estrutura de saneamento básico, a contemporaneidade conduz a novas necessidades, inscritas em esferas de natureza simbólica. As novas formas da resistência estão, portanto, dadas no acesso aos meios de informação e comunicação, e constituem novas formas de luta para a inclusão social. (Ribeiro, 1993)

O essencial desta reflexão é compreender que o desenvolvimento dado pelas novas tecnologias de informação e comunicação vai além das potencialidades da técnica em si e se inscreve na história das sociedades, onde a igualdade no acesso à informação depende de uma ordem social que se realiza na esfera política. Mais simplesmente, a história da sociedade é escrita a partir da ação dos sujeitos e as conquistas são resultantes das lutas que se realizam na esfera da ação política.

COMUNICAÇÃO E SUJEITO SOCIAL

A ampliação da acessibilidade à informação coloca à disposição da sociedade um conjunto de informações que podem socializar o conhecimento. São alteradas as relações público/privado, porque é ampliada a acessibilidade aos processos internos das instituições, tornando claro para a sociedade processos, procedimentos, possibilidades e responsabilidades.

O essencial de nossa reflexão é pensar em estruturas de ação social associadas à ação comunicativa. Para tanto trata-se de substituir formas de controle e dominação por estruturas de desvendamento do processo social. No lugar de dominar o mundo, desvendar o mundo. Assim, podemos pensar novas formas de práticas sociais que estão ancoradas em formas de comunicação e interação. (Habermas, 1986)

A concepção de uma sociedade centralmente organizada, com rígida divisão do trabalho, onde o processo de gestão se realiza através da ação de técnicos especializados, conduz à divulgação do saber por meio de revistas científicas, livros e outros meios impressos de circulação restrita. Trata-se da produção e da difusão de um saber produzido por especialistas e para especialistas. A ação é daqueles que comandam o processo, nesse caso os técnicos e o Estado. A mudança das formas de pensar, das formas de organização social, em que se valoriza a ação do sujeito social e se reconhece a importância da difusão da informação, redefine as relações entre Estado, sociedade e capital. O essencial da análise é implicar o sujeito social na construção das condições de sua própria existência. Nesta nova concepção, a informação passa a ser o elemento de apoio à ação desse sujeito.

Nessa direção, a informação é uma necessidade cotidiana, indispensável aos cidadãos em múltiplos atos da vida. Portanto, é responsabilidade das instituições públicas e privadas e das organizações sociais tornar a informação disponível para o conjunto da sociedade.

Um outro elemento de análise é compreender as mudanças em curso nas sociedades contemporâneas, nas quais as formas da comunicação guardam pouca relação com as tradições do pensamento científico e observam uma estreita relação com as ações sociais. A ação comunicativa incide sobre as necessidades cotidianas da vida social. Esta nova condição muda as circunstâncias de produção da informação e da comunicação, bem como de sua transmissão. (Miège, 1995)

O essencial da análise é redefinir as relações de interlocução, quando se compreende que é necessário socializar a informação para além dos limites estritos das instituições. Disponibilizar a informação é eliminar a entropia das instituições, quando o essencial do movimento é transformar sistemas fechados em abertos. (Miège, 1995)

Estabelecer canais de comunicação significa estabelecer uma relação entre a estrutura dos valores de uma sociedade e suas formas de ação. É no interior dessa relação que compreendemos a importância da difusão da informação. A proposição é colocar em disponibilidade um conjunto de informações capazes de ancorar uma prática que seja produzida pelo sujeito social.

Para Sfetz (1988), o social é o resultado da ação inteligente dos indivíduos. Para manter suas instituições sociais e promover sua transformação o papel do conhecimento é fundante. A informação em si não conduz necessariamente ao conhecimento mas certamente é um dos seus elementos. Todos têm direito a conhecer. A possibilidade de singularizar o conhecimento cria uma ecologia cognitiva que ancora as práticas sociais.

Trata-se de agir sobre os espaços do cidadão e produzir uma ecologia cognitiva na sociedade em que se vive, no sentido de alcançar uma forma de estar completo que permita ao sujeito produzir e usufruir da vida civilizada. Uma ação onde a transformação das desigualdades sociais passa por uma intervenção de ampliação da acessibilidade social. Esse é o fundamento da análise que contempla um movimento que valoriza as formas de apropriação social, onde a informação, e a comunicação, portanto, são o fundamento dessa orientação.

ABSTRACT

Cyberspace establishes new forms of communication which transform and amplify interaction between men. The purpose of our thought was to identify how communication transforms relations of production and exchange and transforms the forms of space. The development of this analysis attempts to identify the current transformations that govern the relations which define the new mode of production and appropriation of spaces. The central nucleus of that formula is in the relation between knowledge and action, when the development of new technologies of communication and information capacitates the nations to produce, accumulate and propagate knowledge, leading to the action of intelligent individuals who conduct social development.

RÉSUMÉ

Le ciberespace constitue des nouvelles formes de communication qui transforment et amplifient l'interaction entre les hommes. L'objectif de notre réflexion est de comprendre comment la communication transforme les relations de production, d'échange et de transformation des formes de l'espace. Le développement

de l'analyse cherche a identifier les transformmations en cours, qui regissent les relations qui expliquent les nouvelles formes de production et appropriation des espaces. Le principal de l' analyse est dans la relation savoir et action, où le développement de nouvelles tecnologias de communication et informations donnent la capacité aux nations de produire, d 'accumuler et de propager le savoir, qui conduit à l'action des individus qui ecrivent le développement social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

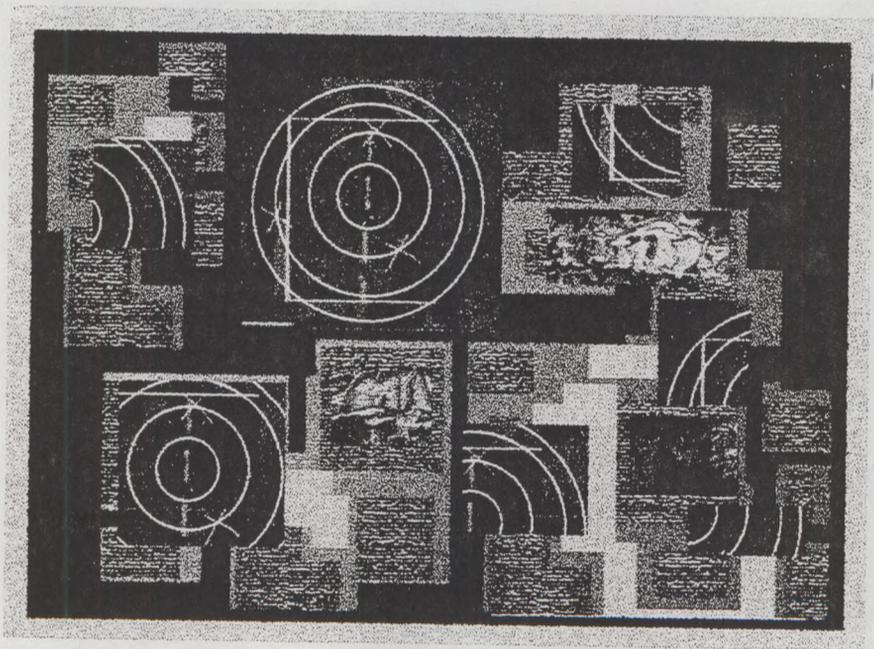
- Arendt, Hanna (1993) *A dignidade da política*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- Aftel (1995) *Internet, les enjeux pour la France*. Paris: Ajour.
- Egler, Tamara Tania Cohen (1997) "Espaço e difusão do conhecimento", *1º Encontro de Editoria Científica em Estudos Urbanos e Regionais*. Itamontes.
- _____ (1996) "Cidade virtual", *Estado de São Paulo: Caderno Especial*, outubro.
- _____ (1995) "Educar para a Cidade: ação comunicativa e planejamento". *XIX Encontro Anual da ANPOCS*.
- Habermas, Jurgen (1987) "A nova intransparência. A crise do bem estar social e o esgotamento de energias utópicas". *Novos estudos Cebrap*, nº 18.
- Harvey, David (1992) *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Edições Loyola.
- Ianni, Octávio (1996) "Cidade e modernidade". *Seminário Espaço e tempo: inovações tecnológicas na vida cotidiana*. Rio de Janeiro: IPPUR/ANPUR.
- Kehl, Maria Rita (1991) "Imaginar e Pensar" in Novaes, Adauto, *Rede Imaginária, Televisão e democracia*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Lefèbrvre, Henri (1969) *Introdução à modernidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra
- Levy, Pierre. (1993) *As tecnologias da inteligência*. Rio de Janeiro: Editora 34.
- _____ (1995) *Q'uest-ce que le virtuel?* Paris: Sciences et société, Editions de la Découverte.
- Miège, Bernard (1995) *La pensée communicationnelle*. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble.
- Nora, D (1996) *Les conquerants du cybermonde*. Paris: Calmann-Levy.
- Palácios, Marcos (1996) "Cotidiano e sociabilidade no ciberespaço: apontamentos para a discussão". *O individuo e a mídia*. Rio de Janeiro: Diadorim.
- Randolph, Randolph (1994) "Gestão comunicativa versus gestão participativa: novas formas de responsabilidade política ou velhas irresponsabilidade". *XVIII Encontro Nacional da ANPOCS*, Caxambú.
- Ribeiro, Ana Clara Torres (1993) "Mutações na sociedade brasileira: seletividade em atualizações técnicas" in Santos Milton e alli. *O novo mapa do mundo*. São Paulo: Hucitec, ANPUR.

Santos, Milton (1994) *Técnica, espaço e tempo. Globalização e meio ambiente, científico informacional*. São Paulo: Hucitec.

_____ (1996) Palestra proferida no Seminário *Espaço e tempo: inovações tecnológicas na vida metropolitana*. Rio de Janeiro: ANPUR/IPPUR.

Sfetz, Lucien (1988) *Critique de la communication*. Paris: Le Seuil.

Sodré, Muniz (1992) *O social irradiado*. São Paulo: Cortez.



Mutações no tecido urbano: ângulos da ação social

Ana Clara Torres Ribeiro*

Resumo. O texto escolhe a noção de mutação social para abordar ângulos, considerados relevantes, da vida urbana. Com este objetivo, recupera a atual valorização, em curso no âmbito das ciências sociais, do cotidiano, do lugar, do senso comum e da ação possível. Esta recuperação – realizada através de aportes de Henri Lefèbvre, Hannah Arendt, Alain Badiou e Agnes Heller – orienta o diálogo com a análise do espaço, conforme proposta por Milton Santos, e a reflexão do tecido social. Assim, a partir de diversas opções analíticas e da citação de episódios da vida cotidiana, o artigo propõe o estudo de pequenas mutações em desdobramento nas conjunturas urbanas. Na exposição desta proposta, são considerados deslismamentos e deslocamentos de sentido em âmbitos da vida social, relevantes à compreensão atualizada de jogos de poder.

Palavras-chave. Mutações, cotidiano, relações sociais, carências urbanas, sociabilidades urbanas.

MUTAÇÕES SOCIAIS

O termo mutação — em vez de transformação ou mudança — foi escolhido, neste ensaio, para indicar a valorização do tecido social na compreensão da vida urbana, indispensável à reflexão dos determinantes especificamente sócio-culturais da realidade social (Berger e Luckmann, 1978). Entretanto, a tessitura das relações sociais no cotidiano não pode ser completamente reconstruída pela análise, pois significaria o envolvimento do analista na busca do todo social, do tempo absoluto. Aquele tempo que não admite recortes temáticos e nem escolhas conceituais que são, sempre, necessariamente reificadoras dos sujeitos sociais (Heller, 1991). Porém, reconhecer a tessitura da vida social, como imperativo ético, constitui uma conquista imperdível do pensamento social contemporâneo.

* Ana Clara Torres Ribeiro é professora e pesquisadora do IPPUR/UFRJ e bolsista do CNPq. Este texto reflete o trabalho coletivo que vem sendo desenvolvido no âmbito do LASTRO (Laboratório da Conjuntura Social – tecnologia e território) do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da Univ. Federal do Rio de Janeiro.

Após essa conquista, a reflexão não pode mais reduzir, por exemplo, a influência exercida pelos lugares sobre o pensamento. Nas belas palavras de Alain Badiou (1994: 8)

Não se pensa exatamente do mesmo jeito nessa constelação posta sobre o solo nu, como um céu invertido, que é Brasília, ou nessa galáxia em perpétua e lenta explosão que é São Paulo; nessa Europa estabelecida sobre o esplendor de um estuário que é Porto Alegre, ou na suntuosa e venenosa decadência do Rio de Janeiro; no abrigo dos muros azuis e brancos de São Carlos ou na densidade cinza e operária de Belo Horizonte.

Assim, as experiências, as sensações e a emoção, condutoras do envolvimento do analista com o seu tempo e lugar, não precisam mais ser expurgadas do pensamento social.

Ao optarmos pela idéia de mutação nos aproximamos daqueles que valorizam o fazer da sociedade, a alteração de condições herdadas de vida. Entretanto, Henri Léfèbvre (1991: 19) nos convida a compreender (e tentar conquistar) a cotidianidade e não a vida cotidiana naturalizada e naturalizante, logo mitificada e mistificadora:

O conceito de *cotidianidade* provém da filosofia e não pode ser compreendido sem ela. Ele designa o não-filosófico para e pela filosofia. Mas o pensamento só pode levá-lo em consideração no decorrer de uma crítica da filosofia. O conceito de cotidianidade não vem do cotidiano nem o reflete: ele exprime antes de tudo a transformação do cotidiano vista como possível em nome da filosofia. Também não provém da filosofia isolada; ele nasce da filosofia que reflete sobre a não-filosofia, o que é sem dúvida o arremate supremo da sua própria superação.

Acrescentamos que a proposta de Léfèbvre dialoga com o anseio de Hannah Arendt (1993) de que o senso comum impeça o poder intrinsecamente totalitário da lógica e, ainda, com a esperança de Agnes Heller (op. cit.), de que o permanente intercâmbio entre ciências sociais e filosofia retenha danos, ao pensamento social, decorrentes da abstração necessária ao conhecimento das sociedades complexas. A indicação deste diálogo distancia-se de qualquer intenção de aproximar, de forma precipitada, autores com leituras e projetos distintos para a modernidade. Apenas desejamos indicar algumas tonalidades assumidas pela reflexão contemporânea e que julgamos indispensáveis à busca de conhecimento atualizado da vida urbana.

A DIFUSA HEGEMONIA DE ALGUNS DISCURSOS SOBRE O URBANO

Na sociedade brasileira, a valorização do cotidiano é especialmente relevante, já que a auto-construção de condições de vida marca a experiência popular (Oliveira, 1972; Sader, 1988). Neste sentido, convém recordar numerosas análises que acentuaram a recriação social de orientações institucionais, como indicam a vitalidade do catolicismo popular e a incorporação da idéia de mistério em práticas sociais diárias. Nas palavras de Bernardino Leers (1987: 129):

Moral pura só de valores, formulados em conceitos abstratos despersonalizados, deixa-se escrever (...) Mas moral não é em primeiro lugar teoria, conjunto de palavras e frases, eventualmente normas e proibições; subsiste e se realiza na prática do agir, interpretar, querer, decidir e executar das pessoas concretas em situações concretas que, como as pessoas mesmas, estão submetidas ao tempo e espaço mutáveis.

Aliás, o peso da escrita sobre a fala também foi denunciado por Léfèbvre (op. cit.), ou seja, da lei descarnada sobre a vivência e a experiência.

A relevância do acúmulo cotidiano de experiências sociais surge naqueles autores que adotam a carência como noção-chave para a inscrição analítica da cultura e dos valores nas reivindicações urbanas (Nunes, 1989). Para estes autores, a identificação isolada das necessidades não daria conta da experiência popular, conduzindo a interpretações economicistas (ou exclusivamente políticas) da realidade social. Neste caminho, desaparece a ação e seus múltiplos significados sociais. Perde-se, também, o *fio de Ariadne*, para acionarmos o recurso expressivo da Hannah Arendt (op. cit.), do senso comum, desejável fornecedor de parâmetros ao pensamento social.

Esta perda contamina numerosos discursos críticos do urbano que, ao denunciarem condições objetivas de vida, ocultam a força da sociedade e a sua presença ativa na *vida conforme ela é*, como dizia Nelson Rodrigues. Nestes discursos, o sujeito desaparece como possibilidade dos contextos da dominação, o que talvez corresponda ao que a sabedoria popular reconhece como distância entre teoria (análise intelectualizada) e prática (vivência).

Dois pequenos episódios podem ajudar na compreensão deste ponto. No primeiro, a UFRJ lança o Censo da Maré, complexo popular vizinho ao campus. Mobilizando estudantes com camisas que representavam palafitas inicia o trabalho de levantamento da situação social que deveria orientar a sua presença na área. Entretanto, o símbolo das palafitas foi fortemente criticado por lideranças comunitárias, já que não fazia juz às melhorias conquistadas pelos movimentos sociais.

Noutro episódio, comentei, com um taxista, o risco de que a privatização dos serviços de saneamento viesse a prejudicar, ainda mais, a distribuição de água nas áreas faveladas do Rio. A resposta que recebi é bastante expressiva da distância antes assinalada: “A senhora se esquece que os homens que trabalham na CEDAE moram nas favelas e sabem, muito bem, por onde passam os canos...”. Esta é a cidade dos homens lentos, nas belas palavras de Milton Santos (1994). Os homens, como diz este autor, do espaço inorgânico, anti-sistêmico e obscuro que contrasta com áreas luminosas, codificadas e rígidas.

É importante assinalar que o pensamento crítico contemporâneo, ao se aproximar do senso comum, do espaço banal e do cotidiano corre o risco de refazer a indesejada circularidade do relativismo exarcebado, sempre preso nos valores envolventes da vida social imediata (Löwy, 1987). Apenas a insistência na totalidade, necessariamente aberta e tentativa, permitiria evitar o mergulho tentador (e desconstrutor) no sensível e no transitório. Há que se confrontar totalidades analíticas (do espaço, das relações sociais, da cultura) à totalidade construída pelo discurso hegemônico para o futuro da cidade.

O fato de o discurso do planejamento e da ciência ter estado, neste século, tão presente na compreensão do urbano (epicentro da ação institucional) é responsável pelo predomínio da percepção de necessidades sobre a compreensão de carências, dificultando a reflexão do tecido social. Apenas quando emergem na política ou quando o Estado ou outras instituições reconhecem determinados âmbitos das práticas sociais, a experiência popular atinge a visibilidade necessária à reconstrução, pela sociedade, de papéis exercidos na vida diária. Isto significa, em termos abrangentes, a fragilidade dos vínculos entre sociedade civil e Estado e a secundarização da legalidade construída por hábitos e crenças sociais.

É esta legalidade, configurada no âmago da vida cotidiana, que dificilmente se transforma em legalidade instituída, escondendo-se em inúmeras práticas (não ditas) do cotidiano. Nem escrita nem palavra capturam completamente este fazer. A lei não o nomeia e a palavra não é dada aos sujeitos da experiência popular da cidade (Ribeiro e Elias, 1986). Sobretudo agora, quando, por exemplo, nem mesmo o contraste com o universo das práticas institucionalizadas ajuda a desvendar iniciativas indicadas pelo conceito de trabalho informal. Transformado numa das *saiidas* para a crise social, este trabalho deixou de ser visto como objeto relevante de estudo para o esclarecimento da ação e de valores dos homens lentos nas condições oferecidas pelo espaço banal.

Este esclarecimento poderia ocorrer caso a sociologia urbana, acionando novas orientações metodológicas, retomasse com vigor a

pesquisa da experiência popular. Seria necessário apreender, agora, a apropriação subalterna dos recursos oferecidos pelos espaços inorgânicos, permanentemente atribuídos, ou melhor, conquistados pelos setores populares. Esta apropriação, realizada no cotidiano, não se aproxima daquela da liberdade — desejada por Léfèbvre (1969) em confronto transformador dos códigos dominantes da propriedade — mas também não pode ser compreendida por um olhar que reduza o ser social à pobreza de suas condições materiais de vida.

A valorização contemporânea do local e do lugar, associada ao reconhecimento da participação política dos setores populares, também tem ocorrido, em grande parte, sem que a densidade da vida social seja reconhecida. É nesta direção que podemos compreender o seguinte depoimento de Moacir Palmeira, em seminário recente (1996: 252):

A participação eleitoral nessas cidades de interior é muito alta e muito entusiasmada, e não participam apenas os que votam, e nem a eleição é apenas uma farsa. Há lugares, eventualmente, em que se tem um autoritarismo ou um controle absoluto de um chefe político. Mas em geral não se trata de um jogo de cartas marcadas, a coisa é outra (...) Uma das coisas em que talvez precisemos prestar atenção é a própria concepção de política da população (...). Nas áreas em que trabalhei, a política não é concebida como atividade permanente. O sujeito diz: política é igual a eleições, que é basicamente o que eles pensam, política é eleições. Mas não é só dizer, é o viver isso, é o experimentar isso.

Em contraste com esta leitura, a valorização do chamado poder local adquire, muitas vezes, um tom de certeza distante do exame de conteúdos da vida social. Esta tendência desconhece a narrativa, tornando o lugar num não-lugar, distante dos acúmulos da vivência.

Essa tendência é correlata ao fato de que, na atual revalorização da cultura na política urbana, aconteça, em geral, o desconhecimento do cotidiano, da transformação diária do espaço herdado. Perde-se, assim, a germinação cultural da vida diária, hoje tão atingida pelo marketing, pela administração do consumo (Ribeiro, 1995; Garcia, 1997). Nas metrópoles periféricas, os novos processos de manipulação da cultura e de recursos espacializados não geram a afirmação absoluta de um espaço *alisado* (Guattari, 1985) ou de *fluxos* (Castells, 1984). Entretanto, a articulação sistêmica das técnicas, reconhecida por Milton Santos como tendência no mundo contemporâneo, orienta o discurso administrativo e a ação institucional envolvidos na afirmação da cidade capitalista ajustada aos interesses hegemônicos.

O espaço alisado ou dos fluxos — projetado por governos, firmas e segmentos sociais que usufruem da técnica — recebe a resistência estratégica de um agir cotidiano extremamente vivo. Este agir não encontra completamente a sua visibilidade, permanecendo retido nas malhas do desconhecido, da banalização, do folclórico, da filantropia, das normas excludentes e do preconceito. Assim, a irracionalidade e o atraso endêmico de nossa vida urbana podem ser atribuídos impunemente, por discursos dominantes auto-referidos como modernos e informados, a este fundo obscuro da experiência social.

No discurso racionalizador do todo, distante da totalidade analítica, é mais fácil reconhecer indivíduos do que coletividades ativas. *Eu fiz* é uma expressão freqüente demais, na propaganda eleitoral, para não indicar elementos do ideário político hegemônico; bastando recordar aqui a intensidade do resgate de Carlos Lacerda nas últimas eleições municipais do Rio de Janeiro. Trata-se da simbiose entre bom governo (governante) e obras, entre eficiência e modernização físico-espacial. Neste padrão discursivo, o habitante desaparece do debate da urbanidade, de ideários renovados para a sociabilidade urbana. Na contra-mão deste discurso dominante, desdobram-se práticas populares que mergulham na vida diária, recolhendo da materialidade condições imediatas de sobrevivência.

CONJUNTURA E VIDA URBANA

A nova face do planejamento, conduzida pelo negócio e pelo empreendimento (Pacheco, 1995), constrói um discurso transformado do todo, mesmo quando as intervenções na materialidade urbana tornam-se estrategicamente pontuais. Neste discurso, a cidade é lida como um complexo de virtualidades, devendo ser adaptada à sua inserção nos fluxos globais (Castells, 1995). Novos projetos concebem a disponibilização da vida urbana aos empreendimentos, com a concordância daqueles segmentos sociais incorporáveis às formas emergentes de trabalho — os segmentos médios urbanos. A veiculação desta possibilidade, fortemente realizada pela indústria cultural, adquire o perfil de uma mescla de ideários de auto-realização, sucesso financeiro imediato e agilidade na apropriação mercantil de recursos. Trata-se, em suma, de um novo código da ação considerada desejável e, portanto, *de futuro*.

O tempo curto, imediato, constitui elemento essencial desse código. A velocidade adquire, neste contexto, a conotação de condição urbana obrigatória e individualmente usufruída, alisando no desejo o que não pode ser alisado nas relações sociais cotidianas e nem abrigado nas rugosidades do espaço

banal. Este cotidiano projetado permite que sejam difundidos ideários que somam negócio, contemplação e lazer. Trata-se de uma leitura do todo mais arguta do que a homogeneização que caracterizava as metas anteriores do planejamento urbano. Nesta nova leitura, adquire centralidade o pinçamento de potencialidades do lugar, sendo estabelecidas interfaces superficiais com o tecido social. Porém, estas características do novo discurso urbano não significam maior aproximação do cotidiano popular, por mais que sejam referidos, em intervenções no urbano, ângulos da vida diária.

O nova construção ideológica do todo urbano apresenta características similares às observadas nos países centrais, em decorrência de elementos técnicos e culturais mundialmente difundidos. O mimetismo nas soluções urbanísticas e arquitetônicas é um dos sintomas mais evidentes deste processo, aclimatando iniciativas e rotinizando atividades. Trata-se da fisionomia da última modernidade, eivada de recuos com relação a anseios de igualdade sócio-econômica.

Preserva-se, desta maneira, a essência do mesmo no deslissamento ágil e superficial da mudança. A tendência à *presentificação* do futuro (Santos, 1996) talvez esclareça algumas características relevantes do novo urbano projetado, já que é esta temporalidade de pronto resultado que viabiliza a aparente aproximação do novo projeto com o cotidiano — sempre rebelde à sua rápida (des)apropriação. O novo planejamento implica uma intervenção espetacular no tecido urbano que favoreça o consumo, o negócio e a superficialização das relações sociais (Ribeiro, 1995). Costumes e expectativas são alterados pelo deslissamento de novas propostas (Garcia, op. cit.); ampliando a distância social com relação à política e, assim, ao debate público da legalidade desejável.

O cotidiano projetado e a vida cotidiana dos setores populares, em sua falta de integração, não sintonizam os rumos da cotidianidade, conforme formulada por Henri Léfèbvre. Constituem planos distintos do urbano, cujos atores são mantidos a relativa distância, apesar da crescente existência de mediadores profissionais. Cabe observar, entretanto, que o cotidiano urbano, mesmo nos atuais limites, guarda uma surda multiplicidade de possibilidades de ação. Este entendimento é um ganho analítico dos estudos dedicados aos denominados novos movimentos sociais, como assinala Marilena Chauí na introdução do livro de Eder Sader *Quando novos personagens entraram em cena* (1988: 12):

Não é o cotidiano nem a sua aparência reiterativa que fazem a novidade, mas o sentido novo que lhes emprestam seus agentes ao experimentar suas ações como lutas e resistências.

A politização do cotidiano e a cotidianização da política significaram, na recente história urbana do país, uma experiência social inovadora de resultados necessariamente incertos. Aliás, a vivência popular constrói a negociação e/ou o conflito com a racionalidade dominante (Carvalho, 1990) como táticas acionadas no âmago do espaço banal. Eder Sader (op. cit., p. 32) indicou o processo que denominamos por mutação:

[...] mudanças decisivas ocorreram no curso da década (1970-1980), mas através de progressivos deslocamentos de sentido tão sutis que demandaram tempo para mostrarem-se em sua inteireza. Pequenos atos, que até então seriam considerados insignificantes ou reiteração de uma impotência, começam a receber novas conotações.

Os deslocamentos de sentido — que, com relação ao todo construído pelo pensamento dominante, chamamos de deslisamentos — são, de fato, resistentes à sua completa apreensão através de conceitos criados para a análise da conjuntura política. Conformam aglutinações do social ou, ainda nas palavras de Henri Léfèbvre (1978), retículos e filamentos correspondentes a tendências não imediatamente visíveis na esfera institucionalizada da política. Isto não quer dizer, como numerosos autores já assinalaram, a existência de uma esfera da realidade social isenta da política. Porém, as novas formas de ação podem permanecer mescladas, por tempo indefinido, no refazer cotidiano da vida urbana.

As mutações no agir enfrentam o fato de que a desinstitucionalização de relações sociais — hoje observada com clareza no âmbito do trabalho — surge acompanhada da ampliação de formas de controle do espaço e da sociedade. Assim, o esmaecimento de referências institucionais ocorre de forma simultânea ao aumento da vigilância sobre as práticas cotidianas. Afinal, o cenário urbano que mescla garantias de segurança a situações de risco calculado surge como ideal para a ação hoje considerada bem sucedida; associando promessas de auto-realização, características do individualismo, às experiências emocionais dos *jogos de guerra*. Apontam para esta tendência: os denominados esportes radicais; os produtos visuais com alta dose de efeitos técnicos; os vídeo-games que exploram a agilidade mecânica (tantas vezes homicida) do jogador.

O deslramento de novos projetos nas conjunturas urbanas torna ainda mais instáveis contextos sociais historicamente incorporados à luta pela sobrevivência das camadas populares. Nas grandes cidades do país, antigas instituições buscam a sua ágil renovação (Ribeiro e Silva, 1997) e emergem redes internacionais de firmas, cujo sucesso depende da transmissão de novas orientações comportamentais. Assim, tipos sociais mutantes vêm sendo

rapidamente codificados: o pequeno empresário, a mulher empreendedora, o jovem universitário criativo e inventor. Neste sentido, formatos organizativos, com conteúdos diversos, reestruturam o mercado de trabalho urbano; modificando condições objetivas e subjetivas de vida. Como nos diz Norbert Lechner (1990), o cotidiano precisa ser apreendido nas intersecções do macro e do micro.

Neste sentido, preservamos analiticamente a existência de uma totalidade metropolitana — plena de cisões, fraturas e fragmentos — cuja real vivência é sempre limitada. Entretanto, conhecemos pouco do nosso espaço vivido, já que permanecemos, em grande parte, encerrados nos limites de nosso *espaço social* de pertença. Limites que são mantidos mesmo quando nos deslocamos por geografias expressivas do habitat de outras classes sociais. Não se trata apenas de uma questão de ideologia (de classe), mas da estruturação histórica da sociedade, da constituição de contextos da vida social.

Além disto, o mapeamento do espaço vivido enfrenta dificuldades com origem no fato de que a aproximação entre identidades espaciais e sociais é, muitas vezes, indesejável para as classes populares — pelos estereótipos e preconceitos presentes na vida cotidiana — e também para as classes dominantes, que buscam noutras geografias a complementação do seu espaço social. Desta maneira, apreender a vida urbana e analisar mutações sociais (deslisamentos e deslocamentos) não são tarefas realizáveis através de conceitos fechados à pluralidade de sentidos da experiência social. Se o reconhecimento do nexos entre identidade espacial e social constitui-se numa construção plena de obstáculos na história urbana do país, a isto somam-se o desenraizamento cultural e o alisamento dos lugares como consequências relevantes da produção capitalista contemporânea.

Amplia-se a sensação de não pertença. No mundo das comunicações, as identidades sociais tendem à perda de referências territoriais seguras. Entretanto, para os homens lentos, no dizer de Milton Santos, é indispensável o recurso às imediatas condições materiais de vida. Nesta caso, a objetivação — desde que aperiada através da subjetividade e da cultura — afastar-se-ia da alienação. O domínio dos lugares, condensadores de condições materiais da vida, é necessário à sobrevivência na escassez. Entretanto, a impossibilidade do pertencimento aos lugares em que se vive continua a preencher parte substantiva da vida cotidiana, dizendo-nos de suas qualidades sociais e culturais.

EM DEFESA DA FALA

Léfèbvre (1991) denominou a sociedade contemporânea, de forma premonitória, de sociedade burocrática de consumo dirigido, onde a gestão preenche âmbitos sociais e esferas da vida coletiva. Também cunhou para a atual sociedade — que outros preferem denominar de pós-industrial, pós-moderna ou pós-socialista — a noção de sociedade terrorista, distinta da sociedade aterrorizante, onde a violência pode ser localizada num grupo responsável. Na sociedade terrorista, cada um está aparentemente livre para viver os prazeres do corpo e do espírito, sem controle das instituições.

Nesta sociedade, a orientação institucional é substituída pelo controle de si próprio, onde o indivíduo em vez de livre — o que só poderia ocorrer pelo enriquecimento das trocas inter-subjetivas e pela emergência de uma legalidade socialmente partilhada — torna-se o único responsável pelo seu destino, mesmo quando suas condições objetivas e subjetivas de vida negam esta possibilidade. Estaríamos, neste sentido, próximos de alguns discursos que têm acompanhado alterações em políticas públicas no Brasil, caracterizados por um *mix* de informação e estímulo à auto-responsabilidade. Se aí, sob camadas de ideologia, podemos reconhecer sombras da correta valorização da pessoa, também podemos identificar a ameaçadora desinstitucionalização da vida social. Nesta vida, a informação retém a palavra que, para Léfèbvre (1991), seria a condutora da identidade e de relações transformadoras com a cidade. Também Lyotard (1988) nos diz da narrativa como possibilidade de atualização da cultura e de resistência à hegemonia mercantil da informação.

Devemos valorizar, face a essas características atuais da vida urbana, a indignação expressa na força da palavra. Recorrendo novamente a um episódio exemplar, recordamos a revolta de Anete Moreira, empregada doméstica, contra falhas sistêmicas que conduziram à não internação de sua mãe, por um plano de saúde, e ao seu posterior falecimento (Jornal do Brasil, 17/06/97). Nas suas palavras:

Tudo que eu quebrei (uma porta de vidro e um computador) pode ser reposto. A vida de minha mãe não (...) Minha irmã via minha mãe piorar, pedia socorro e nada. Levamos um papel da Assim, provando que já tinha pago. Dissemos que atrasou porque não mandaram cobrança. Não adiantou. O dinheiro, ali, vale mais que a vida. A saúde no Brasil é uma vergonha, a pessoa morre e quem pode ajudar assiste e não atende. Só com dinheiro.

A palavra, fortalecida pela legitimidade, pode romper o império da informação descarnada e/ou os limites do discurso crítico formulado em nome de um outro que permanece sem nome ou com o rosto tarjado do anonimato e

da marginalização. Este é um aprendizado que dialoga com a nova sensibilidade das ciências sociais, aberta para o senso comum, o cotidiano e o lugar. Existem elos entre cotidianidade e urbanidade que apoiam novas formas de pensar e agir. Porém estes elos ainda encontram-se contidos por formulações da vida urbana que mais servem ao mercado do que à sociedade. Desta maneira, tem sido esquecido o fato singelo de que a felicidade e a riqueza da vida espontânea também podem ser profundamente atraentes num mundo marcado pelo medo e pela exclusão, inclusive para os negócios.

ABSTRACT

The paper chooses the notion of social mutation to deal with some important angles of urban life. With that purpose it recuperates the actual valorization, by the social sciences, of the everyday life, the place, the common sense and the possible action. That recuperation – made with the help of authors like Henri Léfèbvre, Hannah Arendt, Alain Badiou and Agnes Heller – is oriented to a dialogue with analyses of the space, as the one proposed by Milton Santos, and the reflection of the social tissue. Those analytical options and some episodes of everyday life sustain the proposal of studies dedicated to small mutations in urban conjunctures. The exposition of that proposal includes displacements of meaning in spheres of social life, specially relevant to the understanding of some contemporary power plays.

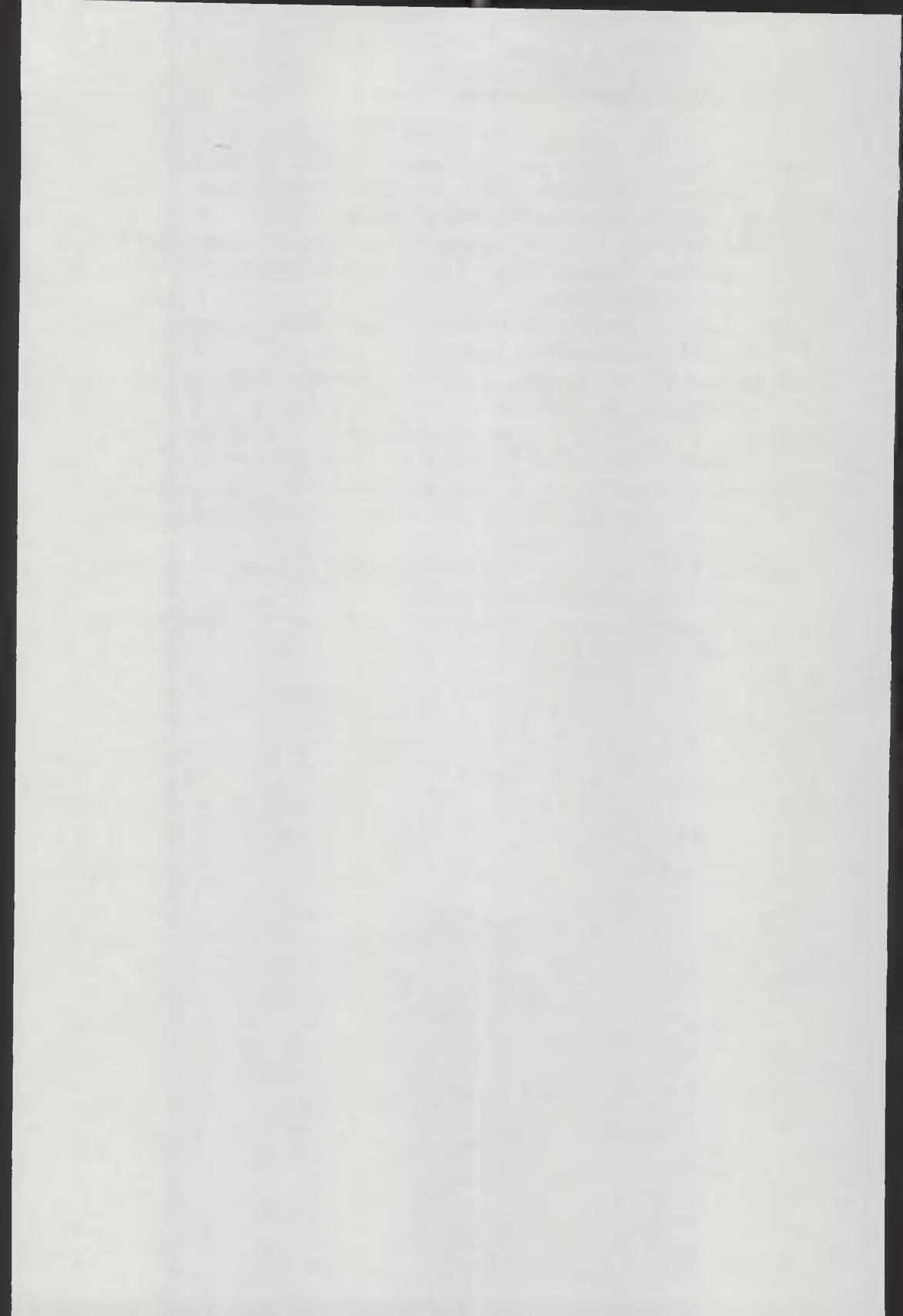
RÉSUMÉ

L'essai sélectionne la notion de mutation sociale pour l'analyse d'angles, considérés importants, de la vie urbaine. Avec cet objectif, on récupère l'actuel valorisation en cours dans les sciences sociales, du quotidien, du lieu, du sens commun et de l'action possible. Cette récupération – réalisée avec l'appui de contributions de Henri Léfèbvre, Hannah Arendt, Alain Badiou et Agnes Heller – est orientée au dialogue avec l'analyse de l'espace, comme proposé par Milton Santos, et à la réflexion du tissu social. De cette façon, ayant pour base diverses options analytiques et la citation d'épisodes de la vie quotidienne, est faite la proposition d'étude de petites mutations en développement dans les conjonctures urbaines. L'exposition de cette proposition pour la recherche urbaine, inclut les glissements et les déplacements de signification de sphères de la vie sociale, importants pour la compréhension des jeux de pouvoir.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Arendt, H. (1993) *A dignidade da política: ensaios e conferências*, org. Antonio Abranches, Trad. Helena Martins e outros. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- Badiou, A. (1994) *Para uma nova teoria do sujeito: conferências brasileiras*. Trad. Emerson Xavier da Silva, Gilda Sodré; revisão técnica Ari Roitman, Paulo Becker. Rio de Janeiro: Relumê-Dumará.
- Berger, P. e Luckmann, T. (1978) *A construção social da realidade*. Rio de Janeiro: Ed. Vozes.
- Brunner, J. J. (1988) *Un espejo trijado: ensayos sobre cultura y políticas culturales*. Santiago: FLACSO.
- Carvalho, E. G. de (1990) *Direito e necessidade: a questão fundiária e a justiça no Rio de Janeiro*. Tese de Mestrado apresentada ao IPPUR/UFRJ.
- Castells, M. (1984) "La crisis, la planificación y la calidad de vida: el marco de las nuevas relaciones históricas entre espacio y sociedad". *Revista Mexicana de Sociología*, IV.46, nº 4, out-dez.
- Castells, M. (1995) *The informational city: information technology, economic restructuring and the urban-regional process*. Cambridge: Blackwell.
- Garcia, F. S. (1997) *Cidade espetáculo: política, planejamento e city marketing*. Curitiba: Editora Palavra.
- Guattari, F. (1985) "Espaço e poder: a criação de territórios na cidade". *Espaço & Debates*, Ano V.
- Heller, A. (1991) "A sociologia como desfeticização da modernidade". *Novos Estudos*, nº 30, julho.
- Leers, B. (1987) "Filosofia, moral, ética, família e sociedade no Brasil (1964-1984)" in Ivete Ribeiro (org.), *Sociedade brasileira contemporânea: família e valores*. São Paulo: Loyola, Rio de Janeiro: Centro João XXIII.
- Léfèbvre, H. (1969) *O direito à cidade*. Tradução de T. C. Netto. São Paulo: Ed. Documentos.
- Léfèbvre, H. (1978) *De lo rural a lo urbano*. Barcelona: Ediciones Península, 4ª ed.
- Léfèbvre, H. (1991) *A vida cotidiana no mundo moderno*. Trad. Alcides João de Barros. São Paulo: Ed. Ática.
- Lówy, M. (1987) *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*. Trad. Juarez Guimarães e Suzanne Felice Löwy. São Paulo: Busca Vida.
- Lytard, F. (1988) *O pós-moderno*. Trad. Ricardo Corrêa Barbosa. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 3ª ed.
- Nunes, E. (1989) *Carências urbanas, reivindicações sociais e valores democráticos*. São Paulo: Lua Nova, nº 17.
- Oliveira, F. (1972) "A economia brasileira: crítica à razão dualista". *Estudos CEBRAP*, nº 2, outubro.

- Pacheco, R. (1995) "Gestão metropolitana em debate: arranjos institucionais" in Valladares, Lícia e Coelho, Magda Prates (org.), *Governabilidade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Palmeira, M. (1996) Participação em seminário organizado e editado por Ivo Lespaupin – *Prefeituras do povo e para o povo*. São Paulo: Edições Loyola, Rio de Janeiro: Centro João XXIII.
- Ribeiro, A. C. T. e Elias, R. (1986) "A luta pelo lugar: os camelôs no centro do Rio de Janeiro". *Cadernos do CEAS*, nº 103.
- Ribeiro, A. C. T. (1995) "O espetáculo urbano no Rio de Janeiro". *Cadernos IPPUR/UFRJ*, Ano IX, nº 1/4, jan-dez.
- Ribeiro, A. C. T. e Silva, C. A. (1997) "Impulsos globais nas metrópoles da periferia capitalista". Buenos Aires: *VI Encontro dos Geógrafos da América Latina*.
- Sader, E. (1988) *Quando novos personagens entraram em cena (experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Santos, M. (1994) *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico e informacional*. São Paulo: HUCITEC.
- Santos, M. (1996) *A natureza do espaço (técnica e tempo/razão e emoção)*. São Paulo: HUCITEC.



Representações e regulações estatais da pobreza na América Latina

Bruno Lautier*

Resumo. O artigo desenvolve uma visão crítica sobre as políticas de Estado em relação à pobreza na América Latina após os anos 1930 e argumenta como as instituições encarregadas de gerir a questão tratam-na de forma técnica e/ou humanitária, despolitizando-a, desconsiderando seu caráter estrutural.

Palavras-chave. Pobreza, políticas públicas, exclusão social, direitos sociais, assistencialismo.

A problemática da pobreza é a principal questão que se coloca aos Estados da América Latina após os anos 1930. Apenas recentemente ela se transformou numa das mais urgentes questões colocadas às instituições internacionais.¹ Estas, entretanto, apresentam a pobreza exclusivamente como uma questão econômica, à qual devemos encontrar respostas, antes de tudo, técnicas. A gestão da pobreza que estas instituições propõem tende a despolitizá-la, a ligá-la unicamente a um problema *humanitário*, e não a um problema de regulação política. A inflação de imagens espetaculares (Bangladesh há vinte anos, Etiópia, há dez anos, Somália há dois anos²), os discursos sobre os deveres (mais do que sobre a responsabilidade) dos “países ricos”, o maior espaço deixado às ONGs, contribuem largamente para privilegiar este tratamento *humanitário*. A urgência faz ressurgir aquilo que até o início do século na Europa era chamado de caridade, o que preferimos hoje eufemizar em “ajuda”.

* Bruno Lautier é professor do Institut du Développement Economique et Social de l'Université de Paris I – Panthéon Sorbonne – IEDES. Original publicado na revista *Tiers-Monde*, Volume XXXVI, nº 142, abril-junho-1995, IEDES, Paris: PUF. Tradução autorizada pelo autor.

¹ “A redução durável da pobreza é o objetivo principal do Banco Mundial. É o critério sobre o qual deve ser julgado nosso sucesso enquanto instituição de desenvolvimento” “Foreword” de Lewis T. Preston, presidente do Banco Mundial, em documento *World Bank*, 1993.

² E podemos agregar o Nordeste brasileiro, nesta seca de 1998. (nota do organizador)

Esta visão em termos de urgência está, entretanto, longe de abarcar todos os aspectos da pobreza. Na Europa ocidental, a redução desta questão ao problema da exclusão polariza atenção sobre os “SDF”³, o “quarto mundo”, aos quais são aplicadas técnicas assistenciais em prática há séculos (sopas populares, distribuição de vestimentas usadas, ...). Para os demais, isto é, para alguns milhões de pessoas em um país como a França, não se fala em “luta contra a miséria”⁴, mas de situações particulares, referidas a um único domínio da vida social dos indivíduos: desempregados há longo tempo, mães solteiras com salário mínimo, jovens desempregados dos subúrbios, viúvas vivendo com uma pequena pensão, *remistes*⁵, como se a caracterização do lugar na sociedade deste grupo de indivíduos pudesse se fazer unicamente a partir do enunciado da suposta causa principal desse lugar.

Como na Europa ocidental, a pobreza na América Latina não é marcada pela predominância quantitativa de situações de extrema urgência que dariam lugar a operações pontuais de tratamento “humanitário”. Nisto, a América Latina aproxima-se muito mais da Europa do que da África. Mas ao contrário da Europa, a pobreza é aí denunciada como “estrutural” (não sendo assim resultado de um acidente, de uma guerra, de uma sucessão de más colheitas ou de ciclones). Este caráter estrutural é visto como um efeito de disfunções de políticas de desenvolvimento; segundo as teses, falaremos de modo de acumulação excludente, de preço a pagar para se engajar na via do desenvolvimento, de efeito temporário ou não do necessário (ou não) ajuste econômico, ou do resultado de freios arcaicos ao funcionamento dos livres mecanismos do mercado.

Este caráter estrutural levou o recente debate sobre a pobreza na América Latina a polarizar-se sobre questões da definição e da medida da pobreza, da relação entre tipos de política econômica, extensão e característica da pobreza, e da capacidade destas políticas de conciliar justiça e eficácia (Salama, 1995; Salama e Valier, 1994). Este debate, por mais necessário que seja, não pode, entretanto, encontrar todo seu sentido se não o ligarmos a um outro, mais amplo e mais antigo: o debate político sobre a pobreza, que relativiza

³ Pessoas sem domicílio fixo, ou sem domicílio algum.

⁴ A obra publicada sob a direção de Pierre Bourdieu em 1993 constitui uma remarcável exceção, pois ele dissocia explicitamente, ao contrário das visões dominantes, a “miséria” e a “exclusão”: a maioria dos miseráveis descritos não são excluídos, do emprego ou do sistema de proteção social.

⁵ Beneficiários da “Renda Mínima de Inserção” (RMI) cujo montante equivale a algo como a metade de um salário mínimo francês.

fortemente o julgamento que podemos fazer sobre a eficácia de medidas implementadas para controlá-la. Considerar que a pobreza é, antes de tudo, um problema político leva à idéia segundo a qual, além dos discursos bastante diversificados sobre suas origens, sobre as responsabilidades de sua extensão, ou sobre os eventuais meios de colocá-la um fim, podemos destacar modelos estruturando as visões da pobreza, ou “visões tipo”. Estes modelos são construídos no mínimo há dois séculos na Europa e continuam — se bem que modificados em sua expressão — a servir de matriz a discursos contemporâneos na América Latina. Estas visões-tipo, que formam a base dos modelos de regulação estatal da pobreza, não podem ser mecanicamente vinculadas cada uma a uma tese sobre sua origem ou sobre os responsáveis de por seu desenvolvimento. Sem ser, como veremos, ideologicamente neutralizadas, muito ao contrário, elas podem marcar discursos politicamente muito heterogêneos. É sem dúvida o que faz a ambigüidade política do tema da pobreza: ela é o adversário declarado tanto dos partidários do “mais Estado”, quanto daqueles do “Estado mínimo”. De fato — e este artigo tentará aprofundar esta hipótese — perguntar se uma maior intervenção do Estado permitiria reduzir, ou mesmo eliminar, a pobreza seria colocar uma questão equivocada: a gestão da pobreza é constitutiva do Estado latino-americano⁶ moderno? A intervenção sobre a pobreza, e sobre os pobres, determina largamente a forma, os modos de legitimação e a reprodução do Estado, o que implica, é claro, que a “erradicação” da pobreza só poderia fazer sentido como um *slogan*. Esta hipótese será analisada na segunda parte deste artigo, sendo a primeira consagrada a uma descrição de visões-tipo de pobreza que combinam os discursos estatais. A terceira parte tentará apresentar a noção de “regime estatal de regulação da pobreza”, e a quarta confrontará esta noção à evolução da América Latina depois dos anos 1980.

AS TRÊS VISÕES DA POBREZA

Os discursos sobre a pobreza na América Latina são marcados por três visões-tipo que podem coexistir ou alternar em um mesmo país. Cada uma refere-se mais a um tipo de agente que a outro (os poderes públicos, os pobres eles mesmos, os intelectuais, os filantropos). Mas é raro que estas visões não estejam combinadas, mesmo de maneira hierarquizada; são precisamente os modos de combinação destas três visões (e de suas variantes) que permitem caracterizar modos estatais de regulação da pobreza.

⁶ A hipótese poderia se estender a outras zonas geográficas, o que transcende os quadros do presente artigo.

A VISÃO “MODERNISTA-TECNOCRÁTICA”

Esta visão da pobreza é a mais evidente nos discursos recentes das organizações internacionais; ela é expressa sob o modo da patologia e emprega freqüentemente uma linguagem meio médica, meio guerreira. A pobreza é uma doença que se precisa “erradicar”, e para tanto é necessário adotar “estratégias para os pobres”. Toda patologia pressupõe uma definição do estado normal. O problema é que o único estado “normal” que imaginamos não tem história real. Ele não passa de uma reconstrução ideal de um projeto passado (versão “estruturalista”) ou da construção mítica de um futuro no qual, ultrapassados os entraves à iniciativa individual e restabelecidos os equilíbrios econômicos, a inserção produtiva dos pobres os faria escapar desta condição (versão “tecno-liberal”).

A primeira versão “estruturalista” permanece ainda forte no discurso de sindicatos, de certos partidos de oposição (PT brasileiro, PRD mexicano...), de universitários, quando se trata de pensar a pobreza. Mas ela domina apenas como referência, mais ou menos mítica, e não como guia para políticas: é o projeto (ou o sonho) de integração na normalidade salarial, tal como proposto pela CEPAL nos anos 50. A realização deste projeto supõe não apenas a integração ao assalariado da maioria da população urbana, mas também a efetividade e generalização dos direitos sociais referentes à condição salarial, que vemos surgir precocemente em vários países (Uruguai de Battle, Chile dos anos 20, Argentina de Peron ou o Brasil de Vargas, etc.). Pouco importam as análises ulteriores que mostram que os direitos sociais conquistados ou outorgados não passaram de modos precários de redistribuição de renda com o objetivo de estabelecer um compromisso político, ou de elementos de um sistema de dominação estatal-corporativo: o modelo “normal” permanece e estrutura o imaginário. O pobre é o excluído deste modelo, e trata-se de fazer a gestão efetiva de uma promessa não cumprida. Mas não se trata tampouco de fazê-la cumprir; isto é impossível. Este impasse leva à adoção de técnicas de gestão assistencialista da pobreza, próximas daquelas que conhecemos desde o século XIX na França; mas os fundamentos desta gestão são bem diferentes da problemática caritativa clássica.

Na versão tecno-liberal, o estado “normal” está ainda por vir; a doença do corpo social é uma doença de crescimento que demanda uma pediatria de choque (“tome, menino, é para o seu bem”). A pobreza — e trata-se de fato novo a partir de 1988, visível nos textos do Banco Mundial e do BID — não é mais vista como essas desagradáveis doenças de crianças (tanto para as crianças, como para os pais), mas como algo que passa. A pobreza pode debilitar por muito tempo a população adolescente, teríamos que tratá-la segundo nossos

objetivos, o corpo social que queremos produzir. Este não é mais um conjunto de assalariados protegidos, modernos cidadãos copiados da Europa, e de não-assalariados que adquiririam este estatuto. Trata-se de um agregado de indivíduos produtores levados a “valorizar seus ativos” (conforme a linguagem do Banco Mundial), sejam eles capital fundiário, uma micro-empresa ou capital humano (a hipótese da detenção de ativos financeiros pelos pobres é decentemente descartada; mas basta que descubramos *tontines*⁷ latino-americanas para vê-la surgir). O fato de que esta sociedade não existe em lugar algum não questiona o caráter normativo das políticas adotadas, muito pelo contrário.

A pobreza e a miséria são então o sinal de uma doença do corpo social. O realismo impõe freios às ambições, quebramos então a pobreza em dois ou três, para delimitar uma pobreza “absoluta” a qual é necessário, antes de tudo, suprimir. A questão parece então plena e essencialmente ligada a pressupostos normativos de ordem moral (a pobreza absoluta é eticamente inaceitável). Mas, de fato, a questão é de normas técnicas: trata-se de determinar qual proporção de “anormais” uma dada sociedade pode suportar sem o risco de fragmentar-se de maneira irremediável. E, se a intervenção sobre a pobreza se apóia sobre um consenso que emprega a linguagem da moral, seu tratamento é essencialmente um problema técnico (assim como, feito o diagnóstico, intervém a farmacopéia). O perigo é evidentemente que a pobreza não absoluta (relativa) é por isso mesmo naturalizada, ou ao menos desculpada; seu tratamento, de qualquer forma, é deixado para mais tarde.

A VISÃO ASSISTENCIAL-REPRESSIVA

Esta visão aproxima-se daquela que dominou a história européia desde fins do século XV até o século XIX: a pobreza é vista como um perigo social e político, perigo este que devemos desativar, pela assistência, reeducação, repressão. Encontramos aqui a mesma ambigüidade das análises dos historiadores da pobreza na Europa: não sabemos se são os pobres, como indivíduos, como coletivo ou como grupos anômicos que constituem uma ameaça; ou se seria a própria pobreza, na medida em que ela é a manifestação da dissolução das relações sociais, ou até a imagem real de uma sociedade que recusa — por vergonha ou por medo — de enxergar-se tal como ela é.

Por um lado, as histórias de saques, pilhagens, as descrições de “república de pobres” (geralmente aliadas ao narcotraficantes), ou mesmo de movimentos

⁷ Termo francês que se refere a associações informais de pequenos comerciantes e produtores.

urbanos de massa, como o Caracazo de 1989, apoiam a idéia de pobres como ameaça, sem que se tenha realmente o cuidado de verificar que são efetivamente os mais pobres que são os mais ativos nos movimentos de revolta. A terapia aqui só pode ser a pura violência repressiva, na medida em que os pobres que ameaçam a ordem pública são vistos como formando a margem desviante de uma massa de pobres “vergonhosa” como se dizia no último século, os quais certamente se deixaram conduzir pela violência reivindicativa, mas não tendem a ela por natureza. É então necessário separar os segundos, dos primeiros e assegurar aos bons pobres uma assistência que tem fins essencialmente reeducativos.

Mas, por outro lado, seria a própria pobreza (e não os pobres) que aparece como ameaça; e, numa espécie de paradoxal inversão da problemática, o perigo para a sociedade pode vir do fato de que os pobres são vítimas e não culpados; a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a exterminação de menores no Brasil em 1989⁸ ou o aparecimento dos “novos pobres” na Argentina (Minujim, 1992), manifestam este medo do papel que tem a pobreza de dissolução do vínculo social.

É difícil distinguir empiricamente entre estas duas ameaças que representam os pobres de um lado, a pobreza de outro; mas elas são analiticamente distintas e dão lugar a tratamentos políticos distintos. Que uma ou outra ameaça seja preponderante, permanece o mesmo imperativo: é necessário controlar um perigo político e isto, através de meios políticos. Por razões diversas, e talvez duráveis, a solução puramente ditatorial é (a curto prazo?) excluída. Nos vemos então no contexto da clássica dupla da potência ou piedade (Geremek, 1987).

A VISÃO CARITATIVA

Esta terceira visão se distingue da segunda na medida em que, no tratamento “assistencial repressivo”, a caridade é um instrumento de gestão das ameaças sociais; nesse caso, ela é um elemento — acoplado à repressão — de uma política tendendo à transformação de comportamentos, pois é o comportamento dos pobres que está na origem da pobreza. A visão caritativa recusa este ponto de vista. Ela se distingue também da visão tecnocrática na medida em que, nesta, o tratamento da pobreza é a retirada necessária de um entrave à modernização, e que a referência à ética, quando ela aparece, é sempre

⁸ A introdução (contextualização) do relatório desta comissão (pp. 11-12) mesmo admitindo que a pobreza não é a única causa da violência, faz dela explicitamente a principal origem deste “exterminio”, indigno para a nação.

relativizada historicamente (“é inaceitável que, no Brasil, 8ª potência industrial do mundo, crianças morram de fome...”, etc.). Na visão caritativa, a pobreza é declarada inaceitável em si, por razões transhistóricas e não ligada a uma preocupação de governo; estas razões podem participar da ética — religiosa ou não — do sentimento de solidariedade comunitária ou de um mal-estar pessoal dos segmentos mais abastados.

Algumas razões fazem com que esta ótica seja mais aceita pelos próprios pobres, ou por aqueles que estão diretamente em contato com eles, do que pelos não pobres. Não que estes últimos sejam monstros de imoralidade comparados a seus homólogos europeus (para quem, “desde o segundo quartel do século XIX, a má consciência dos ricos manifesta-se com crescente vigor”) (Barret-Cuerocq, 1991: 1) Tampouco é realmente por causa de uma segregação espacial muito maior (mesmo porque, um habitante de Paris *intra-muros* não tem uma probabilidade maior de encontrar o pobre de Monfermeil ou de Roubaix do que tem, no Rio de Janeiro, um habitante da Barra da Tijuca de encontrar um favelado da Baixada Fluminense). A razão fundamental reside na formação, na Europa Ocidental, de uma “ética da cidadania” que tem dificuldades em abrir seu caminho na América Latina. Quando ela está fortemente presente, ela encontra uma formulação prática mais próxima da idéia de “solidariedade”, (que claramente significa: solidariedade dos pobres entre si, mais que dos ricos com os pobres) do que da idéia de direitos sociais.

Esta visão da pobreza e de seu tratamento tem duas formulações bem distintas. A primeira é aquela do caritativismo clássico, religioso ou laico-democrático. Ela repousa sobre as transferências privadas de recursos (monetários ou *in natura*). Nesta visão (contrariamente à filantropia do antigo regime), há um intermediário (Igreja ou associação) entre o doador e aquele que recebe; mas no fim da cadeia, são indivíduos que encontramos. O paralelo com a filantropia do último século impõe-se⁹, mas com algumas precauções. De fato, a filantropia do século XIX se aproximava muito mais da visão “assistencial-repressiva” que da visão caritativa, dado o seu caráter seletivo (os “bons pobres”) e seu objetivo maior que seria a reeducação e não a ajuda.

⁹ Cf. F. Barret-Ducroq (op. cit. p. 237): “Uns se colam aos pobres das metrópoles; os outros se interessam à detresse do Terceiro Mundo. O paralelo se impõe. Uma mesma convicção: a miséria é um mal; sofreremos dela antes de morreremos. Sobretudo, ela é um obstáculo à realização de ideais aos quais cremos: no século passado, os ideais morais da religião; no século atual, a causa da democracia e dos direitos do homem. Em um caso como no outro, não nos s’embarasse guère de precaution sur l’adehesion de ceux dont on veu le bien aux valeurs qui commandent ce bien-lá. Estes valores são evidentemente universais. Estariam corretos? Estariam errados?”

A ação caritativa atual é, em grande parte, realizada por organizações não estatais nacionais ou estrangeiras, que têm esta ajuda como objetivo principal (não se trata apenas de um meio colocado a serviço de um proselitismo declarado)¹⁰; isto faz com que o aspecto “reeducador” ou disciplinar da caridade seja menos perceptível que entre os filantropos do último século.

A segunda forma da visão caritativa privilegia — em matéria de luta contra a pobreza — a “solidariedade dos pobres entre si” ou “a auto-organização” dos pobres. A ação caritativa não se funda sobre a distribuição, mas sobre a constituição da capacidade coletiva dos pobres encontrarem soluções para seus problemas de pobres; isto pode ir desde a construção de uma capacidade de mobilização política (através da associação de moradores, de agrupamentos de camponeses sem terra, etc.), à implantação de refeitórios populares ou escolas associativas (alfabetização ou formação profissional), de redes de difusão de conhecimentos sanitários, de associações visando a compensar certas carências em equipamentos coletivos, etc. Embora a imagem das ONGs venha imediatamente à mente, não se deve esquecer o peso importante, preponderante em certas regiões, das Igrejas neste tipo de intervenção (especialmente os padres católicos adeptos da teologia da libertação, e das Igrejas Protestantes pentecostais em particular). Empiricamente é difícil não encontrar, em uma intervenção que se propõe caritativa, elementos que não incorporem as duas visões precedentes. Mas, mesmo que ela possa utilizar elementos da retórica “modernista-tecnocrática” ou do dispositivo “assistencial-repressivo”, a visão caritativa não se confunde com elas.

HIPÓTESE SOBRE OS MODOS ESTATAIS DE REGULAÇÃO DA POBREZA

Na América Latina, a intervenção social do Estado sobre os pobres (ou em favor dos pobres) é constitutiva de um modo estatal — e logo, nacional — de regulação da pobreza. As políticas da pobreza não têm, então, por objetivo principal sua “erradicação”, ou mesmo a “luta” contra ela (mesmo sendo esta luta um elemento da política da regulação).

Esta hipótese exige uma definição terminológica, no que se refere ao termo regulação, e vem acompanhada de três hipóteses complementares. Um clássico da história social anglo-saxã intitula-se *Regulating the poor* (Fox Piven e Cloward, 1972) Mas o conceito inglês de “regulação” (que seria melhor

¹⁰ Poderíamos levantar a hipótese que, além do “marxismo” da teologia da libertação denunciada pelo Vaticano e certas conferências episcopais (como a do Chile), não é bem este ponto, que constituía um problema: a luta contra a pobreza, e pelo desenvolvimento da solidariedade dos pobres, não é vista pela teologia da libertação como um meio para atender objetivos propriamente religiosos.

traduzido por “regulamentação”) não corresponde exatamente ao utilizado aqui. De fato, a tese de Fox Piven e Cloward é que os comportamentos sociais podem ser coerentes somente se o lugar de cada um nas relações de trabalho é estável e definido. Toda crise, todo desemprego durável, todo processo de pauperização destrói a coerência social e cria a desordem. A ajuda aos pobres não é suficiente para restaurar a ordem. É necessário um controle social específico sobre eles (idem: 6-7) A interpretação dada depois das intervenções sociais do Estado americano durante a crise de 30, e depois até os anos 60, é apaixonante; mas ela limita a noção de “regulação dos pobres” àquela de controle social sobre eles, visto como substituto de um controle pelo salário; o que constitui apenas uma parte da regulação da pobreza.

O conceito de “regulação” da pobreza diferencia-se também do uso que faz dele a “escola da regulação”, que emprega uma concepção sistêmica da regulação, isto é, um processo de conjunto sem sujeito (mesmo se certos agentes, ou fatores são preponderantes). Sem negar que a pobreza não é um estado, e sim um sistema de relações sociais, eu falarei de “regulação da pobreza” por um agente específico: o Estado. Em outras palavras — qualquer que seja o discurso político — o Estado procura regular a pobreza; esta regulação é considerada no sentido que lhe dá o *Petit Robert*¹¹: o fato de manter o equilíbrio, de assegurar o funcionamento correto (de um sistema complexo), portanto, como se vê, um pouco diferente da definição sistemista tirada de Canguilhem.

Esta primeira hipótese tem por conseqüência que não podemos julgar um governo ou um homem político unicamente pelo fato de eles terem, ou não, conseguido “erradicar”, eliminar ou mesmo reduzir a pobreza. Isto não quer dizer que os governos sejam mentirosos, de cínicos sustentáculos dos ricos, etc. (o que às vezes o são, aliás); mas simplesmente que um governo governa; o “governo da miséria” é um elemento funcional essencial do governo em geral. Trata-se aqui de uma funcionalidade política que ultrapassa largamente a funcionalidade econômica: freqüentemente os pobres “não servem para nada” economicamente; em particular, uma grande parte não é “explorada” no sentido marxista¹²; ela não é mobilizável e não pressiona os salários para baixo.

A hipótese sobre a existência de modos políticos de regulação da pobreza é acompanhada de três hipóteses complementares:

¹¹ N. do Trad.: Dicionário da Língua Francesa.

¹² Aquilo que desde 1969, José Nun chamava da parte “a-funcional” da superpopulação relativa ou “massa marginal”.

A primeira é que toda regulação estatal da pobreza repousa sobre uma matriz ideológica que combina, dentro de proposições variáveis, as três visões-tipo da pobreza citadas acima e suas diferentes variações;

- a visão modernista-tecnocrática, com suas duas variantes: estruturalista e tecno-liberal;
- a visão assistencial-repressiva, com suas duas variantes: luta contra a ameaça constituída pelos pobres e luta contra o que representa a pobreza;
- a visão caritativa, com suas duas variantes: caritativismo clássico e ajuda à auto-organização dos pobres.

A segunda hipótese complementar é que o modo de combinação destas visões-tipo e suas hierarquizações dependem essencialmente de especificidades nacionais, constituídas durante um longo período: o tipo de projeto nacional de desenvolvimento adotado há um século, e particularmente a presença (ou não) de uma associação entre modernização e integração social; o tipo de projeto de modernidade salarial proposto aos trabalhadores urbanos (geralmente a partir da primeira metade do século); a definição nacional de cidadania, que recobre indissociavelmente uma relação de fidelidade, uma concepção de direitos a serem implementados e uma ideologia de pertencimento comunitário.

A terceira hipótese complementar é que o modo de regulação da pobreza define a forma do Estado no seu conjunto, e não apenas um setor particular de sua intervenção. Em outros termos, a regulação da pobreza é tão essencial na caracterização do Estado latino-americano quanto a generalização da proteção social o é na caracterização do *Welfare State*, do *Sozialstaat* ou do *Etat-providence* na Europa. A existência de uma pobreza bem mais difusa na América Latina do que na Europa ocidental não seria então somente o efeito de uma ausência do Estado-providência; é principalmente consequência (ao mesmo tempo, causa) de uma outra forma, e de um outro modo de reprodução do Estado. Neste sentido, seria completamente inútil perguntar se um aumento da intervenção do Estado contra a pobreza permitiria por si só implantar um Estado-providência. A questão pertinente consiste em procurar quais as condições de transformação da forma do Estado e de sua recomposição em torno do Estado-providência e não de uma regulação estatal da pobreza (Lautier, 1993).

AS CARACTERÍSTICAS DA VISÃO ESTATAL
DA POBREZA NA AMÉRICA LATINA

As hipóteses evidenciam “regimes nacionais de regulação da pobreza”. Sua caracterização, para cada uma das nações latino-americanas, extrapola evidentemente o contexto do presente artigo. Entretanto, parece possível apresentar certas características globais destes “regimes”, com base em uma simples interrogação: partindo da hipótese de que tais regimes existiam na Europa Ocidental no século passado¹³, e da constatação da passagem desta regulação ao *Welfare State*, podemos supor que as formas atuais de regulação da pobreza na América Latina vão desembocar em algo de análogo ao *Welfare State* europeu, ou a um de seus “regimes”?¹⁴

Não se trata aqui de reescrever a história, isto é, de se perguntar porque a América Latina *perdeu o bonde* do Estado providência. Esta ótica só levaria a analisar a perenidade dos regimes de regulação da pobreza na América Latina sob o ângulo da patologia (destacando o papel do corporativismo e notadamente do populismo) e analisar as políticas sociais neste continente como “faltando” alguma coisa, mesmo que elas sejam radicalmente diferentes daquelas conhecidas na Europa ocidental. Não se trata, tampouco, de fazer um catálogo normativo das medidas a serem implementadas (em matéria de política social, de política econômica, etc.) para desbloquear a situação, e passar da regulação da pobreza ao *Welfare-State*. De qualquer forma, este se liga a um tipo de crescimento econômico (ocorrido na Europa no começo, e, depois, no segundo terço do século XX) que não temos qualquer possibilidade de reencontrar na Europa e tampouco na América Latina.

Trata-se, antes de mais nada, de compreender como a regulação estatal da pobreza é uma forma geral de governo, compatível (ao preço de uma grande variação na combinação das visões-tipo da pobreza) com os níveis de desenvolvimento econômico e os tipos de agenciamento de status sociais extremamente diferenciados. Da mesma forma que a crise do Estado-providência não leva ao retorno do que o precedeu, os regimes estatais de regulação da pobreza não levam necessariamente ao Estado-providência. A questão que se coloca para o uso de comparações intercontinentais seria a seguinte: o Estado-providência europeu (admitindo que ele está em crise) e a regulação da pobreza latino-americana teriam igual capacidade de superar a situação atual, ou gerar um outro tipo de relação entre Estado e sociedade? Esta questão sobredetermina toda a questão da pobreza.

¹³ Hipótese que, me parece, podemos deduzir da leitura da obra de Giovanna Procacci e Françoise Barret-Ducrocq, embora nenhuma empregue o termo

¹⁴ No que se refere aos regimes do *Welfare State*, ver em particular G. Esping-Andersen (1991).

A ANALOGIA ENTRE A EUROPA DO SÉCULO XX E A AMÉRICA LATINA CONTEMPORÂNEA

A América Latina atual, de norte a sul, parece legitimar plenamente a analogia com a regulação estatal da pobreza na Europa Ocidental no século passado, particularmente nos últimos dez anos; isto é visível sobretudo em quatro campos.

Em primeiro lugar, há a situação de fato; quaisquer que sejam os indicadores utilizados, existe uma pobreza forte, particularmente visível no meio urbano, da mesma ordem de grandeza da que havia em Londres e Paris há um século e meio.¹⁵ Esta pobreza não decorre da crise de 1983 e do ajuste que lhe seguiu, mesmo que estes tenham agravado a pobreza, seja em termos de rendimentos, seja em termos de acesso aos serviços coletivos de base. A retomada econômica recente de alguns países (México, Argentina) não elimina a pobreza. Além de ter se revelado frágil, esta retomada pode, no máximo, apenas favorecer parte daqueles que se encontravam imediatamente abaixo da “linha da pobreza”. Se é verdade que a ação do Estado se concentra na pobreza absoluta, ela tem poucas chances de elevar um só destes pobres “absolutos” acima da linha de pobreza. Em resumo, a pobreza é um fenômeno de massa, durável, e a intervenção do Estado não tem vocação para eliminá-la, mas sim para geri-la.

Em segundo lugar, as políticas estatais repousam sobre a divisão entre “bons” e “maus” pobres. Embora os discursos sobre os vícios dos pobres sejam menos virulentos que aqueles das organizações “caritativas” londrinas dos anos 1860/1880, eles ainda se mantêm presentes. Os vícios denunciados são freqüentemente da mesma natureza, mesmo se a “fraca propensão a poupar” substituiu a “imprevidência”, a droga e o alcoolismo. O “mau pobre” permanece aquele que reivindica uma ajuda como devida, sem contrapartida social, e que joga com a sua capacidade política, em períodos de democratização, utilizando o registro da cidadania para alimentar sua preguiça. O “bom pobre”, como no século passado, é de um lado aquele que aceita a idéia de uma fatalidade econômica e, de outro, aquele que faz de tudo para sair

¹⁵ Ver artigo de Pierre Salama no número 142, Tome XXXVI de juin/1995 da Revista Tiers Monde. Limitando-se ao exemplo do Brasil, a proporção de pobres (abaixo de uma linha de pobreza idêntica durante o período) é de 41,4% em 1960 e de 39,3% em 1970. Ela baixa a 24,3% em 1980, para remontar imediatamente a 41,9% em 1983, cair a 28,4% em 1986 e aumentar para 39,3% em 1988 (cf. M. Romão, 1991). Estes dados são bastante próximos daqueles encontrados por Charles Booth para Londres em 1902, a partir de uma pesquisa tão minuciosa (está publicada em 7 volumes) quanto os *poverty assessments* do Banco Mundial.

desta situação, pelo menos para libertar seus filhos.¹⁶ E hoje, como no século passado, a distinção entre os “bons” e os “maus” pobres encontra sua eficácia na interiorização da distinção feita pelos pobres entre si.¹⁷ Encontramos assim todas as variações das visões dos pobres pelos não pobres: a compaixão, a indignação moral e sanitária (a droga substituindo o álcool, a AIDS no lugar da sífilis), a indignação modernista (“é insuportável que um país tão desenvolvido como o nosso tenha uma tal proporção de pobres”), o medo de certos pobres — desviantes, marginais, criminosos — o medo de uma explosão do país que gera em contrapartida um autonomismo dos ricos (que se desenvolve tanto em uma fração do patronato de São Paulo como em certos setores dos industriais do norte do México, que não querem mais “pagar pelos pobres” acusados de se conformarem com sua pobreza e de tirar partido dela).

Em terceiro lugar — e sem dúvida é o ponto mais importante — estas políticas do Estado repousam sobre uma tensão política, conseqüente à questão da cidadania. Um exemplo é dado pelo Brasil; a reforma constitucional de 1988 é vista por Sonia Draibe como a passagem do “modelo particularista-meritocrático” para o “modelo redistributivo-institucional” (Draibe, Castro e Azevedo, 1991); este último se caracterizaria pela generalização de direitos sociais homogêneos, constitutiva de um novo modelo de cidadania democrática (Castro, 1992: 12). Nas recentes reformas constitucionais, as políticas da pobreza, por detrás da sua vocação explícita de luta contra os efeitos contra-redistributivos do corporativismo e do clientelismo, tendem a colocar a existência de direitos sociais universais como um elemento chave da democratização, bem diferentes do simples “nivelamento por baixo” promovido pelo neo-liberalismo. A América Latina em sua totalidade está atualmente

¹⁶ Alias o Banco Mundial não se sente constrangido em declarar que a luta contra a pobreza vai beneficiar os pobres essencialmente através de progras favorecendo a educação de base de seus filhos. Os pobres aparecem como particularmente favorecidos por tais programas pelo fato que sua fecundidade é superior à média (World Bank, 1993, p. 11).

¹⁷ Em *La mano izquierda del Estado* obra baseada sobre uma série de entrevistas nos subúrbios pobres de Buenos Aires, Emilio Tenti destaca o seguinte: “Nestas pesquisas vemos surgir, entre os pobres mesmo, discursos que descrevem e condenam certas formas de pobreza. Trata-se de selecionar os “pobres por sua própria culpa” que não merecem nenhuma ajuda (“Todos estes pais de família que passam seu tempo a não fazer nada e a receber ajudas do governo, deveríamos coloca-los no trabalho e não lhes dar o que comer”). Esta indignação moral funciona como uma espécie de parapeito, garante uma auto-estima, um reconhecimento por suas condutas pessoais diferenciadas — mesmo em situação de extrema pobreza — manifestações mais visíveis na pobreza urbana” (L. Golbert, S. Lumi, E. Tenti Fanfani, 1992, pp. 129-130).

colocada diante do “dilema republicano”: “apesar da miséria, os pobres não podem deixar de ser iguais, na medida em que participam do mesmo estatuto jurídico dos demais cidadãos”¹⁸, apesar de serem, de fato, diferentes.

A quarta analogia com o século XIX na Europa parece estar no forte particularismo nacional das políticas da pobreza, e no fato de que ele está profundamente inserido na história nacional; mas alcançamos então os limites da analogia com a Europa do último século. Nesta, as particularidades nacionais podem se explicar por três fatores principais: a concepção dominante da cidadania; o grau de urbanização e de industrialização; e o peso e o tipo de discursos religiosos. A análise da pobreza na América Latina contemporânea mostra que os particularíssimos nacionais das políticas de pobreza são muito mais complexos, o que nos leva a destacar os limites desta analogia.

OS LIMITES DESTA ANALOGIA ENTRE A EUROPA DO SÉCULO XX E A AMÉRICA LATINA CONTEMPORÂNEA

Estes limites vêm, de maneira geral, da história da relação entre Estado e a sociedade, e têm em comum sua origem nas diferenças entre a América latina e a Europa no tratamento histórico da questão da cidadania. A propósito dos três pontos levantados brevemente acima, a diferença entre cada um dos países da América latina e a França ou a Inglaterra do século passado é mais ou menos acentuada, e podemos portanto constatar certas origens das particularidades dos regimes nacionais de regulação da pobreza.

A composição da população e o imaginário que ela produziu — Os cortes raciais e étnicos que remetem à história das relações de dominação (os invadidos e os invasores, os escravos e seus mestres...) permanecem como determinantes estruturais na repartição da pobreza, enquanto que seu papel é débil na Europa do último século. Por exemplo, nos países onde a proporção de índios permanece ainda muito forte, seja em todas as regiões (Equador, Bolívia, Peru, Guatemala), seja em algumas delas (Colômbia, México), a existência de uma “pobreza indígena” tem um papel central. O fato de que esta pobreza seja maciça e, principalmente, rural entra em contradição com o papel que os índios tiveram na historiografia nacional (“os descendentes das gloriosas civilizações pré-colombianas”, etc.). As políticas em relação a eles oscilam então constantemente entre a afirmação de um respeito pelas formas culturais próprias e a idéia de que o passadismo e o respeito às tradições — por mais respeitadas que sejam — não são mais pertinentes, transformando-se no maior entrave para a erradicação desta pobreza particular. Sem chegar às

¹⁸ Cf. G. Procacci, 1993, p. 14. O autor fala dos pobres na França por volta de 1850.

soluções extremas do exercito guatemalteco¹⁹, a política mexicana de desmantelamento dos *ejidos* depois de 1992 também vai neste sentido. O *ejido*, concessão feita à tradição índia em decorrência de seu apoio à revolução no início do século, aparece como um entrave à mobilidade dos camponeses e ao desenvolvimento da produtividade agrícola, e sua eliminação apresenta-se como um elemento da luta contra a pobreza.²⁰

O papel que a herança escravista representa na pobreza específica dos negros, quer estejamos tratando do Nordeste brasileiro ou do Choco colombiano, é semelhante, na medida em que é o auto-fechamento no “círculo vicioso da pobreza”, mais do que o peso da tradição, que serve de pseudo-explicação à concentração da pobreza (como nos Estados Unidos nos anos 1960). Por outro lado, a questão da diversidade das imigrações européias não suscitou no imaginário coletivo a idéia de que uma origem determinada conduziria a um “destino de pobre”. A existência de uma pobreza específica dos “outros” (negros e índios) teve como efeito a representação de uma “fusão” dos migrantes: sua pobreza era uma questão de destino individual, e não era vista *a priori* como a conseqüência de sua procedência geográfica ou da data de emigração de seus antepassados.

O peso dos fatores étnicos e raciais é bastante diferente segundo as nações: os índios constituem apenas uma pequena parcela da população do Uruguai, Chile e Argentina, ao contrário do Equador e Guatemala, onde correspondem a quase metade da população; os negros são apenas alguns milhares no Chile, e são maioria no Haiti e em Belize, etc. Em outros termos, se em certos países a analogia com a Europa do último século guarda alguma pertinência (sobretudo no Cone Sul), em outros a regulação estatal da pobreza é ao mesmo tempo um modo de regulação do problema social e étnico (ao mesmo tempo em que é um modo de não reconhecimento deste último).

A importância do clientelismo — A questão da luta contra a pobreza na França e na Inglaterra no século XIX é raramente colocada em termos de apoio político, mas muito mais em termos de perigo político. Na América Latina, o pobre é um alvo e o clientelismo é a estratégia mais difundida para amenizar o perigo do pauperismo. A pobreza é, ao mesmo tempo, estruturalmente indispensável à reprodução do sistema de dominação

¹⁹ Para quem a exterminação dos pobres era sem duvida um modo radical de luta contra a pobreza; mas é verdade que eles não eram exterminados enquanto pobres, mas enquanto apoio potencial à guerrilha.

²⁰ Relatório interno do Banco Mundial tratando da política anti-pobreza no México, presta homenagem a esta reforma dos *ejidos* que é colocado no mesmo plano que uma reforma agrária (World Bank, 1993a, p. 79).

clientelista, e constantemente reproduzida por ela. De fato, de um lado o pobre contribui para reproduzir a relação de clientela²¹, e de outro o clientelismo funciona “passo a passo”, baseado em uma distribuição pontual e não em investimentos de longo prazo, na relação individual de cooptação e não no projeto coletivo, realimentando assim ao mesmo tempo a precariedade e a pobreza.

O clientelismo tem necessariamente formas nacionais muito específicas; por exemplo, em certos países permanece um clientelismo de caciques locais com fraca base partidária (o Nordeste brasileiro é um exemplo); em outros domina um clientelismo de partidos dando uma estrutura bipartidaria geralmente antiga (Colômbia e Uruguai); em outros o clientelismo é quase monopartidario (México, embora desde o PRONASOL ele se transforme em clientelismo presidencialista). A característica da “luta contra a pobreza” atual é sua ambivalência face ao clientelismo. De um lado este é apresentado como um desvio dos instrumentos desta luta, como se o lucro político que daí tiram os padrões fosse necessariamente antinômico ao lucro social que poderiam tirar os pobres. Mas, de outro lado, a descentralização é apresentada como um avanço da democracia (parecendo ir no sentido do interesse dos pobres); ora, esta descentralização apresenta o perigo de uma renovação do clientelismo sobre uma base local e setorializada.²² De forma mais geral, todas as políticas pontuais parecem mais ser um novo fermento do clientelismo que um meio de lutar contra ele.²³

Para escapar deste leque de contradições, uma solução seria um “jacobinismo social”, uma política da pobreza diretamente comandada do centro da nação; mas este tipo de política é denunciado imediatamente como

²¹ Rodrigo Uprimny (1989, p. 128) mostra bem que o voto clientelista responde a uma estratégia de minimização dos riscos por parte do cliente: o jogo do voto é fraco e a revolta ultra arriscada. A distribuição clientelística permitindo se manter no nível da sobrevivência, o clientelismo é uma resposta racional à precariedade, ao mesmo tempo em que reproduz esta última.

²² Como nota M. H. Guimarães de Castro (1991, p. 16) os objetivos da “estratégia de descentralização setorializada se ligam aos recursos do poder, através de pactos ou intervenções que terminam por perpetuar os “cartéis políticos”, já enraizados nas políticas públicas brasileiras”. A autora deduz que seja pouco provável que as políticas sociais néo-liberais sejam coroadas de sucesso, na medida em que o objetivo de privatização dos serviços públicos entra diretamente em contradição com aquele do controle de recursos públicos pelos detentores do poder local.

²³ Cf. J. Marques-Pereira (1993, p. 128): “A luta contra a pobreza, definida por ações específicas cuja adoção depende de uma negociação mais ou menos eleitoreira com as autoridades públicas, é o fermento do reganho do clientelismo, e mesmo, em alguns casos, de uma colisão entre os grupos mafiosos e o Estado”.

antidemocrático, ou como subterfúgio com o único objetivo de alterar as características do clientelismo (é o sentido das denúncias do PRONASOL mexicano); apenas em situações particulares o clientelismo “jacobino”, apoiado por setores externos à representação política constitucional (comunidades religiosas, associações de bairro), chega a ter um alto grau de legitimidade junto aos pobres (o exemplo típico é o de Fujimori no Peru, entre 1992-1993). O clientelismo, fora destes casos particulares, permanece em vigor, como mecanismo principal das políticas contra a pobreza (não desprovido de eficácia, repetimos, em termos de sobrevivência imediata), mesmo se tanto os políticos como os especialistas da ciência política subestimam seus efeitos em termos de fidelidade política: a fidelidade dura apenas o instante da ajuda e o clientelismo é sempre uma troca regulada “passo a passo”.

A política do Banco Mundial quando advoga intervenções setorializadas, de preferência *in natura*, destinadas a “populações-alvo”, será marcada pela ingenuidade, pelo faz de conta, ou pela duplicidade, já que é evidente que ela oferece um terreno propício ao clientelismo? De fato, ela tem consciência de que “na falta de alvos precisos, as transferências orçamentarias diretas com destino aos pobres são geralmente captadas pelas classes médias (Banco Mundial, 1993a: XII) Mas, será isto o resultado de uma falta de precisão no alvo, dada a falta de informação estatística, ou um sinal de que o Banco Mundial é incapaz de se situar ao mesmo tempo além e aquém das estruturas políticas nacionais? Pretendendo ao mesmo tempo determinar as escolhas políticas nacionais em matéria de pobreza e agir diretamente, o Banco Mundial corre o risco de sobretudo dar aos homens políticos latino-americanos simultaneamente a legitimidade (o “rótulo Banco Mundial”) e os meios para suas práticas clientelistas.

A existência histórica de um embrião abortado de Estado-providência. Seria muito longo voltar aqui a todas as histórias nacionais de proteção social e àquilo que torna a referência ao *Welfare-State* mais uma “utopia legitimadora” (Lautier, 1993) que um projeto político análogo àquele que animou a Europa ocidental durante a primeira metade do século XX. Mas, que se veja aí um fracasso parcial ou completo, a tentativa abortada de implementação de um Estado-providência teve conseqüências duráveis sobre a percepção da pobreza, o que contribui para diferenciá-la claramente daquilo que se conheceu na Europa do último século. Dois pontos merecem ser destacados:

O primeiro é que, em sua origem, a proteção social assistencial foi apresentada (por Battle, Peron, Cardenas, Vargas...) como uma medida em favor dos pobres, e como um elemento entre outros de uma política da pobreza. Em todos os cantos da América Latina o desenvolvimento do corporativismo de Estado baseado na proteção social só intervém após alguns anos da adoção

desta última. As denúncias sobre a transformação das “vantagens sociais” em privilégios, da forma como eles serviram para consolidar um compromisso político com as frações socialmente “fixas” do assalariado datam apenas dos anos 1980. Inúmeros trabalhos mostram que a manutenção das vantagens corporativas rompeu as distâncias entre estas frações do assalariado e as camadas pauperizadas (particularmente no México e Argentina). Mas seria um pouco apressado deduzir, primeiro, que esta manutenção seja a causa da pauperização e, em seguida, que a eliminação destas vantagens permitiriam, como sustenta o FMI, reduzir a pobreza.

Seria necessário, primeiramente, provar que os benefícios sociais destinados aos setores interessados são financiados primeiro pelos orçamentos sociais; ora, isto é certamente falso até os anos 70 (sendo os organismos de seguro social eram a o sorvedouro das finanças do orçamento geral) e muito freqüentemente falso no período seguinte (é sobretudo uma alta maciça nas taxas de cotização que assistimos, como na Colômbia, ou uma redução dos benefícios, como no Brasil, e depois na Argentina). Em segundo lugar, seria necessário provar que aqueles que não são “privilegiados” são vítimas, mesmo que indiretas, da manutenção de alguns na proteção social. Ora, isto não tem sentido; o enorme movimento de precarização do assalariado, sobretudo nas empresas industriais (Lautier, 1991), sobretudo depois de 1983, provoca uma pauperização em massa nas camadas sociais que escapavam largamente deste processo até aquele momento; mas seria um pouco forçado identificar neste processo a consequência da manutenção parcial do seguro social; é sobretudo o seu desmantelamento que está em questão. Em terceiro lugar, este desmantelamento tem consequências que ultrapassam o assalariado antes protegido; ficamos um pouco constrangidos ao assistir o Banco Mundial, o PREALC e, claro, o governo, fazerem quase nenhuma referência ao fato, aliás bem conhecido em países como a Colômbia, de que uma importante parcela dos domicílios (em torno de um terço) que contavam com um ativo “formal” (com proteção social) contam também com pelo menos um ativo que não tem este estatuto. O desmantelamento da proteção social, em nome da luta contra os privilégios, atinge bom número de “não privilegiados”. Para terminar, a situação de “privilégio” dos beneficiários da proteção social é em grande parte uma lembrança²⁴; são sobretudo os ditos “protegidos” que formam a parcela que mais cresce dentre a população pauperizada. As leis, em certos países,

²⁴ Lembrança que remonta a uma época onde o sistema poderia financeiramente se garantir, isto é, onde a relação cotizantes/tendo direito, era elevada. Ora, a diminuição do crescimento da população cotizante, junto com o envelhecimento geral, gera mecanicamente a impossibilidade de pagar as prestações – sobretudo as aposentadorias – devidas.

não são mais aplicadas há muito tempo. Por exemplo, a lei sobre as aposentadorias na Argentina (antes da reforma de 1993) previa (para o regime geral, o SNP) aposentadorias de 70 a 82% do salário médio; em 1992, esta relação era, em média, de 43,7% (Isuani e S. Martins, 1993: 28-30), ou seja 193 pesos, o que significa muito pouco quando conhecemos os preços elevados na Argentina nesta época de supervalorização. Apesar das múltiplas decisões da justiça condenando o governo argentino, e os diversos subterfúgios utilizados por ele (em particular a transferência às províncias da responsabilidade do pagamento)²⁵, ele recusou-se a pagar a dívida do sistema de aposentadorias. Não espanta, portanto, que poucas vozes se elevassem contra a reforma do sistema em 1993 (passagem à capitalização), coberta de vociferações entusiásticas pelas instituições financeiras. Os aposentados se transformaram na categoria de pobres mais numerosa na Argentina; mas será realmente culpa de um sistema de “privilégios”?

O segundo ponto a ser lembrado a propósito do “Estado Providência abortado” é que este desempenhou um papel importante na formação do imaginário social. Ele estava longe de se reduzir a um sistema de proteção e era coerente com o processo econômico e político da sociedade. Qualquer que seja o caráter ditatorial do regime de Vargas, o Estado Novo representa uma forte referência simbólica, ainda hoje, no Brasil. O mesmo ocorre com o período de Cardenas e o de Peron, e seus herdeiros não deixaram de aproveitar deste fato. Quanto ao Battlismo uruguaio, o pai de todos, os três principais partidos (inclusive a “Frente ampla” que diz se opor aos partidos tradicionais, inclusive o de Battle) se referem a eles permanentemente.

Este embasamento histórico é apenas uma referência nostálgica a uma “era de ouro” que na verdade nunca existiu. Parece sobretudo retomar uma visão confusa segundo a qual, para todo cidadão, não existiu “política social” (inclusive em períodos de autoritarismo) a não ser como elemento de uma política de Estado entendida como política econômica, mas também de identidade nacional. Em outros termos, a implantação do “Estado-providência abortado” não tem a ver apenas com a cidadania como instauradora de direitos e deveres sociais, mas principalmente como partícipe de uma construção da cidadania como modo de pertencimento a um conjunto nacional. Neste particular, o dismantelamento de seus fragmentos ineficazes e sua substituição por políticas sociais com alvos específicos não propunham nada em seu lugar. Este dismantelamento, inacabado, não impediu que a visão “estruturalista” sobre a questão da pobreza permanecesse. Apesar da “década perdida”, a idéia

²⁵ Cinco milhões de dólares segundo a mesma fonte p. 38.

da marcha em direção ao progresso social tal como o concebíamos antes vai retornar e com bastante força. O discurso de Estado sobre a necessidade de regular em primeiro lugar os problemas do equilíbrio macroeconômico, antes de desenvolver as políticas globais contra a pobreza, teve difícil aceitação pela sociedade; um sinal é que, a cada período eleitoral (como vimos no Brasil em 1994), ele se colocava entre parênteses.

A regulação da pobreza: retirada ou retorno do Estado? Desde 1988-1990 apareceram alguns indícios de uma tendência do regime dominante de regulação da pobreza na América Latina a se modificar. Estas modificações não podem ser interpretadas simplesmente como perpetuação do, ou freios ao, neo-liberalismo. Por trás dos debates sobre uma nova modalidade de intervenção social do Estado ou, ao contrário, da denúncia de suas falsas aparências, assistimos sobretudo a uma evolução da combinatória de visões-tipo no que permanece sendo um regime de regulação da pobreza.

A VISÃO “TECNICO-LIBERAL” E O “LIBERALISMO SOCIAL”

A primeira evolução reside na predominância acentuada, no seio da visão “modernista-tecnocrática”, da variante “tecnico-liberal” (face à visão “estruturalista”). Isto se deduz, é claro, do desmantelamento ou até do esfacelamento do embrião do Estado-providência, dos ataques contra os sindicatos e da precarização crescente do trabalho assalariado. Mas esta visão liberal é freqüentemente obrigada a compor com o antigo populismo (que se combinou com as visões estruturalistas), gerando por exemplo o “liberalismo social”²⁶ de Salinas de Gortari, que caracterizava o PRONASOL mexicano, forma híbrida, ao mesmo tempo arcaica e antecipadora de políticas sociais pós-neo-liberais. Entretanto, esta visão “tecnico-liberal” não pode mais, depois de 1990, ser identificada como retirada pura e simples do Estado, retirada que foi maciça nos anos de 1980. De um lado, a intervenção direta do Estado em matéria de pobreza é algumas vezes acentuada e não diminuída, se a vemos no sentido amplo (ou seja, incluindo a intervenção das coletividades territoriais e as ações implementadas em colaboração com as organizações internacionais — Banco Mundial, BID — ou as ONGs). Se raciocinarmos em termos de partilha entre o Estado e o mercado, o único domínio em que observamos a substituição importante do primeiro pelo segundo é o das aposentadorias, com a passagem

²⁶ Segundo Luis J. Garrido (1993, p. 4), o termo contraditório de “liberalismo social” foi forjado pelo presidente Salinas durante a celebração do 63º aniversário do Partido Revolucionário Institucional (PRI). Este seria “uma antecipação da crise do neo-liberalismo e uma procura de conciliação entre as políticas neo-liberais e as velhas políticas populistas reativadas pelo PRONASOL”.

à capitalização em diversos países. Mesmo assim, esta substituição é apenas parcial (pois, para toda a mão de obra sem contrato estável, tratava-se sobretudo do desaparecimento das aposentadorias) e estreitamente enquadrada.²⁷ No que se refere aos pobres propriamente ditos, com exceção de sua fração mais miserável (que escapa às medidas das políticas específicas, particularmente no meio rural, e nas favelas), há sobretudo uma retomada da intervenção do Estado.

Como dissemos, esta intervenção “liberal” tem um caráter eminentemente contraditório, pois as políticas específicas não aumentam a curto prazo o acesso dos pobres ao mercado, muito pelo contrário. O único campo em que este pode ser o caso — a longo prazo — é o das ajudas às atividades produtivas, essencialmente dos empréstimos de equipamentos aos pequenos proprietários rurais ou às micro-empresas. Mas este tipo de intervenção do Estado é muito minoritário.²⁸ Quer se trate do aumento do esforço estatal e internacional em matéria de saúde de base ou educação primária, de saneamento básico, da distribuição de alimentos, estas políticas “liberais” na verdade não o são. Em certos casos (passagem de um controle sindical para um controle estatal dos organismos responsáveis), trata-se mesmo de reestatização. Mas não se trata de voltar ao modelo “estruturalista cepalino” de intervenção do Estado, pois o modelo “tecnológico-liberal” de gestão da pobreza é de fato liberal em dois aspectos: a desregulamentação do mercado de trabalho e o caráter limitado, em termos de peso financeiro, da intervenção social do Estado.²⁹

²⁷ No Chile, como provavelmente na Argentina no futuro, são cerca de três quartos dos mutuários, e não os cotisantes-poupadores eles mesmos, que geram os fundos, com as taxas de cotização negociadas ao nível das convenções coletivas. Seria melhor, segundo o modelo norte americano, falar de substituição do público pelo “parapúblico” do que público pelo privado.

²⁸ No México segundo Victor Soria (1992) em 1989 a repartição prevista das despesas do PRONASOL foi de 13,3% para os “programas de infra-estrutura de apoio às atividades produtivas” (essencialmente em zonas rurais), 30,8% para os programas de infra-estrutura de serviço serviço” (todas meios de comercialização) e 55,9% para os programas de infra-estrutura sociais (educação, água, esgoto...). Durante os quatro anos seguintes (Soria, p. 5), a parte das despesas consagradas às “atividades produtivas” jamais superou 20%. Da mesma forma, entre as 46 medidas propostas pelo presidente Menem em janeiro de 1993 (o “Plano Social”), três somente (concessão de subsídios extraordinários aos aposentados em caso de necessidades primárias insatisfeitas”, um aumento das alocações familiares e a criação de 4000 empregos municipais) se traduziram por um maior acesso dos pobres ao mercado.

²⁹ Segundo V. Soria (1993, p. 4) as despesas consagradas ao PRONASOL representam apenas 0,68% do PIB médio de 1998 a 1993, com uma ponta de 1,08% em 1992 (ano em que elas representaram 7,7% das despesas sociais). Para uma análise detalhada do PRONASOL cf. J. Marques Pereira e M. Prévot-Schapira, 1994).

A DOMINAÇÃO DA VISÃO “ASSISTENCIAL-REPRESSIVA”

O caráter pouco liberal da intervenção sobre os pobres está muito ligado à dominação generalizada, desde o relatório do Banco Mundial de 1990, da visão “assistencial-repressiva”. É óbvio que não encontraremos qualquer traço do segundo epíteto na linguagem das organizações internacionais e dos governos. O aspecto repressivo da intervenção estatal sobre os pobres é raramente explícita (como o foi nas repressões das manifestações venezuelanas); mas o desenvolvimento da intervenção policial sobre os pequenos delinquentes e os marginais de todo tipo parece aumentar nas cidades onde a pauperização é manifesta (Recife, Lima). O que caracteriza a repressão “moderna” da pobreza é sobretudo a tolerância estatal em relação às formas semi-privadas desta repressão: assassinatos de pequenos delinquentes pelos esquadrões da morte para-policiais ou paramilitares, linchamentos, etc. Encontramo-nos diante de uma situação “mista” se nos referimos à história europeia: de um lado, o Estado de direito está bem estabelecido, muito mais do que no século XIX francês, pois a proporcionalidade entre delitos e penas é real (nada de perdão para os jovens ladrões, mas sim instituições de reeducação). Mas por outro lado, a justiça privada — ou algo que possa ser chamado como tal — está sempre presente, e isto com a garantia de impunidade por uma parte do aparelho de Estado.³⁰

O aspecto assistencial é mais visível que o aspecto repressivo. A assistência apresenta de forma indissociável os dois aspectos de “luta contra a pobreza” e “assistência aos pobres”. Mesmo se descartarmos o argumento reiterado pelo Banco Mundial, segundo o qual a melhor política contra a pobreza é uma política de crescimento (o que significa dizer que toda política econômica é uma política contra a pobreza), é sempre o aspecto de “luta contra a pobreza” que domina, através das medidas que têm a ver tradicionalmente com as políticas urbanas ou administrativas, mais que a assistência aos pobres. Ou seja, uma maioria das medidas propostas ou efetivamente adotadas concerne a equipamentos coletivos, à formação de pessoal de intervenção social ou a reformas administrativas.³¹

³⁰ O relatório citado da CPI brasileira cita nominalmente um certo número de policiais da ativa assassinos de menores e escreve (p. 35) que a “magistratura brasileira aceitou tranquilamente taxas de impunidade de 80/90%” sublinhando que uma comissão do mesmo tipo, quinze anos antes, tinha já denunciado esta impunidade. Entretanto, a denúncia pela mídia dos massacres de crianças de rua, depois da Candelária no Rio em agosto de 1993, é extremamente forte.

³¹ Uma contagem empírica a partir do “plano social” argentino de 1993 mostra que, das 46 medidas propostas (importantes, em termos de custo provisional, muito desigual), somente 17 podem ser individualizadas; nós vimos anteriormente que somente 3 correspondiam a uma transferência de moeda para os pobres: as outras referentes à saúde (vacinação, controle sanitário), certas distribuições alimentares e a formação profissional.

Na promoção deste tipo de intervenção, o Banco Mundial e o BID insistem sobre a maior eficácia (“melhor taxa de rendimento interno”) dos investimentos coletivos. Isto é particularmente evidente no que se refere à educação. Diante da inconsistência metodológica da demonstração, afirmada inclusive pelo próprio BID³², o que é necessário reter em primeiro lugar é a visão política. Retornamos ao início dos anos 60, quando se debatia o “fator residual” do crescimento, e clamamos novamente as virtudes do ensino de base na luta contra a pobreza. Este ensino de base opera muito mais pelos seus efeitos indiretos (em matéria de saúde, de nutrição, de planejamento familiar, o que explica que a rentabilidade é mais forte para as meninas) que pelos seus efeitos diretos. A assistência através do ensino, de onde todo conteúdo político (a formação da cidadania) desapareceu, permite dar um fundamento “econômico” à tentativa de racionalização dos comportamentos, em uma problemática finalmente bastante próxima daquela da filantropia do século passado.

Encontramos um outro argumento, constantemente presente, em favor da ajuda pelo desenvolvimento dos investimentos coletivos: este tipo de ajuda baseada em políticas específicas não pode ser desviada. Este perigo do desvio viria muito menos dos “falsos pobres”, dissimuladores e atores, do que dos distribuidores nacionais ou locais da ajuda. Apresentando-se como os porta-vozes dos países, regiões ou cidades pobres, os políticos e administradores locais embolsariam a ajuda monetária, o que mostraria a superioridade das ajudas específicas *in natura*. Mas os eleitos locais rapidamente entraram no jogo das políticas específicas dos organismos internacionais; eles bem sabem que podem se beneficiar e que o controle pelas instituições internacionais nunca os impediu de enriquecer com um programa de vacinação ou de construções escolares.

³² O relatório do BID de 1993 (p. 195) cita George Psacharopoulos (1985, quadro 1). Este calcula as “taxas de rendimento médio da escolarização” para a educação primária, secundária e terciária de 32%, 23% e 23% para o rendimento privado e 26%, 18% e 16% para o rendimento social”. O relatório coloca em dúvidas os dados (“tão elevados que não podem ser completamente creíveis”). Segue entretanto dizendo que, no que trata do rendimento social, “se as externalidades são positivas como afirmamos freqüentemente, o rendimento da escolarização pode ainda ser maior que o que indicam estas estimativas”, para concluir que “estas estimativas sugerem que a escolarização pode ter um importante efeito de equalização da renda e de diminuição da pobreza” (p. 196). Como o mesmo relatório comporta um capítulo metodológico (p. 190) explicando que é impossível interpretar as correlações renda/educação em termos de causalidade, ao mesmo tempo que ele mostrou que os dados e os métodos de cálculo não têm confiabilidade alguma, somos levados a um ato de fé: a educação é boa para os pobres.

O modelo “assistencial-progressista” permanece ainda o fundamento de toda política contra a pobreza³³, embora varie de um país a outro. O aspecto no qual há uma ruptura radical com a Europa do século passado é essencialmente a forte atenuação do discurso moralista que o acompanha. A reeducação moral do pobre, a incitação ao casamento, etc., dão lugar à reeducação econômica e ao estímulo a um comportamento eficaz.³⁴ A aprendizagem da racionalidade tomou o lugar da interiorização das normas morais.

A PERMANÊNCIA DA VISÃO CARITATIVA

A visão caritativa também se mantém, associada às precedentes. Como foi ressaltado na primeira parte, a caridade no sentido clássico tende a desempenhar um pequeno papel em relação à ajuda para a auto-organização, que se torna a via principal da “ajuda”. O problema é saber se estamos na presença de um caritativismo moderno ou de um esquema “assistencial-repressivo”, ou “tecnoliberal”, mais ou menos disfarçado. As críticas nacionais às novas formas de intervenção social do Estado tendem à interpretação em termos do modelo assistencial-repressivo. Os organismos internacionais afirmam que colocam a “ética no comando”, sempre acrescentando que não se trata de fazer caridade, mas de atingir objetivos éticos através da eficácia. É este imperativo de eficácia que faz com que, para o Banco Mundial e o BID, a “participação” se torne essencial.³⁵ Mas o que significa “participação”? Quantos pobres têm assento nos escritórios de Washington? Pergunta idiota, pois não há nenhum lá por definição (só as diárias seriam suficientes para ultrapassar dez vezes a linha de pobreza). O peso na consciência gerado por este absurdo encontra então uma saída nas ONGs, vistas como um canal de escuta dos pobres na distribuição da ajuda.³⁶ De fato, esta insistência nas ONGs tem pouca correspondência nos

³³ Cf. E. Isuani (1990: 7): “O foco proposto pelo néo-conservadorismo tem poucas chances de não se transformar em uma espécie de néo-benevolência, desta vez a cargo do Estado e não mais das *damas de caridade* como no século passado.” (citado por S. Draibe, 1993: 84).

³⁴ Cf. BID (1993: 233): “As políticas que incitam a um comportamento eficaz devem ser provavelmente privilegiadas em relação às políticas que exigem uma informação detalhada para controlar, avaliar e modificar os comportamentos”.

³⁵ Cf. por exemplo, o Banco Mundial (1993a: 22): “Os programas e projetos têm maiores chances de sucesso quando os beneficiários presumíveis participam de sua concepção e sua implantação” e Banco Mundial (1993b: 24).

³⁶ As ONGs jogaram um papel ativo na promoção da participação dos beneficiários nos projetos financiado pelo Banco. Elas também contribuíram para melhorar a ciblage das ajudas, pois seus enraizamentos na realidade e suas experiências lhes permitem identificar e tocar grupos específicos, assim que difundir informações sobre a disponibilidade de certos serviços, em particular o planejamento familiar e a prevenção médica”.

fatos (apenas 12 projetos do Banco Mundial, em 1992, na América Latina, em que estavam envolvidas as ONGs, contra 32 na África). E todo este discurso sobre a “participação” é uma espécie de biombo colocado diante do que permanece o modo de intervenção clássica do Banco Mundial, a negociação onde o interlocutor é um governo que persegue objetivos políticos e não caritativos.³⁷

Desde o fim dos anos 80, a intervenção das ONGs foi tão valorizada pelos governos quanto pelos organismos internacionais; isto não espanta, na medida em que estes aparecem aos primeiros como um caminho indispensável no período de adoção das políticas específicas enquanto o efetivo de funcionários no campo social diminuía consideravelmente. Elas são, igualmente, cada vez mais um expressivo trunfo na medida em que tendem a se transformar em um canal de desova de subsídios internacionais. Mas esta instrumentalização das ONGs encontra fortes resistências, pois é cada vez mais evidente que os governos são incapazes de lhes propor uma colaboração dentro de um projeto econômico para os pobres. A tentação das ONGs é de cada vez mais trabalhar na direção de uma “desconexão”, forma de tomar conhecimento do fracasso da adoção da visão “modernista-tecnocrática”. Prova disso é o uso maciço das expressões “economia popular” e “economia solidária” por numerosos intelectuais (universitários, padres, etc.) e, cada vez mais, na linguagem comum, no Chile e no Peru.³⁸ Constatamos primeiro que, apesar da retomada econômica ativa (Chile), a população economicamente ativa excluída do assalariado moderno representa de 40 a 50%. Vemos portanto, emergir uma economia popular, isto é, “onde as próprias pessoas são os sujeitos”. Uma vez que estas pessoas são ao mesmo tempo qualificadas de “marginalizadas” e de “pobres”, é a sua auto-organização, com a ajuda das ONGs que faz delas sujeitos econômicos e sociais. Trata-se não somente de uma auto-organização individual, mas coletiva (novos circuitos comerciais, difusão de inovações). A luta contra a pobreza é então vista ao mesmo tempo como extra-estatal e contra-capitalista. E os pobres são carregados de virtudes, transformadores do mundo moderno, não por sua mobilização política (como nos anos 60 e 70) mas por sua “mobilização econômica”.

³⁷ “Aqueles que conduzem as estratégias de ajustamento néo-conservadoras não podem decidir que são eles mesmos os representantes dos setores pobres, e então dispostos a modificar em seu favor as relações de força” (E. Isuani, art. citado, p. 7)

³⁸ Cf. por exemplo as publicações de Luis Razetto, cujo primeira referência é “*Los caminos de la economía de solidaridad*”, Santiago, Ed. Vivarium, 1993. Em francês, podemos consultar o debate (L. Razetto, B. Lautier, D. Palma) publicado no *Phénomènes d'exclusion, activités informelles, stratégies de survie et d'emploi* dossier de informação do CEDAL, Paris, 1991, nº 1.

Este processo não está isento de ambigüidades: primeiro, é evidente que um conjunto de vínculos com a economia “moderna” (capitalista) é a condição de sobrevivência da economia “popular”³⁹; em seguida, a confusão é inevitável entre todas as formas de luta contra a pobreza pelos próprios pobres (o pequeno trabalho inventivo e o roubo a mão armada, a micro-empresa familiar e o tráfico de droga); enfim, esta idéia de promoção de uma “economia popular”, versão moderna da caridade, torna-se em si mesma um elemento do discurso do Estado. Na medida em que ela parece neutralizada politicamente (não se fala mais em socialismo), ela vem, de uma forma mais insidiosa por ser extrínseca, e com a vantagem de um custo quase nulo, ocupar o papel que o Banco Mundial gostaria de, desesperadamente, dar à “participação”.

Encontramo-nos então diante de uma situação confusa; o modelo caritativo “puro” (humanitário) predomina na visão do Terceiro Mundo (representado primordialmente no imaginário coletivo por uma África esfomeada), na Europa e nos Estados Unidos; é ele que permite recolher fundos e beneficiantes. O trabalho de campo na América Latina choca-se com a predominância de outras visões de gestão da pobreza; a colaboração com as ONGs locais continua possível, pela via da ajuda à auto-organização; mas a imagem apresentada aos cotizantes e financiadores dos fundos é evidentemente muito menos espetacular que a ajuda emergencial. As relações com os governos e as organizações internacionais levam inevitavelmente a uma instrumentalização em que a ação das ONGs é imediatamente lançada como meio de legitimação. Podemos recusar esta instrumentalização, seria difícil firmar com ela um compromisso; podemos assim fechar os olhos, atraídos pelos milhões de dólares que estão prontos a ser desembolsados pelo Banco Mundial e pelo BID.

CONCLUSÃO

Serão “bem-aventurados os mansos porque herdarão a terra”? Parece que não, pois eles “não têm o direito de falar como patrões aos governos (corrompidos) que os negligenciam”. Entretanto, por trás da utopia que marca a frase de Barère em 1792, o problema está bem colocado: o da capacidade de intervenção política dos pobres. A tradição marxista tinha conseguido, no nível do discurso, desvincular a maior parte dos pobres, o proletariado, do estatuto de pobres para torná-los sujeitos de uma positividade política, mas

³⁹ Não somente as matérias primas da segunda provêm em boa parte da primeira, mas geralmente também uma poupança, até mesmo a renda de assalariados das famílias pobres engajadas na economia popular e, freqüentemente, mercado para os produtos.

evidentemente num quadro bem diverso do de Barère (que fundava esta positividade somente sobre o estatuto de cidadão). O Estado-providência conseguiu, no nível dos fatos, fazer com que a maior parte dos pobres escapasse de seu estatuto, mas reduzindo ao puro domínio da representação parlamentar ritualizada a sua capacidade de intervenção política. O problema, para a América Latina, é de saber se há uma terceira via, as duas primeiras estando obstruídas.

A comparação com a história europeia tenderia a reaproximar a situação da maior parte da América Latina do período dos anos 1830-1860 na França e na Inglaterra, período em que o modelo “assistencial-repressivo”, embora combinado aos outros dois, era dominante. Mas, se este modelo domina fortemente nos discursos estatais atuais, o imaginário coletivo permanece marcado pela visão “estruturalista”, uma idéia do progresso que vai retomar e reestruturar a sociedade assim que a década perdida termine.⁴⁰ Enquanto isto, o discurso do Estado e das organizações internacionais, assistencial mais do que liberal, predomina. Isto não é muito animador, sobretudo porque o período atual de “correção” dos efeitos nefastos do ajuste estrutural vai totalmente no sentido do reforço deste modelo, com o apoio das organizações internacionais e de uma parte das ONGs. Se este reforço passa por uma extinção do “Estado-providência abortado”, ou pela sua manutenção parcial, não muda fundamentalmente a questão (uma ou outra hipótese será mais provável conforme os países). Nos dois casos, parece evidente que vamos em direção a uma ligeira restauração da intervenção social do Estado (em termos de peso financeiro) e sobretudo de uma regulação muito mais fina da pobreza, que se transforma em um instrumento político dominado.

No entanto, sabemos que a questão democrática, na França, conduziu de novo, em 1848 e no fim do século XIX, à questão da revirada desta regulação da pobreza. É claro que a história europeia do nascimento do Estado-providência não se repetirá; mas certas interrogações ou reivindicações daquele momento reaparecem aqui e ali hoje em dia. Por exemplo, a idéia de que os direitos sociais são constitutivos da cidadania e da democracia é bastante difundida no Brasil; a idéia de que certos riscos sociais tomados pelo Estado (ou, pelo menos, sua forma local) poderiam ser benéficos para os empresários surge no norte do México e na Colômbia. E, em todo o continente, a denúncia da corrupção leva a um questionamento (ainda que frágil) do clientelismo, que permanece o meio principal da regulação assistencial-repressiva da pobreza.

⁴⁰ Como testemunham, por exemplo, as frequentes referências a Juscelino Kubitschek feitas por Fernando Henrique Cardoso durante a campanha para as eleições presidenciais brasileiras de 1994.

O Banco Mundial pelo menos tem razão neste ponto: não “erradicaremos” a pobreza na América Latina sem crescimento econômico. Seu principal erro é outro: acreditar que este crescimento possa ser alcançado sem uma reforma política profunda. A América Latina não é a Coreia ou Taiwan, onde o crescimento econômico foi, historicamente, o produto de mudanças políticas maiores (que puderam não tomar o caminho da democracia). A forma atualmente dominante de relação entre o político e o social — uma democracia sem direitos reais e uma economia que produz quase o mesmo número de pobres quando vai bem que quando não vai — está fadada ao impasse. Desde o golpe de Estado brasileiro de 1964, temos uma idéia bem precisa de uma das formas de sair deste impasse, que é um dos modos possíveis de “retorno do Estado”; talvez inconscientemente, o BIRD aplica uma política que pode levar diretamente a este resultado. A outra saída ainda está por ser construída no plano político; teremos compreendido que a questão não é: mais ou menos Estado para os pobres, mas: como fazer uma reforma do Estado que o transforme em uma outra coisa que não regulador da pobreza?

Tradução: *Emmanuelle Girard Ferreira Nunes*

ABSTRACT

This article develops a critical vision of State policies with regard to poverty in Latin America Since 1930. The author's argument is that the institutions charged with managing the problem treat it in a technical and/or humanistic way, depoliticizing it and disconsidering the structural character of poverty.

RÉSUMÉ

L'article développe une vision critique sur les politiques d'État par rapport à la pauvreté en Amérique Latine à partir des années 30 et discute la façon dont les institutions chargées de gérer cette problématique la cernent d'une manière technique et/ou humanitaire, sans considérer son contenu politique et son caractère structurel.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

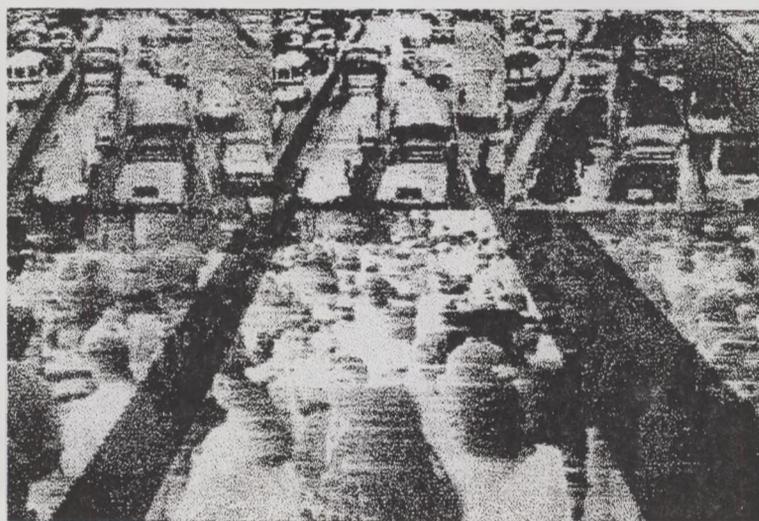
- Banque Mondiale (1993a) *Implementing the World Bank's strategy to reduce poverty. Progress end challenges*. Washington: Banque mondiale, agosto.
- Banque Mondiale (1993 b) (J. Dayton, A Khan, H. Ribe, M. Schneider), *Country policies for poverty reduction. A review of poverty assessments. ESP discussion paper series nº 15*.
- Barret-Ducrocq, Françoise (1991) *Pauvreté, charité et morale à Londres au XIX siècle. Une sainte violence*. Paris: PUF, coll. "Recherches politiques".
- BID (1993) *Economic and social progress in Latin America – 1993 report – Special section: human resources*. Washington: Inter-American Development Bank, outubro.
- Booth, Charles (1902-1903) *Life and labour of the people in London*. Londres: 17 t.
- Bourdieu, Pierre (org.) (1993) *La misère du monde*. Paris: Ed. du Seuil.
- CEDAL (1991) *Phénomènes d'exclusion, activités informelles, stratégies de survie et d'emploi*. Paris: Dossier d'information du CEDAL, nº 1.
- CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) (1992) *CPI destinada a investigar o extermínio de crianças e adolescentes no Brasil, Relatório Final*. Brasília: Câmara dos Deputados.
- Draibe, Sonia (1993) "Etat de bien-être, inégalité et pauvreté au Brésil: les dilemmes actuels". *Cahiers des Amériques Latines*, IHEAL-Paris III, nº 15, outubro, pp. 71-86.
- Draibe S., Guimarães de Castro, M. H. e Azevedo B. (1991) *The system of social welfare in Brazil*. São Paulo: CEBRAP-Mellow/Kellogg's, mimeo.
- Fox Piven, Frances e Cloward, Richard A. (1972) *Regulating the poor: the functions of public welfare*. New York: Vintage Books.
- Garrido, L. J. (1993) "Neoliberalismo". *Zona abierta*, México: Vol. 1, nº 24, 5 de março.
- Geremek, Bronislaw (1987) *La potence ou la pitié. L'Europe et les pauvres du Moyen Age à nos jours*. Paris: Ed. Gallimard.
- Golbert, Laura, Lumi, Susana e Tenti Fanfani, Emilio (1992) *La mano izquierda del Estado. La asistencia social segun los beneficiarios*. Buenos Aires: Miño y Davila Editores.
- Guimarães de Castro, Maria Helena (1991) *Décentralisation et politique sociale au Brésil: tendances et perspectives*. Mimeo, NEPP, Campinas: Unicamp.
- Guimarães de Castro, Maria Helena (1992) *Democratic transition and social policy in Brazil: some dilemmas in the agenda of reforms*. Mimeo, DCP/NEPP, Campinas: Unicamp.
- Isuani, Ernesto A. (1990) "Crisis, Estado y opciones de politica social". *Seminário internacional: Economie, Etat, Santé*. Campinas: NEPP/UNICAMP, OPS, UDUAL, 2-6 juillet.

- Isuani, Ernesto A. e San Martino, Jorge A. (1993) *La reforma previsional argentina. Opciones y riesgos*, Buenos Aires: Miño y Davila editores.
- Lautier, Bruno (1991) "Les travailleurs n'ont pas la forme. Informalité des relations de travail et citoyenneté en Amérique latine" in Bruno Lautier, Claude de Miras, Alain Morice, *L'Etat et l'informel*. Paris: Ed. L'Harmattan.
- Lautier, Bruno (1993a) "L'Etat-providence en Amérique latine: utopie légitimatrice ou moteur du développement?" in B. Marques Pereira (org.), *L'Amérique latine: vers la démocratie?* Bruxelles: Ed. Complexe.
- Lopes, Juarez R. Brandão (1991) *Um estudo sócio-econômico da indigência e da pobreza urbanas*. Projeto Kellogg/CEBRAP, relatório preliminar, mimeo, São Paulo.
- Marques-Pereira, Jaime (1993) "Les limites de l'Etat en Amérique latine. Citoyenneté, intervention sociale et croissance économique". *Cahiers des Amériques latines*, IHEAL – Paris III, n° 15, outubro, pp. 107-132.
- Marques-Pereira, Jaime e Prévôt-Schapira, Marie-France (1994) *Le programme national de solidarité, ou la promotion d'une citoyenneté à géométrie variable au service d'un développement libéral au Mexique*, Mimeo, Paris: UNESCO.
- Minujin, Alberto (org.) (1992) *Cuesta abajo, Los nuevos pobres: efectos de la crisis en la sociedad argentina*. Buenos Aires: Ed. UNICEF/Losada.
- Nun, José (1969) "Superpoblacion relativa, ejercito industrial de reserva y masa marginal". *Revista mexicana de sociologia*, 2. México: IIS-UNAM.
- Prévôt-Schapira, Marie-France (1993) "Du Welfare à l'assistance: la décentralisation de l'intervention sociale en Argentine". *Cahiers des Amériques latines*, IHEAL-Paris: III, n° 15, outubro, pp. 29-50.
- Procacci, Giovanna (1993) *Gouverner la misère. La question sociale en France, 1789-1848*. Paris: Ed. du Seuil.
- Psacharopoulos, George (1985) *Returns to education: a further international update and implications*. In 20, pp. 583-597.
- Razetto, Luis (1993) *Los caminos de la economia de solidariedad*. Santiago: Ed. Vivarium.
- Romão, M. (1991) "Distribuição da renda, pobreza e desigualdades regionais no Brasil" in J. M. Camargo et F. Giambagi (org.), *Distribuição da renda no Brasil*. São Paulo: Ed. Paz e Terra.
- Salama, Pierre e Valier Jacques (1994) *Pauvretés et inégalités dans le Tiers Monde*. Paris: La Découverte.
- Sandström, Sven (1993) *Pour une stratégie efficace de lutte contre la pauvreté. Vaincre la pauvreté: priorité mondiale*. Washington: Banque Mondiale, janeiro.
- Soria, Victor (1992) "Las políticas de gasto social y privatización en México. Un proyecto de legitimación estatal". *Las nuevas políticas de ajuste en América*

Latina, Chapala, GREITD – Universidade de Guadalajara – Universidade Autônoma de Mexico, fevereiro de 1992.

Soria, Victor (1993) “Desinflacion, austeridad y politica social en Mexico, 1982-1993. El sendero neoliberal hacia la pobreza”. Colóquio do GREITD: *L'Etat et le marché en Amérique Latine, nouvelles internactions, nouvelles lignes de partage*. Chantilly, dezembro.

Uprimny, Rodrigo (1989) “Legitimidad, clientelismo y politica en Colombia. Un ensayo de interpretacion”. *Cuadernos de Economía*. Bogota: Universidad Nacional de Colombia, nº 13.



A cidade em *close up* — imagens e apropriações do espaço em campanha eleitoral

*Irlys Alencar Firmo Barreira**

Resumo. O artigo analisa os discursos e práticas acionados por diferentes candidaturas ao pleito municipal de 1996 nas cidades de Natal, Maceió e Fortaleza, articulando pontos convergentes e simbologia típica do que poderia ser nomeado de “imaginário cidadão de campanha”. A hipótese desenvolvida é a de que as campanhas políticas mobilizam símbolos sociais e ideológicos que se organizam em torno da construção de uma imagem de cidade. Seja na acentuação de “sua história”, na promessa de gestão das desigualdades ou acenos à participação popular, as eleições possuem a marca dos ritos de passagem. O artigo discute a cidade como campo de investimento simbólico que se explicita na luta por domínio de espaços e na emergência de uma espécie de “linguagem” das obras e edificações urbanas, vistas como sinais de eficácia e visibilidade na conjuntura atual.

Palavras-chave. Imaginário urbano, espaço simbólico, identidades urbanas, poder local, carências sociais.

No centro de Fedora, metrópole de pedra cinzenta, há um palácio de metal com uma esfera de vidro em cada cômodo. Dentro de cada esfera, vê-se uma cidade azul que é o modelo para uma outra Fedora. São as formas que a cidade teria podido tomar se, por uma razão ou por outra, não tivesse se tornado o que é atualmente. Em todas as épocas, alguém, vendo Fedora tal como era, havia imaginado um modo de transformá-la em cidade ideal, mas, enquanto construía seu modelo em miniatura, Fedora já não era mais a mesma de

* Irlys Alencar Firmo Barreira é professora do Programa de Pós Graduação em Sociologia da UFC. Este artigo foi originalmente apresentado no VII Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia, realizado em Brasília em 6-8 de agosto de 1997, no Grupo Temático Novos Olhares Sociológicos sobre o Urbano.

antes e o que até ontem havia sido um possível futuro hoje não passava de um brinquedo numa esfera de vidro (Calvino, 1991: 32).

As descrições de Calvino reproduzem a complexidade das projeções feitas para as cidades, contrapondo, a partir de vários símbolos, as tensões entre o que seria da ordem do racional ou da matéria dos sonhos. São cidades imaginárias que comportam outras cidades, duplicam cenários e constituem tema de narrações engenhosamente construídas e espelhadas no império mongol. O autor, em seu belo livro, empresta personalidade às cidades que têm nome de mulheres e parecem antes de tudo existir em vivas pulsações temporais e espaciais.

O livro de Calvino inspira as reflexões aqui presentes, considerando-se as cidades como articulação de situações vividas e projetadas em diferentes tempos e circunstâncias históricas. Especialmente em momentos de eleições municipais, as cidades constituem matéria-prima dos discursos geralmente portadores de críticas e versões idealizadas de gestão municipal. É possível pensar que uma cidade em campanha para escolha de seu dirigente é dotada de visibilidade e avaliação, sendo classificada ou designada de maneiras diferentes, conforme os vários interesses estratégicos em jogo.

Em tais circunstâncias, a cidade é idealizada, nomeada por suas carências, pela visibilidade de suas obras e mapeada pelos rituais que circunscrevem nova cartografia simbólica, capaz de articular temas que revelam as diferentes apropriações do território citadino em campanha eleitoral. Talvez pudesse ser dito que as campanhas políticas aos pleitos municipais evocam o sentido de uma territorialidade simbólica. Está em jogo a idéia de “uma cidade a ser reconstruída” por alguém que receberá das mãos de seus moradores o passe legítimo de uma gestão.

Na realidade, as campanhas eleitorais, especificamente as municipais, evocam uma temporalidade¹, que situa as cidades como alvo de atenções repartidas entre um antes — momento da crítica — e um depois — instante da promessa. As disputas eleitorais são também indutoras de uma morfologia dos espaços recuperados sob a ótica da revalorização de zonas periféricas em articulação com zonas centrais.

As cidades constituem pontos de referência das campanhas eleitorais a partir de várias perspectivas que pretendo explorar ao longo das reflexões presentes no texto. Destacam-se, principalmente:

¹ Para uma discussão sobre o tempo da política ver especialmente Moacir Palmeira “Política, facções e voto” em Palmeira e Goldman (orgs.) *Antropologia, voto e representação política*, Rio de Janeiro: Contracapa, 1996.

- 1- A cidade como campo de investimento simbólico.
- 2- A cidade como classificação e apropriação de espaços estratégicos de campanha eleitoral.
- 3- Os rituais que imprimem uma cartografia de espaços diferentes da segmentação que se processa na vida cotidiana.
- 4- A “linguagem” das obras e edificações urbanas como nova constituição de eficácia e visibilidade.

Este artigo pretende explorar o conjunto desses aspectos acionados por diferentes candidaturas, buscando analisar pontos convergentes e simbologias típicas do que poderia ser nomeado de “imaginário citadino de campanha”. A hipótese fundamental aqui desenvolvida é a de que as cidades, além de serem projeções de relações sociais, como diz Lefebvre, são também alvo de significações imaginárias ou discursos que se revelam na forma como são pensadas, definidas e classificadas. As campanhas políticas mobilizam símbolos sociais e ideológicos que se articulam em torno da construção de uma imagem de cidade. Seja na acentuação de “sua história”, na promessa de gestão das desigualdades ou acenos à participação popular, as eleições possuem a marca dos ritos de passagem. Elas mobilizam, teatralizam e põem em discussão a distância que separa o eleitor comum de seu representante, quebrando o silêncio, já apontado por Bourdieu (1989), sobre os mecanismos sociais que definem a esfera da representação política. Com efeito, um “imaginário citadino de campanha” caracteriza-se também por expressar uma disputa pelo domínio da cidade e pela afirmação da capacidade de administrá-la de modo eficiente.

A pesquisa² que serve de matéria-prima a este artigo baseou-se principalmente, mas não com exclusividade, no acompanhamento sistemático de candidaturas femininas à prefeitura das cidades de Fortaleza, Natal e Maceió, caracterizando-se estas últimas pela especificidade de terem duas candidatas disputando o segundo turno. As investigações³, inicialmente dirigidas para as estratégias eleitorais de candidaturas femininas, voltaram-se, também, para entender as linguagens alusivas às cidades, presentes em documentos, *slogans*, programas televisivos e rituais condensadores de todo um conjunto de símbolos que expressavam disputas em torno do domínio dos espaços, da memória e da identidade das cidades.

² Trata-se de pesquisa realizada contando com apoio de bolsa de pesquisador do CNPq e bolsas de estudantes do programa PIBIC.

³ A coleta de dados consistiu no acompanhamento de notícias de imprensa, programas televisivos de campanha, panfletos e outros veículos de propaganda eleitoral. Incluiu, também o acompanhamento sistemático de rituais e entrevistas feitas com candidatos e coordenadores de campanha.

Em termos de organização e exposição das idéias, este artigo discute inicialmente as representações sobre a cidade, difundidas em veículos de propaganda eleitoral, principalmente a televisão; em seguida, aborda alguns dos rituais mais significativos de campanha, tais como caminhadas e comícios, reunindo subsídios para analisar as principais projeções e conflitos simbólicos que envolvem a cidade em tempos de uma disputa eleitoral.

A CIDADE COMO CAMPO DE INVESTIMENTO SIMBÓLICO

As cidades com seus dilemas e utopias têm sido palco de representações discursivas em várias dimensões criativas da vida social. Desde a mitologia religiosa que separa as cidades malditas (Sodoma, Gomorra) das redentoras (Jerusalém, Roma), passando pela cidade justa de Platão ou as tenebrosas dos contos de Edgar Alan Poe, observa-se que o espaço urbano condensa um conjunto de significações imaginárias. No contexto mais recente da chamada pós-modernidade, as cidades aparecem habitadas por novas dinâmicas de violência e poder reveladas nas formas de sociabilidade e nas diferentes expressões culturais (Harvey, 1993).

Na escrita literária, nas interpelações de planejadores e na reflexão filosófica, encontram-se modelos de constituição das metrópoles que aparecem como espaços paradigmáticos de sociedades em variados momentos. Assim, as cidades com seus temores, com acenos de liberdade ou opressão ocuparam parte significativa do pensamento social, permeando não somente as reflexões de pensadores e pesquisadores especialistas, mas envolvendo também aqueles que tomavam por tarefa dirigir os seus destinos.

O imaginário sobre as cidades evocado em diferentes situações constitui um rico caminho analítico para se pensar o modo como as circunstâncias históricas viabilizam projeções de sociabilidade urbana, sendo o passado ou o futuro as fontes de referência de onde se pensa o “paraíso perdido” ou a “construção da nova sociedade”. Contemporaneamente, um dos aspectos que configuram a perspectiva de cidade idealizada é a possibilidade de assumi-la como projeto de gestão. A cidade emerge como sujeito político supondo, na concepção de Castells (1996), a vigência de atores capazes de intervir e definir práticas coletivas com base em decisões democráticas.

A cidade aparece também, nesse final de século, como campo articulado de interesses econômicos e tecnológicos. Sendo assim, emerge uma revalorização de espaços internos às metrópoles consideradas como fontes de investimentos vindos de vários campos da atividade social. É nesse contexto que se revela a cidade-síntese que, de acordo com a pesquisa de Ribeiro e Garcia (1996), feita em Curitiba, expressa um território articulado de práticas

e interesses econômicos e políticos acompanhados de investimentos simbólicos que lhe servem de suporte.

Imagens da cidade a serem consumidas são também indutoras de especializações que atuam como amostra de vocações. Surgem, assim, as cidades turísticas, aquelas voltadas para o trabalho, as cidades da cultura, entre outras. As contemporâneas parecem, portanto, expressar de modo mais nítido um conjunto de intervenções e campo de disputas que se articulam em torno da economia, da política e da cultura.

As cidades comumente evocadas em campanhas eleitorais aparecem como potenciais objetos de uma intervenção política, sendo apropriadas como símbolo de poder e campo de investimento simbólico. A gestão da cidade não mais vista como dependente de ações governamentais de caráter nacional, mas espaço relativamente autônomo de afirmação do poder local, mobiliza um conjunto de significações e classificações.

O momento de campanha eleitoral é particularmente profuso de discursos sobre o espaço urbano, e não seria exagerado afirmar que os pleitos municipais põem as cidades na vitrine, com exposições que oferecem ao público tanto as imagens de enaltecimento como as de depreciação. A cidade dissecada em seus espaços de mudança, deterioração, violência, desigualdade, harmonia e felicidade aparece como uma espécie de caleidoscópio que emerge através de rituais discursivos presentes em diferentes momentos da campanha eleitoral.

Uma exposição rápida sobre as referências feitas às cidades nos programas televisivos das diferentes campanhas eleitorais subsidia o desenvolvimento das reflexões sobre o conjunto de símbolos visuais e discursivos evocado nesse momento.

A CIDADE CARTÃO POSTAL

Destacam-se, por ocasião da abertura de programas televisivos, imagens ligadas à natureza e ao cotidiano das cidades, atuando como um pano de fundo para apresentação dos diferentes candidatos. São imagens idílicas, mostrando pontos turísticos de teor paisagístico acompanhadas de música dos candidatos, assinalando elementos de associação entre o potencial representante e sua cidade. Outras imagens de trabalhadores, populares ou profissionais de artesanato típico de cada cidade constituem uma espécie de apresentação panorâmica do local, exemplificado na mulher requeira em Fortaleza, pescadores em Natal e Maceió e crianças identificadas com o que se apresenta como a expressão mais significativa das diferentes localidades. São imagens que não se resumem à abertura de programas televisivos, funcionando também com entremeios entre os discursos e o arremate dos programas.

A cidade figurada em programas eleitorais televisivos, através de imagens paisagísticas da natureza, crianças sorrindo, pessoas trabalhando, enfim, o conjunto de alusões à vida cotidiana, dão a idéia de que existe uma “natureza cidadina” a ser recuperada em seus símbolos, valores e tradições por mãos hábeis e comprometidas com a responsabilidade política. No Programa Eleitoral da candidata cearense pelo PSDB, Socorro França, o nome Fortaleza aparece lentamente junto a imagens de jangadas, rendeiras, crianças, ponte metálica, por-do sol, seguidas da descrição de propostas de intervenção. Imagens da natureza evocadas para “mostrar a cidade” são também comuns em Natal e Maceió, transformando o mar, as ruas, as praças em verdadeiros ícones que lembram cartão postal.

O conjunto de cenas, atores e músicas dão a idéia de um espaço e um tempo inaugural. Tudo se passa como se a tela evocada na imagem da cidade fosse algo a ser redesenhado. A terra apresentada é fértil de potencialidades. É a cidade que todos “conhecem” e com a qual se “identificam”. Trata-se de uma imagem idealizada que supõe, de um lado, a devolução das cidades a um caminho supostamente verdadeiro desviado por administradores incompetentes. Essa dimensão de natureza e cotidiano representa uma espécie de imaginário de cidade feliz semelhante às utopias ligadas à *pólis*, analisadas por Gilbert Dubois (1995) quando se refere à valorização de estados primitivos da sociedade integrando e reconciliando natureza e civilização.

As cidades nordestinas destacam-se nos programas eleitorais pelo recurso a belezas naturais. É o por-do-sol, são as ondas do mar, arquivos iconográficos e cenários típicos que irão construir a estética de variados programas, mesclada com outras imagens que, em oposição, apresentam o lado mais obscuro da cidade.

A relação entre cidade e natureza é fruto também de outras injunções simbólicas que antecedem as campanhas políticas. O incentivo a vocações turísticas vem mobilizando uma estética de espaços paisagísticos veiculados em diferentes circunstâncias, nas quais se torna necessário apresentar o lado mais atrativo e positivo das cidades. As imagens, nesse sentido, atuam à moda dos estereótipos que cumprem missões semelhantes a hinos ou bandeiras. O investimento dos meios de comunicação nessa forma de consumo das cidades nordestinas evidencia-se através de novelas e propagandas de turismo.

É importante ressaltar o fato de que a exposição de imagens que visa a apresentar a “geografia da cidade”, dando um tom de leveza aos discursos e denúncias, data do início da década de 1980. Em substituição à densidade de discursos políticos marcados por análises de conjuntura, as novas imagens recuperam símbolos não imediatamente políticos, atuando como espécie de

atenuantes das mensagens mais explicitamente ideológicas. Entretanto, as imagens de apresentação da cidade constituem uma politização dos postais citadinos, agora colocados como telas nas quais se circunscrevem os discursos dos diferentes candidatos. As cenas de denúncia a respeito dos problemas da cidade que se seguem naturalmente às imagens de teor paisagístico atuam como contraponto induzindo à seguinte indagação: como e quem tem condições de preservar o cartão postal?

CIDADES E CARÊNCIAS SOCIAIS

Os diferentes discursos referentes a propostas programáticas fundamentam-se principalmente na descrição de problemas urbanos, geralmente nomeados de “carências sociais”.

Exemplos de problemas referentes a saúde, educação, moradia, transporte, desemprego, entre outros, são mencionados com frequência, justificando proposições diversificadas de atuação. Trata-se de apresentar a cidade em seus dilemas cotidianos, responsabilizando direta ou indiretamente as gestões municipais anteriores pela situação evidenciada em números ou imagens acompanhadas de depoimentos de setores sociais despossuídos de bens econômicos e culturais. A visibilidade das carências sociais, mostradas em discursos, exemplificada em imagens, funciona como espécie de denúncia, inicialmente utilizada por partidos de esquerda e depois assimilada como parte integrante da retórica eleitoral em seu conjunto.

A apresentação de problemas sociais é dirigida a um público amplo, no caso dos programas televisivos, incluindo também o público específico de bairros onde se realizam comícios. Os bairros mais destituídos de infra-estrutura são apresentados como espécie de exemplos concretos e próximos de ineficiência administrativa e gestão não igualitária de recursos.

A narrativa de fatos que comprovam situações variadas de pobreza e carências sociais de ordens diversas tenta também demonstrar, para o grande público, o conhecimento que o candidato tem dos problemas e perspectiva de solução. Assim, “conhecer os problemas do povo” é identificar suas demandas e ouvir desabaços, verificando no próprio local o drama de famílias que sofrem os efeitos das desigualdades sociais.

Eis alguns exemplos de apresentação de problemas recorrentes nas cidades pesquisadas:

- Deterioração do centro da cidade: Fortaleza, Maceió;
- Deficiência de transporte urbano: Fortaleza, Natal, Maceió;
- Situações de violência e ausência de segurança: Maceió, Fortaleza;
- Deficiência habitacional: Fortaleza, Natal, Maceió.

Os problemas apontados como sintomas de desigualdades e da falta de empenho administrativo são típicos de centros urbanos de porte médio que experimentaram intenso crescimento recente, acentuando diferenças sociais traduzidas no acesso desigual aos bens de consumo coletivo. Nesse sentido, torna-se importante uma breve caracterização das cidades pesquisadas.

Natal, com uma população de aproximadamente 668.119 habitantes tem suas atividades produtivas voltadas para comércio, indústria de confecção e turismo. Dentre essas atividades, o comércio ocupa espaço significativo com 20.360 estabelecimentos. De tradição oligárquica, é uma cidade dominada por alternância de hegemonias políticas tradicionais representadas pelas famílias Alves e Maia. A vitória, no primeiro turno, das candidatas Fátima Bezerra, do PT, e Vilma Maia, do PSDB, representou uma situação de ruptura com forças políticas tradicionais, o que provocou, no segundo turno, o embate inédito entre duas mulheres disputando a direção da prefeitura.

Maceió, de tradição também oligárquica, tem como base de sua riqueza as usinas de cana de açúcar, além de indústrias e comércio. Com uma população pouco maior do que a de Natal, 703.096 habitantes, Maceió retira parte de sua renda interna do setor turístico, bastante desenvolvido nos últimos anos. Reproduzindo de forma inédita a situação de Natal, Maceió levou ao segundo turno duas candidatas com trajetória em movimentos de esquerda: Kátia Born (PSB) e Heloisa Helena (PT).

Das três cidades, Fortaleza figura como a de maior densidade populacional, com um milhão e meio de habitantes e riqueza concentrada nos setores comercial e turístico. Este último representa uma das maiores fontes geradoras de renda, sendo espaço de investimentos públicos de natureza municipal e estadual. Modificações políticas recentes, que marcam rupturas com oligarquias tradicionais nomeadas de “coronéis”, produziram discursos de que a cidade precisaria adaptar-se aos “novos padrões de modernidade”. Uma expansão crescente de equipamentos urbanos tem marcado a vida da cidade de Fortaleza nos últimos anos, provocando a construção de uma imagem de cidade em curso de modernização e desenvolvimento. Os discursos políticos de campanha são permeados por essa concepção que impõe a cada candidato a defesa ou ataque à lógica do empreendimento considerado como imprescindível ao vigor dos tempos modernos.

Não obstante as diferenças nos setores sociais, econômicos e políticos que caracterizam as cidades de Fortaleza, Natal e Maceió, os antagonismos sociais são similares. Em Fortaleza, os contrastes sociais são enunciados através da radicalidade apontada entre a “cidade dos ricos” e a “cidade dos pobres”, exemplo também recorrente nos demais discursos de campanha eleitoral que

buscam explicitar os espaços de contraste presentes, sobretudo através dos temas relativos a saúde, educação e habitação.

Não é, entretanto, somente a ausência de serviços urbanos em sua objetividade que resulta no discurso denunciador. O momento eleitoral funciona como uma espécie de acerto de contas ou renovação de um pacto entre eleitores e representantes só efetivamente dado a público nesse momento. Definir o que a cidade não é, seja por um desvio de sua “natureza próspera” ou pela “falta de vontade política” dos seus governantes, dá subsídios a discursos que enfocam o tema das carências sociais, geralmente acompanhado de proposições de mudança.

No contraponto entre a cidade bonita e seus contrastes sociais emerge o espaço da crítica e da cobrança. As diretrizes gerais do Programa do PT, da candidata Fátima Bezerra, acenam nessa direção:

Natal, cidade da Luz, bela e risonha, esconde um quadro chocante, marcado pelo contraste entre a pobreza da maioria de seus habitantes e a enorme concentração de riqueza nas mãos de poucos. Este é o saldo do conservadorismo, do egoísmo e da indiferença das elites que nos têm governado.

Em uma perspectiva de discurso semelhante, a candidata cearense Socorro França (PSDB), publica material de campanha intitulado “Reunindo forças contra as injustiças”:

(...) No contato direto com as comunidades mais pobres da cidade, onde se encontram as maiores carências, Socorro França marca seu protesto contra o distorcido modelo de distribuição dos serviços públicos em Fortaleza. E conclama a união de todos contra a injustiça social.

Carências sociais, contrastes, pobreza e ausência de bens coletivos de consumo são itens que dão sustentáculo ao discurso de candidatos das diferentes facções partidárias. É possível dizer que o tema das carências sociais é o significativo mais banalizado das diferentes campanhas, solidificando os valores relativos à capacidade administrativa e à competência como elementos promotores de diferenciação entre os candidatos.

Esses pontos não são somente típicos de cidades nordestinas, sendo, também, observados em diferentes cidades brasileiras caracterizadas por problemas de desigual distribuição de renda. É importante ressaltar, no entanto, que a alusão à existência de problemas sociais não implica o sentimento nostálgico de impotência. Ao contrário do desencantamento próprio da literatura de Benjamin e Baudelaire, marcada pela impossibilidade de reação aos efeitos

sem retorno da modernidade, os discursos de campanhas políticas são acenos permanentes de possibilidades de mudança. Nesse caso, o desencantamento é substituído pela esperança não apenas baseada em discursos, mas também fundada pela “comprovação” da capacidade de realizar intervenções — as obras urbanas. As interpelações baseadas na valorização da cidadania e participação utilizadas mais fortemente por partidos de oposição mobilizam as esperanças de mudança nas formas organizadas e associativas da sociedade civil.

Nos diferentes programas, a apresentação de símbolos referentes à cidade é acompanhada, também, dos discursos que tentam comprovar uma potencialidade de atuação política capaz de construir um futuro diferente. Para produzir tal efeito, o candidato aparece junto a artistas e populares em multidão, construindo a imagem síntese de um cenário que se apresenta como um vir-a-ser.

A LINGUAGEM DAS OBRAS E EDIFICAÇÕES URBANAS

Nas últimas eleições, a grande marca dos argumentos que contemplam problemas urbanos refere-se à necessidade de realização de obras, vistas como parâmetro da boa administração. Uma espécie de linguagem corporificada nas edificações aponta a prova de que as “realizações” têm seu estatuto de objetividade verificável por qualquer cidadão.

A “linguagem das obras” substituiu o descrédito na retórica oposicionista que marcou as eleições do período de reconstrução democrática. A credibilidade política, materializada, sobretudo, no ato de “fazer”, serviu de tema à campanha do candidato Juraci Magalhães, cujo *slogan* está contido na frase: “Juraci faz”. Trata-se de um argumento baseado na eficácia, como prova irrefutável de competência, que cria um referencial importante para diferentes candidaturas. Mesmo os candidatos de oposição, ao criticarem as obras como expressão de privilégios de alguns, desde que beneficiavam principalmente bairros mais favorecidos, não conseguiram sair desse significante já legitimado do “fazer” como expressão de uma gestão competente. A campanha eleitoral de Juraci Magalhães é das mais expressivas no País, no sentido de mostrar, com maior fidedignidade, a recorrência a edificações urbanas realizadas em seu primeiro mandato, como forma de capital político. Trata-se, portanto, de um exemplo paradigmático importante a ser discutido.

“JURACI FAZ”

Juraci Magalhães⁴, representando o PMDB nas eleições municipais de Fortaleza, candidatou-se com a preferência espontânea de 45% do eleitorado e 68% por pesquisa estimulada (*Jornal O Povo*, 18/7/96). O alto percentual de preferência do candidato do PMDB originou, entre seus adversários, o discurso da ida ao segundo turno. A campanha teve então essa tônica, promovendo entre os candidatos adversários uma potencialidade de futura coligação e união das críticas dirigidas ao maior adversário.

Os programas televisivos, veiculados no horário eleitoral gratuito, apresentavam com frequência o candidato respondendo a entrevista simulada, cujo conteúdo referia-se, em sua maior parte, à construção de equipamentos urbanos. Como recurso metafórico, dois jogadores de futebol eram apresentados. Um que anunciava o que iria fazer e outro que efetivamente fazia gols. O quadro apresentado sugeria que o telespectador iria também “fazer” a sua escolha.

Diferentes programas televisivos apresentavam um quadro denominado “Você faz”, no qual populares apontavam as “qualidades” do ex-prefeito e candidato, justificando, desse modo, sua escolha eleitoral. As obras mais conhecidas pelo público eram aí mostradas: viadutos, hospitais, terminais de ônibus e praças.

Uma temporalidade anunciada através de um “antes e depois” sinalizava as mudanças ocorridas na cidade desde a primeira gestão do prefeito, iniciada em 1990. A campanha do candidato cearense mobilizou sua força em diferentes espaços dos meios de comunicação através da demonstração exaustiva de realizações urbanas. Uma declaração feita a jornalistas sintetiza bem sua estratégia política: “O povo absorveu meu jeito de fazer política. Primeiro faz e depois mostra” (*Jornal O Povo*, 4/10/96). De fato, o candidato do PMDB durante a campanha esmerou-se em divulgar as duas mil e quinhentas obras, incluída a recuperação de bairros e pracinhas.

“VILMA FEZ E VAI FAZER MUITO MAIS”

A referência a obras realizadas como sinal de credibilidade política aparece também claramente na campanha política de Natal, através de uma disputa acirrada que se efetiva no segundo turno entre a candidata do Partido

⁴ A hegemonia de Juraci Magalhães foi sedimentando-se desde o seu primeiro mandato à prefeitura de Fortaleza. A partir de sua popularidade, conseguiu fazer o sucessor e depois candidatar-se ao cargo, representando uma espécie de força alternativa à liderança do PSDB, concentrada, sobretudo, nas figuras de Tasso Jereissati e Ciro Gomes.

dos Trabalhadores (PT), Fátima Bezerra, e Vilma Maia, candidata pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB). A frase de Vilma Maia “Quero transformar Natal em canteiro de obras” ilustra a busca de legitimidade, figurada em ações consideradas concretas e, portanto, dignas de um reconhecimento a ser materializado através de voto.

A candidata Fátima Bezerra, ao contrário, é apresentada no programa de Vilma Maia como incapaz de governar a Cidade por conta da sua “inexperiência administrativa”. A título de exemplo, a apresentadora do programa televisivo do horário eleitoral gratuito inicia sua fala dizendo: “as melhores obras de Fátima foram...”. O silêncio posterior e o ar de interrogação antecedem a resposta já prevista pelo público ouvinte: “não sei”. Faixas em comícios portando a frase “Vilma Maia fez 3.000 obras” constituem um exemplo também indicativo de intervenções urbanas como capital político. A capacidade administrativa fundamenta-se, assim, no argumento da experiência: “Vilma fez e vai fazer muito mais porque conhece como ninguém os problemas da cidade”. Essas são expressões constantes utilizadas em panfletos e programas televisivos. O *slogan* “Natal melhor outra vez” faz alusão aos problemas de uma cidade em processo de expansão urbana, situada em um Estado pobre e com elevada taxa de analfabetismo.

Na realidade, a candidata do PSB⁵ não é estreante na campanha municipal de 1996. Valendo-se de sua experiência como prefeita, Vilma apresenta-se na campanha para eleições municipais de 1996 como “administradora competente, prefeita experiente, guerreira e corajosa” no trato das questões políticas, além de “mulher de palavra”. Nesse sentido, constrói seu discurso de oposição dirigido ao prefeito Aldo Tinoco e ao governador Garibaldi Alves chamando atenção tanto para a sua participação em obras da Cidade, como os atributos de um passado político.

Na maioria das vezes, o discurso é dirigido aos excluídos dos benefícios sociais: “80% das minhas obras foram em benefício da população carente”.

⁵ Vilma Maia iniciou sua carreira política em 1982, quando Secretária Estadual do Trabalho e Bem Estar Social do governo José Agripino Maia. Três anos depois, em 1985, foi candidata a prefeita de Natal, perdendo para Garibaldi Alves Filho. Em 1986, foi deputada federal constituinte, ainda pelo PDS. Filiou-se ao PDT em 1988 e derrotou Henrique Alves, filho de Aluísio Alves, para a prefeitura. Em 1992, deixou o PDT e entrou no PSB. Em 1993, ajudou a eleger o seu sucessor, Aldo Tinoco, do PSB, rompendo com ele no primeiro ano de administração. Candidatou-se ao governo do Estado em 1994, apresentando-se como alternativa às duas oligarquias representadas por Garibaldi Alves e Lavoisier Maia, sendo derrotada por Garibaldi Alves Filho. A candidata Vilma Maia foi apoiada por diferentes forças partidárias, como o PFL de Agripino Maia, o que constituiu alvo de crítica baseada na afirmação de reforço ao passado oligárquico.

Vilma Maia coloca ainda a necessidade de melhorar o sistema de atendimento nos postos de saúde municipais e promete a retirada de 9.000 crianças da rua. O fato de já haver sido prefeita da Cidade e ser avaliada como tendo sido eficiente dá à candidata a possibilidade de um discurso de competência comprovada. Utilizando-se do descontentamento da população face à administração do prefeito à época, Aldo Tinoco, ela afirma a necessidade do voto com o conhecimento de causa, ou seja, o voto no candidato com capacidade de provar gerência administrativa.

A campanha da candidata do PSB efetivou-se através de caminhadas, programas televisivos e comícios, nos quais as presenças do governador de Pernambuco, Miguel Arraes, e de Ronaldo Lessa, prefeito de Maceió, asseguravam uma forma de apoio dotada de credibilidade popular e comprovação de experiência.

A busca de parceiros políticos, dotados de reconhecimento popular, ocorre também na campanha da candidata à prefeitura de Maceió, Kátia Born (PSB), que se colocava como continuadora das obras do prefeito Ronaldo Lessa. Afirmava também seu passe de reconhecimento, figurado na própria idéia contida em seu *slogan* “Maceió não pode parar” ou “A competência não pode parar” — frases repetidas em comícios e programas televisivos.

A tentativa de transformação de obras realizadas em capital político é a tônica que acompanha processos eleitorais em diferentes cidades apresentadas como realidades carentes à espera de benfeitorias públicas. A título de exemplo, a candidata petista à Prefeitura de São Paulo, Luíza Erundina, afirma que o maior bombardeio feito à sua campanha resume-se nas frases proferidas por seus adversários: “Ela vai parar tudo, ela vai interromper as obras” (Folha de São Paulo 13/5/97).

Em termos gerais, é possível dizer que há duas formas de apresentar a cidade, variáveis segundo a posição política que ocupam os candidatos na campanha. Um lugar de oposição viabiliza freqüentemente um discurso no qual os efeitos negativos de uma “administração ineficaz passada” são mostrados através de exemplos onde aparecem danificação de ruas, ausência de escolas, deficiência de atendimento hospitalar e precariedade de transportes. Pessoas indagadas sobre a situação de seu bairro ou sobre acontecimentos capazes de apontar as dificuldades de gestão municipal funcionam como espécie de denunciadores ou testemunhas “autênticas” de uma situação vivenciada.

Uma outra condição de candidatura apoiada pela situação enseja, ao contrário, um discurso no qual se procura exemplificar, através dos equipamentos urbanos e obras sociais as mais variadas, a prova de eficácia administrativa. Depoimentos favoráveis à administração que está prestes a

findar são dados por beneficiários, geralmente figuras populares residentes em bairros periféricos.

Em Maceió, destaca-se a existência dessas duas representações da cidade. Uma primeira, alusiva à mudança, exemplificada na candidatura de Heloísa Helena pelo PT e outra, cuja referência fundamental é a continuidade da gestão do então prefeito Ronaldo Lessa. Kátia Born apresenta-se, nesse contexto, como única candidata capaz de assegurar e desenvolver empreendimentos iniciados na gestão de seu antecessor, afirmando de modo contundente que “Maceió não pode parar”.

BOATOS – A AMEAÇA AO COTIDIANO DAS CIDADES COMO ESTRATÉGIA ELEITORAL

Assim como a referência à realização de obras funciona como forma de capital político, a perspectiva de mudanças no cotidiano das cidades aparece inversamente como ameaça, descrédito e desconfiança. Boatos a respeito de prováveis intervenções a serem feitas no cotidiano das cidades eram frequentes nas cidades de Maceió e Natal. Segundo alguns organizadores da campanha, eles foram produzidos de forma organizada e estrategicamente difundidos entre diferentes camadas da população. No panfleto denominado “fatos e boatos”, elaborado por integrantes do PT, em Natal, encontra-se uma seleção de boatos considerados os mais comuns:

- 1 - Fátima vai acabar com o “carnatal”.
- 2 - Não quer a ponte sobre o rio Potengi.
- 3 - Não quer a ampliação do porto de Natal.
- 4 - Vai cobrar impostos dos pobres.
- 5 - Não tem compromisso com as festas populares.
- 6 - Vai remover as cigarreiras (pequenos estabelecimentos de venda de artigos populares)
- 7 - Vai reduzir a média salarial dos professores.

Os boatos referem-se a eventuais redução de salários, destruição de programas e equipamentos urbanos provenientes de outras gestões, destruição de práticas sociais de penetração massiva, como o “carnatal” e outras festas populares. São boatos que se caracterizam por acenar com possibilidades de introduzir arranjos sociais não condizentes com as regras de trabalho e formas de sociabilidade vigentes.

Os programas televisivos constituem o espaço em que os embates se tornam públicos, com alusões mais ou menos diretas aos boatos. O programa de 7/11/96, de Vilma Maia, inicia anunciando que “quem foi vai ser a melhor prefeita. Prá que arriscar? arriscar prá depois se arrepender” — Este é uma

espécie de refrão permanentemente repetido, referindo-se claramente aos eventuais perigos associados à novidade da candidata petista. A fala da candidata do PSB em um dos programas eleitorais, “vou fazer nossa cidade mais alegre e mais feliz com carnatal e S. João”, representa a alusão clara aos boatos construídos em torno da adversária Fátima Bezerra. Outras referências mais diretas estão presentes no discurso de Vilma Maia: “Se Fátima acreditasse na vitória, atacaria tanto? não vote com raiva, vote com a cabeça”. O programa finaliza dizendo de forma mais contundente: “para o carnatal continuar, vote em Vilma”. A música da candidata finaliza o programa: “Vilma foi prefeita, eleita pelo povo / é a guerreira de novo, é a guerreira de novo / é com Vilma que eu vou / não vou me arriscar / Vilma é o melhor pra Natal”.

O programa de Fátima Bezerra tem como principal estratégia demonstrar a continuidade da outra candidata com as gestões anteriores. “A candidata dos Maia” constitui a designação atribuída a Vilma Maia, representando a volta das oligarquias. A candidata petista apresenta-se, então, como porta-voz da mudança e alternativa às últimas administrações que “não fizeram nada pela saúde e educação do povo”. Onde foi parar o dinheiro do povo? — indaga a candidata petista.

A apresentação de obras como comprovação de eficiência política e a disseminação de boatos sobre prováveis ações prejudiciais a determinados segmentos sociais fornecem elementos para se pensar no espaço diminuto conferido atualmente a proposições inovadoras. Não é de estranhar que as candidaturas que tiveram vitória foram as que se posicionaram pela valorização de obras e equipamentos urbanos ou propuseram sua continuidade com os projetos de gestão municipal anterior.

Os boatos podem então ser percebidos como expressão de violência simbólica, cujo objetivo é desqualificar o candidato opositor, semeando desconfiança e induzindo resposta da vítima. Diferente das denúncias a respeito de injustiças analisadas por Boltanski (1984), com base na realidade francesa, onde se observa um autor e receptor, os boatos caracterizam-se pelo anonimato contido na expressão “dizem que...”. Em se tratando de campanha eleitoral, os boatos são eficazes no sentido de produzir no eleitor comum a dúvida e a desconfiança. Eles são também significativos por seus conteúdos referentes à modificação de costumes e regras de organização do espaço urbano. Revelam que as cidades em processo crescente de urbanização induzem situações de desconfiança e precaução quanto a seu futuro.

AS IMAGENS DA IDENTIFICAÇÃO

As eleições municipais propiciam a emergência de variadas formas de identificação entre o candidato, sua cidade e seus potenciais eleitores. Dentre os mecanismos de identificação, nesse momento acionados, destacam-se a origem de classe, figurada no candidato que tem “a cara do povo”, ou o que viveu dificuldades no passado, colocando-se por esse motivo apto para também compreender e solucionar situações semelhantes.

Trata-se de uma identificação por origem, mencionada, sobretudo, em comícios dirigidos a setores populares da periferia da Cidade. As candidatas às prefeituras de Natal e Maceió pelo Partido dos Trabalhadores utilizavam em seus discursos interpelações à população favelada, mencionando a “capacidade de entender o problema dos moradores”.

Outra forma de apelo feito à população baseia-se na utilização de comportamentos e costumes que integram o modo de vida de setores populares. O manejo de vocábulos, as representações de situações cotidianas enfrentadas por setores populares, enfim, a performance do político que se apresenta como “gente do povo” exemplificam a busca de identificação do representante com os seus cidadãos.

Diferentes campanhas almejam também recuperar mitos e símbolos que fazem parte da história das cidades, associando o nome do candidato à cidade de referência. A campanha da candidata Socorro França para a prefeitura de Fortaleza talvez constitua o exemplo mais evidente da tentativa de identificação entre cidade e postulante ao cargo de representante. O *slogan* da campanha — “Fortaleza de corpo e alma” — apresenta uma candidata dotada de sensibilidade, com as condições de governar uma cidade também construída metaforicamente como dotada de uma alma feminina. A música de sua campanha expressa bem essa recuperação mitológica da Cidade, percebida como portadora de uma condição de gênero. “Fortaleza é mulher você bem sabe./Socorro França prefeita dessa cidade... Mulher forte e direita venha ser nossa prefeita.⁶ Outras alusões ao caráter “feminino” da Cidade aparecem na campanha do candidato Juraci Magalhães, que costumava repetir em seus discursos: “Esta terra linda precisa, como qualquer mulher, ser cuidada”. Sua música de campanha reflete também a mesma perspectiva: “Fortaleza menina linda/ você já sabe quem faz”.

⁶ A utilização do mito da cidade personificada em candidaturas femininas encontra-se bem exemplificada por ocasião da campanha de Maria Luiza Fontenele à prefeitura de Fortaleza, em 1985. Ver a esse respeito Barreira Irllys A. F. “Ideologia e gênero na política: estratégias de identificação em torno de uma experiência”. Revista *Dados* 3, vol. 36, Rio de Janeiro: IUPERJ.

A cidade em sua expressão personificada revela-se também através da atribuição de sentimentos referentes à felicidade, ao brilho e a tudo que pode reforçar uma condição de ufanismo. A cidade “bonita e feliz, mas com problemas”, termina sendo metáfora da condição de um corpo doente a ser diagnosticado e recuperado.

As cidades de Fortaleza, Natal e Maceió prestam-se particularmente a essa forma de interpelação pelo fato de estarem vivendo mudanças rápidas e visíveis na sua estruturação urbana, provocando o desejo e temor pelo chamado moderno ou o “sólido que se desmancha no ar”.

“Não podemos deixar Fortaleza ficar igual ao Rio de Janeiro”, repete em vários de seus discursos a candidata à prefeitura de Fortaleza, Socorro França, referindo-se ao problema da violência e das desigualdades sociais. Em outra ocasião, a candidata afirma:

Egoísmo, violência e baixa qualidade de vida é o que podemos esperar em doses cada vez maiores. Não é profecia, tudo isso já aconteceu em outras grandes cidades brasileiras em que as prefeituras cuidaram somente das obras e descuidaram das pessoas.

Os discursos que caracterizam mais nitidamente um lugar de oposição mostram-se menos refratários a uma personificação da cidade, colocando em seu lugar a condição de cidadania como matriz essencial das possibilidades de intervenção. Os direitos dos trabalhadores, a valorização da cultura, a diminuição das desigualdades e a participação aparecem como o lado da cidadania a ser construído. A idéia da cidade como espaço de liberdade e criação coloca-se aí mais fortemente, reproduzindo o pensamento de que o cenário urbano é o palco das mobilizações coletivas passíveis de promover mudanças. Uma apresentação sucinta dos *slogans* e outras construções discursivas utilizados nas campanhas pesquisadas oferece maior densidade às discussões aqui delineadas.

- Kátia Born (candidata de Maceió pelo PSB)

“A competência não pode parar”.

“O futuro é prá k”.

- Heloísa Helena (candidata de Maceió pelo PT)

“Honestidade e competência”.

“Prá fazer Maceió brilhar”.

Com os pés no chão e olhar crítico sobre a história, sem perder de vista o horizonte que aponta a esperança, insistiremos em continuar tecendo sonhos, em fios emaranhados de vida, retirando do cotidiano as possibilidades de superação desta sociedade injusta e cruel.

- Socorro França (candidata de Fortaleza pelo PSDB)
“Prá defender você”.
“coração aberto e defesa de todos os que vivem nessa cidade”.
- Fátima Bezerra (candidata de Natal pelo PT)
“Prá mudar só tem ela”.

Vivem conosco a chama, o sonho que o povo abraça pela Frente Popular hoje erguida e alimentada. Prá iluminar a cidade. E retomar sua marcha

Os discursos que se utilizam de estratégias de identificação mostram a recorrência de imaginários que se reportam à idealização da vida urbana. As campanhas, não obstante as diferenças de posição política dos candidatos, acionam elementos de comparação entre a “cidade vivida” e a “cidade a ser construída”. Em tais circunstâncias, o espaço urbano emerge como corpo social e corpo político passíveis de intervenção. A cidade esquizofrênica, porque dividida ou separada radicalmente, cede lugar ao desejo de unidade exemplificado nas palavras da candidata Socorro França: “Está na hora de unir Fortaleza. Uma só cidade para um só povo. Fortaleza de corpo e alma”. A promessa contida nos discursos políticos de campanha municipal inclui tanto intervenções urbanas pontuais, como mudanças de teor político, ou referência aos sonhos de uma convivência feliz.

RITUAIS E DEMARCAÇÃO DE ESPAÇOS

Além das classificações e designações atribuídas à cidade através de discursos e imagens, alguns dos rituais típicos de campanha constituem uma forma peculiar de ocupação, articulação e re-significação de espaços urbanos. Os rituais funcionam como espécies de linguagem, que “escrevem” no tecido urbano as marcas simbólicas de determinadas candidaturas, fazendo metáforas de cenários de participação popular e situações que visam a recuperar o caráter dinâmico da política através de ações realizadas nas ruas.⁷ No âmbito dos rituais, o confronto entre candidaturas aparece na tentativa de representar a totalidade urbana, através da inclusão em suas campanhas, de espaços periféricos da cidade. Nessa perspectiva, os rituais dignificam os espaços visitados afirmando a presença do “poder” e acenando com novos pactos públicos de adesão.

⁷ Uma forma peculiar de relação entre comportamento político e ocupação dos espaços, encontra-se no artigo de Federico Neiburg “O 17 de outubro na Argentina – espaço e produção social do carisma”, RBCS 20, ano 7, out. de 1992, ANPOCS, Relume Dumará, Rio de Janeiro.

Uma campanha política pode assim ser descrita por um conjunto de rituais que recortam o espaço urbano em zonas de reconhecimento, palco de disputas e busca de locais de consagração. O rito das caminhadas, prática bastante freqüente em Natal e Maceió, geralmente precede os comícios, momento por excelência de consagração de eventos acontecidos durante o dia. Um olhar atento sobre a agenda de candidatos revela uma espécie de divisão espacial do trabalho político presente na indicação de lugares onde cada candidato ou candidata irá realizar seu comício. Lugares estratégicos, normalmente situados na periferia são os cenários onde ocorrem comícios nos quais cada candidato marca fortemente sua presença.

É interessante ressaltar que a visita de diferentes candidatos aos mesmos bairros transforma os moradores em anfitriões permanentes de visita de políticos. Uma breve descrição de comícios e caminhadas feitas em Fortaleza, Natal e Maceió, envolvendo diferentes candidaturas, ilustra a disputa e consagração dos espaços como linguagem específica de confrontos territoriais simbólicos.

COMÍCIOS – A RE-SIGNIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS SOCIAIS

Os comícios constituem práticas comuns durante as campanhas, tanto nas regiões rurais como nas metrópoles. Nestas, a periferia representa o local por excelência das manifestações que assumem ares de festa. Se a periferia é constantemente nomeada como um local de “esquecimento” por parte dos políticos, as diferentes campanhas provocam uma situação inversa. Tal como acontece nos povoados de cidades pequenas, segundo o trabalho de pesquisa de Heredia e Palmeira (1995), os bairros da periferia das metrópoles representam espaços de aglutinação de outros bairros próximos, virando espécies de “centro”.⁸

Os comícios podem ser então considerados como um dos rituais de campanha que colocam os espaços urbanos no âmbito das estratégias de apresentação e reconhecimento das candidaturas. Eles significam a elaboração de outra cartografia que dignifica localidades consideradas alijadas de benefício e participação política. O deslocamento aos bairros simboliza a ida do político “até o povo”. Uma rápida descrição dos comícios exemplifica a eficácia dessa forma simbólica de investimento no espaço público.

A chegada a um comício em bairro da periferia é precedida de uma série de buscas, a começar pela situação geográfica do bairro normalmente

⁸ A análise de Edward Shils (1992) sobre a noção de “centro” como espaço simbólico de afirmação do poder oferece importantes subsídios para a discussão da temática dos rituais aqui tratados.

distante dos locais mais centrais da cidade. Uma vez localizada a entrada no bairro, a pergunta “onde fica o comício?” constitui o indicador mais seguro ou via de acesso mais tranqüila para se chegar ao local esperado.

Isso porque esse evento é precedido de informações freqüentes através de um carro de som que percorre as vias principais do bairro, anunciando horário e local do comício do candidato que naquele momento vai até o local falar de suas propostas. Trata-se, portanto, do comício do candidato x que se faz anunciar no bairro através de sua música de propaganda, *slogans* e fotos normalmente afixadas em pontos estratégicos ou próximos ao comício.

Assim, existe a “preparação” do comício, normalmente feita pela equipe do comitê da campanha, contando ainda com a ajuda de candidatos a vereador e adeptos do bairro, que são apoiadores do postulante a prefeito.

A indicação precisa do local do comício para visitantes e moradores próximos que não conhecem o bairro pressupõe que a “preparação” foi eficaz, no sentido de torná-lo difundido entre a população. Para os moradores do bairro, antes de ser o comício de algum candidato específico torna-se “o comício”, o evento da noite, tal qual se anuncia um *show* musical, uma novena, etc.

Além de material técnico, os animadores contratados são também agenciadores de potenciais adeptos que agitam bandeiras em momentos específicos de convocação de aplausos. Transportados geralmente em ônibus contratados para a ida ao comício, durante o próprio trajeto, agitam bandeiras através do veículo de traseira enfeitada por fotos e material de propaganda.

A escolha do local do comício segue tanto a lógica da busca de espaços públicos mais freqüentados, tais como praças e igrejas, como também a escolha estratégica de locais beneficiados com eventuais intervenções urbanas da parte do candidato ou de seu partido. O candidato a prefeito de Fortaleza pelo PMDB, em comício realizado num bairro, referia-se em seu discurso ao asfaltamento da rua em que estava sendo realizado o comício. A escolha do local no interior do bairro constitui, assim, tanto a potencialidade de aglutinação como a lembrança de uma ação que poderia ser propagada na hipótese de eleição do candidato.

A ida do candidato ao bairro representa uma espécie de reverência aos moradores do local. Essa reverência é enfatizada nas falas dirigidas aos moradores, sugerindo uma forma implícita ou explícita de adesão. São falas alusivas a benfeitorias passadas ou futuras ou referências diretas à “Fortaleza bem sucedida” em oposição aos bairros periféricos.

Muito embora diferentes candidatos freqüentem o mesmo bairro, é comum o apelo de cumplicidade presente na frase: “este bairro já demonstrou

sua preferência”. Nessa perspectiva, torna-se possível compreender o discurso da candidata Socorro França, sugerindo que “fechassem o bairro” e não permitissem a entrada de mais nenhum candidato. “Eu vim pedir para não deixar ninguém aqui entrar. Aqui sempre foi liderança do Ciro” (Comício da candidata Socorro França, realizado no conjunto Ceará em 8/8/96).

Tudo se passa como se cada comício, em cada bairro, fosse a expressão de um pacto de adesão, evidentemente reafirmado diante de outros comícios subseqüentes. O encerramento das campanhas dos candidatos Juraci Magalhães e Socorro França em um mesmo bairro, com horários similares, apresenta a migração de uma mesma população de um bairro a outro. Os comícios obedecem assim a uma sazonalidade itinerante que confere mérito aos locais visitados, transformando-os em centro.

Mesmo que a afirmação “político só aparece em tempo de eleição” seja algo repetido popularmente, a visita ao bairro é motivo de orgulho dos moradores, atribuindo uma espécie de dignidade ao local visitado. A visita ao bairro é parte, portanto, de uma agenda obrigatória de todo candidato, operando como reconhecimento do voto popular. Os comícios, nesse sentido, representam a imagem de uma cidade integrada com recuperação de locais “esquecidos”. A interpelação direta aos eleitores, a metáfora de proximidade entre populares e o poder, dão a idéia de uma cidade que pode ser gerida de forma descentralizada, incluindo a possibilidade latente de uma participação direta da população.

CAMINHADAS – A ESCRITA MÓVEL NO ESPAÇO URBANO

As caminhadas em Natal e Maceió constituem recursos freqüentes de campanha com anúncios quase diários nos jornais. Tendo geralmente um local como ponto de partida, as caminhadas evocam passeatas ou cortejos, sendo panorama móvel de apresentação de candidatos, espécie de cartaz ambulante. De modo diferente dos comícios, as caminhadas não se efetivam em falas ordenadas, mas cânticos e gestos que lembram procissões: o candidato na frente seguido de seus eleitores. A previsão de entrada e saída do candidato acontece de forma mais espontânea, acompanhada de cânticos e “palavras de ordem” que lembram manifestações de oposição.

O sentido do trajeto não é, portanto, de caráter estritamente pacífico. Caminhadas podem culminar em conflitos entre eleitores de partidos diferentes ou exaltação de ânimos em face de eventuais acontecimentos que possam por em xeque a continuidade do cortejo. O avanço do trânsito ou as proibições de continuidade da marcha podem transformar a caminhada em “movimento”.

Também, a “disputa de caminhadas” entre adversários, realizadas em localidades próximas, pode implicar agressões recíprocas. O Jornal *Tribuna de Alagoas* de 12/11/96 noticia que as manifestações das candidatas Kátia Born e Heloisa Helena “foram marcadas por um clima de apreensão por parte dos coordenadores de campanha das duas candidatas que temiam que o encontro das caravanas gerasse atos de violência. Por causa desse temor, os percursos foram alterados na última hora, as saídas foram adiadas e o ritmo das caminhadas acelerado, o que em certos momentos fez lembrar uma corrida”. É importante notificar que, em certos momentos os cortejos acontecem em ruas paralelas, dando o sentido de uma competição pela inscrição mais forte da marca de cada candidata no centro da cidade.

As caminhadas têm ritmo e ordenação hierárquica tal como acontece em outros rituais (Da Matta, 1979). Próximos ao candidato, os apoiadores e agentes de segurança formam espécie de “cabeça” do cortejo. A parte do meio, mais condensada, é integrada por pessoas portando bandeiras, que servem de ligação entre começo e fim do agrupamento. Os acompanhantes que se postam no final caracterizam-se por uma situação que parece transitória, na medida em que podem com facilidade se desligar do grupo, principalmente em momentos quase finais.

A caminhada é observada por assistentes, que podem ou não manifestar sua adesão, provocando um *feedback* que entusiasma a caminhada e dá a impressão de eficácia. Esse ritual móvel, próximo ao que Cannevacchi (1988: 191) nomeou de irreprodutibilidade para referir-se ao “movimento vitalista de publicização de valores e símbolos ao longo do território”, serve de demonstração de fortalecimento do candidato. Este, colocado como parte do “movimento”, afirma sua popularidade através da proximidade corporal que convoca a emoção. O trajeto tem também a dimensão da solidariedade demonstrada no caminho percorrido, onde simpatizantes e candidato fazem uma espécie de pacto público.

As caminhadas podem ser consideradas como linguagem afirmativa de visibilidade estética e corporal com difusão de energia e conquista efetiva de espaços. Elas são desafios à ordenação do trânsito e cotidiano dos espaços. O trunfo de carregarem um “troféu” — a candidata — impede atos possíveis de repressão policial, permitindo que a população possa eventualmente parar para “ver a banda passar cantando coisas da política”.

As caminhadas, diferentes dos comícios, evocam o sentido de contestação, figurada no candidato que caminha pelas ruas junto com a população da cidade.

TEMPO, ESPAÇO E IMAGINÁRIO⁹ SOBRE A CIDADE
EM CAMPANHA ELEITORAL

A categoria imaginário pode ser utilizada como chave de interpretação para desvendar projeções idealizadas de instituições, processos sociais e modos de vida. Assim, torna-se possível pensar que as utopias de uma época são portas de entrada para o seu entendimento, rompendo as separações entre o que denominamos de real e imaginário (Backso, 1984).

Tomar a categoria imaginário como uma das chaves de interpretação das campanhas eleitorais para o governo municipal implica também assumi-la como expressão de conflitos e lutas pela apropriação legítima de cidade. Nesse caso, a idéia de imaginário se pluraliza não somente na perspectiva colocada por Castoriadis (1982), referente ao antagonismo entre imaginário instituído e imaginário instituinte. Os embates eleitorais, na verdade, tomam a cidade a partir de uma perspectiva peculiar que busca transformar investimentos simbólicos em espaços de legitimação.

As campanhas eleitorais instauram nova concepção de temporalidade, um estado original onde se coloca a possibilidade de reconstruir. A cidade, sob a óptica dos discursos eleitorais, é plástica, amoldável e cheia de problemas, mas dotada de uma essência a preservar, uma identidade a ser recuperada. Leonel Brizola, quando candidato à prefeitura do Rio de Janeiro, anunciava que iria “recuperar a dignidade da cidade”. Expressões do tipo devolver a cidade aos seus cidadãos, “fazer Maceió brilhar” ou tornar “Fortaleza saudável” são comuns nas diferentes campanhas pesquisadas. Nessa dimensão, a cidade se “personifica” em conteúdos e palavras de ordem apresentadas como *slogans* de diversas candidaturas.

Em situações de campanha, as cidades são pensadas a partir de modelos temporais que buscam articular, de modos diferentes, uma relação entre presente e futuro. Nas eleições, põe-se em discussão a luta por uma definição legítima de temporalidade, variável conforme a condição de continuidade ou ruptura com a gestão anterior.

As alusões feitas à cidade remetem também a uma espacialidade cujo elemento fundamental é a idéia de integração. A recuperação de “zonas esquecidas”, a elaboração de discursos dirigidos a categorias alijadas do trabalho

⁹ O uso do conceito de imaginário como chave de leitura para interpretar pesquisas relativas a fatos contemporâneos ou eventos do passado vem sendo cada vez mais freqüente, delimitando uma espécie de campo temático de investigação. Para efeito das discussões aqui propostas, foram consultados, principalmente, Backso (1984) *Les Imaginaires Sociaux*; Castoriadis (1982) *A Instituição Imaginária da Sociedade*; Dubois (1995) *O Imaginário da Renascença*; Laplantine (1974) *Les Trois Voix de L'imaginaire*.

como velhos, crianças e o que se nomeia de “povo”, aparecem em cena induzindo a uma sociabilidade não mais impessoal e técnica, como afirma Simmel (1979), referindo-se à cidade cotidiana moderna.

A cidade construída pelos ritos eleitorais caracteriza-se pelo aceno a uma potencial organicidade fundada na participação e na comunicação presentes em aglomerados urbanos do passado. Convocados a falar nos programas eleitorais e chamados a participar de eventos de campanha, os diferentes segmentos populares aparecem como personagens de outra espacialidade, onde o poder e a vida social se encontram próximos. Essa proximidade é também revelada nos rituais de campanha que percorrem as ruas, introduzindo temporariamente um outro zoneamento simbólico. E aqui vale a pena lembrar as referências de Marc Augé (1994), quando afirma a existência dos espaços urbanos contemporâneos como expressão de “não lugares”. Dessa perspectiva, os rituais que ocupam zonas dotadas de simbologia, como o centro da cidade, ou zonas periféricas, habitualmente separadas do lado mais orgânico da cidade, constituem a tentativa de recuperação e integração de lugares no sentido antropológico do termo.

As diferentes referências feitas à cidade em tempos de campanha ilustram o temor sobre o crescimento das metrópoles, evocando também o tema perene dos contrastes sociais. A valorização da eficácia e da competência parecem substituir, no entanto, o tema das utopias igualitárias. Proposições baseadas em argumentos concretos ou comprovação de capacidade administrativa dão cada vez mais o tom das campanhas.

As discussões relativas a transformações urbanas navegam em afluentes contraditórios. As associações entre mudança e des-estabilização ou entre mudança e melhoria da qualidade de vida são acionadas de acordo com as circunstâncias estratégicas. De todo modo, é possível dizer que o discurso de oposição, que no início dos anos 70 se fundava na democratização das instituições, passa a referir-se principalmente à melhoria da qualidade de vida explicitada em dimensões bem concretas de programas pontuais relativos à oferta de serviços e equipamentos urbanos.

O conhecimento e capacidade efetiva de administração apontam uma valorização do tempo presente, o aqui e agora explicitado no *slogan* da candidata vitoriosa de Maceió. “O futuro é prá K”, diz Kátia Born, aproveitando-se da letra de seu nome e apontando também a força do presente contida na sua proposta de continuidade com a gestão municipal anterior, considerada “bem sucedida” pela população, segundo institutos especializados de pesquisa.

Não obstante a existência de idealizações que caracterizam todas as campanhas, as “realizações” passam a contar como marco fundamental,

colocando o plano das promessas a longo prazo em posição secundária. O orador que discursa para multidões prometendo melhoria para todos, ou o líder de esquerda que acena com utopias referentes à transformação do modo de vida nas metrópoles, cede cada vez mais espaço para o administrador competente, não necessariamente dotado de retórica.¹⁰

As referências à competência e à realização de obras constituem um significante bastante presente nos discursos contemporâneos de campanha, induzindo a uma necessária discussão. As obras, em substituição aos argumentos que integram a retórica política, reduzem a eficiência administrativa aos critérios de visibilidade técnica. Esse é o argumento crítico de Panebianco (1996), que discute, com base na situação italiana, os processos recentes de neutralização dos conflitos urbanos. A despolitização consiste, nestes termos, no ato de transformar problemas políticos em questões técnico-administrativas, prática que, segundo esse autor, já vem sendo ensaiada pelas elites liberais desde o século XIX.

Com efeito, a política nas circunstâncias discutidas pelo referido autor fundamenta-se nos mitos da ciência e da técnica, ficando reduzida a disputas administrativas e não mais encarada como espaço de lutas e conflitos entre interesses e valores. Tal argumentação baseia-se na análise da última campanha eleitoral italiana dos anos 1990, na qual se argumentava a importância da competência como valor único capaz de substituir o velho político desacreditado. Ao invés da alternância das elites baseada na substituição de velhos políticos por novos, como ocorria nas situações já conhecidas de mudança política, o atributo técnico teve, nesse contexto, supremacia sobre os demais.

Às indicações importantes de Panebianco acrescenta-se o ideário contemporâneo brasileiro de que a eficácia administrativa se encontra acima de conflitos ideológicos, considerados como valores do passado. O lugar da crítica torna-se, assim, espécie de discurso sem ouvintes, freqüentemente associado à “ausência de propostas administrativas.

Nessa configuração, percebe-se a importância do desempenho individual de candidatos como móvel fundamental das disputas políticas. A constituição desse novo mercado de idéias vindas de diferentes campos da atividade social parece referir-se à matriz de um pensamento recente que encontra ressonância no papel cada vez mais forte desempenhado pelos meios de comunicação de massa. A cidade nesse novo patamar de visibilidade emerge como território acolhedor de diferentes investimentos econômicos, políticos e simbólicos.

¹⁰ Pesquisa recente divulgada no jornal *Folha de São Paulo*, de 3/8/98, revela que 29% dos eleitores paulistas “preferem candidato que faça muito, mesmo que roube um pouco”.

As campanhas eleitorais, especialmente no último pleito, são marcadas pela experiência de “gestões que deram resultados”, exemplificadas em diferentes expressões de administração municipal vigentes na década de 1990. Assim, a referência de “cidades bem sucedidas” criou um patamar de exigência, um capital político ou moeda necessária ao desenvolvimento da credibilidade.

O trabalho de construção de visibilidade “de problemas” tem como contraponto mais eficaz a apresentação de obras urbanas de reconhecimento público. Estas operam à moda de um mito, pois, estando no terreno do óbvio, apresentam o “argumento indiscutível”, o que literalmente salta aos olhos. As obras “falam” por si e dispensam a intermediação ou uso da retórica, tornando-se espécie de mitologias modernas (Barthes, 1989). Nesse sentido, cada candidatura constrói e apresenta “sua cidade”, recriando espaços e recortando tempos conforme suas possibilidades de investimento. Um movimento de articulação e segmentação de espaços aparece na tentativa de valorizar a “cidade integrada”, ao mesmo tempo que a de priorizar a intervenção em espaços dotados de interesses estratégicos.

As palavras de Argan são importantes para concluir as reflexões desse texto:

A idéia de cidade ideal está profundamente arraigada em todos os períodos históricos, sendo inerente ao caráter sacro anexo à instituição e confirmado pela contraposição recorrente entre cidade metafísica ou celeste e a cidade terrena ou humana. A cidade real reflete as dificuldades do fazer a arte e as circunstâncias contraditórias do mundo em que se faz. (Argan, 1992: 73)

ABSTRACT

This article takes an analytical look at the speeches and practices of a number of different candidates during the municipal elections of 1996, highlighting points of convergence and the typical symbolism of what could be called the “urban vision of the election campaign”. The hypothesis that is developed is that cities are looked at in terms of meanings of the imagination and of speeches which find expression in the way that they, the cities, are perceived, defined and classified. Political campaigns mobilize social and ideological symbols which are reflected in the image of a city. Whether it be by emphasizing “its history”, promising to control inequality or calling for people’s participation, the elections carry with them the signs of a rite of passage. In effect, the “urban vision of the election campaign” is

characterized as much by its struggle for the supremacy over the memory and identity of a city, as by its ability to administrate this effectively.

RÉSUMÉ

Cet article se propose d'analyser les discours et pratiques mis en oeuvre par différentes candidatures lors du scrutin municipal de 1996, en établissant les points convergents et la symbologie typique de ce que l'on pourrait appeler un "imaginaire citoyen de campagne électorale". L'hypothèse soulevée est la suivante: les villes sont l'objet de significations imaginaires et de discours, qui sont mis en évidence dans la manière dont elles sont pensées, définies et classifiées. Les campagnes politiques mobilisent des symboles sociaux et idéologiques qui s'articulent autour de la construction d'une image de la ville. Que ce soit en insistant sur leur "histoire", en promettant de gérer les inégalités ou en faisant appel à la participation populaire, les élections portent la marque des rites de passage. En effet, ce qui caractérise un "imaginaire citoyen de campagne électorale", c'est qu'il exprime à la fois une dispute pour la maîtrise de la mémoire et de l'identité de la ville, et l'affirmation d'une capacité de gestion urbaine efficace. L'article examine la ville en tant que champ d'investissement symbolique, ce que montrent une cartographie des espaces stratégiques de la campagne électorale et l'apparition d'une espèce de "langage" des travaux urbains, tenus pour être des preuves d'efficacité et de visibilité dans la conjoncture actuelle.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Argan, Giulio Carlo (1992) *A História da Arte como História da Cidade*. São Paulo: Martins Fontes.
- Augé, Marc (1994) *Não-Lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. São Paulo: Papirus.
- Barthes, Roland (1989) *Mitologias*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Backso, Bronislaw (1984) *Les Imaginaires Sociaux: Mémoires et Espoirs Collectifs*. Paris: Payot.
- Barreira, Irllys (1996) "Ritual e Símbolo na Política". *Cadernos Ceru* 7. São Paulo: USP.
- _____ (1993) "Ideologia e gênero na política: estratégias de identificação em torno de uma experiência". *Revista de Ciências Sociais Dados*. Rio de Janeiro: IUPERJ.

- Boltanski, Luc, Darré Yan et Marie-Ange Schitz (1984) "La dénonciation". *Actes de la recherche en sciences sociales*. Paris: Éditions de minuit.
- Calvino, Ítalo (1991) *As Cidades Invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Canevacci, Massimo (1988) *Antropologia da Comunicação Visual*. São Paulo: Brasiliense.
- Castells, Manuel e Borja Jordi "As cidades como atores políticos". *Novos Estudos Cebrap*. São Paulo: Cebrap.
- Castoriadis, Cornelius (1982) *A instituição Imaginária da Sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Da Matta, Roberto (1979) *Carnavais, Malandros e Heróis, para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Dubois, Claude Gilbert (1995) *O Imaginário da Renascença*. Brasília: UnB.
- Harvey, David (1989) *A Condição Pós Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola.
- Laplantine, François (1974) *Les Trois Voix de L'imaginaire: le messianisme, la possession, et l'utopie*. Paris: Éditions Universitaires.
- Neiburg, Federico (1992) "O 17 de outubro na Argentina: espaço e formação social do carisma". *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 20. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- Palmeira, Moacir e Heredia, Beatriz (1994) "Etnografia dos Comícios". *Anuário Antropológico* 94. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Palmeira e Goldman (orgs) (1996) *Antropologia, voto e representação política*. Rio de Janeiro: Contracapa.
- Panebianco, Ângelo (1996) "Evitar a política?". *Novos estudos Cebrap*. São Paulo: Cebrap.
- Ribeiro, Ana Clara T. e Garcia, Fernanda Sánchez (1996) "City Marketing: a nova face da gestão da cidade no final do século" in Reis Elisa, Fry Peter e Almeida Maria Hermínia (orgs), *Política e Cultura: visões do passado e perspectivas contemporâneas*. São Paulo: Hucitec/ANPOCS.
- Shills, Edward (1992) *Centro e Periferia*. Lisboa: Difel.
- Simmel Georg (1979) "A Metrópole e a vida mental" in Otávio Velho (org), *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Zahar.

Urbanização em Portugal hoje: o caso de Lisboa

Barbara Freitag Rouanet*

Resumo. O artigo discute, a partir de uma perspectiva sócio-histórica, as transformações ocorridas na cidade de Lisboa, detendo-se no exame das políticas urbanas implantadas nas três últimas décadas, quando se dá a modernização da capital, tendo em vista a redemocratização e a integração de Portugal na União Européia. Cada década contribui para preservar a face histórica e renovar a infraestrutura viária e de comunicação (construção da nova ponte Vasco da Gama), bem como para embelezar o tecido urbano no centro e na periferia da cidade, fornecendo um paradigma para a renovação urbana de Portugal como um todo.

Palavras-chave. História das cidades, desenvolvimento urbano, metropolização, política urbana, projetos urbanísticos.

Lisboa parece ter acordado de um sono de 'Bela Adormecida' somente no final do século vinte. Até muito recentemente, a cidade de Lisboa, cuja fundação é atribuída a Ulisses, despertava pouca atenção entre os especialistas urbanos, apesar de sua história milenar (M. Calado, 1993). Na obra *standard* de Mumford, *The City in History (A Cidade na História, 1991)*, Lisboa é mencionada somente uma vez, e isso, enquanto cidade barroca do século XVI. Na coletânea de textos lançada pela editora francesa Larousse, *Villes & Civilisation Urbaine – XVIII-XX. Siècle, (Cidades e civilização urbana – do século XVIII ao século XX, 1991)*, Lisboa não é citada nem mesmo como exemplo. Mas também planejadores urbanos contemporâneos, historiadores ou sociólogos como Sennett em *Flesh and Stone (Carne e Pedra, 1994)*, Häussermann & Siebel em *Neue Urbanität (Nova Urbanidade, 1987)* ou Zimmermann, *Die Zeit der Metropolen (O Tempo das Metrôpoles, 1996)* não fazem nenhuma referência a Lisboa. Somente alguns escritores nacionais e estrangeiros, interessados na obra literária de Eça de Queirós ou Fernando

* Barbara Freitag Rouanet é professora do Departamento de Sociologia da UnB. Versão original em alemão, escrita para a coletânea: Briesemeister, Dietrich & Schönberger, Axel (eds.) (1997): *Portugal heute* (Portugal hoje), Frankfurt/M.: Vervuert Verlag, pp. 705-724; versão brasileira retrabalhada em junho de 1998.

Pessoa (como Dário Castro Alves, Jorge Amado, Antonio Tabucchi, Hugo Loetscher, Miguel Torga ou José Saramago), incluem Lisboa em suas considerações literárias.

A ascensão, a decadência e a revitalização de outras metrópoles — como Paris, Londres, Nova York ou Berlim — são responsáveis pelo relativo anonimato de Lisboa durante boa parte do século 20, permanecendo à sombra dos eventos turbulentos da história européia mais recente. Até o final dos anos 80, a bela cidade à margem do Tejo ainda não tinha conquistado um lugar ao sol entre as demais metrópoles européias. Lisboa tampouco era destacada nas manchetes dos grandes jornais internacionais que comentavam o desenvolvimento desenfreado das megalópolis do terceiro mundo (cf. documentos da UNIDO, publicados no contexto da Conferência Internacional “Habitat II” em Istambul, em junho de 1996).

Situada literalmente à margem da Europa, Lisboa parecia esquivar-se ao olhar dos cidadãos europeus e do mundo. A capital portuguesa continuava sendo uma espécie de “dica secreta” para escritores cultos, para cineastas selecionados como Tanner ou Wim Wenders, e para turistas sofisticados que procuravam evitar os circuitos do turismo de massa.

Esse esquecimento relativo somente foi superado no final da década de oitenta, quando Portugal conseguiu livrar-se da maldição da décima terceira fada redemocratizando-se o país e a sociedade portuguesa. A modernização e a remodelação efetiva da cidade de Lisboa somente pôde acontecer nesse contexto, acelerando-se visivelmente com a entrada de Portugal na União Européia (1986).

Do ponto de vista urbanístico, essas mudanças sócio-políticas repercutiram de forma visível sobre a fisionomia da cidade de Lisboa. Destacam-se neste contexto três datas estratégicas: 1992, 1994 e 1998. Na primeira, Lisboa assumiu a presidência da União Européia; em 1994 foi capital cultural da Europa e em 1998 Lisboa abriga a Exposição Mundial, a EXPO-98.

Desta forma, Lisboa volta ao palco da história européia e internacional, tornando-se o centro das atenções da economia internacional. A EXPO-98 que tem como tema central os oceanos e mares, os mesmos oceanos e mares que há quinhentos anos, através das façanhas de Vasco da Gama e Cabral, encheram Portugal de glórias e riquezas, lança assim nova luz sobre a metrópole lusitana.

Para que se tenha uma idéia das profundas modificações ocorridas em Lisboa nas últimas três décadas, é importante recordar as transformações sofridas pela cidade nos séculos anteriores, levando em consideração os esforços de modernização empreendidos especialmente em consequência do terremoto de 1755. Essa revisão histórica assume um papel paradigmático para a compreensão do desenvolvimento urbano de Portugal e da história de suas cidades (cf. Souza Oliveira, 1979/80).¹

Depois do terremoto de 1755, que destruiu toda a Baixa (o centro histórico da capital dos grandes navegadores), foram apresentadas três alternativas para a reconstrução da cidade. A primeira, propunha a transferência da capital para oeste da cidade destruída, para o local em que hoje se encontra o bairro de Belém. A segunda alternativa, pretendia reconstruir a cidade no mesmo local, tal qual tinha sido originalmente, sem nenhuma alteração. Há uma belíssima descrição da vida e fermentação da Baixa anterior ao terremoto em Ronald Daus (1990: 20), baseada em documentos históricos e literários da época. As duas alternativas propostas por Manuel da Maia não vingaram. Prevaleceu a terceira alternativa que previa a reconstrução do antigo centro (Baixa) segundo o modelo da grade, inspirada nos princípios do planejamento urbano característicos da Ilustração. O Marquês de Pombal optou por esta proposta, cuja execução foi confiada a Carlos Mardel (cf. França, 1965, 1989). Com essa opção, estabeleceram-se igualmente as regras básicas para a ampliação da cidade em direção ao Chiado e ao Bairro Alto.

O “Passeio Público”, inspirava-se nos Jardins das Tuilleries de Paris e levou — cem anos mais tarde — à irradiação da cidade em forma de V pela

¹ Seguindo a orientação de Zimmermann (1996) entende-se aqui por “desenvolvimento urbano” primordialmente o crescimento populacional nas cidades, incluindo aqui os movimentos migratórios (de afluência e abandono) que se dão nas cidades através dos tempos; enquanto o conceito de “urbanização” passa a denominar a emergência e divulgação de formas urbanas de vida, vinculadas à modernização (social e tecnológica) das cidades. Nessa diferenciação conceitual enfatiza-se o aspecto quantitativo, no primeiro, e o qualitativo, no segundo caso. No caso do “desenvolvimento urbano” consideram-se primordialmente os aspectos espontâneos, irregulares, incontrolados do crescimento urbano, enquanto a “urbanização” enfatiza a dimensão do planejamento, da intervenção racional do homem no tecido urbano, procurando ordenar, regularizar, controlar os processos espontâneos. Ambos os conceitos — “desenvolvimento urbano” e “urbanização” — exprimem assim uma dialética entre história e razão (cf. Freitag-Rouanet, 1992). Ao mesmo tempo eles fazem menção a uma tensão entre dominadores e dominados. A intervenção urbana planejada exprime necessariamente a hegemonia de certas tendências políticas, econômicas e estéticas em circulação na sociedade que vencem e reprimem outras tendências, via de regra alternativas ou até mesmo contrárias. Esta distinção conceitual também se aplica aos fenômenos urbanos do Portugal de hoje.

Avenida da Liberdade e Avenida Ocidental (hoje, Almirante Reis) para o “hinterland”. Deste modo foi possível urbanizar a “zona das Avenidas Novas” (R. Henriques da Silva, 1994). Nestes casos, os planejadores urbanos do século XIX inspiravam-se no exemplo de Haussmann, o controvertido prefeito de Paris, que modernizou a “Capital do Século XIX”. As pequenas ruas e ruelas cheias de curvas e ladeiras com seus traçados irregulares, resultado da ocupação espontânea e irregular através dos tempos, foram sendo substituídas pelas amplas avenidas e alamedas de inspiração haussmaniana (Av. Roma, Av. da República, Av. A. Augusto de Aguiar, Av. dos Combatentes, entre outras). Consolidava-se, assim, a fase da “interiorização” da cidade, o abandono relativo das zonas urbanas ribeirinhas e fortaleceu-se a descentralização do antigo centro urbano. Novos bairros e zonas urbanas emergiram no contexto dessa reorientação. Grandes centros comerciais, blocos residenciais, prédios para o comércio bem como pequenas e grandes indústrias passaram a ladear as grandes avenidas, deslocando-se para as periferias o antigo núcleo urbano. Este, em outras épocas, caracterizava-se por sua proximidade ao rio Tejo e ao porto, que por séculos a fio funcionara como o coração da capital dos descobridores (Gaspar, 1985)

Examinando velhos mapas de Lisboa que refletem a vida da cidade na mudança do século XIX-XX, o observador atento surpreende-se com a heterogeneidade das atividades econômicas praticadas nos diferentes bairros da cidade. Aqui se intermesclavam o cultivo agrícola em pequena escala (verduras e hortaliças) com comércio e produção artesanal e até mesmo industrial. Conseqüentemente, também os moradores se compunham de camadas sociais e grupos profissionais heterogêneos (Custódio, 1994). Esse quadro preservou-se durante toda a primeira metade do século XX, em que a cidade parecia crescer “organicamente”, dando as costas às margens do Tejo e expandindo-se em direção nordeste e noroeste de forma “equilibrada” pelas grandes e novas avenidas. Deste modo, preenchiam-se concomitantemente e nos mesmos bairros as diferentes funções — moradia, lazer, trabalho —, vitais para uma cidade.

José Manoel Fernandes (1994, p. 493) distingue diferentes etapas do desenvolvimento urbano da cidade de Lisboa:

Entre 1900 e 1910 a nova urbanização se teria traduzido na expansão das “Avenidas Novas”, de Picoas até Campo Grande, incluindo a rica Avenida da República e sua continuação na Avenida D. Amélia. Durante o período republicano dos anos de 1910-20 teria sido possível dinamizar esse sistema urbano, graças às crises internas (lutas partidárias) e externas (I Guerra Mundial e depressão

econômica). Com isso prolongou-se o papel secundário de Lisboa no contexto europeu. O “ciclo imperial” da década de 30-40 permitiu modernizar a cidade através da intervenção de Duarte Pacheco, que dividiu a cidade em zonas, ampliou o sistema de transportes e introduziu novos equipamentos. Mas tudo isso *aconteceu em escala provinciana* e fortaleceu a exclusão das comunidades rurais.

A industrialização em ritmo lento, a expansão das moradias sociais seguindo os modelos das cidades-jardim de Howard e dos edifícios residenciais de Le Corbusier bem como a construção dos elegantes prédios comerciais e residenciais ao longo das grandes e novas avenidas, são o testemunho de um sincretismo de construções e funções urbanas, típico do desenvolvimento urbano da Lisboa da primeira metade do século XX que se prolonga na segunda metade do século até o final do regime autoritário de Salazar-Caetano (1930-1975).

Duarte Pacheco, enquanto Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, fez aprovar, nos anos 30, uma legislação que o autorizava a comprar novas áreas e a desapropriar outras, em nome da ampliação da rede viária urbana de Lisboa. As Avenidas das Forças Armadas, dos Estados Unidos da América, General Norton de Matos, Marechal Gomes da Costa entre outras, refletem a realização de seus projetos urbanísticos, através dos quais Pacheco procurou interligar, por meio de círculos concêntricos, as avenidas que se irradiavam como os dedos de uma mão em direção ao norte, nordeste e noroeste. Foi no contexto dessa política urbana que Duarte Pacheco fez instalar o Parque de Monsanto, um amplo bosque, concebido como o “pulmão” da cidade, no noroeste da cidade.

À gestão Duarte Pacheco (1932-38) seguiu-se um período de desenvolvimento urbano que Fernandes denominou de “ciclo subúrbico”, marcado por uma expansão urbana desregrada, sem novidades, medíocre que abrangeu as décadas de cinqüenta e sessenta.

A essa altura, a capital portuguesa contava aproximadamente 700.000 habitantes. Para a próxima década calculava-se com um aumento da população até um milhão de habitantes, incluindo-se o crescimento vegetativo e os movimentos migratórios do campo para a cidade e das colônias (Angola e Moçambique) para a metrópole. Portugal contava, nessa ocasião com uma população de 8 milhões de habitantes.

Nos anos 50 haviam sido iniciados os trabalhos do “metropolitano”, a rede de metrô em forma de V, que somente agora, com a adesão de Portugal à União Européia, está sendo ampliada, interligando-se as estações sob forma de rede e prolongando-se as linhas já existentes. A rede ferroviária do século

XIX foi ampliada no século XX, incluindo a estação de Santa Apolónia, Cais do Sodré, Alcântara, Sete Rios, ligando Portugal com todas as direções da rosa dos ventos (Sintra, O Porto, Coimbra, Évora, entre outras), com exceção do sul. O ponto alto dessa expansão ferroviária e rodoviária constituiu na construção da ponte Salazar, para homenagear o ditador que a mandou construir. Ela foi inaugurada em 1966. Hoje, rebatizada, leva o nome de “25 de abril”. Essa ponte passou a ligar a margem esquerda do Tejo, onde fica Lisboa, com a margem direita (cidade de Setúbal) e o sul do país, dando acesso às cidades balneárias ao longo da costa atlântica, até Faro.

Essa modernização tecnológica, na ocasião, não foi acompanhada por uma inovação política, social e econômica do país. Portugal continuava apoiando-se em suas colônias africanas que lhe haviam fornecido riquezas naturais, mão de obra barata e mercados para o escoamento dos produtos portugueses, em épocas gloriosas do colonialismo. Com a eclosão das lutas de independência em Timor, Goa, Angola e Moçambique na década de 60 e inícios de 70, Portugal passou a envolver-se em uma guerra colonial sem perspectivas.

O país não havia “sangrado” com a II Guerra Mundial, pois mantivera-se, na ocasião, neutro, mas sofreu perdas significativas de população numa guerra colonial insustentável. Calcula-se ainda em um milhão o número de portugueses que, finda a II Guerra, emigraram de Portugal para a América e outros países da Europa em busca de melhores condições de vida, trabalho e liberdade política. Responsável por esse verdadeiro êxodo foram causas econômicas e políticas: a estagnação da indústria, inchação do terciário, turismo reduzido, o salazarismo, os conflitos militarizados nas colônias, entre outras.

Essa realidade sócio-política também reflete-se na fisionomia urbana de Lisboa. Na segunda metade do século XX a população urbana estagnava, jamais atingindo a marca estimada de um milhão de habitantes. Registraram-se até mesmo taxas de redução da população urbana no município de Lisboa. Consciente ou inconscientemente, os lisboetas resignaram-se a dar as costas ao Tejo e às suas margens, numa espécie de “emigração interior” (*innere emigration*). Contribuíram, assim, com o projeto de “interiorização” do desenvolvimento urbano, iniciado na época de Pombal. No século 20 esse recolhimento foi adquirindo a conotação de uma certa “provincialização”. A modernização introduzida durante o regime Salazar-Caetano limitou-se à expansão geográfica da cidade nos contornos da atual área metropolitana de Lisboa e à introdução de algumas inovações tecnológicas (metrô, estações de estrada de ferro, ponte sobre o Tejo) sem afetar a estrutura societária tradicional e ultrapassada.

Em lugar do cosmopolitismo dos navegadores de outrora, reinava entre os lisboetas e portugueses, submetidos ao salazarismo, o provincianismo e o isolacionismo.

Esse período somente foi superado com a “Revolução dos Cravos” de 25 de abril de 1974. A verdadeira modernização e reintegração de Portugal na ciranda dos países europeus aconteceu depois que a sociedade portuguesa se desfez da ditadura e voltou a democratizar-se no final desse segundo milênio. Em consequência de tais mudanças socio-políticas a cidade de Lisboa passou por várias levas de modernização e urbanização. Somente nos últimos 25 anos deste século foi possível reverter os processos de “isolacionismo”, “interiorização” e “provincialização” ocorridos durante a ditadura salazarista. Desde então, revalorizam-se as áreas ribeirinhas, o centro e os bairros históricos da cidade (Baixa, Mouraria, Alfama, Bairro Alto, Chiado) e promove-se a reintegração da cidade no mundo europeu. Sem abrir mão de seu passado glorioso ligado às grandes navegações, a cidade de Lisboa passou a construir o seu futuro em bases cosmopolitas com os olhos voltados para a Europa, o rio Tejo e o Oceano Atlântico.

O sociólogo urbano, Vitor M. Ferreira (1995), resume a urbanização de Lisboa nos últimos cem anos nas seguintes etapas:

Primeiro, a expansão para o norte no final do século XIX; segundo, a ascensão e decadência de uma política urbana modernista entre 1930 e 1940; e, finalmente, o nascimento e desenvolvimento de uma metrópole, cujo epicentro constitui a cidade de Lisboa. (p. 11)

* * *

A transformação de Lisboa em uma metrópole moderna aconteceu, portanto, bem recentemente e no contexto da história contemporânea de Portugal. Ela está intimamente vinculada à redemocratização do país e sua integração na União Européia. Trata-se, pois, de um fenômeno das três últimas décadas do final deste século XX.

Em consequência da “Revolução dos Cravos” (1974), Lisboa foi inundada por levas de migrantes que retornavam das ex-colônias e da Europa, colocando os políticos e urbanistas responsáveis diante de problemas quase insolúveis. Os anos 80 podem ser vistos como uma fase de transição, um período em que os portugueses tentavam dar conta das heranças de seu passado, buscando saídas para os problemas não solucionados. A adesão da sociedade portuguesa ao modelo das democracias ocidentais e sua integração na comunidade européia com a adesão clara à economia de mercado, sinalizam

bem esse redirecionamento. O isolacionismo e a busca de caminhos próprios parecem, assim, definitivamente superados.

Ao tornar-se, temporariamente, sede da União Européia (em 1992), ao transformar-se em capital cultural da Europa (em 1994) e finalmente ao sediar, em 1998, a Exposição Mundial, a cidade de Lisboa passa a ser a locomotiva para essa remodelação da sociedade portuguesa. Ao mesmo tempo, Lisboa procura redefinir seu papel na divisão do trabalho estabelecida espontaneamente entre as demais metrópoles européias.

Os representantes da administração municipal (Câmara Municipal de Lisboa, 1990/1995) gostam de falar de Lisboa como “capital atlântica da Europa”, enfatizando a sua “vocalização atlântica”. Referem-se, assim, à situação privilegiada de Lisboa como cidade portuária, localizada na entrada da Europa, funcionando como comporta, capaz de controlar as ondas migratórias entre o Terceiro Mundo e a Europa. Mais especificamente, Lisboa teria condições de assumir o controle da imigração, barrando a entrada para a Europa de traficantes, migrantes e fugitivos da África e da América do Sul que ameaçam o equilíbrio e a tranquilidade da Europa. Ao mesmo tempo, a cidade com o seu porto, tão bem situado, asseguraria o escoamento da produção industrial européia para os demais continentes.

Em contrapartida, outras vertentes políticas sublinham a “condição mediterrânea” de Lisboa, reunindo em uma espécie de tripé as cidades de Lisboa, Roma e Istambul (Costa Lobo, 1994). Essa condição estaria conferindo a Lisboa um papel mediador entre o Oriente e o Ocidente, entre a Europa e a África, mas antes de mais nada entre os povos cristãos e islâmicos que se chocam hoje nas áreas banhadas pelo mar Mediterrâneo. A experiência de Portugal em lidar durante séculos com tensões e conflitos gerados pelo confronto das religiões e diferentes culturas, poderia favorecer o entendimento entre aqueles povos mediterrâneos assolados até hoje por profundos conflitos culturais e religiosos.

Finalmente, representantes mais conservadores da sociedade portuguesa sonham com Lisboa como sendo a capital da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), isto é, a comunidade de todos aqueles países em que a língua nacional é o português (Abecassis, 1987). A sociedade portuguesa redemocratizada poderia — assim pensam os adeptos dessa linha — reassumir sua liderança de outrora agora baseada em novos princípios. Com seus velhos aliados, que hoje partilham a mesma língua, mesmas convicções religiosas e tradições culturais, poderia fazer-se de Lisboa a capital dessa nova comunidade internacional. O capital cultural e político acumulado com os séculos da colonização poderia ser investido nos processos de globalização econômica e

modernização cultural, tendo como denominador comum a língua portuguesa falada nessa comunidade de tradição secular.

Podemos discordar de ou aderir a uma das três interpretações dadas ou, ainda, permanecer neutros diante das transformações recentes ocorridas. Certo é que as três últimas décadas, em que tais transformações ocorreram deixaram seus sinais também na fisionomia da cidade à beira do Tejo. Durante as décadas de 70 e 80 aqui prevaleceu o que na terminologia de Zimmermann tinha sido chamado de “desenvolvimento urbano” e não ocorrendo, verdadeiramente, uma “urbanização” moderna (Nota 2 deste trabalho). Neste período houve, pois, migração espontânea, descontrolada, caótica, devida ao crescimento absoluto dos moradores da cidade de Lisboa. Esse salto quantitativo teve — como era de esperar — conseqüências qualitativas. Somente a partir da década de 90 podemos falar em processos de “urbanização” no sentido acima definido. Ou seja, somente nesse curto período começam a impor-se princípios urbanísticos racionais que permitem definir novas formas de vida, típicas de uma metrópole, com características urbanas modernas que alteram o quadro da cidade e melhoram a vida de seus moradores. Vale a pena analisarmos mais a fundo essas três décadas, para melhor conhecer as formas de vida que se cristalizaram entre os lisboetas desde a Revolução dos Cravos.

* * *

Os anos setenta estão caracterizados pela mudança do poder em Portugal. Em 25 de abril de 1974 o regime autoritário Salazar-Caetano que controlara Portugal por mais de quarenta anos deixa o poder, abrindo assim o caminho para a descolonização e a redemocratização da sociedade portuguesa. Têm início as grandes ondas migratórias. Portugueses que habitavam as ex-colônias mas também os milhares de portugueses espalhados pela Europa regressam ao seu país de origem e afluem principalmente para Lisboa e suas comunidades adjacentes. (A. Reis, 1996).

O espaço urbano de Lisboa é o mais afetado. Se entre 1960 e 1970 a população da cidade havia regredido de 802.000 para 760.000, em 1980 ela já tinha alcançado a cifra de 808.000 habitantes. Trata-se no caso, do município de Lisboa e não da área metropolitana que inclui Cascais, Sintra, Loures, Mafra, Almada e outros municípios próximos.

Atualmente os administradores, planejadores e urbanistas da Câmara Municipal de Lisboa dividem o espaço urbano em três grandes zonas: A.M.L. (Área Metropolitana de Lisboa)-Norte, A.M.L.-Sul e Lisboa-Concelho. Também nas duas primeiras áreas, o crescimento populacional foi significativo

na década de setenta. De 1.214.000 habitantes em 1960 a população cresceu para 1.412.000 em 1970 e deu um salto para 1.891.000 em 1981. No espaço urbano de toda a área metropolitana, Lisboa-Concelho inclusive, houve um salto de menos de 1,5 milhões para mais de 2,5 milhões de habitantes nas últimas décadas. Essas cifras explicam em parte o déficit de 700.000 moradias no início da década de oitenta. As ondas migratórias afetaram, de início, a área de Lisboa-Concelho irradiando-se, no decorrer dos anos, para as periferias, onde novos núcleos urbanos brotaram rapidamente (Olivais, Chelas, Almada, Montijo, entre outros). A população global de Portugal que, desde 1960 (com 8,2 milhões) havia regredido para 8,07 milhões em 1970, cresceu para 9,1 milhões (em 1981), mantendo-se mais ou menos constante na década seguinte (até o censo de 1991). (CML, 1992, Tab. 2; AMBELIS, 1995: 12 e Rocha Pinto, 1996: 296-306). O crescimento populacional deveu-se, prioritariamente, às levas de imigrantes portugueses procurando reintegrar-se em seu país de origem.

Resta como curiosidade constatar o fato de que a distribuição da população pela área rural e urbana se dá ainda hoje na proporção de 2: 1, ou seja, somente um terço dos portugueses vivem em área urbana. No Brasil, essa relação é exatamente inversa: para cada habitante em área rural vivem dois em área urbana. Em outras palavras, o retorno dos portugueses das ex-colônias e de outros países europeus não se deu somente para os maiores centros urbanos (Lisboa, O Porto, Coimbra), significou também uma realimentação das áreas rurais de Portugal. Cabe contudo ressaltar que essa população distribuiu-se de forma desigual pelas diferentes regiões do país.

A escassez de moradias foi especialmente sensível na segunda metade da década de setenta, tornando-se necessárias medidas especiais de saneamento de certas áreas residenciais de Lisboa. Armando Vara (1996: 346) descreve esse déficit de moradias fazendo referência também ao estado de má conservação das habitações existentes. Segundo ele, em 1974 mais de 600.000 pessoas poderiam ser consideradas "sem-teto" e as habitações existentes encontravam-se em estado deplorável de conservação. Muitas não tinham água, luz ou outras instalações sanitárias. Um quarto da população vivia em apartamentos sobrepovoados. A situação no campo não era muito diferente. A pobreza fazia sentir-se por toda parte, não havendo programas governamentais de apoio à população.

Os governos provisórios que se sucediam tentavam resolver a questão, via de regra sem êxito, devido à sua própria instabilidade. Em 1975, acampamentos improvisados e construções de barracas na chamada "Cova do Vapor" foram demolidas por ordem do governo. Simultaneamente instalou-se

um Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL), um projeto de saneamento urbano que apoiava iniciativas da população empenhada em recuperar e sanear suas casas e apartamentos. Vale a pena ler os comentários críticos de V.M.Ferreira (1982), sobre este projeto. Na mesma época criou-se um Fundo de Fomento da Habitação que, como o SAAL, não conseguiu chegar à raiz do problema habitacional.

Entre 1964 e 1967, portanto ainda sob o regime de Salazar, havia sido desenvolvido um plano de urbanização para Lisboa aprovado em 1967. Este plano, contudo, não teve conseqüências práticas para o saneamento da cidade nos anos subseqüentes, sendo atropelado pela Revolução dos Cravos (em 1974). Mas por falta de alternativas, o governo revolucionário acabou reconhecendo oficialmente este plano em 1976, sem com isso resolver o problema da escassez de moradias, em verdade agravada com as ondas migratórias deslanchadas pela própria Revolução. No final da década de 80, sob a direção de Jorge Sampaio, deu-se início aos estudos de um novo plano de urbanização que acabou sendo aprovado e publicado em 1992 (CML, 1992). Suas linhas gerais estão fixadas no "Plano Estratégico Municipal". Este foi aperfeiçoado com estudos mais detalhados, contidos no "Plano Director Municipal 1990-1995", onde se fixaram as diretivas para a década de 90. Os autores deste novo plano (cf. Entrevistas realizadas com as equipes do CML entre 7 e 12/01/97) crêem que o período do caos e da ausência de qualquer política urbana mais sistemática, característico para as duas décadas anteriores, esteja assim definitivamente superado. Na terminologia de Zimmermann, Lisboa estaria saindo da fase do "desenvolvimento urbano" (caótico) para a fase da "urbanização" (racional e sensata).

* * *

Os anos 80 são designados pelos atuais administradores e políticos de Lisboa como sendo uma "década perdida", também conhecida como a "década de Abecassis". Abecassis foi durante 10 anos o presidente da Câmara Municipal de Lisboa. Este julgamento de seus opositores políticos, do Partido Socialista, agora no poder, não surpreende, levando-se em conta que Abecassis pertence ao Partido Popular Democrático (conservador).

Na verdade, os anos 80 foram importantes para consolidar a democracia em Portugal e integrar o país no contexto das nações européias, hoje a União Européia. Para esses dois eventos a cidade de Lisboa deu contribuições decisivas. Segundo seu próprio depoimento (em entrevista do dia 9.1.97), Abecassis fez esforços para ver Lisboa representada em todas as Associações

européias novas sem contudo abrir mão de sua pertinência a outros grêmios e associações mais antigos. Abecassis sugeriu Lisboa como capital cultural da Europa (1994) e lutou pela presidência de Lisboa na UCCLA (União das Cidades e Capitais Luso-Afro-Americanas) e na CPLP, a já mencionada Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Ao longo de seus dez anos de mandato, marcados por sucessos e infortúnios, merecem destaque dois eventos de importância estratégica para o desenvolvimento urbano da cidade: por um lado, a conclusão da controvertida obra pós-moderna do “shopping-center das Amoreiras” (1986) de autoria de Sisa Vieira (leia também a entrevista dada pelo arquiteto em 1996) e, por outro, o incêndio do Chiado (1988), o bairro histórico de Lisboa que liga a “Baixa” ao “Bairro Alto”. Os dois acontecimentos remetem aos extremos de uma escala dentro da qual se movimentava a renovação urbana de Lisboa: em um dos extremos, o *privilegiamento* de um tipo de construção de caráter especulativo, destinado a servir de área para escritórios, agências de turismo, comércio, levado a cabo por empresas privadas com fins lucrativos e, no outro extremo, o *negligenciamento* do patrimônio histórico e a conservação de prédios de valor cultural e histórico situados nos antigos bairros residenciais da Mouraria, Alfama, Chiado, Bairro Alto. No Chiado, as fachadas ocas, esqueléticas e enegrecidas dos prédios, em consequência do incêndio, servem de memorial e advertência para a futura política de preservação e desenvolvimento urbano da Lisboa contemporânea.

Seja como for, a década de oitenta serviu para a reflexão e reorientação de uma política urbana que passou a beneficiar as concepções urbanísticas do Plano Estratégico e do Plano Diretor que entraram em vigor na década de noventa.

Segundo J.M. Fernandes (1994: 512-513), quatro blocos temáticos que já se delimitavam no final da década de oitenta aguardam sua solução na década de noventa:

1. a reabilitação e a refuncionalização das zonas históricas da cidade de Lisboa;
2. o controle da assim chamada “terciarização” da cidade, i. é., a reconquista de espaços residenciais em quarteirões praticamente abandonados ao comércio (particularmente os bairros históricos);
3. a legalização e o controle da construção civil espontânea e desregrada; e, finalmente,
4. a inclusão das áreas metropolitanas do norte, sul, leste e oeste de Lisboa em um projeto urbanístico global.

A importância de um projeto global fica evidente, levando-se em consideração (a mero título de exemplo) que o Conselho Municipal de Lisboa

difícilmente resolverá sozinho os problemas do tráfego e do estacionamento causado pelos 250 mil veículos adicionais que diariamente convergem sobre a capital, dirigidos por pessoas que vivem na área metropolitana, fora do município de Lisboa, mas que têm o seu lugar de trabalho no centro de Lisboa. Deste modo, a população efetiva de Lisboa-Concelho aumenta diariamente de 800 mil a mais de um milhão de habitantes.

Abecassis tentou introduzir, ainda na década de 80, as primeiras medidas para resolver os problemas que a própria década havia levantado: encarregou o arquiteto Ciza Vieira da reconstrução do Chiado (Vieira, 1996), fechou importantes vias da “Baixa” ao trânsito de veículos, e proibiu aos vendedores ambulantes (não registrados) a venda de suas mercadorias nas ruas de Lisboa. Para eles mandou construir em diferentes bairros da cidade mercados cobertos, onde especialmente aqueles migrantes retornados a partir de 1974 passaram a vender os seus produtos.

Ainda durante essa época tiveram início projetos de saneamento de certas áreas urbanas que tinham sofrido invasões das populações migradas e dos residentes locais pauperizados (Mouraria e Alfama). Projetos de construção social autorizados e fomentados pelo governo municipal começaram a surgir, construindo moradias em bairros como Chelas, Olivais, Sacavém, entre outros. Os edifícios, via de regra de materiais pré-fabricados e pouco nobres, brotaram como cogumelos do solo. Trata-se de edifícios de apartamentos destinados a receber as populações transferidas de barracas e “favelas”, como se diria no Brasil, para aquelas habitações novas. No Brasil esse tipo de projeto ficou associado aos programas das prefeituras do Rio e de São Paulo, onde se combateu, como em Lisboa, a favelização das periferias urbanas com a “verticalização” das favelas.

Em Lisboa também procedeu-se, como vem acontecendo em muitas cidades brasileiras, à legalização das construções clandestinas que, contudo, atendem às exigências legais, sanitárias e higiênicas mínimas. (Salgueiro, 1985)

Paralelamente a essas obras de expansão do perímetro urbano, procurou-se expandir a rede viária, linhas de trem, metrô, e autorizou-se a construção da nova ponte sobre o Rio Tejo, Vasco da Gama, que liga o bairro de Chelas e Olivais da margem direita a Montijo na margem esquerda do Tejo. A nova ponte de 18 km foi aberta ao trânsito no contexto da inauguração da EXPO-98.

Ainda nessa mesma década deu-se início ao saneamento da zona das docas, inaugurando-se uma política urbana de volta às e de valorização das áreas ribeirinhas do Tejo. Sem querer decidir, por ora, se a política urbana da década dos oitenta deve ser taxada de década perdida, cabe constatar que foi

nessa época que se fortaleceu, em Portugal, a democratização da sociedade e do Estado, preparando-se o terreno para que o país fosse incluído na União Européia, dois requisitos fundamentais para que a política urbana da década de 90 tivesse alguma chance de êxito.

* * *

Por essas e outras razões a política urbana de Lisboa da década de 90 iniciou-se sob bons auspícios. As coordenadas para a capital portuguesa à margem do Tejo estavam dadas pelas duas décadas anteriores. Seja como cidade atlântica ou mediterrânea, talvez ambas, Lisboa pertence hoje ao elenco das cidades que geográfica, política, econômica e culturalmente representam bem a União Européia. Na maioria dos seus indicadores, Lisboa nada deixa a desejar comparada às outras metrópoles européias.

Atualmente quase todas as moradias (a expressão técnica em Portugal é “fogos”) se beneficiam de luz elétrica, água corrente, esgotos. Uma percentagem alta da população tem uma conexão telefônica. A quota de analfabetismo de 10% em Lisboa é a mesma da média do país (no Brasil, 17%). Especialmente nos últimos anos houve um crescimento surpreendente do número de secundaristas e universitários, deixando Portugal em posição confortável na comparação com outros países. Esses dados educacionais também se refletem na área do emprego. Especialmente as mulheres estão tendo uma participação maior no mercado de trabalho, onde inclusive assumem crescentemente atividades de responsabilidade que pressupõem melhor educação formal e profissional (Ambelis, 1996). Isso, por sua vez, tem como consequência imediata a redução de nascimentos e a diminuição do tamanho familiar. À semelhança da Espanha, França, Itália, Alemanha, dos países escandinavos, etc., a democratização das oportunidades educacionais acabou beneficiando, sobretudo, as mulheres. Em consequência, tenderá a desaparecer do quadro urbano aquele tipo de mulher tão característico das áreas rurais mas ainda recentemente presente também nas áreas urbanas portuguesas, da “vovozinha” vestida de preto, com pano preto na cabeça, boca desdentada, rosário na mão. A inclusão da mulher no mundo do trabalho remunerado, fora de casa, também poderá fazer desaparecer a roupa colorida dos varais que enfeitam, ainda hoje, as fachadas da Alfama, da Madre de Deus, da Mouraria, do Bairro Alto ou da Penha em Lisboa e as outras cidades. Pode também significar o silenciamento do “fado” na tradição de uma Amália Rodrigues.

Em outras palavras, o estilo de vida urbano da capital lusitana inevitavelmente sofrerá as influências da globalização econômica e se

aproximará em suas manifestações cotidianas ao estilo urbano de uma Viena, Munique, Madri ou Milão. É o tributo que Lisboa está pagando para “modernizar-se”, “urbanizar-se”. Os turistas saudosistas, os poetas românticos, os cineastas sonhadores, os tradicionalistas não terão mais tanta presença e possivelmente desaparecerão das ruas e ruelas em favor do turismo de massas. Sofrerão o mesmo destino daqueles “elétricos” ingleses, dos anos 20, que estão sendo substituídos paulatinamente por bondes modernos da Siemens, climatizados, confortáveis e silenciosos.

Do ponto de vista racional, i.e., dos planejadores e urbanistas, os Planos Estratégico e Diretor, aprovados na primeira metade da década de noventa, fornecem os instrumentos técnicos e jurídicos para realizar projetos de saneamento, recuperação e de modernização de Lisboa. As linhas mestras desses planos podem ser resumidas nos sete tópicos abaixo:

1. Definição das responsabilidades das diferentes municipalidades vizinhas de Lisboa;
2. Proteção ao meio ambiente;
3. Obras de infra-estrutura;
4. Preservação da herança cultural;
5. Reanimação e revalorização de bairros tradicionais deteriorados (maiormente os bairros históricos),
6. Ampliação da rede de transportes públicos,
7. Serviços.

Nesta década de noventa, torna-se necessário focalizar as três datas já mencionadas na introdução e no decorrer da argumentação desenvolvida neste ensaio: 1992, 1994 e 1998, para melhor compreender a realização (parcial) dos sete pontos acima mencionados. Em 1992, Portugal assume, com sede em Lisboa, a presidência da União Européia; em 1994, Lisboa passa a ser a capital cultural da Europa e finalmente, em 1998, Lisboa torna-se sede da Exposição Mundial.

Quando Portugal passou a presidir a União Européia em 1992, ficou evidente que Lisboa precisava melhorar sua infra-estrutura. O aeroporto internacional de Portella, no norte da cidade, exigia reformas e ampliação. O mesmo valia para a rede ferroviária, de estradas e auto-estradas que conectassem as cidades portuguesas entre si e o país à Espanha e aos demais países da Europa. O maior déficit, contudo, foi constatado na área das telecomunicações. Portugal, por si só, não dispunha dos recursos financeiros para arcar sozinho com todas as reformas infra-estruturais necessárias. Graças às subvenções generosas providas da União Européia, boa parte dos déficits mais imediatos puderam ser cobertos. As obras de ampliação do aeroporto ainda estão em

pleno andamento, mesmo depois da abertura da EXPO-98. Uma nova linha do metropolitano que leva à Estação do Oriente, a qual dá acesso à área da exposição mundial, foi inaugurada em maio de 1998. Quatro vãos de escadas rolantes ligam o Chiado ao metrô do Rossio-Baixa e Cais do Sodré. Novas linhas que entrelaçam a antiga concepção radial do “metropolitano” ainda estão em fase de construção. Em 1999 está prevista a inauguração da nova linha Campolide-Moscavide com 12 estações (Ambelis, 1995: 53).

A rede ferroviária não foi significativamente ampliada mas modernizada. Uma construção nova e grandiosa com estruturas de concreto, aço e vidro de dimensões e formas impressionantes, simbolizando uma floresta de palmeiras (ou seriam réplicas pós-modernas dos pilares de uma catedral gótica-flamboyant?), recebeu a Estação do Oriente, ponto nodal em que termina a nova linha de metrô e partem os trens para o norte do país.

Em 1991 inauguraram-se dois novos trechos de auto-estrada Lisboa-Cascais e Lisboa-Porto. Em 1974 somente havia 19 mil quilômetros de auto-estrada, em 1991 já eram 22,6 mil quilômetros e a ampliação dessa rede continua em franca expansão (Vara, 1996: 355). Mas a maior obra de engenharia desta década constitui, sem dúvida, a nova ponte Vasco da Gama, sobre o Tejo, cuja construção foi decidida em 1992, executada nos anos subseqüentes e inaugurada, em 1998, juntamente com a abertura da EXPO-98. A nova ponte de 18 quilômetros de extensão liga a capital na altura de Olviais/Sacavém com Montijo e suas regiões orientais, “aproximando” Lisboa da fronteira espanhola.

Resta mencionar os esforços feitos na área das telecomunicações. Também aqui a União Européia, com seu “livro verde”, exerceu uma influência decisiva, forçando a modernização em direção à privatização e terceirização do sistema, o que exigiu a reformulação da legislação portuguesa, iniciada em 1988. Dez anos depois, 15 firmas particulares (entre elas a Marconi e a Telecom) que marcam sua presença com prédios imponentes e arquitetonicamente distoantes da arquitetura pouco imaginosa do período Salazar, prestam os seus serviços aos habitantes da capital e do país.

A decisão de transformar Lisboa em capital cultural da Europa no ano de 1994 levou a novas medidas de saneamento, embelezamento e ampliação de Lisboa. Neste contexto merecem destaque (1) a construção do controvertido Centro Cultural de Belém (obra realizada pelo arquiteto Gregotti-Manuel Salgado), nas imediações do Mosteiro dos Jerônimos e da Torre de Belém; (2) projetos de saneamento urbano dos famosos bairros da Alfama, Madre de Deus, Mouraria e outros; e (3) o projeto “Sétima Colina - Lisboa Romântica” que se concentrou no Bairro Alto.

Por razões de espaço, somente pode ser discutido este último, que ficou inteiramente vinculado aos eventos culturais realizados durante o ano de 1994. O Projeto "A Sétima Colina" (cf. França, 1994 e Santos Pinheiro, 1993) se propôs a valorizar 35 prédios históricos localizados ao longo do trecho que liga o Cais do Sodré ao Largo do Rato, outrora sede das manufaturas reais de seda. Trata-se de prédios construídos na época da Lisboa "romântica", ou seja, na mudança do século XIX para o XX, abarcando, pois, uma época e um bairro que o romancista Eça de Queirós fixou de maneira magistral em seus romances. Os idealizadores do projeto, José Augusto França e Elísio Sumavielle dedicaram atenção especial aos aspectos históricos do projeto, datando as casas, identificando os seus proprietários originais, traçando o histórico de cada prédio ou palacete. Todo esse trecho da Sétima Colina praticamente não sofreu modificações arquitetônicas neste século, mantendo uma unidade estilística e urbanística rara. Os prédios em questão beneficiaram-se de algumas reformas estruturais, receberam nova pintura e foram integrados em um roteiro turístico-cultural que incluía espetáculos (nos teatros da época), visitas a museus, galerias, igrejas, fontes de águas, e até mesmo a restaurantes e pastelarias. O objetivo mais amplo, perfeitamente realizado, como explicitou em entrevista E. Sumavielle (realizada em 13/01/97), foi o de reativar e reanimar o Bairro Alto como um todo, já em franca decadência.

O projeto e sua realização sofreram inúmeras críticas, especialmente dos arquitetos do patrimônio histórico e dos urbanistas da Câmara Municipal de Lisboa. Criticaram-se as cores usadas para pintar as fachadas, a superficialidade das reformas, o tratamento turístico do bairro, entre outras críticas. Fato é que, na época, o projeto recebeu atenção especial da imprensa portuguesa e europeia (entre os artigos, uma matéria elogiosa no *Le Monde*), franco apoio dos lisboetas e aplauso dos turistas que, na ocasião, afluíram à cidade.

A cidade de Lisboa como sede da última Exposição mundial deste século e milênio, ou seja da EXPO-98, será o último tema a ser tratado neste breve ensaio sobre a urbanização de Portugal, tomando como exemplo Lisboa.

* * *

Este tópico substituirá uma "conclusão", pois é no modelo da Expo-98 que se podem ver realizadas ou não as grandezas e misérias da urbanização portuguesa, ou seja, o esforço monumental feito por Portugal para não abrir mão do seu passado e simultaneamente arriscar o salto para o futuro. As obras realizadas no espaço da EXPO-98 concretizam os princípios básicos da

construção civil e urbana, idealizados pela Associação dos Arquitetos Portugueses (AAP, 1996) e pela Câmara Municipal de Lisboa (CML, 1990, 1992, 1990-1995).

Uma excelente fonte de informação sobre os projetos e sua realização no espaço reservado para a EXPO-98 constitui o texto bilingüe editado por Luiz Trigueiro, Cláudio Sat e Cristina Oliveira (1996): *Lisboa EXPO-98 — Projetos/Lisbon World Expo 98*.

Nesta edição, uma equipe multi-disciplinar, constituída de planejadores urbanos, arquitetos, historiadores, sociólogos, geógrafos, ecologistas de vários países apresenta o projeto e a realização deste empreendimento gigantesco que abrange mais de 3.500.000 metros quadrados, anteriormente ocupados pelo porto e refinarias de petróleo, na margem direita do Tejo, ao norte do bairro Madre de Deus, na altura da estação de trem Oriente.

Esta área poluída, deteriorada e repleta de invasões e habitações clandestinas já tinha sido abandonada há tempos ao seu próprio destino pelas companhias petrolíferas que se fixaram ao sul de Setúbal, na outra margem do Tejo, deixando atrás de si uma área infestada de petróleo e seus derivados, inóspita e hostil à vida humana, animal e vegetal. Há muito, o terreno estava servindo de depósito de lixo, incluindo-se aí os restos de materiais bélicos (jipes, tanques, aviões de caça, etc.), tristes sobreviventes materiais da guerra colonial. Esta área abandonada na periferia da cidade era pouco conhecida pela maioria dos lisboetas, ignorada pelos turistas e pouco visitada por aqueles saudosistas que viam na “Lisboa de outras eras” a realização de seus sonhos românticos. Quando, em 1993, esta área foi liberada para projetar o espaço de exposição da última feira internacional do século XX, os portugueses enfrentaram um desafio quase tão gigantesco quanto a exploração dos oceanos há 500 anos atrás. Mas, como na época de D. Henrique o Navegador, ninguém deixou-se intimidar. Os portugueses lançaram mãos à obra e realizaram, em menos de cinco anos, um projeto que hoje é admirado por 150 mil visitantes diários: a EXPO-98.

Quem, como eu, visitou este gigantesco canteiro de obras no início de 1997 e voltou ano e meio depois para admirar os resultados, durante a abertura oficial da exposição mundial, não pode deixar de expressar sua admiração e respeito pelas obras realizadas. Parabéns Portugal! Parabéns Lisboa!

A EXPO-98 efetivamente materializa os princípios e as diretrizes da nova política urbana de Portugal em geral e de Lisboa em especial, a saber:

1) A *valorização das áreas ribeirinhas* com a recuperação da parte oriental da margem direita do Tejo, revertendo-se definitivamente a tendência contrária da “interiorização” e do “isolacionismo” praticada por Salazar.

Portugal e Lisboa voltam novamente o seu rosto para os mares e oceanos, reativando o seu cosmopolitismo de outras eras. A melhor prova disso é o *Oceanário* (ou Pavilhão dos Oceanos), um centro de pesquisas e um reservatório da fauna e flora dos grandes oceanos mundiais, de caráter permanente no local da Expo-98, construído dentro do Tejo. A afluência de centenas e milhares de pessoas a este oceanário é a confirmação para os idealizadores do projeto de que estavam certos neste ponto.

2) A *defesa do meio-ambiente* e o respeito aos princípios ecológicos foram concretizados no dispendioso saneamento da área infestada por petróleo, agora envolta em materiais impermeáveis e coberta por terra fértil (realização garantida por firmas especializadas, na maioria americanas). No antigo cemitério de armas foi inaugurada uma área verde com gramados, jardins, lagos e uma fauna e flora selecionada que reconstitui áreas verdes dos vários continentes descobertos ou circum-navegados pelos portugueses. (Vide Jardins Garcia de Orta, Jardins da Água, Parque Vitalis). Esta nova área verde de Lisboa continuará acessível aos lisboetas mesmo depois de encerrada a EXPO-98.

3) A *porosidade entre os bairros antigos e novos*, entre os diferentes bairros históricos (cais, Madre de Deus), periféricos (Olivais, Sacavém) e o espaço da Expo-98 foi assegurada pelas várias entradas e portões de acesso aos pavilhões, quatro ao todo: a Porta do Norte, a Porta do Mar (ao sul), a Porta do Sol (ao oeste) e a Porta do Tejo (acesso das barcas, ao leste). Com isso também se quis alcançar inter-conexão de estilos arquitetônicos, entre o colonial e o pós-moderno, entre o romântico e o racional, entre a construção espontânea e a planejada. Cabe lembrar que parte das habitações modernas construídas no contexto da Expo-98 e que hoje servem de hotéis e moradias aos expositores e seus empregados, será mais tarde transformada em habitações de qualidade e alto-luxo. (Projeto Expo-Urbe)

4) *Reversão da escala de valores* dos lisboetas. Com as medidas referidas acima, procura-se reverter a escala de valores das zonas residenciais dos lisboetas, acostumados a valorizar as áreas em direção a Belém, Cascais, Sintra, diametralmente opostas aos novos espaços residenciais criados pela Expo-98. Para assegurar isso, os arquitetos e urbanistas estão introduzindo padrões de luxo e alta tecnologia para tornar atrativas as novas moradias. Trata-se basicamente de uma infra-estrutura moderníssima (via de regra subterrânea) como: aquecimento central, televisão a cabo, conexões telefônicas abundantes, sistema de transporte sofisticado (metrô e trens modernos e rápidos) e proximidade do aeroporto, estação de tratamento do lixo (aspirado e reciclado automaticamente), clubes de veleiros, quadras de tênis e golfe, piscinas,

cicloviarias, vagas para estacionamento de automóveis e outras facilidades não existentes nos bairros residenciais tradicionais.

5) *Referências ao passado e projeções para o futuro.* O próprio tema da Expo-98 que focaliza os oceanos (“Os Oceanos — um Patrimônio para o Futuro”), já estabelece um elo entre o passado e o futuro português. Importante neste contexto é o próprio Oceanário ou Pavilhão dos Oceanos, de caráter permanente, do qual já se falou. Mas ainda existem o Pavilhão de Portugal (com uma enorme “vela” de concreto) que ao lembrar da era das navegações à vela, servirá para futuras exposições menores; o Pavilhão da Utopia ou do Futuro, uma construção gigantesca com o casco de uma caravela como cobertura, todo em madeira, reúne tecnologia do passado e remete às construções de um futuro. Neste Pavilhão há apresentações de peças, jogos de som e luz, entre outros espetáculos; o pavilhão servirá no futuro como ginásio de esportes e arena para competições de tênis e outras atividades esportivas e lúdicas, depois do encerramento da exposição (capacidade de 1.500 lugares). Cabe ainda lembrar que uma torre de refinaria foi preservada para lembrar a atividade exercida naquele local anteriormente, que contrasta com a torre de Vasco da Gama, o Pavilhão Multi-Mídia, na forma de uma nave espacial no momento do “*count down*”. Essas construções de caráter duradouro contrastam com os pavilhões da área Internacional norte e sul, ocupados pelos países presentes à exposição, pavilhões que contudo serão desmontados e reciclados, uma vez encerrada a Expo-98.

6) *Equilíbrio entre prédios de caráter público e privado.* Os idealizadores do Projeto global da área da Expo pensaram em respeitar uma relação de 50% da área dedicada a atividades públicas (lazer, museus, palcos) e 50% para fins residenciais. Isso vale tanto para o período de realização da EXPO-98 propriamente dita (de maio a setembro de 1998) quanto para o período posterior, em que parques e áreas de lazer disputam em pé de igualdade os espaços residenciais.

Independentemente das avaliações feitas sobre a EXPO-98, as realizações urbanísticas e arquitetônicas, de caráter duradouro, feitas no espaço reservado à Exposição Mundial, constituem um marco para uma nova era em Portugal e em Lisboa.

Assim como os indicadores econômicos atendem perfeitamente aos padrões fixados pela Comunidade Européia em Maastricht, a Expo-98 demonstrou que Portugal também é capaz de atender aos critérios ecológicos, urbanísticos e arquitetônicos auto-estabelecidos, de nível mundial, mais especificamente de Primeiro Mundo.

ABSTRACT

The article discusses, from a historical perspective, the transformations which have occurred in the city of Lisbon in the last three decades. The author focuses on the analysis of urban policies in that period of modernization of the capital, within the context of redemocratization and of the integration of Portugal in the European Union. Each decade contributed to the preservation of the historical physiognomy of the city and to the renewal of the street network and communication infra-structure, the high point of which was the new Vasco da Gama Bridge. The urban tissue at the center and the periphery was embellished and modernized. This work became a paradigm for urban renovation in Portugal as a whole.

RÉSUMÉ

L'article développe une vision socio-historique des changements de la ville de Lisbonne et se détient sur les politiques urbaines qui ont eu lieu dans les trois dernières décades, moment de modernisation de la capitale, toujours en rapport à la démocratisation et à l'intégration de Portugal à l'Union Européenne. Chaque décennie a contribué à préserver la physiognomie historique de la ville et à renouveler le réseau des rues et l'infrastructure des communications (comme par exemple le nouveau pont Vasco da Gama). Les embellissements urbains successifs dans le centre et la périphérie on fait de Lisbonne un modèle pour les projets de rénovation urbaine de l'ensemble du Portugal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

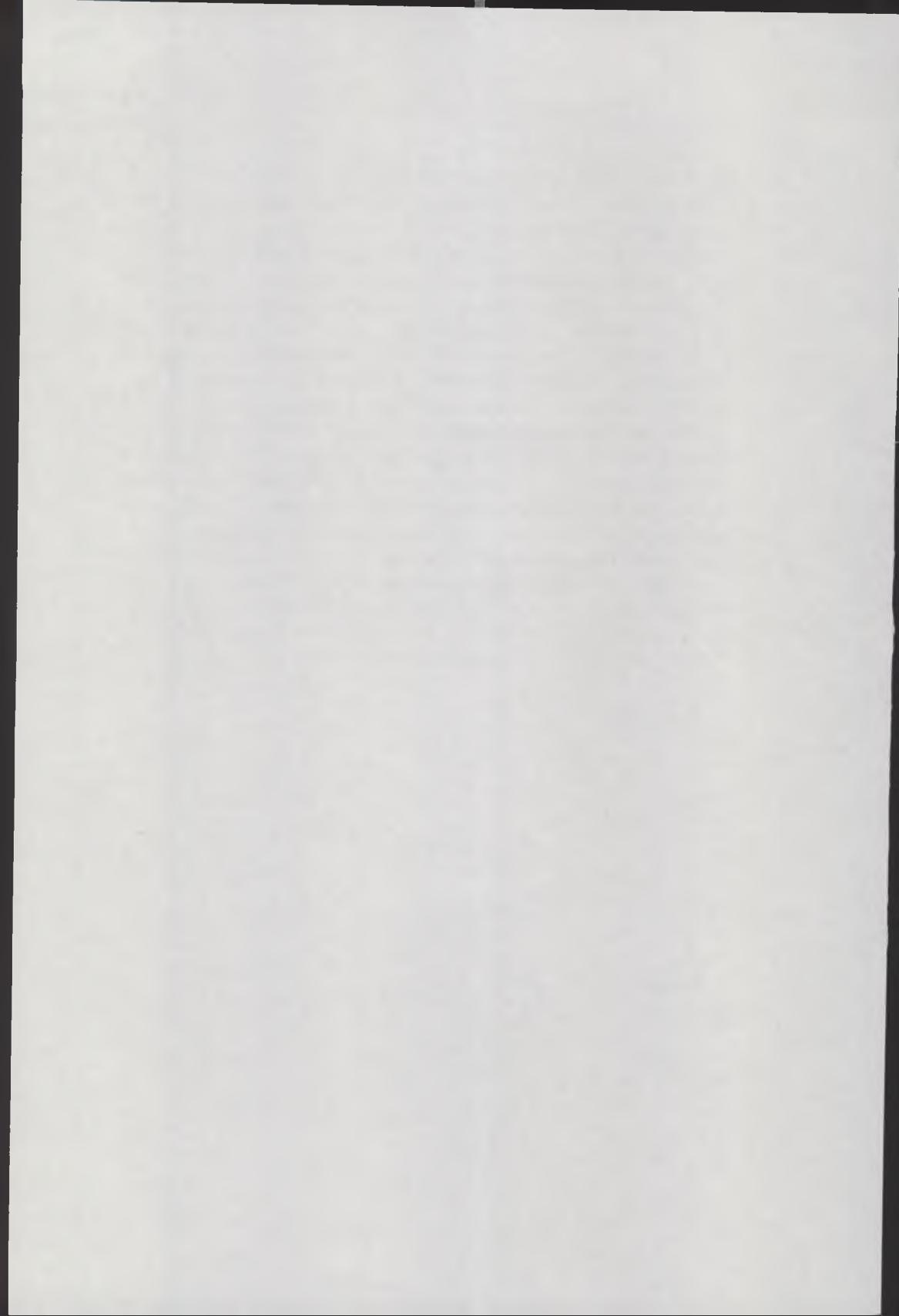
- Abecassis, Nuno Krus (ed.) (1994, 1995) *Relatório e Contas 1994 & 1995*. Lisboa: Fundação Cidade de Lisboa. [Entrevista de 9.1.1997]
- Ambelils (Agência para a modernização econômica de Lisboa) (ed.) (1995) *Os números de Lisboa*. Lisboa: edição própria.
- Ambelis (ed.) (1996) *Lisboa Nova*. Nº 1/2/3/4, Ano 1. [Reportagens, entrevistas, documentação sobre Lisboa].
- AAP (Associação dos Arquitetos Portugueses) (ed.) (1996) *Livro branco da arquitetura e do ambiente urbano em Portugal*. Lisboa: editroa própria [Entrevista com seu presidente, o arquiteto Jorge Farelo Pinto, de 8.1.97]
- Calado, Maria (ed.) (1993) *Atlas de Lisboa. A cidade no espaço e no tempo*. Lisboa: Contexto Editora Ltda.

- CML (Câmara Municipal de Lisboa) (ed.) (1990) *Plano Estratégico. Plano Director Municipal. Objectivos, Bases. Metodologia e Calendários*. Lisboa: editora da CML.
- CML (ed.) (1992) *Plano Estratégico de Lisboa*. Introdução de Jorge Sampaio [na época, Presidente da CML, desde 1996 Presidente do país]. Lisboa: Sociedade Topográfica S/A.
- CML (ed.) (1992-1995) *Estudo das Atividades Terciárias de Lisboa*. Vol. 1,2 - *Análise e Perspectivas demográficas para o Concelho de Lisboa (fase 1/2) - Caracterização e distribuição do emprego*.
- *Estudo das actividades terciárias de Lisboa*. Vol.1/2
 - *Relatório sectorial de transportes*. Vol.1/2
 - *Estudo das condições sócio-urbanísticas de Lisboa. Relatório final*
 - *Plano Diretor Municipal. Regulamento*. Lisboa: Editora da CML
- [Entrevista com o diretor do Departamento de Gestão Urbanística, Sergio de Melo, em 10.1.97].
- CML (ed.) (1990-1995) *A estratégia e a prática do planeamento urbanístico em Lisboa*.
- Lisboa: Grafeuropa [Entrevista coletiva com a equipe de especialistas do Departamento do Planeamento Estratégico de Lisboa, Coordenada pelo arquiteto Marinho; 7.1.1997]
- [Visita *in loco* de alguns dos projetos da CML com os arquitetos Pedro Gomes e Pedro Moreira, em 12.1.97]
- Costa, Antonio Fermino & Ribeiro, Manoel João. "Construção social de um objeto de reabilitação. Notas sobre o caso de Alfama". *Lisboa – Revista Municipal*, nº 10-11, pp. 85-96.
- Costa Lobo, Manuel Leal da (1989) "Plano de salvaguarda e valorização da Ajuda-Belém". *Lisboa – Revista Municipal*, nº 10-11, pp. 77-84.
- Costa Lobo, Manuel Leal da (1994, 1996) *Relatório de 1994./Relatório de 1996* Lisboa: Provedoria do Ambiente e da Qualidade de Vida urbana.
- Costa Lobo, Manuel Leal da (1995) "Entrevista: O Senhor Provedor do Ambiente". *Lisboa Futuro*, nº 1, Ano 1, pp. 6-13 [Entrevista pessoal, de 10.1.97].
- Custódio, Jorge (1994) "Reflexos da industrialização na fisionomia e vida da cidade" in Moita, Irisalva (org.), *O Livro de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte, pp. 435-492.
- Daus, Ronald (1990) *Gross-Stadte Ausser Europas: Das Europäische Fundament*. Berlim: Babycon Metropolis, Studies, Ursula Opitz Verlag, Vol. I.
- Daus, Ronald (1995) *Gross-Stadte Ausser Europas: Die Konstruktion des Nationalen*. Berlim: Babylon Metropolis Studies, Ursula Opitz Verlag, Vol. II.
- Daus, Ronald (1997) *Gross-Stadte Ausser Europas: Lebenslust und Menschenleid*. Berlim: Babylon Metropolis Studies, Ursula Opitz Verlag, Vol. III.
- Fernandes, José Manuel (1994) "Lisboa no século XX. O tempo moderno" in Moita, Irisalva (ed.), *O Livro de Lisboa*. Lisboa: Livro Horizonte, pp. 493-518.

- Ferreira, Vitor Matias (1982) "Os movimentos urbanos e o S. A. A. L.: A ambigüidade e os equívocos". *A Idéia. Revista de Cultura e Pensamento Anarquista*, nº 24/25, pp. 17-34.
- Ferreira, Vitor Matias (1987) *A cidade de Lisboa. De capital do Império a Centro de Metrópole*. Lisboa: Publicações D.Quixote (Tese de doutoramento).
- Ferreira, Vitor Matias (1995) "Urban change and metropolitan competitiveness of Lisbon". *Atas da European Science Foundation*. Acqua Freda de Maratec. Setembro de 1995. [Entrevista pessoal de 9.1.97]
- França, José Augusto (1965) *Une Ville des Lumières. La Lisbonne de Portugal*. Paris: S.E.V.E.P.E.N. [Entrevista telefônica de 11.1.1997]
- França, José Augusto. (1980) *Lisboa: Urbanismo e Arquitetura*. Lisboa: Biblioteca Breve Instituto de Cultura e Língua Portuguesa
- França, José Augusto (1989) *A reconstrução de Lisboa e a arquitetura pombalina*. Lisboa: Biblioteca Breve. Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- França, José Augusto (1994). *A Sétima Colina – Roteiro histórico artístico. The Seventh Hill – Historical and Artistical Guide*. Lisboa: Livros Horizonte Lisboa 94, Capital Européia da Cultura.
- Freitag, Barbara (1992) *Itinerários de Antígona. A questão da moralidade*. Campinas: Papius.
- Gaspar, Jorge (1985) *A dinâmica funcional do centro de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Gaspar, Jorge (1994) "O desenvolvimento do sítio de Lisboa" in Moita, Irisalva. *O Livro de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte, pp. 11-24
- Gaspar, Jorge (1996) "Da Lisboa Oriental" in Trigueiros, Luiz; Sat, Cláudio & Oliveira, Cristina (ed.), *Lisbon World EXPO-98. Projects*. Lisboa: Editora Blau. Ltda, pp. 13-18.
- Häussermann, Hartmut & Siebel, Walter (1987) *Neue Urbanität*. Frankfurt/M.: Suhrkamp.
- Henriques da Silva, Raquel (1994) "Desenvolvimento urbanístico. Os novos bairros" in Moita, Irisalva (orgs.), *O Livro de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte, pp. 405-434.
- Moita, Irisalva (ed.) (1994) *O Livro de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte. Expo-98/ Lisboa 94.
- Mumford, Lewis (1991) *The City in History. Its Origins, its Transformations, and its Prospects*. London, Penguin Books. (1º ed. 1961)
- Nunes, Antonia (1995) "A arte e o Metro de mãos dadas". *Lisboa Futuro*, nº 1, Ano 1, pp. 14-20.
- Oliveira, Cesar (1993) "A construção do poder local democrático" in Oliveira, Cesar (ed.), *História dos Municípios e do Poder Local (dos finais da Idade Média à União Européia)*. Lisboa: Circulo dos Leitores, pp. 360-378.

- Reis, Antonio (ed.) (1996) *Portugal: 20 anos de democracia*. Lisboa: Temas e Debates.
- Reis, Antonio (1996) "A Revolução de 25 de Abril" (S. 12-18) e "O processo de democratização" in Reis, Antonio. *Portugal: 20 anos de democracia*. Lisboa: Temas & Debate pp. 12-73.
- Roncayolo, Marcel & Paquot, Thierry (eds.) (1992) *Villes & Civilisation urbaine – XVIII-XX*. Paris: Larousse.
- Salgueiro, Teresa Barata (1985) "A habitação na Area Metropolitana de Lisboa". *Lisboa – Revista Municipal*, nº 3, pp. 54-66.
- Salgueiro, Teresa Barata (1990) "Lisbonne: Centre en transformation". *Sociedade e Território – Revista de Estudos urbanos e Regionais*. Edição especial. Ano 5, pp. 103-107.
- Santos Pinheiro, Nuno (Ed.) (1993) *Critérios de classificação de bens imóveis*. Secretaria do Estado da Cultura. Instituto Português do Patrimônio Arquitetônico e Arqueológico. Lisboa: Antonio Coelho Dias S. A. [Entrevista pessoal de 12/1/97]
- Saraiva, José Hermano (1993) *História de Portugal*. Lisboa: Publicações Europa-América
- Sennett, Richard (1994) *Flesh and Stone. The Body and the City in Western Civilisation*. New York: W. W. Norton & Company.
- Souza Oliveira, Alberto de (1979/80) *Da avaliação urbana à prática urbanística* (Mimeo)
- Lisboa [Entrevista do dia 8.1.1997, membro da AAP & colaborador da AMbelis]
- Summavielle, Elizeo (1994) "Introdução ao estudo de França" in José Augusto. *A Sétima Colina*. Lissabon: Livros Horizonte, pp. 6-7.
- Tabucci, Antonio (1994) *Lissabonner Requiem. Eine Haluzination*. München/Wien: Hansa Verlag.
- Taveira, Tomás (1996) "Entrevista: Lisboa não pode cristalizar". *Lisboa Futuro*. nº 4, pp. 8-13.
- Trigueiros, Luiz; Sat, Cláudio & Oliveira, Cristina (eds.) (1997) *Lisbon EXPO: Projects*.
- Lisboa: Editorial Blau, Ltda. [Entrevista com o diretor do Projeto, o arquiteto Carlos Barbosa, e visita do canteiro de obras com o arquiteto Gonçalo Camara, ambos no dia 10.1.1997].
- UNIDO (ed.) (1996) "Desenvolvimento industrial e urbano: A urbanização, as cidades e o desenvolvimento econômico". Documento base para a Conferência Internacional – Habitat II – de Istambul (14.6.1996). Reimpresso em: *Lisboa Futuro*. nº 3 e nº 4, Ano.1, pp. 34-43.
- Vieira, Siza (1996) "Entrevista: Chiado-uma obra de alta costura". *Lisboa Futuro*. nº 2. 2. Jg, pp. 6-10.
- Zimmermann, Clemens (1996) *Die Zeit der Metropolen. Urbanisierung und Grosstadtentwicklung*. Frankfurt/M.: Fischer Taschenbuchverlag.

** Nota: Gostaria de agradecer à Embaixada do Brasil em Lisboa, e particularmente ao então Embaixador Jorge Bornhausen e dois de seus colaboradores imediatos, ao diplomata João André Lima e à funcionária Cláudia Lima, por todo apoio dado para a realização deste trabalho. Este apoio incluiu o envio de materiais impressos sobre Lisboa, intermediação de contatos com pessoas-chave em Lisboa, facilitando a realização *in loco* de entrevistas, visitas às autoridades da CML e os organizadores da EXPO-98. Meus agradecimentos pessoais e sinceros também se dirigem aos políticos, urbanistas, arquitetos, sociólogos, historiadores de arte, diretores de museus e galerias que tiveram a gentileza de me receber e orientar meu trabalho, respondendo as perguntas e esclarecendo dúvidas, fornecendo-me materiais para enriquecer as leituras ou fizeram sugestões de livros que viriam subsidiar os meus trabalhos. Assinalei com * na bibliografia todos aqueles que entrevistei pessoalmente e cujos trabalhos citei no decorrer do meu texto. Aos colegas e especialistas que me concederam entrevistas e seu tempo sem que apareçam na bibliografia, mas cujas sugestões e esclarecimentos foram indispensáveis para a realização do presente trabalho — Maria da Luz Valente Pereira, Margarida Callado, Maria Assunção Júdice Moreira, Martins Barata, Maria João Freitas, Dulce Reis — deixo aqui registrado o meu “muito obrigada”.



Gonzaga de Sá, um *flâneur* com “pés-de-chumbo”: cidade e modernidade em Lima Barreto

Maria Cristina Machado*

Saturei-me daquela melancolia tangível, que é o sentimento primordial da minha cidade. Vivo nela e ela vive em mim! (Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá, p. 45)

Resumo. O artigo explora as visões da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX, presentes no romance de Lima Barreto e discute como a dinâmica da implantação da modernidade em contextos periféricos se processa tardiamente e de forma subalterna em relação às metrópoles, centros do capitalismo internacional.

Palavras-chave. Cidade, costumes, literatura, crítica social, contexto histórico, modernidade.

O presente trabalho se construiu a partir da exploração das imagens da cidade no romance *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá*, de Lima Barreto. Na literatura de Lima Barreto, as visões da cidade refletem o universo do autor e permitem, ao sociólogo, uma aproximação privilegiada com o contexto histórico — social em que se construiu. Através dos jornais, Lima Barreto foi, por excelência, um cronista do Rio de Janeiro. Nada escapou à sua observação. Dedicou-se a retratar, conforme sua expressão, a “sua cidade”, em todos os níveis — humano, social, físico e cultural. Representa a “vida” do Rio de Janeiro em todas as suas dimensões, revelando uma profunda paixão pela cidade. A “sua cidade” é o elemento central da literatura que produz, o fio condutor das reflexões que a transcendem. Desse modo, os romances de Lima Barreto remetem-nos ao *locus* da modernidade que é a cidade. Sua literatura constrói-se e desenvolve-se, por excelência, no ambiente urbano. Em *Vida e*

* Maria Cristina Teixeira Machado é professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás, doutora pelo Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília.

Morte de M. J. Gonzaga de Sá, porém, a cidade é promovida a personagem, a elemento estruturante da trama literária: o romance nutre-se do espaço e da história da cidade.¹ Lima Barreto não tinha a intenção, como os antecessores de Benjamin, tais como Poe, Baudelaire e outros, de compor um *tableau* social da metrópole moderna.

Entretanto, ao cumprir o que considerava ser o objetivo da literatura e procurar realizar sua proposta a partir da própria sociedade em que vivia — a sua cidade — acaba por nos brindar com uma representação da metrópole moderna no Brasil das primeiras décadas deste século. Marcado pela atividade jornalística e pelo excessivo zelo no cumprimento de seus ideais literários, o que produziu uma linguagem direta e clara, sem construções imagéticas mais elaboradas, não desenvolve uma forma literária sofisticada como Baudelaire. Porém, podemos aproximá-los, resgatando um retrato da modernidade brasileira a partir da cidade do Rio de Janeiro. Porém, antes de explorarmos aquelas imagens, introduzo alguns elementos indispensáveis para a percepção do romance em foco, no conjunto da produção literária do autor.

Quando olhamos para a vida de Afonso Henriques de Lima Barreto, alguns elementos devem ser destacados, porque indissociáveis de sua produção literária. Neste literato genial, vida e obra compõem uma unidade singular e comovente. Ficção e realidade caminham juntas a retratar os dramas pessoais e a vida da época — história de vida e história compõem um drama de vários atos.

Em primeiro lugar, merece destaque a origem do romancista. Nascido numa sexta feira 13 de maio de 1881, Afonso Henriques era mulato descendente de avós escravos. Seu pai, João Henriques era mulato quase preto, filho de antiga escrava com pai português que nunca reconheceu a paternidade. Sua mãe era filha de uma escrava da segunda geração de escravos da família Pereira de Carvalho. Consta que talvez tenha tido por pai um dos membros daquela família patriarcal.

“É triste não ser branco”, segredava numa das páginas do seu *Diário Íntimo*. Atribuía as dificuldades de sua vida — na imprensa, na escola Politécnica, nos meios literários, na repartição pública — ao fato de ser mulato. Seu personagem Isaías Caminha simboliza bem as humilhações e dificuldades que enfrentou na adolescência; Caminha se sentia um condenado por culpa da

¹ “*Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá*, é o mais belo poema que já se escreveu sobre o Rio de Janeiro, na descrição da sua vida urbana e suburbana, na defesa da fisionomia original da cidade ameaçada, desde então, pela incompetência de seus prefeitos vencidos ora pela ganância dos especuladores, ora pela própria estupidez” (Francisco de Assis Barbosa na Introdução a *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*).

côr, segundo suas palavras, proibido de viver, fechado a caminho da vida "por mãos mais fortes que as dos homens". Lima era freqüentemente dominado pelo sentimento de injustiça, pelo recalque contra o meio hostil que o abafava. Achava-se perseguido porque não nascera no luxo, porque vivia pobremente e era mulato. Externa estes sentimentos em várias de suas criações literárias, não apenas em *Isaías*. O sentimento de rejeição pela sociedade é uma constante invariável em sua obra. Preto e pobre, tinha que ser preterido no trabalho, reprovado na Politécnica, discriminado pelos literatos, perseguido na imprensa, enfim, discriminado pela vida. Lima sentia-se assim constantemente humilhado pela sua cor e este sentimento está amalgamado à sua produção literária, manifestando-se em todas as circunstâncias, mesmo se nas entrelinhas.

Em segundo lugar, devo destacar o contexto histórico em que viveu Lima Barreto: nascido no momento de transição do Império para a República, em um Rio de Janeiro provinciano, de pouco mais de 300 mil habitantes, as transformações a que assistiu foram profundamente vivenciadas e criticadas pela sua pena. Lima foi um crítico incansável da ordem instalada e, ao lado das questões políticas e econômicas que o escandalizavam, estava talvez um ressentimento pelas modificações trazidas pela ordem republicana à vida de sua família. Lima Barreto foi, até o fim da vida, um nostálgico da monarquia.

Os acontecimentos políticos do último ano da monarquia, vieram alterar por completo a vida da família Lima Barreto. Com a organização da resistência liberal, João Henriques, tipógrafo da Imprensa Nacional, passara a trabalhar à noite na Tribuna Liberal sob a orientação do compadre Afonso Celso (padrinho de Lima), visconde de Ouro Preto. A atitude corajosa de comparecer ao embarque do visconde, deportado pelo novos donos do poder, custou o emprego ao tipógrafo. Não suportando a pressão contra os monarquistas, pede demissão e é exonerado em fins de 1890. João Henriques perdeu, ao mesmo tempo, o lugar na Imprensa Nacional e o emprego na Tribuna Liberal, valendo-se da proteção dos Pereira de Carvalho que lhes deram acolhida, a ele e aos filhos. Em março de 1890, João Henriques conseguiu ser nomeado escriturário das colônias de alienados da Ilha do Governador, para onde se transfere em 1891, sendo posteriormente nomeado almoxarife daquela colônia. Os tempos que a família viveu ali foram os mais felizes da vida de Lima Barreto, mas ficou registrado o ressentimento contra a República.

Ao lado destes elementos familiares que marcaram a perspectiva de Lima, ele execrou a República, foi um crítico incansável de todos os seus aspectos, condenando as transformações que trazia em seu bojo, transformações que estavam a caracterizar o processo da modernização brasileira. Lima é um combativo inimigo do Brasil Moderno, porque identificava-o às mazelas da

república nascente: a corrupção dos políticos, da imprensa, o arrivismo dos doutores, a transformação dos costumes pela introdução de hábitos e fatos novos — o futebol, as mulheres estrangeiras na rua do Ouvidor, o pagamento em prestações, o uso do automóvel —, a transformação da cidade com a abertura de avenidas e construção de edifícios em licitações públicas que atenderam principalmente os interesses dos políticos, a subserviência aos interesses estrangeiros — tão bem simbolizada em sua ojeriza aos ingleses —, o empreguismo no setor público, a submissão da lei aos interesses pessoais, o feminismo nascente, etc. O moderno é identificado ao novo corrompido, ao novo sem dignidade, à deterioração moral e intelectual do país. Ao analisarmos o teor das suas críticas à República, constatamos que têm um conteúdo fortemente moral: é o comportamento corrompido, transgressor, superficial e arrivista o alvo principal do combate do autor.

Em terceiro lugar, devo destacar o peso das tragédias familiares e de suas conseqüências na vida do escritor: a morte da mãe em dezembro de 1887 aos seus 6 anos de idade, a loucura do pai em 1902 e, finalmente, o alcoolismo que lhe abrevia a vida. Segundo Barbosa, “a mais forte impressão de Lima Barreto, nos primeiros anos da vida foi, sem dúvida, a morte da mãe. Tal como o Horácio, do conto *O filho da Gabriela*, “fechou-se em si e nunca mais teve crises de alegria”. Tal como ele, sentia-se abandonado e sem defesa. Reagirá sempre com violência ante as injustiças do mundo e as incompreensões das pessoas que o cercam.

A loucura do pai, manifestada em delírios idênticos ao de Policarpo Quaresma, vem interromper os estudos de Lima Barreto na Escola Politécnica, cortando sua possibilidade de ascensão social, uma vez que, como filho mais velho, assumiu a chefia da casa, arcando com a responsabilidade de cuidar do pai demente, de alimentar e vestir mais oito pessoas: seus tres irmãos, a empregada Presciliana com seus filhos e o preto velho Manuel de Oliveira, agregado da família. Premido pelas responsabilidades frente à família, reagindo contra a própria natureza, dispôs-se Lima Barreto a fazer um concurso de amanuense para a Secretaria da Guerra. Após alguns percalços, foi nomeado a 27 de outubro de 1903. A loucura de João Henriques, que sonhava ver o filho realizar seus sonhos de adolescência, fazendo-se “doutor”, interrompe a carreira do filho e o transforma num inconformado burocrata. A mediocridade da vida de funcionário público e a tristeza da casa paterna marcada pela loucura do pai, compuseram uma triste realidade que estava constantemente a atormentar Lima.

Esta tragédia marca toda vida do romancista, conduzindo-o ao álcool. Além da frustração profissional e social que significou, Lima era profundamente ligado ao pai, homem sensível e inteligente que o havia iniciado nas letras,

estimulando-o no interesse pela leitura, pelos problemas e pelas manifestações intelectuais de seu tempo.

Muitas causas, dirá em confissão em seus diários, influíram para que eu viesse a beber; mas, de tôdas elas, foi um sentimento ou pressentimento, um medo, sem razão nem explicação, de uma catástrofe doméstica sempre presente.

Ao se deixar levar pela vida de boêmia, degradando-se pelo vício, Lima agarra-se à literatura como a um resto de um naufrágio. No álcool, procurava anular-se por completo, ser esquecido, desaparecer. Na literatura, ao inverso, tentava afirmar-se, ser alguém. Morre em 1922, aos 41 anos, quando pretendia terminar *O Cemitério dos Vivos*, continuação de seus *Diários do Hospício*. Assis Barbosa revela que, em um momento de lucidez, João Henriques perguntara à filha Evangelina se o filho havia morrido. Morreu quarenta e oito horas depois. A tragédia que os unira em vida termina com a morte de ambos.

Finalmente, destaco a já referida atividade jornalística de Lima Barreto: a militância na imprensa marcou, na sua obra, o estilo, a forma e a amplitude do universo temático. Dos 17 volumes publicados pela Brasiliense, apenas cinco são romances: *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, *Confissões do Escrivão Isaías Caminha*, *Clara dos Anjos*, *Numa e a Ninfa* e *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá*. Dos demais, dois referem-se a correspondências, um compõe o *Diário Íntimo* e os demais — *Contos Urbanos*, *Cemitério dos Vivos*, *Feiras e Mafuás*, *Os Bruzundangas*, *Coisas do Reino de Jambon*, *Marginália*, *Bagatelas*, *Impressões de Leitura*, *Histórias e Sonhos* — são coletâneas de crônicas, artigos e contos publicados nos jornais. Além disso, ao fim de alguns romances, como *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá* e *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, há coletâneas de escritos esparsos.

Observo, da leitura deste material, que o universo temático construído através do trabalho jornalístico está presente nos romances, só que organizados no contexto da trama romanesca: o xenofobismo, o feminismo, a aversão ao novo, o burocratismo, a corrupção dos políticos, o estigma da cor, os tipos humanos da cidade, as transformações urbanas, os pobres, o subúrbio são temas que estão tanto nos artigos, contos e crônicas, quanto nos romances. Observo ainda, na leitura do autor, que sua pena combativa e militante está sempre a utilizar-se da ficção como meio de expressar os problemas que afligem o romancista. Mesmo nos artigos e contos, que têm um caráter jornalístico de participação no dia a dia da cidade/país, o recurso à ficção é uma constante. São muito freqüentes denúncias e críticas de problemas cotidianos através da ficção.²

² Vide *Contos Urbanos*.

Destacados esses elementos, passo à análise proposta. Inserido num momento e em um espaço na periferia onde se consolida a formação da sociedade capitalista, Lima Barreto promove, como diria Habermas (1990), a autocertificação de uma modernidade periférica e tardia, sob o prisma da literatura. Surge aqui, tal como nos porta-vozes originais da modernidade³ o desenvolvimento de uma nova linguagem: uma linguagem que atenda mais de perto à alma e ao corpo da modernidade brasileira. Lima Barreto, como Baudelaire, estava preocupado em desenvolver uma linguagem mais adequada à realidade de seu tempo. Mas, ao contrário do poeta francês, não desejava uma linguagem adaptada aos impulsos líricos da alma, ou às modulações do sonho, ou aos saltos e sobressaltos da consciência. Fiel a seu propósito, que via na literatura um instrumento de comunhão e união entre os homens, desejava uma linguagem que denunciasses os entraves sociais ao conagraçamento humano. Atento ao aspecto material da modernidade, desenvolve um realismo que o aproxima mais do conceito de modernização dominante em Marx, do que do modernismo que caracterizaria Baudelaire. A modernidade transfigura a linguagem, na medida em que as transformações desencadeadas pelo processo modernizador, exigem formas inovadoras de expressão. Na literatura brasileira do início do século, Lima Barreto foi a voz que atendeu a este impulso renovador.

Em *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá*, aqueles temas que absorvem a preocupação diária do literato nos jornais nos são revelados pelas reflexões de Gonzaga e de seu biógrafo Augusto Machado, personagens que se alternam como *alter-ego* do autor. Podemos, tal como Benjamin fez em relação a Baudelaire, assimilar a perspectiva de Lima Barreto através de seus personagens à do *flâneur*. Tal como o *flâneur*, Gonzaga se nutre da história e do espaço da cidade. Ele é senhor da cidade em sua dimensão espacial e temporal. Tal como o *flâneur* em Paris no século passado, que resume sua experiência no espaço e no tempo, Gonzaga resume a experiência do Rio de Janeiro: o tempo do agora é revelado através dos temas do cotidiano e na crítica à República em todas as suas manifestações. O passado é revelado nas evocações nostálgicas da personagem. E todas estas construções históricas, presentes ou passadas, são despertadas pela estrutura física da cidade: suas belezas naturais, suas ruas, praças, edifícios, logradouros e bairros.

No exercício constante da *flânerie*, desenvolvem-se as reflexões de Gonzaga de Sá e de seu biógrafo Augusto Machado. Neste deambular, a vida da cidade é revelada pela sua fisionomia exterior. De modo que a cidade aparece,

³ Conforme Machado (1997), "Os Porta-Vozes da Modernidade".

é vista, em sua moldura natural física ao mesmo tempo em que se revela em sua vida interior. Daí podermos caracterizar os personagens como fisionomistas⁴ da cidade: constróem o seu exterior e interior pela fisionomia, ultrapassando o aparente e penetrando no sentido histórico, essencial. É um movimento contínuo entre a vida da cidade e sua configuração espacial. Assim sendo, a cidade em seus aspectos físicos, urbanísticos, serve de fio condutor para a cidade vida, cidade história, cidade sociedade, cidade cultura. Cada canto, recanto, evoca a vida que ali se encontra. Acompanhemos Gonzaga de Sá.⁵

O romance abre-se com uma "Explicação Necessária", marcada pela ironia. A ironia e a caricatura são recursos a que o autor recorre constantemente, manuseando-os magistralmente.

A idéia de escrever esta monografia nasceu-me da leitura diurna e noturna das biografias do doutor Pelino Guedes. São biografias de ministros, tôdas elas, e eu entendi fazer as dos escribas ministeriais (...) Obedeci, aliás muito inconscientemente em comêço, à lei da divisão do trabalho; e como isso, sem falsa modéstia o digo, fiz uma importante descoberta que o mundo me vai agradecer.

Os sábios, pelas notícias que deles tenho, não tinham dado ainda pela falta de verificação desta lei, nos domínios da biografia. Entretanto era fácil de ver que, exigindo a ordem obscura do mundo humano um doutor que cure, outro que advogue, forçoso era também que houvesse um biógrafo para os ministros e outro para os amanuenses" (G. S.: 29).

Pelino Guedes não é ficção.⁶

A motivação que justifica a biografia conduz à localização social do personagem principal, o ponto de vista sob o qual se construirá a perspectiva da modernidade do nosso *flâneur*: o *status* de pequeno funcionário público. *Alter-ego* do autor, Gonzaga de Sá é a alegoria da consciência pequeno-burguesa, especificamente de uma consciência pequeno-burguesa marginal, excluída da modernidade que se insinua. Abolida a escravatura no fim do século XIX, o escritor negro ou mulato, que durante a luta abolicionista nos decênios de 70 e 80, estivera motivado pelos projetos de liberdade, viu-se sem

⁴ Sobre o conceito de fisionomia, consultar Bolle (1994), parte III.

⁵ Todos os temas que serão levantados através da *flânerie* de Gonzaga de Sá foram trabalhados com maior profundidade em Machado (1997), trabalho de minha autoria.

⁶ À página 176 do *Diário Íntimo* sabemos que Pelino Guedes é chefe de repartição no Ministério da Justiça. Em *Contos Urbanos*, Lima Barreto critica com veemência biografia recém-lançada por este escritor, no artigo "Cada Raça tem um Calino".

maiores perspectivas de futuro. A arena passara da senzala ao mercado de trabalho. A saga de Isaías é, segundo Bosi (1992), a metáfora do intelectual ao mesmo tempo livre e confinado. Onde quer que vá, Isaías sente-se como que exilado sob a cor da pele. A mesma sensação de estranheza é transmitida por Cruz e Souza no poema *Emparedado* escrito poucos anos antes das *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*. Cruz e Souza e Lima Barreto compartilham uma inteligência aguda e perspicaz afrontando os dogmas do imperialismo racial. A condição de escritores pobres e marginais produziu uma rara lucidez contra-ideológica que contribuiu, de modo contundente, para a formação de uma cultura de resistência em nada semelhante à visão oficial da república nascente, marcada pela amenidade. Em Lima Barreto, este ideário contra-ideológico teve ainda, como estímulo, o contato com grupos anarquistas e socialistas.

A abolição da escravatura torna-se o início de um processo que, para o homem negro, avança em duas direções: para fora, na medida em que é expulso de um Brasil moderno, cosmético, europeizado e, para dentro, na medida em que é tangido para os porões do capitalismo nacional, sórdido, brutesco. O assalariado, migrante ou não, substitui o braço escravo junto ao senhor da terra. A partir daí, o ex-cativo passaria a viver o exílio como um estigma na cor da sua pele — “emparedado”, como expressou-se Cruz e Souza. É esta perspectiva de vida que se abre para Afonso Henriques de Lima Barreto. É o contexto que molda a consciência expressa em Gonzaga de Sá.

É interessante observar ainda que a ironia e o traço caricatural da *Explicação Necessária* de Augusto Machado, também *alter-ego* do autor que, segundo suas próprias palavras, não possui as qualidades requeridas às atividades intelectuais que se propunha a executar, assinala, logo de entrada um tema sempre presente no autor: a crítica aos intelectuais da época. A consciência do ser excluído, inconformada, remete para o outro extremo da pirâmide social: registra o privilegiado, o “doutor”. Biógrafo e biografado inserem-se numa esfera social onde competência e prestígio são conferidos ao “doutor”. Daí a originalidade do propósito: o registro da vida de um amanuense por um biógrafo — ambos não doutores, ao contrário de Pelino e seus biografados — o que não se encaixa no figurino intelectual da época.

Se, como diz Sevcenko (1983), o critério mais abrangente para encaminhar a análise do acervo temático de Lima Barreto é o poder, não há figura alegórica que melhor aglutine os mecanismos que regulam o exercício do poder no Brasil do que a do “doutor”. Da Matta (1990) já percebera a importância de Lima Barreto, na representação de um país que privilegia as pessoas — os doutores — e desconhece o indivíduo — objetivação dos modernos princípios de universalismo e individualismo. O “doutor” nega a

modernidade em seus princípios fundamentais. Revela, numa ordem social que se transforma, como no período em questão, a manutenção de privilégios estamentais, incompatíveis com uma sociedade democrática moderna. É o resqúcio de uma sociedade tradicional patriarcal e patrimonialista. A consciência marginalizada não aceita esta sociedade elitista, hierarquizante e segregadora e requer a aplicação dos princípios de universalidade, individualismo e, por extensão, de autonomia.

O "doutor" destaca-se pelo falso saber, pelo cultivo da aparência, pela superficialidade, pelo oportunismo e, finalmente, pelo exercício ilegítimo do poder. Marginalizado e discriminado, Lima Barreto não perdoa o "doutor". As constantes críticas à Academia Brasileira de Letras, *locus* por excelência do "doutor", catalisam o ponto de vista do autor. A ironia que acompanha a "explicação necessária", revela um ressentimento dos que se vêem excluídos da esfera de poder e privilégios.

É interessante observar que, na República de Lima Barreto, o "doutor" objetiva-se não só na versão intelectual, cujo arquétipo seria Coelho Neto, como também na versão política. Às vezes, como no caso do Barão do Rio Branco, as duas versões são objetivadas numa mesma figura. O barão do Rio Branco encarna a figura do "doutor" nas crônicas de Lima Barreto. Tem tudo a ver com *O homem que sabia javanês*, alegoria mais perfeita de tudo que encarna e representa o "doutor". Daí também a ironia na explicação de Augusto Machado: não só o biógrafo não é um doutor; o biografado, não sendo ministro, político de destaque, também foge à regra.

Ao lado da intelectualidade da época, o comportamento dos políticos era alvo dos mais contundentes ataques de Lima Barreto em suas crônicas, uma das razões principais da crítica implacável à República. A nova ordem política foi, para o autor, um retrocesso histórico, na medida em que generalizou a corrupção e acentuou os problemas sociais. Na república nascente, as finalidades atribuídas ao comportamento dos políticos — corrupto, arrivista, servil aos interesses da burguesia, desvinculados dos interesses do povo e do país — são as principais razões da rejeição do romancista ao país que se moderniza, alimentando a nostalgia da monarquia. Catalisando os atributos dos políticos da época, o barão do Rio Branco não é poupado pela pena de Lima Barreto.

Funcionário do Ministério da Guerra, Augusto Machado fora mandado à Secretaria dos Cultos para resolver um caso de salvas devidas ao bispo de Tocantins. Desincumbindo-se de suas tarefas junto à Secretaria dos Cultos, Machado conhece Gonzaga de Sá, "afogado num mar de papéis, na seção de "alfaias, paramentos e imagens", informando muito seriamente a consulta do Vigário de Sumaré, versando sobre o número de setas que devia ter a imagem

de São Sebastião”. É interessante observar que a figura de Gonzaga de Sá foge à mediocridade do ambiente, sendo construída de forma sempre positiva e carinhosa.

Vi nele um velho inteligente (...), entendi-o ilustrado e de uma recalcada bondade. Não sei também porque advinhei que tinha um bom nascimento e a antigüidade do aparecimento de seus antepassados nestas terras não datava da República nem do encilhamento (...) Usava, como vim a verificar mais tarde, para estar em dia com o seu Deus, dele, freqüentar as cerimônias religiosas; e não, como a burguesia republicana, para firmar-se nos frades, padres, freiras e irmãs de caridade e enriquecer-se ignobilmente, criminosamente, cinicamente, se caridade e amor, senão aquelas de aparato (G. S.: 36-37).

Ao relatar o conhecimento entre o biógrafo e o biografado, Lima Barreto compõe uma caricatura genial da relevância das questões que ocupam os burocratas destacando, pelo traço caricatural, como inutilidades podem ser elementos conotadores de prestígio. A repartição pública é, ao lado da Academia e da Câmara dos Deputados, um dos *habitats* do “doutor”, também um burocrata carreirista. A consciência pequeno-burguesa, representada em Gonzaga de Sá e Augusto Machado, tem um lugar especial no universo republicano. A localização social das personagens decorre não somente da projeção do universo familiar do autor, amanuense do Ministério da Guerra, como também da estreita conexão que se estabeleceu no período republicano entre burocracia, militarismo e letras.

O contato entre os personagens, narrador e protagonista, além de estabelecer conexões entre burocracia e militarismo, remete-nos também à caracterização de Gonzaga de Sá, alguém que distoa no universo da repartição pública. Gonzaga de Sá representa a sobrevivência de valores tradicionais, destruídos pela nova ordem político-econômica, especialmente pelos recém-chegados à cidade e pela burguesia dominante. Ao ressaltar as qualidades do biografado, Antonio Machado deriva-as sempre do fato de não estarem inseridas na República ou na esfera da classe dominante .

A conexão entre burocracia, militarismo e letras indicada pela apresentação da personagem título do romance, além de remeter a questões políticas e econômicas da maior importância na configuração do regime republicano, conduz também à caracterização dos tipos de funcionários públicos e aos critérios norteadores da dinâmica da ordem burocrática no Brasil.⁷ Tal

⁷ Tal como vemos em “Três Gênios da Secretaria”, em *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá*.

como o "doutor", os tipos de burocratas assinalados por Lima Barreto indicam a sobrevivência de comportamentos que negam uma ordem democrática moderna. A burocracia que, no modelo ideal, se deveria reger por critérios de competência e de racionalidade, é negada no Brasil. Porém, entre as criações de Lima Barreto, a sátira aos burocratas que marcaram o serviço público na República Velha, preocupados com inutilidades e formalidades, culmina em Xisto Beldroegas, um personagem caricato e ridículo que compõe uma alegoria genial do funcionário público dedicado a atividades inúteis (G. S.: 143).

Porém, antes de prosseguir sobre a vida de Gonzaga, Machado descreve sua morte. Aqui, aparecem evocações sentimentais suscitadas pela contemplação das belezas naturais da cidade. A cidade é o ponto de partida para evocações pessoais que se fazem por analogia à sua natureza. A partir daí, a história de vida é inserida na história da cidade.

Nós tínhamos tratado de encontrarmo-nos no terraço do Passeio Público, para ver certo matiz verde que o céu toma, às vezes, ao entardecer (...)

(...) O poeta tinha razão: era verdadeiramente a grandiosa Guanabara que eu via!

A Glória, do alto do outeiro, com o seu séquito de palmeiras pensativas, provocou-me pensar e lembrar minha vida, cujo desenvolvimento — conforme o voto que os meus exprimiram no meu batismo — se devia operar sob a alta e valiosa proteção de Nossa Senhora da Glória. E, quando alguma coisa nos recorda essa apagada e augusta cerimônia, vêm à lembrança fatos passados, cuja memória vamos perdendo (...) Durante meia hora, fiz um detido exame dos meus atos passados e fui colhendo as suas analogias com o meu ambiente pátrio.

Aqui, a contemplação da natureza suscita um aprofundamento da interioridade. O narrador prossegue em seu exame, mergulhando em si mesmo.

Tinha sido vário em seus aspectos e descuidoso como a irregularidade do meu solo natal. Sorrira com a baía, entre triste e alegre; e tive debaixo dêsse sorriso uma réstia da energia daquelas rochas antiguíssimas.

Diante da serra dos Órgãos, cuja grandioso anseio de viver em Deus fui sentindo desde menino, aprendi a desprezar as fôfas cousas da gente de consideração e a não ver senão a grandeza de suas inabaláveis agulhas que esmagam a todos nós (...)

Saturei-me daquela melancolia tangível, que é o sentimento primordial da minha cidade. Vivo nela e ela vive em mim! (G. S.: 38-40)

Em todo o romance, as imagens mais poéticas foram construídas pelo romancista a partir da “sua” cidade. Augusto Machado e Gonzaga de Sá revelam paixão e identificação com a cidade. A *flânerie* acompanha o exercício do diálogo entre biógrafo e biografado, transformados em amigos nestas andanças. As caminhadas surgem como meio de constante afirmação da identidade de Gonzaga e, nestas andanças, as evocações da história de vida são amalgamadas a sentimentos de nostalgia e melancolia. A cidade afigura-se como um meio de afirmação da identidade.

O que me maravilhava em Gonzaga de Sá era o abuso que fazia da faculdade de locomoção. Encontrava-o em toda parte, e nas horas mais adiantadas (...) Gonzaga de Sá vivia da saudade da sua infância gárrula e da sua mocidade angustiada. Ia em procura de sobrados, das sacadas, dos telhados, para que à vista deles não se lhe morressem de todo na inteligência as várias impressões, noções e conceitos que essas cousas mortas sugeriram durante aquelas épocas de sua vida (...) Assim vivendo todo o dia nos mínimos detalhes da cidade, o meu benévolo amigo conseguira amá-la por inteiro. (G. S.: 63)

As evocações da História são uma constante, revelando a origem e a evolução da cidade de São Sebastião, em descrições que constróem imagens ricas de conteúdo histórico.

Penso que tôda cidade deve ter sua fisionomia própria. Isso de tôdas se parecerem é gôsto dos Estados Unidos (...) O Rio, meu caro Machado, é lógico com êle mesmo, como a sua baía o é com ela mesma, por ser um vale submerso. A baía é bela por isso; e o Rio o é também porque está de acôrdo com o local em que se assentou (...)

Ao nascer, no tôpo do Castelo, não foi mais do que um escopo branco surgindo num revolto mar de bosques e brejos. Aumentando, desceu pela venerável colina abaixo; coleou-se pelas várzeas em ruas estreitas (...) a quilombola e o corsário projetaram um pouco a cidade; e, surpreendida com as descobertas das lavras de Minas, de que foi escoadouro, a velha São Sebastião aterrou apressada alguns brejos, para aumentar e espraiar-se, e todo o material foi-lhe útil para tal fim. A população, preguiçosa de subir construiu sôbre um solo de cisco; e creio que Dom João veio descobrir praias e arredores cheios de encanto, cuja existência ela ignorava ingênuamente. Uma cousa compensou a outra logo que a Côrte quis firmar-se e tomar ares solentes (...) O tráfico de escravos imprimiu ao valongo e aos morros da Saúde alguma cousa de aringa africana (...)

O bonde, porém, perturba essa metódica distribuição de camadas. Hoje (ponho de parte os melhoramentos), o geólogo de cidades atormenta-se com o aspecto transtornado dos bairros. Não há terrenos mais ou menos paralelos; as estratificações misturam-se; os depósitos baralham-se; e a divisão da riqueza e novas instituições sociais ajudam o bonde nesse trabalho plutônico. No entanto, êsse veículo alastra a cidade; mas serve aos caprichos de cada um, de forma a fazer o rico a morar num bairro pobre e o pobre morar num bairro rico (G. S.: 67).

A configuração da cidade, que se vinha fazendo de modo natural no decorrer da história, é “perturbada” pelo surgimento do bonde: o bonde embaralha a estrutura física e social da cidade. A organização metódica que se fizera naturalmente é violada pelo artefato moderno.

Fiel às crônicas de Lima Barreto que, registrando a cidade nos problemas do cotidiano, condena as transformações levadas a cabo pelo prefeito Pereira Passos, Gonzaga de Sá, ao contrário do *flâneur* parisiense, não sonha com as possibilidades oferecidas pelas mudanças da cidade — sua relação com elas é de negatividade.

Um forte mal-estar desvia o *flâneur* do Boulevard Haussman. Desconsiderando as realidades históricas, Haussman destruiu e reconstruiu Paris de modo autoritário. A construção de largas avenidas, monumentos de poder da burguesia, encarnação do capital financeiro, atendeu à idéia de *embellissement stratégique*, cujo objetivo era facilitar a movimentação de tropas das casernas aos bairros populares e dificultar a construção de barricadas pelo alargamento das ruas. Esse processo é acompanhado do encarecimento dos aluguéis, que expulsa as famílias proletárias da cidade, pela proliferação da especulação financeira, pelo exercício de operações fraudulentas no favorecimento a empreiteiras e indenizações a proprietários de imóveis. A megalomania expande-se e prédios suntuosos são construídos de modo irresponsável. A Paris Imperial que resultou deste frenesi avassalador fez-se a um alto custo humano. Daí o mal-estar do *flâneur*.

Porém, cultor do *Erlebnis*, o *flâneur* aprendeu que a realidade, mesmo se negativa, pode conter possibilidades positivas e utópicas: vê também, nas novas avenidas, o seu lado de sonho, sente-se atraído pelas ruínas — as ruínas de Haussman são, para ele, ricas de ensinamentos sobre a transitoriedade das coisas. Na perspectiva do *flâneur*, se a Paris de Haussman rompe antigas conexões, é também capaz de criar novas: além de estabelecer a intercomunicação de partes da cidade que até então viviam isoladas, estabelece conexões com o futuro.

Afirmção da identidade, história e biografia brotam na reflexão de Gonzaga de Sá, estimuladas pela *flânerie*. O contato e a visão da cidade constróem no nosso *flâneur*, a exemplo do francês, uma perspectiva histórica. Porém — e, nesse sentido, porta-voz das opiniões de Lima Barreto, fiel à crítica que viceja nas crônicas da cidade — Gonzaga de Sá jamais projeta o futuro. Considero emblemático que Augusto Machado descreva sua morte antes de falar de sua vida. A ausência de projetos para o futuro encerra o personagem no presente que evoca o passado. Com Gonzaga de Sá morre um tempo que Lima Barreto desejava perpetuar.

É interessante observar que a personagem tivera, em vida, um projeto não concretizado. Tratava-se, porém, de um sonho de liberdade e não de uma projeção para o futuro. Augusto Machado, revolvendo papéis que o amigo lhe legara, encontra um de sugestivo título, *O Inventor e a Aeronave*, que falava de um desejo de infância: o desejo de voar. Ali, Gonzaga de Sá relatara que, após estudos sistemáticos, fundamentados em consultas a tratados, revistas e compêndios especializados, concebera uma aeronave. Com a mesma meticulosidade e cuidado com que fora concebido, o aparelho fora construído.

Ficou pronto, e lindo, e alígero que nem uma libélula. Iria subir, iria remontar os ares, transmontar cordilheiras, alçar-se longe do solo, viver algum tempo quase fora da fatalidade da terra, inebriar-se de azul e de sonhos celestes, nas altas camadas rarefeitas.

A espera pelo momento de concretizar o sonho de infância foi uma noite insone, de um apaixonado na expectativa do amor desejado.

Veio a aurora e êle a viu, pela primeira vez, com um interessado olhar de paixão e de encantamento. Deu a última demão, acionou manivelas, fêz funcionar o motor, tomou o lugar próprio... Esperou... A máquina não subiu (G. S.: 45).

Vivendo em desarmonia com seu tempo, Gonzaga de Sá desejava libertar-se das amarras que o prendiam à realidade. Encontrou, no desejo de voar, enraizado na psique coletiva desde tempos imemoriais, o caminho imaginário da liberdade. A tecnologia moderna, porém, meticulosamente estudada pelo sábio Gonzaga de Sá, não objetivou seu sonho. Restou-lhe somente o presente, aceito com a resignação de quem o acredita derivado de forças divinas que submetem a vontade humana e, até mesmo, a toda poderosa ciência. Considero também emblemático aqui que a ciência, grande conquista da modernidade, não tenha concretizado o sonho de Gonzaga de Sá, reforçando-se assim, com esta frustração, a perspectiva pessimista frente ao presente e a nostalgia do passado que marcam a personagem. Tanto a morte quanto o sonho

frustrado do personagem são descritos pelo biógrafo logo de entrada, caracterizando sua inadaptação ao presente, descortinado no relato posterior que constrói a biografia.

Desse modo, a perspectiva histórica de nosso *flâneur* está mais próxima da visão historicista que pretende reviver o passado do que da perspectiva dialética que percebe no "tempo do agora" as possibilidades do futuro. Gonzaga de Sá, enquanto visão da história, não tem o perfil do *flâneur* parisiense, alegoria por excelência do papel que a "imagem dialética" ocupa na historiografia de Benjamin.

Utilizando-se do *flâneur* como alegoria, Benjamin objetiva sua visão de história. Critica tanto a historiografia progressista, que vê o progresso como inevitável e cientificamente previsível, quanto o historicismo que pretende reviver o passado pela identificação afetiva do historiador com seu objeto. Segundo Benjamin, estas concepções se apoiam numa mesma concepção de tempo "homogêneo e vazio". É necessário, numa perspectiva materialista, fundar um outro conceito de tempo, "o tempo do agora". Apesar da oposição à ideologia do progresso, uma vez que percebe a presença da catástrofe na modernidade, a idéia do "tempo do agora" de Benjamin, de natureza dialética, impossibilita o desejo de reviver o passado. Este desejo é uma marca do nostálgico Gonzaga de Sá.

Em meio às evocações que a cidade provocara, a visão de um grupo de ingleses irrita Gonzaga de Sá. Sua argúcia e sensibilidade não deixam escapar a percepção desta influência externa que não somente dá início aos laços de dependência econômica do país, como também a um processo que, transmutando valores tradicionais e estilo de vida, desfigura a cultura brasileira, agride as raízes de brasilidade. A consciência pequeno-burguesa de Gonzaga de Sá é marcada por um exarcebado sentimento nacionalista, vinculado à identificação com a natureza e xenófabo, pela consciência crítica que mantém em relação à dominação estrangeira. Lima Barreto é um combatente incansável contra a penetração de valores e domínio estrangeiro no país, revelando uma visão aguçada sobre as relações internacionais. Não há dúvida, porém, que o comovido e quase trágico major Policarpo Quaresma é a personagem aglutinadora de suas idéias: compõe uma alegoria completa dos ideais nacionalistas do autor que rejeitam a ingerência externa e reclamam autonomia.

Deixando os ingleses, o diálogo dos dois amigos encaminha-se para um tema sempre presente em Lima Barreto: as mulheres. O princípio da universalidade preside a consciência de Gonzaga de Sá, que reclama sua aplicação. Lima Barreto revela grande sensibilidade no tratamento das relações entre sexos, abordando de forma original a questão dos gêneros. O "tema de

Carmen”, como o denominou Resende (1993), mulheres mortas por ciúmes de maridos ou namorados, é uma constante em suas crônicas da cidade.⁸

Fiel ao princípio de igualdade e comunhão entre as pessoas, o literato não tolera a sobrevivência da dominação masculina, com poder de vida e morte, sobre as mulheres. A defesa das mulheres é uma constante que se refere não somente ao direito de decidir sobre a própria vida, como também de pleitear direitos iguais aos dos homens, como o da educação que, à época, se restringia ao nível elementar.⁹ Segundo Rocha (1990), a orientação da época privilegiava a educação dos meninos porque seguia ainda um preceito vigente, até o século XIX, de que as mulheres poderiam fazer mal uso da leitura e da escrita.

Porém, o defensor intransigente dos direitos das mulheres pode revelar-se um crítico impiedoso. Sentados num banco do Campo de Sant’Ana, ao refletir sobre uma “menina bonita” que passa, Gonzaga de Sá considera que todo o cuidado revelado no vestuário feminino tem como único objetivo a conquista de um casamento — é sua lei básica, sua filosofia primeira, conclui. Gonzaga de Sá não perdoa o coquetismo e a superficialidade das mulheres sempre voltadas para o casamento e as mudanças de comportamento que se dissolvem frente a perspectivas tradicionais de vida. Os diálogos dos amigos¹⁰ denigrem as tentativas de emancipação das mulheres, remetendo à visão de Lima Barreto presente nas crônicas da cidade, sobre o movimento feminista nascente, considerado pelo romancista “um partido de cavação como outro qualquer”. Segundo o romancista, o movimento, ao invés de se posicionar em defesa das próprias mulheres, violentadas constantemente pelos homens, está na disputa mesquinha por empregos públicos.¹¹ Em sua opinião, o movimento de emancipação da mulher, orientado pela sede de poder, cindiu-se em facções que só se unem na luta pelo direito ao voto.¹² É interessante observar que se o autor, por um lado, exige maior amplitude do movimento feminista, ridicularizando as vertentes que se digladiam, suas pretensões consideradas limitadas e carreiristas, por outro nega o universalismo expresso em Gonzaga de Sá, pois em nenhum momento se posiciona favoravelmente ao direito feminino ao voto, uma das conquistas dos tempos modernos.

Se Gonzaga de Sá aparece-nos ora como defensor, ora como crítico das mulheres e de seus ideais, também desnuda a faceta do admirador em imagens

⁸ Vide “Não as matem, pelo amor de Deus!”, em *Vida Urbana*.

⁹ Vide “Pela Seção Livre”, em *Bagatelas*.

¹⁰ Tal como o da p. 84.

¹¹ Vide “Os Uxorícidias e a Sociedade Brasileira”, em *Bagatelas*.

¹² Vide “Feminismo e Voto Feminino – um estudo de ciência social”, em *Feiras e Mafuás*.

ricas de conteúdo histórico. Sentados em um café, os dois amigos são atraídos por um espetáculo. Mulheres desfilam na rua.

Uma tarde no Café Papagaio, vindo passar pela Rua Gonçalves Dias afora, de baixo para cima, de um lado para outro, grandes mulheres estrangeiras, cheias de jóias, com espantosos chapéus de altas plumas, ao jeito de velas enfunadas ao vento, pedrarias, e ouro, e sêdas roçagantes, centralizando os olhares do juiz, do deputado, do grave pai de família, das senhoras honestas e das meninas irrepreensíveis, eu me lembrei de uma frase de Gonzaga de Sá: a dama fácil é o eixo da vida (...) Saíam do Bordeaux ou do Havre, “comme un vol de gerfauts”, chegavam com a estranha fisionomia dos mármoreos que os séculos consagrara; (...) Elas Seguem... É a Rua do Ouvidor. Então é a vertigem. Todas as almas e corpos são arrebatados e sacudidos pelo vórtice (...) E tudo acaba nelas; é para elas que se drenam os ordenados, os subsídios; é a elas também que vão ter o fruto dos roubos e os ganhos das tavolagens. É uma população, um país inteiro que converge para aquêles seres de corpos lassos (...) E a civilização se faz por meios tão vários e obscuros que me pareceu que elas, como os veneráveis galeões que evocavam, traziam às praias do Brasil as grandes conquistas da atividade européia, o resultado do difícil e lento evolover dos milênios. Lembrei-me então duma frase de Gonzaga de Sá. Disse-me êle uma vez no colombo:

— Estás vendo estas mulheres?

— Estou, respondi.

— Estão se dando ao trabalho de nos polir.

De fato, elas nos traziam as modas, os últimos tiques do Boulevard, o andar dernier cri, o pendeloque da moda — coisas fúteis, com certeza, mas que a ninguém é dado calcular as reações que podem operar na inteligência nacional (...) E a civilização se faz por tantos modos diferentes, vários e obscuros, que me parecem ver naquelas francesas, húngaras, espanholas, italianas, polacas, bojudas, muito grandes, com espantosos chpéus, ao jeito de velas enfunadas ao vento, continuadoras de algum modo da missão dos conquistadores (grifo meu, G. S.: 103-105)

Esta analogia entre mulheres e embarcações, evocando a história, a idéia de que as mulheres de vida fácil são o “eixo da vida”, é recorrente em Lima Barreto¹³ e revela as mulheres da rua do Ouvidor e da Gonçalves Dias como

¹³ Repete-se em *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, p. 86.

elementos transformadores de comportamento e, ao mesmo tempo, o próprio processo civilizador se fazendo no Brasil, sob a égide da prostituição. “Continuadoras da missão dos conquistadores”, as mulheres atuam como elementos modernizadores, introduzindo idéias, artefatos, comportamentos, hábitos e valores novos. É interessante observar que, apesar de todas as limitações impostas pela rigidez moral de seu tempo, nem Lima Barreto e nem suas personagens revelam uma perspectiva moralista. A consciência marginal, sensível a tudo que a cerca, não se detem no encantamento do espetáculo que lhe é oferecido a ver. Capta seu sentido histórico, penetra no essencial.

A sensibilidade de Gonzaga de Sá encontra eco em trabalhos das ciências sociais do futuro. Falando sobre as zonas pioneiras do Brasil, Lévi-Strauss destaca a importância das regiões de lazer em cidades que saíram do nada, como Curitiba, Londrina, Nova Dantzig, Rolândia, Arapongas, Goiânia e Marília. Nestas áreas de lazer, as casas de tolerância tinham um destaque especial que remete o autor à observação de que as *francesinhas e suas irmãzinhas* constituíam, no século XIX, as “alas mestras” da influência européia no estrangeiro. Enriquecendo suas observações, assevera que

alguns colegas não hão de certamente desmentir-me se eu lembrar que a criação da Universidade do Rio Grande do Sul, o Estado mais meridional do Brasil, e o predomínio aí concedido aos mestres franceses tiveram como origem o gosto pela nossa literatura e pela nossa liberdade, inculcado em Paris, durante a sua juventude, num futuro ditador por uma menina de poucas virtudes (Lévi-Strauss, 1995: 114).

O nosso *flâneur* oferece-nos um panorama da situação da mulher brasileira, no Rio de Janeiro, ao início do século: vítima da dominação masculina, prisioneira da educação tradicional que mantém a dominação e, finalmente, reproduzindo uma tendência que marcou os tempos modernos, ensaiando a luta pela conquista da autonomia política, cultural e econômica. Considero, porém, profundamente significativas para os propósitos desse exercício, as imagens finais que visualizam as mulheres prostitutas como agentes transformadores de comportamento, revelando um momento em que atuam na configuração de uma nova mentalidade, uma mentalidade marcada por signos da vida moderna tais como a moda, o espaço público, o coquetismo, etc.

Continuando o diálogo, sempre caminhando, a visão e o percurso da cidade evocam as diferenças sociais e situa a elite, caracterizando-a.

Gonzaga de Sá dizia-me:

— A mais estúpida mania dos brasileiros, a mais estulta e lorna, é a da aristocracia. Abre aí um jornaleco, dêsses de bonecos, e logo

dás com uns clichés muito negros... Olha que ninguém quer ser negro no Brasil!... Dás com uns clichés muito negros encimados pelos títulos: "Enlace Sousa e Fernandes", ou "Enlace Costa e Alves". Julgas que se trata de grandes famílias nobres? Nada disso. São doutôres arrivistas, que se casam muito naturalmente com filhas de portugueses enriquecidos. Êles descedem de fazendeiros arrebetados, sem nenhuma nobreza e os avós da noiva ainda estão à rabiça do arado na velha gleba do Minho e doidos pelo caldo de unto à tarde (...)

Tomamos o trem. Era um dos de Petrópolis. Ia cheio dos tais de que me falava ainda havia pouco Gonzaga (...)

— Fugi dessa gente de Petrópolis, porque, para mim, êles são estrangeiros, invasores, as mais das vêzes sem nenhuma cultura e sempre rapinantes, sejam nacionais ou estrangeiros. Eu sou Sá, sou o Rio de Janeiro, com seus tamoios, seus negros, seus mulatos, seus cafuzos e seus "galegos" também... (G. S.: 59-60)

Ao contrário das representações da modernidade em Marx e Baudelaire, que criticam a burguesia e, ao mesmo tempo, enaltecem o aspecto laborioso e criativo de sua atuação (Berman, 1987), as visões de Lima Barreto sobre a burguesia nacional são sempre depreciativas. Aqui, ao evocar as diferenças sociais, Gonzaga de Sá traça sua origem: doutores arrivistas descendentes de fazendeiros arruinados, estrangeiros enriquecidos. A nobreza imperial, valorizada pela consciência marginal, é excluída da esfera da elite republicana. É interessante observar que, identificando a elite com propósitos exploradores, Gonzaga equipara-a aos estrangeiros, considera-a invasora, destitui-a dos vínculos da nacionalidade. Os nacionais são os excluídos, seus iguais: tamoios, negros, cafuzos e "galegos".

A expansão das forças produtivas no Brasil, ao final do Império, conduz a transformações significativas na estrutura de classes sociais. A República assiste a uma diluição do binômio senhor-escravo e o concomitante aparecimento de outros grupos sócio-econômicos mais complexos. A abolição da escravatura marginaliza parte dos trabalhadores e substituiu-os quase que integralmente pelo imigrante branco. Assim, nas fazendas de café, o binômio senhor-escravo é substituído pelo senhor-colono. A crise do café desloca o centro produtor do Vale do Paraíba para o oeste paulista, para onde se dirige a força de trabalho imigrante. A crise também desloca parte dos trabalhadores da terra para a cidade, formando um contingente de mão-de-obra operária. A velha aristocracia cafeeira, empobrecida, foge para as cidades reforçando as camadas da pequena-burguesia que se expande. Porém, mantém o prestígio

político e alguns segmentos continuam ativos economicamente, investindo os capitais da lavoura em atividades mais modernas, como indústrias e energia elétrica.

A proibição de novas plantações de café e a recuperação dos preços do produto no mercado, trazem prosperidade ao oeste paulista no início do século. Desse modo, a expansão capitalista permite a diversificação das atividades produtivas, transformando latifundiários em banqueiros e industriais. Forma-se, assim, uma burguesia industrial e financeira em São Paulo, processo que se repete, em menor escala, nas várias regiões do país, levando a um incremento da urbanização.

A dinâmica da economia agrária, além de permitir a formação de uma burguesia financeira e industrial, persistindo a marginalização de amplo segmento da mão-de-obra ativa da economia exportadora, propiciou a formação de uma classe média comerciante, a transformação do imigrante em pequeno proprietário ou sua migração para a cidade. Criam-se, assim, condições para a formação de um operariado urbano e de uma camada de pequenos proprietários rurais.

A burguesia divide suas atividades entre as finanças, o comércio e a indústria. Na burguesia mercantil predominam os estrangeiros, principalmente portugueses que dominam o comércio importador, o grande e o pequeno comércio nas cidades, o que lhes granjeia antipatia dos nacionais. Daí a freqüência de movimentos que, na República, hostilizaram os portugueses. A procedência alienígena deste setor da burguesia e a conseqüente hostilidade de que são alvos conduzem à inoperância política. Segundo Carone (1975) sua ação só se faz nos bastidores governamentais.

Porém, a burguesia financeira e industrial é preponderantemente formada por brasileiros. A burguesia financeira que ascende com a política de créditos que vem do pré-encilhamento, formada de especuladores, banqueiros e comerciantes, que “sobem diariamente a Petrópolis”, foi bem mais dinâmica. Politicamente atuante, foi diretamente responsável pela “chuva de papel” e de todo o caos financeiro que marcou a República, beneficiando-se amplamente da política econômica de Rui Barbosa. É a ela que se refere Gonzaga, quando fala da substituição dos dominadores antigos pelos novos. O enriquecimento fácil da burguesia financeira faz dela um setor tão “invasor” e “rapinante”, quanto os estrangeiros.

Mais lento e discreto é o desenvolvimento da burguesia industrial. Impõe-se timidamente, através de atos legais e defesas teóricas, e, se no início do regime sua atuação é secundária, torna-se preponderante no final, pois sua pertinácia na defesa de seus direitos frente ao governo e ao Congresso é

constante. Porém, não resta dúvida de que, seguindo uma tendência que vem da colônia, o poder continua nas mãos das oligarquias agrárias.

As reflexões de Gonzaga de Sá remetem-nos também à alta classe média, setor identificado com os interesses da burguesia. Formada de setores decadentes da aristocracia rural cafeeira e açucareira, constitui um grupo conservador, aferrado aos valores do passado. O bacharelismo, preferencialmente no curso de Direito, é o caminho preferido para encaminhar seus filhos, compondo uma mocidade que tem "a mania, a superstição do doutor". Segundo Carone, esse segmento — representado pelos profissionais liberais como médicos e advogados — representa a continuação do poder territorial na República. Esta categoria também está presente na alta administração e, com pequena participação, no médio comércio e na indústria.

A classe média intermediária é de formação mais complexa: imigrantes, segmentos das classes decadentes, elementos liberais, exército, etc. A baixa classe média é formada de baixos funcionários públicos e artesãos. Estes setores vão participar ativamente das manifestações políticas do começo da República. O novo regime e a instabilidade política vão permitir, pela primeira vez no Brasil, a ação desta classe na luta pela participação no poder.

A consciência pequeno-burguesa representada em Gonzaga de Sá, marcada pela marginalidade, condena a nova ordem que exclui segmentos inteiros da sociedade — pretos, pobres, suburbanos, etc. Percebendo os excluídos, a manutenção de privilégios estamentais requer a vigência do princípio de universalismo que marcou a modernidade. Requer mudanças. Daí a visão negativa do presente, acompanhada da nostalgia do passado.

Daí porque, na minha opinião, Gonzaga de Sá, apesar da consciência da pequena-burguesia aqui delineada, soma a ela traços aristocráticos que derivam da nostalgia monárquica presente em Lima Barreto. Isso torna-se bem evidente quando, ao descrevê-lo, Lima compõe um tipo "fidalgo". A personagem remete-nos à origem do autor e, ao mesmo tempo, aos seus desejos de afirmação social que se voltam para o passado — o presente não comporta a dimensão moral da personagem. Esta inserção da personagem revela o fardo que a marginalidade representou para Lima Barreto — rejeitado pela sociedade de seu tempo, o autor idealiza o passado como o lugar da redenção do sofrimento.

A conversa entre os amigos, Gonzaga de Sá e Augusto Machado, volta-se para os jornais. Comentam pequenos jornais como a Gazeta de Uberaba e o Pesquisa de Cascadura, falando sobre bons talentos que não aparecem. Ao arguto e inteligente Gonzaga de Sá não escapa o potencial destes jornais e a dinâmica do funcionamento da imprensa, marcada pelo jogo do poder.

— Um jornal, dos grandes, tu bem sabes o que é: uma empresa de gente poderosa, que se quer adulada e só tem certeza naquelas inteligências já firmadas, registradas, carimbadas, etc., etc (...)

— Entretanto, eu achei um meio de travar conhecimento com a jovem inteligência de minha terra: leio as revistas obscuras e alguns jornais de província (G. S.: 89-90).

A imprensa, como as demais instituições da República, não escapou à pena crítica de Lima Barreto. Numa época em que os jornais desempenhavam um importante papel na difusão dos literatos, a marginalidade do autor é reforçada pelo jogo de poder que preside a dinâmica de seu funcionamento; nos jornais, Lima encontra mais um obstáculo à realização de seus anseios. A necessidade de comunicar idéias com liberdade de expressão justifica a criação da revista *Floreal*, vista por Lima Barreto como uma forma de manter independência e identidade.

Porém, a República das Letras não abre espaço para a autonomia intelectual: a revista não sobrevive a um ano de circulação. Nelson Werneck Sodré (1977) destaca que *Floreal* foi a única tentativa séria surgida entre revistas marcadas pela alienação cultural característica da época. Instalada na rua Sete de Setembro, foi fundada por Lima Barreto em 1907 e mantida com a contribuição de 10 ou 20 mil réis dos redatores. Após vender 38 exemplares do primeiro número e 82 do segundo, recebe elogios do crítico José Veríssimo ao terceiro. Desaparece, porém, após o quarto número em 1908.

Lima Barreto tece, em *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, um panorama genial da imprensa da época, denunciando o jogo de poder urdido entre imprensa e poder político e sua importância na criação de situações e fatos. É mais que um tratado sociológico sobre a dinâmica do poder e sobre a força do imaginário nas ações coletivas. Em *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, o jornal, pela capacidade de formar e manipular a opinião pública, aparece como uma força que se sobrepõe ao Estado e às demais instituições da República.

Mais uma vez, o tema trazido aos diálogos de Gonzaga de Sá e Augusto Machado revela a modernidade em andamento no Brasil. Sodré (1977) assevera que a história da imprensa é a própria história da sociedade capitalista. Imprensa e capitalismo desenvolveram estreitas relações de caráter dialético. No Brasil a passagem do século marcou a transição da pequena à grande imprensa, revelando um dos aspectos do avanço das relações capitalistas. Altera-se o plano da produção, com a substituição dos pequenos jornais pelas grandes empresas jornalísticas. Por outro lado, no plano da circulação alteram-se as relações do jornal com o anunciante, com a política e com os leitores. Com o

avanço das relações capitalistas, a estrutura empresarial impõe-se à imprensa. O jornal como empreendimento individual sobreviverá apenas no interior do país: será uma empresa capitalista de maior ou menor porte. Entre as conseqüências dessa transição registram-se a diminuição do número de periódicos e a consolidação da estrutura das empresas jornalísticas, reduzindo-se o aparecimento de novos empreendimentos.

Através das observações de Gonzaga de Sá e de Isaías Caminha, Lima Barreto revela grande sensibilidade, percebendo a transformação da imprensa brasileira: o contraste entre o jornal de circunstância, arrimado a uma figura de prestígio — o que se confirma em muitos diálogos aqui registrados — e a nova fase, a de empresa jornalística cada vez mais complexa e cada vez mais inserida na complexidade da estrutura social em mudança, como transparece claramente na fala de Gonzaga de Sá.

Os homens de letras buscavam encontrar no jornal o que não encontravam no livro: notoriedade e dinheiro. Tanto a literatura vive da imprensa quanto a imprensa da literatura, estimulando a polêmica que se tornou um traço característico da época. Isaías Caminha revela a mediocridade que reinava no palco da imprensa numa fase em que, segundo Sodré, ainda sem encontrar sua linguagem específica, aceitava as fracas muletas de uma literatura decadentista, em tudo e por tudo correspondendo à fase em que as oligarquias dominavam amplamente o país.

Lima Barreto, marcado pela marginalidade social, étnica e literária, não encontra espaço na imprensa dominante. Sua intensa participação na vida da cidade se dá através da pequena imprensa, principalmente a de origem proletária.¹⁴

O autor traz para o texto, através de Machado, o *locus* da intelectualidade da cidade: o café.

A alguns dos nossos amigos, de costume, encontrava naquele café (...) Ao café, vínhamos conversar. (...) Quase completo o "Esplendor dos Amanuenses", pois assim denominávamos as nossas reuniões, em vista da profissão da maioria dos convivas — amanuenses, que tinham as suas grandes horas de satisfação e jucundo prazer ali, em tórno daquela mesa e com uma orgia regada a café, entre o enfado da repartição e as agruras de lares difíceis (G. S.: 106).

Os elementos autobiográficos são uma constante pois, tal como Machado, Lima se reunia com o grupo "Esplendor dos Amanuenses".

¹⁴ A atuação de Lima Barreto na imprensa é detalhadamente analisada por mim no trabalho já citado, no capítulo "Lima Barreto — a sensibilidade sociológica no literato marginal".

Ao analisar o ambiente da intelectualidade na sociedade moderna, Mannheim (1974) mostra-nos como os cafés se transformaram em ponto de encontro de intelectualidade na sociedade de massas, substituindo os salões. Ao emanciparem-se das classes superiores, poetas e artistas mantêm uma existência livre e independente nos salões. Na medida em que se desenvolve uma sociedade de massas, a *intelligentsia* criativa começa a dispersar-se. Tendo ela perdido seus contatos, o século XIX encontra-a em estado de isolamento social. A existência marginal na sociedade de massas produz novos amálgamas da intelectualidade. Substituindo os salões, aparecem as tertúlias boêmias e os cafés.

O café, originário do Oriente Médio, apareceu no Ocidente pela primeira vez em Londres, em 1652. Em Paris, os cafés fazem sua aparição perto da bolsa de valores em 1671. Expandiram-se rapidamente e tornaram-se os primeiros centros de opinião numa sociedade parcialmente democratizada. Como o hábito de leitura não havia ainda se estabelecido e os periódicos que antecederam os jornais, como os conhecemos hoje, circularam depois de 1662, com censura, o café era o lugar do exercício da livre expressão. Ali liam-se panfletos e pronunciavam-se discursos. Na Revolução Francesa o potencial político dos cafés emerge em toda sua força.

O relato de Augusto Machado revela a importância cultural e social dos cafés na vida do Rio de Janeiro, no início do século, além de desnudar a visão de mundo dominante no universo dos intelectuais que os freqüentavam, idealistas atentos à realidade circundante. Aí, o café agrega uma intelectualidade de algum modo marginalizada na vida da cidade, diferente da que se reunia na livraria Garnier, na Academia ou nos salões.

Gonzaga viera ao café chamar Machado para ajudá-lo com o enterro do compadre que morrera. A caminho, a visão do subúrbio desperta evocações pessoais no biógrafo. A consciência marginal é atçada pela visão dos excluídos, seus iguais.

Gente fácil de rir-se pensei eu. Enfim, o riso brota de acordo com a inteligência de cada um. O "subúrbio" já estava em movimento. Deixei de observar os quatro curiosos personagens, virei o rosto e, pela portinhola, pus-me a ver a paisagem (...)

Em seguida, a contemplação da natureza cede, bruscamente, diante de um desconhecido, protótipo do acomodado, o que ele não pode ser. Sua condição existencial rebate-se em seu grau de consciência. O subúrbio desperta a interioridade marcada pela insatisfação e pelo conflito.

Porque não sou assim como aquele barrigudo senhor, inconscientemente animalesco, que não pensa nos fins, nas restrições e nas limitações? Longe de me confortar a educação que

recebi, só me exacerba, só fabrica desejos que me fazem desgraçado, dando-me ódios e, talvez despeitos! Por que ma deram? (G. S.: 110-111)

É interessante ressaltar que as evocações e reflexões que a visão da natureza da cidade provocam só competem, do ponto de vista estético, em poesia e riqueza de expressão, com a representação do subúrbio. O amor de Lima pelos excluídos, sua identificação e solidariedade com o sofrimento do povo, sua indignação frente à exploração que sofrem e, acima de tudo, a perseguição de seus ideais literários produz, ao lado das imagens da cidade, as mais belas páginas de sua literatura. Em ricas imagens, revela os tipos humanos que se destacam entre os trabalhadores da cidade, os aspectos urbanos e arquitetônicos, detalhes do cotidiano, informações históricas, o sincretismo religioso da população, enfim, a vida do subúrbio.

A dinâmica da economia agrária, ao excluir amplos setores da população da economia de exportação, propicia a formação de uma classe média comerciante, a transformação do imigrante em pequeno proprietário rural e a migração de nacionais e imigrantes para a cidade. É daqui que sairão os contingentes humanos que formarão o operariado nacional. A grande expansão¹⁵ que experimentou no primeiro período republicano foi motivada pelo desenvolvimento da indústria ao final do século. Levantamentos da população operária revelam o predomínio de estrangeiros e crescente concentração de trabalhadores, o que se faz de modo mais contundente em São Paulo e no Rio de Janeiro. Aqui, pelo recenseamento de 1906, numa população de 811.443 habitantes, 118.770 são operários.

A vida da população suburbana, formada de operários e pequenos burgueses, é repleta de percalços e incertezas. A política econômica do governo, fundada em emissões contínuas e no baixo câmbio, aliadas à falta de qualquer regulamentação legal de salários, torna difíceis as condições de vida, marcadas por baixos salários, instabilidade no emprego, falta de moradia, aluguéis exorbitantes e preços excessivos dos gêneros de primeira necessidade.

Sensível a esta situação que o revolta, Lima Barreto faz do tema do subúrbio uma constante em sua literatura. As imagens poéticas de Gonzaga de Sá, a evidenciar a identificação do autor com os pobres da cidade, são complementadas por contos e crônicas em que o protagonista é sempre o povo. Nas crônicas cotidianas, os excluídos são registrados sob várias perspectivas: das condições de vida, das manifestações culturais, dos tipos humanos, do

¹⁵ "O número de operários cresce continuamente: de 54.164 em 1889, passa a 159.600 em 1910; 275.512 em 1920; e 450.000 em 1930" (Carone, 1975: 193).

sofrimento e até dos sonhos e desejos do cotidiano.¹⁶ Através da ficção carregada de sátira, tal como em *História Macabra* e *Queixa de Defunto*¹⁷, denuncia o descaso do poder público frente as populações suburbanas.

É interessante observar que, sob a pena de Lima Barreto, se Copacabana e Botafogo são os *locus* do “doutor”, dos políticos e intelectuais da burguesia, dos novos-ricos, das mulheres sofisticadas e do *bon-vivant*, o subúrbio é o lugar do malandro como Cassi Jones, ou do poeta boêmio como Ricardo Coração dos Outros, dos puros como Policarpo Quaresma, das brigas de galo e do jogo do bicho — acima de tudo, dos marginalizados, sobretudo os pretos. Quando Lima Barreto descreve os tipos humanos do subúrbio, irmana-os na pobreza mas separa-os na cor — se pretos ou brancos. O estigma da cor, revelado em *Dentes Negros e Cabelos Azuis*¹⁸, está sempre presente nas criações ficcionais do autor.

Finalmente, se as personagens da classe dominante circulam e exibem-se na Avenida Central, na rua do Ouvidor, na Gonçalves Dias e no Teatro Municipal, as figuras do subúrbio circulam e aparecem na estação, espaço público de exibição, do intercâmbio e da sociabilidade, ameaçado porém, pelas transformações da vida moderna.¹⁹ O poder de atração da avenida, entretanto, repetindo uma tendência universal da modernidade, derruba barreiras sociais e agrega num mesmo espaço pessoas de diferentes origens sociais.

Deixando o hotel, ao chegarmos à Avenida Central, havia um movimento por ela acima. Subimos até o pavilhão Monroe. O público noturno de domingo, nas ruas, tem uma certa nota própria. Há os mesmos flâneurs, artistas, escritores boêmios; os mesmos camelôs, mendigos e rôdeuses, que dão o encanto do pitoresco à via pública (...) Por entre essa gente, fomos indo até a balaustrada que dá para o mar, junto à qual nos encostamos, olhando em todo o comprimento a avenida iluminada e movimentada (G. S.: 137).

Nos diálogos com Augusto Machado, Gonzaga de Sá compartilha as opiniões de Lima Barreto sobre as funções da literatura, critica os intelectuais da época e, finalmente, repudia as manifestações literárias de seu tempo.

¹⁶ Vide contos como “O Moleque e Livia”, em *Histórias e Sonhos*, “Manel Capineiro”, em *Gonzaga de Sá*. Porém, é no romance *Clara dos Anjos* que encontramos um retrato acabado da vida suburbana, em todas as dimensões.

¹⁷ Vide *Vida Urbana*.

¹⁸ Vide *Histórias e Sonhos*.

¹⁹ Vide “A Estação”, em *Feiras e Mafuás*.

A necessidade de renovação é motivada pelo sentimento de solidariedade aos humildes que transforma letras em espada.

A nossa emotividade literária só se interessa pelos populares do sertão, unicamente porque são pitorescos e talvez não se possa verificar a verdade de suas criações. No mais, é uma continuação do exame de português, uma retórica mais difícil a se desenvolver (...) Se eu pudesse, aduziu, se me fôsse dado ter o dom completo de escritor, eu havia de ser assim um Rousseau, ao meu jeito, pregando à massa um ideal de vigor, de violência, de fôrça, de coragem calculada, que lhes corrigisse a bondade e a doçura deprimente. Havia de saturá-la de um individualismo feroz, de um ideal de ser como aquelas trepadeiras de Java, amorosas de sol, que coleiam pelas grossas árvores da floresta e vão por ela acima, mais alto que os mais altos ramos para dar afinal a sua glória em espetáculo (G. S.: 133-134).

As reflexões das personagens estão sempre a revelar, na consciência marginal, a inconformidade e inadaptação a uma condição que é de sofrimento. A atitude que introjeta a visão da cidade, remetendo-a à subjetividade, é constante em Gonzaga de Sá. As reflexões sobre a natureza ou sobre a vida da cidade conduzem a consciência marginal de volta a si mesma, inteirando-se de sua individualidade. O indivíduo se inteira da cidade e de si mesmo. As reflexões conduzem a uma subjetividade marcada pela dor, inconformidade e sofrimento.

Da contemplação da cidade à observação de cenas e fatos, está sempre presente em Gonzaga de Sá o grande tema da vida e da obra de Lima Barreto: a revolta e inconformidade com a condição de mulato, levantando a questão do preconceito e a questão do negro no Brasil. A projeção da subjetividade é uma invariante que chega a ser obsessiva.

Do outro lado, lá estava o neto (falava sôbre a sogra do morto, que definira como uma preta retinta) Coitado! Nem o estudo lhe valeria, nem os livros, nem o valor, porque, quando o olhassem diriam lá para os infalíveis: aquilo lá pode saber nada! Tive uma pena infinita, imensa, afetuosa por aquela pobre alma órfã tantas vêzes; eu tive uma imensa tristeza que aquela inteligência não se pudesse expandir livremente, segundo o próprio caminho que ela própria traçasse (G. S.: 122-123).

Finalmente, em *Últimos Encontros*, as reflexões de Augusto Machado sobre a atitude de tia Escolástica e de Gonzaga frente ao afilhado deste reforçam as razões da consciência marginal inconformada.

Bênçãos a ambos, que, na sua missão educadora, souberam ser bons, sem interesse e sem cálculo de espécie alguma, apesar de todos os dous terem concorrido para ampliar, com o hábito de análise e reflexão que o estudo traz, a consciência da criança que devia ficar restricta aos dados elementares para o uso de viver comum, *sem que viessem surgir nela uma mágoa constante e um fatal principio permanente de inadaptação ao meio, criando-lhe um mal-estar irremediável e, conseqüentemente, um desgosto da Vida mais atroz do que o pensamento sempre presente da Morte!* (grifos meus, G. S.: 167-168)

A cidade como fio condutor da trama literária, tal como atua em *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá*, suscita para a análise sociológica algumas observações. A literatura moderna é uma literatura da cidade, talvez porque o ambiente urbano congregue, num mesmo espaço vivencial, problemas e fatos diversificados, dinâmicos, que podem ser vistos e vividos por muitas pessoas ao mesmo tempo. Este intercâmbio dinâmico e variado de pessoas e situações num espaço único e visível, transfigurar-se-ia numa prosa ou forma literária dinâmica e flexível — que rompe os cânones contemplativos da literatura romântica e o rigor formal da literatura tradicional — como a própria vida da cidade. Daí o *flâneur* e Gonzaga, que estão a revelar esta simbiose entre cidade/literatura: ao refletirem a partir da deambulação pela cidade, estão a nos dizer que os “temas” trazidos à reflexão literária brotam da “vida” da cidade. Refletem sobre o que vivem no espaço que percorrem. Desse modo a literatura se transforma, se “moderniza”, a partir dos influxos da vida urbana. Percebemos como a sociedade conduz a literatura não só com temáticas que estão “fora” do fato literário, mas com “uma forma” que está “dentro”. O exterior transforma-se no interior e a literatura, sob a perspectiva de Foucault, transcenderia o *status* de “documento”, transformando-se em “monumento”.

Os temas presentes em Gonzaga de Sá, revelados nos diálogos com Augusto Machado, estes elementos extra-literários, visíveis, que estão na superfície do discurso, são transformadores do discurso — convertem-se em literários, ou internos, transformando-o por dentro — na medida em que, ao se voltar para eles, ao contrário de seus contemporâneos, Lima Barreto produz uma literatura flexível, dinâmica e transgressora dos cânones estabelecidos. O intercâmbio arte/sociedade, interpretado “de dentro” é extremamente visível em Lima, no modo como sua forma/estilo, rompe com os preceitos dominantes, na tentativa de transportar para o universo literário a vida que se transformava. A sociedade em transformação, trazida para a literatura como “tema”, transformou a literatura como “forma”. É bem verdade que esta perspectiva

não pode ser considerada de modo unilateral, devendo ser relativizada frente aos desejos do autor. A esta dinâmica somam-se os ideais literários de Lima Barreto, compondo um processo em que a dialética escritor/sociedade está presente: à realidade em mudança agregam-se os ideais literários de um autor inadaptado e marginal.

Aproximando Gonzaga de Sá e o *flâneur*, percebemos como estas transformações formais foram catalisadas pela cidade, vistas e percebidas a partir da cidade. O universo de Lima Barreto, assim como o de Baudelaire, de Poe e do próprio Benjamin, é o universo urbano; é a partir dele que questionam a existência. É a partir dele que inovam no modo de conduzir as interrogações existenciais pela literatura e pela filosofia. Daí porque não concordo com Wille Bolle quando diz:

Desde quando existe na literatura brasileira uma consciência urbana moderna? Ela nasceu juntamente com a metrópole moderna no início do século XX em São Paulo. Devido a suas vantagens geográficas, à sua infra-estrutura e à imigração, a cidade tornou-se o centro industrial e comercial do país, e mais: seu principal foco de inovação cultural e artística. A metrópole brasileira aparece, pela primeira vez, como protagonista literária no livro de poemas de Mário de Andrade, *Paulicéia Desvairada* (Bolle, 1994: 33).

Está presente em Lima Barreto que, antes dos modernistas, foi romancista do espaço urbano, registrando tão bem, com perspicácia e paixão, os contornos do Rio de Janeiro, a "sua" cidade.

Como se viu, é a partir da cidade que Gonzaga de Sá remete-nos a reflexões de importante densidade histórica. O "tempo do agora" e o passado surgem à reflexão pelo contato com a cidade em suas belezas naturais e configuração espacial. Além disso, a personagem Gonzaga de Sá, na medida em que remete à figura do *flâneur*, fisionomista urbano, introduz na literatura brasileira uma personagem caracteristicamente urbana e moderna que nos permite a aproximação com a história de modo tipicamente moderno — a partir da cidade. Desse modo, a consciência urbana moderna está presente na literatura de Lima Barreto uma vez que a cidade existe como protagonista e como elemento estruturante da trama do romance *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá*, suscitando-lhe a dinâmica e articulando-lhe a temática. Além disso, como se viu, teve também profundas ressonâncias formais na literatura barretiana. Gonzaga de Sá é o seu testemunho.

Outrossim, as aproximações podem dar-se não só pela alegoria do *flâneur*, da perspectiva das transformações formais, como também por temas comuns como o jogo, as prostitutas e, finalmente, em nível das situações

históricas que comportam homologias. Paris do século XIX remete à modernidade europeia, na fase do capitalismo financeiro, simbolizada pelas remodelações de Haussmann. O Rio de Janeiro do início do século remete à modernidade brasileira na fase do capitalismo industrial, simbolizado pelas remodelações de Pereira Passos. É interessante observar que nas remodelações das duas cidades, o *flâneur* e Gonzaga registram fenômenos semelhantes: concorrências fraudulentas, construções precárias, atendimento a interesses particulares, etc. Porém, uma leitura benjaminiana de Lima permite-nos estabelecer singularidades bem definidas. Em primeiro lugar, se o objetivo do *flâneur* é a mercadoria, que persegue em todas as suas manifestações, o alvo de Gonzaga é a República. Lima está mais atento à esfera política do contexto histórico. O *flâneur* parisiense encanta-se com o mundo da mercadoria e extasia-se em suas objetivações. Daí seus sonhos de futuro. O *flâneur* brasileiro entristece-se com as relações de dominação que se configuram no mundo da mercadoria. Oprimido por estas relações, que o excluem e a seus pares do universo do poder, privilégio e prestígio, requer os ideais universalistas da modernidade. Porém, sem perspectiva de futuro, não sonha com o devir: a mudança que deseja é para trás. Alimenta-se da nostalgia do passado.

O alvo de nosso *flâneur* é a república nascente, transformando hábitos, a vida e a própria estrutura física da cidade. Os níveis de percepção dependem do ponto de vista dos autores — Baudelaire e Lima — de suas perspectivas intelectuais e da realidade que vivenciaram. Mas não resta dúvida de que estão mergulhados no processo de consolidação (Baudelaire) e instalação (Lima) da modernidade encerrada em dimensões espaciais e temporais bem diferentes.

Em segundo lugar, o que considero fundamental neste contraponto é ressaltar que, se Gonzaga de Sá é um fisionomista da cidade revelando-nos o essencial pelo aparente, o essencial que ele revela, apesar de comprometido com a modernidade, não é a modernidade em sua dimensão artística e cultural, mas em sua dimensão material: é a modernização que a precede. O nosso *flâneur* não sonha, não delira, não trabalha com fantasmagorias, não está sob efeito de alucinógenos — seu senso de realismo o coloca com os pés fincados no chão da nascente república brasileira e não nos sonhos da modernidade ocidental. Daí sua insensibilidade para com o devir: vive da crítica do presente e da nostalgia do passado, jamais dos sonhos do futuro.

Voltando a Wille Bolle,

Assim como Baudelaire e Benjamin se debateram com as fantasmagorias da Modernidade nas metrópoles europeias, Mário de Andrade vê em São Paulo o lugar apropriado para estudar as fantasmagorias da Modernidade nos trópicos. Ele colocou seu

trabalho como poeta, romancista e crítico a serviço dessa causa (Bolle, op. cit.: 31).

Lima Barreto introduziu na literatura brasileira um universo temático até então à sua margem, sob uma perspectiva crítica inovadora e desafiadora dos padrões literários de então. Porém, seu realismo, apoiado em ideais literários que fazem da literatura um instrumento de "militância", produz em Gonzaga de Sá um flâneur com "pés de chumbo". Os delírios e sonhos culturais da modernidade só encontrarão expressão na literatura brasileira com os modernistas. Então, a literatura povoa-se de sonhos, alucinações, máscaras, ironia às fantasmagorias da modernidade, etc. O realismo é um traço muito presente na literatura barretiana, é a sua fronteira com a modernidade. Porém, o nosso flâneur, apesar dos "pés de chumbo" é, para mim, um instrumento heurístico da maior importância: tal como o francês, como fisionomista da cidade, porta um grande potencial de conhecimento para a pesquisa sociológica. Retiro daí o retrato da modernidade brasileira em suas origens modernizadoras.

Há, neste retrato, alguns elementos que, do ponto de vista sociológico, marcam substancialmente a visão de Lima Barreto. Em primeiro lugar, contrapondo-o aos porta-vozes da modernidade européia, o romancista aponta em direção às fontes da vida moderna no Brasil. A modernidade brasileira não foi antecedida por avanços no conhecimento, grandes descobertas nas ciências, descomunal explosão demográfica ou movimentos sociais de massa. As fontes da vida moderna, no Brasil, são bem outras. As forças endógenas são conduzidas, moldadas, por influxos externos.

Tal como na versão original, a modernidade decorre das necessidades expansionistas do mercado capitalista, mas do mercado capitalista europeu. É a expansão imperialista da Europa a fonte fundamental da vida moderna no Brasil. É para este dado que remete a irritação do sábio Gonzaga de Sá com os ingleses: remete para o caráter dependente da modernização brasileira. As obras modernizantes voltadas para a infra-estrutura de transportes e comunicação e, posteriormente, para a substituição das importações, através do incremento à industrialização, fizeram-se na medida e no ritmo que a expansão imperialista exigia e permitia.

Na medida em que Gonzaga de Sá identifica a burguesia nacional com os estrangeiros, despindo-a dos laços da nacionalidade porque exploradora, a percepção destes laços soma-se à identificação de um consenso entre as elites brasileiras e o capital internacional. O caráter dependente da modernização brasileira não decorreu da imposição dos interesses externos. Sua dominância valeu-se de um consenso interno. O pacto das elites com o capital internacional

foi fundamental. A modernização brasileira não foi obra de uma burguesia empreendedora, laboriosa e criativa, mas de uma burguesia subserviente. Daí porque Gonzaga de Sá considera a nacionalidade um atributo dos tamoios, negros, mulatos, cafuzos e até “galegos” — dos excluídos, enfim.

Aqui percebemos que, como alegoria da consciência pequeno-burguesa marginal, Gonzaga de Sá remete-nos a outra importante característica da modernização brasileira: seu caráter excludente. O advento da modernidade na Europa, impulsionada pelo universalismo de seus ideólogos, derruba barreiras sociais, étnicas, culturais. Conceituados como iguais, os homens lançaram-se na luta pelo reconhecimento de um espaço de iguais, estabelecendo os princípios da sociedade democrática. No Brasil, porém, a modernidade que se insinua com a República instala-se pela força do arbítrio e não dos princípios. Nega-se a democracia e reforça-se o caráter hierárquico e segregador da sociedade estamental da Colônia e do Império. A conexão burocracia/militarismo reforça este processo. Toda a obra de Lima Barreto é um documento vivo da natureza excludente e autoritária da modernização brasileira. A figura do “doutor”, tão obsessivamente destacada por Lima, é a alegoria mais perfeita desse processo.

Além disso, esta conexão, além de revelar o caráter autoritário do processo modernizador ao assinalar o comportamento transgressor, amoral, que domina a ordem burocrática, revela a ineficácia das instituições, orientadas pelas relações pessoais. Deste modo, a ordem burocrática, tal como se consolidou no Brasil, não se fez acompanhar dos critérios de competência e racionalidade. A sociedade brasileira que se quer moderna não conhece o princípio de eficácia que marcou a modernidade européia. Além disso, ao rotinizar e estender às demais instituições o comportamento transgressor, a burguesia dominante reproduz privilégios estamentais e alimenta a exclusão. A dinâmica da imprensa que se coloca como a força mais poderosa da República, sobrepondo-se ao Estado e demais instituições, atesta este processo.

A localização social de Lima Barreto entre os excluídos é fundamental à visão crítica do processo e a seu desejo de inovação formal na literatura. Exilado em seu próprio meio, “emparedado” como expressou Cruz e Souza, Lima Barreto assinala as razões de seu exílio. Daí porque, ao contrário de Baudelaire, só compõe o que Berman chamou de visão anti-pastoral da modernidade: condena o progresso, enaltece o passado, denigre os atores e a própria vida moderna.

Assinalando o caráter dependente, excludente e autoritário da modernização brasileira, a anti-pastoral de Lima Barreto só é atenuada frente ao enaltecimento da cidade como conteúdo de beleza, de história e da própria

subjetividade. O indivíduo se amalgama à cidade num corpo único e indissolúvel. Porém, fiel às práticas modernizantes originais, a cidade é transformada sob os influxos modernizadores. As transformações não encontram eco positivo em Gonzaga de Sá que, ao contrário do *flâneur* parisiense, não vê nelas as possibilidades do futuro, considerando-as agressivas, violadoras da história e da natureza. Daí os "pés de chumbo" de nosso *flâneur*, que não se extasia, não se encanta, não sonha com as possibilidades da modernidade.

Além desses elementos fundamentais à perspectiva sociológica, *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá* remete-nos a cenas, ambientes e movimentos típicos da modernidade: cafés, bondes, avenidas, movimento feminista, magia das prostitutas, etc. Finalmente, as reflexões finais de Gonzaga de Sá e Augusto Machado reforçam o sofrimento presente na consciência pequeno-burguesa marginal e destacam seu papel como motivação aos desejos de inovação literária do autor.

Na perspectiva comovente de Lima Barreto, a literatura deveria minorar o sofrimento dos excluídos e promover o conagraçamento entre os homens. Deveria perseguir os ideais da modernidade. A rejeição de Lima Barreto à República significou a rejeição ao modelo de modernização que se impunha. Assim, se à primeira análise Lima Barreto nos aparece como um nostálgico do passado combatendo o Brasil moderno, na verdade o que combate é o modelo de modernização que é imposto ao país. Volta-se ao passado porque não vê, no presente, perspectivas para o futuro que atendam aos ideais da modernidade, ideais que compartilha e pretende difundir através de sua obra. Através da literatura, Lima Barreto produz um retrato expressivo e contundente de uma modernidade abortada. No mundo capitalista, a estrutura social dos países marcados por relações de dominação que pressupõem a dependência produziu esta variante inacabada e frustrante da modernidade européia. Na obra de Lima Barreto, a modernidade como tragédia configura-se com uma dimensão muito mais contundente do que em suas representações clássicas.

A obra de Lima Barreto é o grito dos que sentem a sua opressão.

ABSTRACT

This article explores the visions of the city of Rio de Janeiro at the beginning of this century observed in the writings of Lima Barreto. The author discusses the dynamics of modernization in peripheral contexts, which tends to be a late and subaltern process as compared to the central countries of international capitalism.

RÉSUMÉ

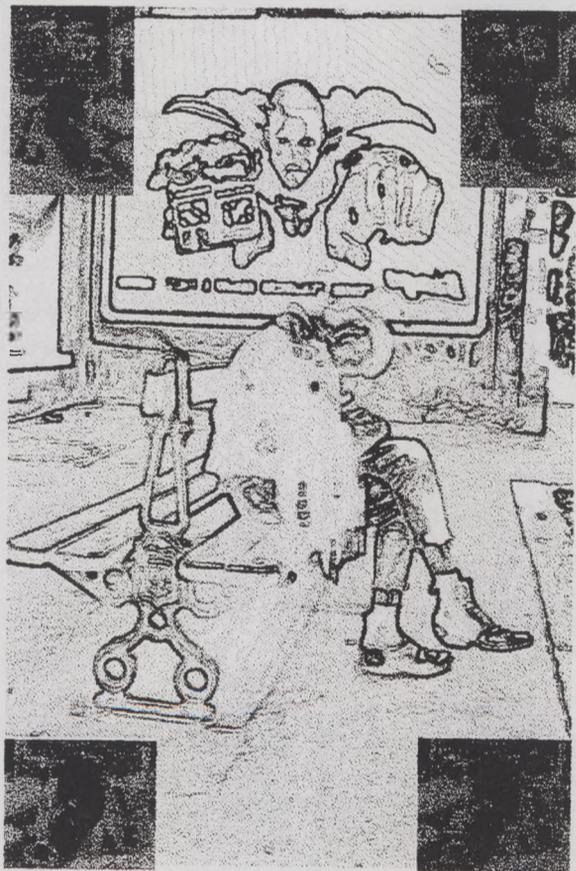
L'article explore les points de vue sur la ville de Rio de Janeiro au début du XXe. siècle présents dans le roman de Lima Barreto et discute comment la dynamique de l'introduction de la modernité dans les régions périphériques se fait tardivement et subordonnée aux métropoles, centres du capitalisme international.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Barreto, Lima (1956) *Obras de Lima Barreto*, organizadas sob a direção de Francisco de Assis Barbosa, com a colaboração de Antônio Houaiss e M. Cavalcanti Proença. São Paulo: Editora Brasiliense, 17 vols.
- Bolle, Willi (1994) *Fisiognomia da Metrópole Moderna*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Barbosa, Francisco de Assis (1964) *A Vida de Lima Barreto (1881/1922)*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.
- Benjamin, Walter (1994) *Charles Baudelaire – um lírico no auge do capitalismo*. Obras Escolhidas, vol. III. São Paulo: Brasiliense.
- Berman, Marshall (1978) *Tudo que é sólido desmancha no ar – a aventura da modernidade*. São Paulo: Editora Schwarcz.
- Bosi, Alfredo (1992) *Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Carone, Edgar (1975) *A República Velha 1. Instituições e Classes Sociais*. São Paulo: Difel.
- Habermas, Jurgen (1990) *O Discurso Filosófico da Modernidade*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Lévi-Strauss, Claude (1970) *Tristes Trópicos*. Lisboa: Edições 70.
- Mannheim, Karl (1974) *Sociologia da Cultura*. São Paulo: Perspectiva/Universidade de São Paulo.
- Machado, Maria Cristina Teixeira (1997) *Lima Barreto – um pensador social na Primeira República*. Tese de doutorado apresentada à UnB, defendida em 30 de abril de 1997.
- Resende, Beatriz (1993) *O Rio de Janeiro em Fragmentos*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/UNICAMP.
- Rocha, Ana Maria (1990) “Novos Espaços, Novas Bandeiras”. *Presença da Mulher* Ano IV, nº 15, janeiro/março.
- Rouanet, Sérgio Paulo (s/d) “É a cidade que habita os homens ou são eles que moram nela?”. *Revista da Usp*, nº 49
- _____ (1993) *Mal-Estar na Modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras.
- _____ (1989) *As Razões do Iluminismo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Sevcenko, Nicolau (1992) *A literatura como missão*. São Paulo: Brasiliense.

Singer, Paul (1975) "O Brasil no Contexto do Capitalismo Internacional 1889-1930" in Fausto, Boris (org.), *História Geral da Civilização Brasileira, III. O Brasil Republicano 1. Estrutura de Poder e Economia (1889/1930)* vol. 8. São Paulo: Difel.

Sodré, Nelson Werneck (1977) *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 2ª ed.



Gaston Bachelard e o imaginário das cidades: imagens da construção de Brasília

Márcio de Oliveira*

Resumo. Este trabalho parte dos estudos sobre o espaço de Gaston Bachelard e Gilbert Durand, para esboçar os grandes contornos do imaginário do que foi a construção da cidade de Brasília. Trata-se assim de compreender o significado da construção não a partir das circunstâncias históricas mas a partir do significado simbólico das imagens criadas durante o período da construção, ou seja, entre 1956 e 1960. Do conjunto dos agentes produtores de imagens sobre Brasília, nos limitamos àquelas produzidas pelo ex-Presidente Juscelino Kubitschek, Lúcio Costa e Oscar Niemeyer. Estas são analisadas tendo como ponto de partida a questão de como o espaço foi concebido e apropriado pela nova cidade.

Palavras-chave. Nova capital, imaginário brasileiro, Brasília, espaço urbano.

Tornou-se corrente dizer que o discurso do ex-Presidente Juscelino Kubitschek¹ que justificou a construção da nova capital do Brasil é fruto da ideologia nacional-desenvolvimentista. É graças a esta ideologia que se acostumou a compreender e situar — e isto até hoje — tanto o referido discurso de JK e de seu governo² quanto as causas que explicam o processo da construção de Brasília e transferência da capital.

* Márcio de Oliveira é Doutor em Sociologia pela Universidade de Paris V e professor do Departamento de Ciências Sociais da UFPR. Uma primeira versão deste trabalho foi apresentada no colóquio internacional *Gaston Bachelard dans le monde, diffusion et lectures*, realizado na cidade de Dijon (França), entre os dias 11 e 14 de março de 1998. Agradeço aqui os encorajadores comentários que me foram feitos, ressaltando contudo que todas as modificações introduzidas são de minha inteira responsabilidade.

¹ A palavra discurso é tomada aqui em seu sentido mais largo, ou seja, como todo texto, fala ou análise produzido por um ator.

² Curiosamente, esta forma de interpretação faz eco a análises de autores da época da construção tais como Roland Corbisier (1960). *Brasília e o desenvolvimento nacional*, Rio de Janeiro: ISEB e Henrique L. C. Castro (1960). *Brasília e o desenvolvimento nacional*, Rio de Janeiro: DASP.

Não obstante, após uma primeira análise do conjunto dos discursos produzidos entre 1956 e 1960, verificamos — é importante sublinhar este ponto — que, como um todo, ele transbordava o quadro da ideologia nacional-desenvolvimentista, ao mesmo tempo em que funcionava como caixa de ressonância das imagens de fundação e de conquista presentes no imaginário brasileiro³ desde os tempos da descoberta do Brasil.

Os fatos históricos que permitiram a hipótese acima podem ser resumidos como se segue. Quando a idéia da transferência da capital foi anunciada, JK divulgou a quatro ventos que não se tratava apenas de erigir uma cidade-capital, mas de lançar as bases de um *Novo Brasil*; de construir uma *nova nação* como se aquela que existia então fosse apenas um arremedo de nação ou, no melhor dos cenários, como se aquela que existia então estivesse longe da nação desejada por tantas e tantas gerações de brasileiros. Numa palavra, os discursos de JK, tomados em seu conjunto, procederam a um chamamento geral no qual se apresentou Brasília como *uma obra nacional*; *uma obra de todos os brasileiros, e sobretudo das gerações vindouras*; onde se anunciou enfim que todos eram bem-vindos à construção não somente da nova capital mas de um *Novo Brasil*. Em resumo, portanto, os discursos do governo apresentaram a imagem de uma cidade sede do poder central e berço da nova nação brasileira. A imagem de uma cidade chamada a anunciar um novo e mítico divisor de águas de nossa história: *antes e depois de Brasília!*

A região (o espaço geográfico) onde a cidade seria construída permitiu, de certo modo, que este tipo de imagem encontrasse lastro no Brasil de então pois ela, a região, pouco existia. Não haviam grandes cidades economicamente importantes (Anápolis e Goiânia sendo as cidades mais próximas); tampouco havia uma forte tradição cultural e a densidade populacional de toda a região — segundo dados do IBGE — era de 0,5 hab/km². Além destes fatos, poucos foram aqueles que se deslocaram do Rio de Janeiro para conhecer o sítio escolhido para a construção da nova capital. O próprio JK, em suas memórias (Kubitschek, 1976), reconheceu desconhecer a região e somente a visitou pela primeira vez quando se convenceu de sua desmesurada ambição: construir e

³ Utilizamos aqui o conceito de imaginário tal como o define Gilbert Durand, ou seja, como conjunto de imagens primordiais criado pela espécie humana. Neste sentido, imaginário brasileiro pode ser considerado um sub-conjunto destas imagens presentes na trajetória da sociedade brasileira. Ver a este respeito, Gilbert Durand (1989). *As estruturas antropológicas do imaginário*, Lisboa: Ed. Perspectiva e Márcio S. B. S. de Oliveira (1993), *Étude sur l'imaginaire brésilien. Le Mythe de la nation et la ville de Brasília*, Tese de doutorado, Universidade de Paris.

inaugurar ali a nova capital do país no curto período de seu mandato presidencial: 5 anos.

A construção de Brasília foi contudo uma obra tão gigantesca para este Brasil agrário do início dos anos 50 — construir uma cidade a mais de mil km dos centros mais desenvolvidos e industrializados do país e numa das regiões menos povoadas de então — que se deve perguntar como esta obra pode ser realizada e, portanto, se não era absolutamente normal ver o ex-presidente JK defendê-la tão fervorosamente. Mas o notável aqui é que se por um lado a região (pouco povoada e bastante desconhecida) e o estágio de desenvolvimento de então eram muito pouco propícios à realização do projeto governamental, em sentido inverso, produziu-se o seguinte efeito: as imagens de conquista, de redenção do Brasil e de fundação de uma nova nação coladas a Brasília acabariam por fazer eco à nova capital, sobretudo porque elas fizeram eco às primordiais imagens de conquista e de fundação presentes no imaginário brasileiro. E isto a um tal ponto que até hoje é difícil separar a construção de Brasília da imagem de uma nova nação.

O período da construção de Brasília apresentou-se então como uma situação perfeita para que se analisasse — eis aqui nossa hipótese — o imaginário brasileiro graças ao estudo das imagens evocadas nos discursos de apresentação e de justificação do projeto mudancista. Estes famosos primeiros discursos de JK, oriundos deste espaço praticamente virgem e despossuído de referência histórica digna de nota, mas curiosamente repletos de imagens de renovação (*nova nação*), de enraizamento histórico e cultural (*cidade situada no centro geográfico do país e junto a suas verdadeiras raízes*) e também de conquista e de progresso (*última fronteira, trampolim da civilização brasileira*), se encontram assim na origem de nosso interesse pela *poética do espaço* e pelo imaginário das cidades. Posta deste modo, nossa questão foi a seguinte: tomando por objeto de estudo um conjunto de discursos (e imagens) emersos de um tempo onde as realidades geográfica e social não foram um freio à imaginação social, não seria lícito esperar assistir aí o despertar de imagens e símbolos adormecidos no imaginário brasileiro?

Tomando como referência teórica os estudos sobre a poética do espaço de Gaston Bachelard e os estudos sobre imaginário de seu discípulo, Gilbert Durand, este artigo pretende esboçar os grandes contornos imaginários daquilo que se convencionou chamar *a epopéia da construção de Brasília* (Vasconcelos, 1989). Trata-se portanto de compreender o significado da construção de Brasília não a partir das circunstâncias sócio-históricas que a condicionaram, mas a partir do significado simbólico dos discursos criados para apresentá-la e legitimá-la no momento mesmo de sua construção, de 1956 a 1960.

No conjunto dos agentes produtores de discursos sobre Brasília⁴, analisamos também, além daqueles presentes no governo JK⁵, aqueles que estão no *Plano Piloto* de Lúcio Costa (Costa, 1991) e no livro *Minha experiência em Brasília* de Oscar Niemeyer (Niemeyer, 1978), respectivamente autor do traçado da cidade e arquiteto responsável pela criação dos principais edifícios públicos de Brasília. Estes discursos serão analisados em torno do tema do espaço, ou seja, da maneira pela qual o espaço foi concebido e criado pela e para a cidade durante o período de sua construção. Contudo, dá-se especial atenção às imagens evocadas nestes discursos. São estas imagens que serão comparadas às imagens de conquista e fundação presentes no imaginário brasileiro.

SÍMBOLOS DO ESPAÇO E DAS CIDADES

Em sua *Poética do Espaço* (Bachelard, 1988), Gaston Bachelard compreende o espaço a partir de certas categorias simbólicas. Em seu dizer, trata-se de realizar uma topofilia. Mas não de todos os espaços: apenas dos espaços felizes, dos espaços que atraem. Numa palavra, dos espaços amados, dos espaços protegidos contra forças adversas.

Graças a esta maneira de conceber os espaços, Bachelard pode partir da *casa* para chegar até as categorias mais gerais do espaço. A *casa* é assim íntima mas universal; imensa mas igualmente cheia de gavetas, ninhos e cantos. Neste sentido, a maneira pela qual nós a construímos e a maneira pela qual nos apropriamos dela é bastante reveladora de nós mesmos, da sociedade em que vivemos. Bachelard parte do pressuposto segundo o qual não existe *casa natural*. A casa é assim — pode-se deduzir — imaginada e em seguida construída. Ou, construída pois imaginada.

O interesse de Bachelard por estes espaços construídos e protegidos foi o ponto de partida para supor que sua análise poderia também ser aplicada às fortificações e às cidades.⁶ De fato, se as primeiras são freqüentemente construídas para proteger e as últimas sobretudo para conquistar, a oposição

⁴ É óbvio que outros agentes sociais produziram também discursos sobre a cidade onde se encontram imagens sobre Brasília. Para uma análise mais detalhada destes outros agentes, ver Márcio S. B. S. de Oliveira (1993), op. cit.

⁵ No âmbito deste artigo, nos limitamos a analisar tão somente as imagens presentes nos discursos feitos pelo próprio JK.

⁶ Devemos fazer menção aqui ao capítulo “Dialética do interior e do exterior” do livro “A poética do espaço”, cuja análise se encaixa com perfeição à cidade, embora Bachelard não faça menção a ela. A respeito da possibilidade de utilizar a poética bachelardiana para análise de textos históricos, ver Márcio de Oliveira, “Raízes epistemológicas da teoria do imaginário em Gilbert Durand”, *Revista de Ciências Humanas*, 5: 123-138.

entre a imagem da proteção (direcionada para o interior) e a imagem da conquista (direcionada para o exterior) encontrou nas cidades (sobretudo do Terceiro Mundo) uma possibilidade de expressão inusitada devido às condições próprias do processo de colonização. Nestas cidades, as imagens de proteção e de conquista são faces de um mesmo universo simbólico face a um mundo ao mesmo tempo luxuriante e amedrontador.⁷ Neste caso específico, estas duas faces de Janus não se excluem, mas antes se complementam, revelando a antinomia (esta espécie de segredo vulgar) própria dos símbolos. Proteção e conquista findam assim por revelar o imaginário sincrético característico das formações sociais do Novo Mundo, manifestado sobretudo nas cidades.

Gilbert Durand (Durand, 1980), por sua vez, nos lembra que não se deve falar em imagens simbólicas como complemento da realidade, mas como elementos reveladores do imaginário. Esta assertiva é propícia à análise do imaginário brasileiro pois os discursos (e imagens) criados em torno da cidade de Brasília apresentaram um peso decisivo no processo de resgate do imaginário da conquista e da fundação. De um certo modo, e isto sobreviveria à inauguração efetiva da nova capital, a *Brasília imaginária* — explosão dos desejos de conquista e de fundação — modulou a Brasília que nascia pouco a pouco por sobre a poeira fina do planalto central, influenciando inclusive hoje sobre as imagens que guardamos do período da construção. Brasília era — e continua sendo — obra de pioneiros, do arroubo de “bandeirantes modernos” — os candangos — da ousadia de um presidente e da fé de um povo no seu grande destino.

Para a época e sobretudo para o sucesso do processo de construção da cidade e de transferência da capital, contudo, as conseqüências do resgate do imaginário brasileiro podem ser assim resumidas: quando facetas do imaginário puderam se materializar nas imagens de conquista e de desbravamento próprias ao processo de transferência e de construção da nova capital, o empreendimento ganhou novas dimensões e seus atores sentiram-se encorajados a prosseguir na obra pois ancorados no sentimento de destino histórico a ser cumprido. Disto resultaram as grandes imagens de Brasília enquanto redenção nacional. Foi portanto o imaginário da conquista e da proteção, entrelaçado ao processo de fundação da nova capital, que permitiu tanto a JK quanto a seus arquitetos situarem seus discursos nos limites do universo simbólico brasileiro, conferindo um sentido não premeditado a Brasília: a construção da cidade passou a ser a fundação da nação. Os anos da construção viram estabelecer-se assim uma relação generativa — e não de oposição como é comum se dizer — entre

⁷ Ver a este respeito, Sérgio B. de Holanda, *Visão do Paraíso*, São Paulo: Ed. Nacional, 1985, 4ª ed.

discurso e realidade. Foi portanto por sobre o universo simbólico que as análises da realidade sócio-econômica acabaram por inscrever seus sentidos temporais, permitindo que Brasília, de “capricho de um homem”, fosse transformada numa necessidade nacional.⁸ O imaginário brasileiro — as imagens, os mitos e os símbolos que o revelam — deve ser compreendido assim não como a contrapartida da realidade sócio-econômica, mas como seu leito. Insistimos neste delicado ponto: não se trata de oposição entre imaginário e realidade temporal mas sim de expressão do primeiro no último. Em suma, a cidade concreta (resultante de um conjunto de ações sociais) espelhou a dimensão imaginária da sociedade que a criou. É deste processo que fala este trabalho.

É importante afirmar enfim que, situando o ponto de partida desta análise nos discursos (e imagens) da construção, não se deve inferir qualquer primazia ou responsabilidade que seus agentes produtores — tanto o governo JK quanto os arquitetos — teriam sobre o sentido simbólico que eles revelam. A relação lógica que se estabelece aqui não pressupõe inferências causais ou pseudo-dialéticas. Eis porque nos distanciamos das análises sócio-históricas clássicas que pretendem deduzir o produto — no caso os discursos (e imagens) — de vetores — no caso a ideologia nacional-desenvolvimentista — que, em princípio, os precederam.

Os discursos (e imagens) de JK e dos arquitetos, tendo por referência o tema do espaço, são tomados como reveladores de um imaginário e não como seus criadores. De que maneira e em que medida o tema do espaço foi o elemento detonador de sentidos simbólicos imaginários é o que vemos a seguir. Primeiro, com os discursos (e imagens) de JK.

DISCURSOS (E IMAGENS) DE JK SOBRE BRASÍLIA

O sucesso da transferência da capital deve bastante à obstinação deste homem. Muitos são aqueles que testemunham da enorme convicção e força de vontade deste personagem ímpar na história brasileira. A biografia de JK revela uma poderosa vontade de vencer a despeito de tudo e, por vezes, de todos. A título ilustrativo, vejamos alguns exemplos disso. Quando de sua passagem pela prefeitura de Belo Horizonte, JK foi apelidado pela imprensa da época de “prefeito-furacão”, dada a impressionante quantidade de obras empreendidas ao mesmo tempo. Governador de Minas Gerais, seu lema foi “Energia e Transportes”. Quando candidato à presidência, seu slogan de

⁸ A construção física da cidade também se nutre no imaginário brasileiro. Ver a este respeito, nossa tese de doutoramento, sobretudo, o capítulo quarto intitulado “La construction de la ville de Brasília et le mythe de la nation”.

campanha foi “Fazer o Brasil avançar 50 anos em 5!” A transferência da capital do país para a região do planalto central era um dispositivo presente na Constituição do Brasil desde 1891 e nenhum presidente tinha tentado cumpri-lo até JK. O projeto de construir Brasília e transferir a capital no curto período de 5 anos pareceu tão irrealista ao congresso brasileiro que a oposição parlamentar não colocou obstáculo algum à sua aprovação, acreditando que tal obra se transformaria no “túmulos político de JK”. Enfim, ainda garoto na pequena Diamantina, JK descobriu, na biblioteca municipal, a história do faraó Akhenaton que tinha construído a cidade de Athon. Mais tarde, o ex-presidente confessaria a seus colaboradores mais próximos não saber dizer se a imagem daquele faraó lhe havia inspirado a construção de Brasília.

O processo de construção da cidade de Brasília encaixou-se com perfeição nos discursos do ex-presidente sobre o *Novo Brasil*. A ocupação da região associou-se igualmente bem às idéias de progresso e de dominação próprias à sociedade brasileira, desde o século XIX. Fruto do progresso técnico e do desejo de desbravamento e de posse deste imenso planalto central do interior, Brasília foi prontamente saudada como trampolim da civilização brasileira. Por outro lado, a imagem de uma cidade (de uma cidade ideal) bastante presente no imaginário ocidental desde a Grécia antiga⁹ foi igualmente resgatada. Brasília foi pretexto para se anunciar a chegada da “era das civilizações urbanas”.¹⁰

A escolha do sítio da nova capital foi bastante trabalhada nos discursos do ex-presidente. A inexistência de estradas asfaltadas, de ligação ferroviária, de transportes regulares — com exceção das velhas “jardineiras” que levavam 3 semanas na estação da seca, e muito mais que isso na estação das chuvas, para chegar a São Paulo — antes de se revelarem obstáculos, estimularam os discursos de conquista e de fundação de JK. Em outubro de 1956, JK visita a região pela primeira vez, aterrisando na fazenda do Gama, numa pista construída ao lado de onde, pouco mais tarde, seria construído o “Catetinho”.¹¹ Deste primeiro contato com a realidade espacial da região, JK retirou o seguinte comentário:

Do alto, assemelha-se a uma região deserta e solitária. Um descampado infinito com ligeiras ondulações. Sente-se, porém, que reúne todas as condições para sede de uma cidade magnífica, um

⁹ Ver a este respeito, Roger Mucchielli (1960). *Le Mythe de la Cité Idéale*, Paris: PUF.

¹⁰ Roland Corbisier, op. cit.

¹¹ Catetinho — também chamado de Palácio de Tábuas — foi o nome dado a primeira residência presidencial construída para que JK pudesse pernoitar em Brasília.

centro de trabalho pacífico e produtivo. Lá do alto, vendo esta paisagem admirável, durante minhas observações, olhei para as asas do avião e ali vi aquelas duas miniaturas da Bandeira Nacional. Senti que elas representavam um símbolo, o mesmo dos audazes bandeirantes que enfrentando toda sorte de dificuldades, embrenhavam-se pelas selvas na conquista das riquezas do interior brasileiro. (Vasconcelos, 1989)

A imagem de JK como o primeiro “homem branco” a desbravar a região remetia diretamente às primeiras imagens da descoberta do Brasil e foi bastante explorada. O espírito dos pioneiros, dos desbravadores dos sertões, a conquista, nada enfim foi esquecido. Foi igualmente após esta primeira visita que JK cunharia uma das mais fortes imagens sobre a nova capital. Com Brasília, seu objetivo era “fundar uma civilização no coração do Brasil (Vasconcelos, 1979). Na passagem abaixo, percebe-se claramente como as imagens do centro, do coração se encaixam naturalmente no sentido da nova nacionalidade buscada:

Do ponto de vista econômico, Brasília resolverá situações já esgotadas, porque vai criar um novo centro de gravidade, para maior equilíbrio, melhor circulação e mais perfeita comunicação entre o litoral e o interior, entre o Norte e o Sul. Politicamente, Brasília significa a instalação do Governo Federal no coração mesmo da nacionalidade, permitindo aos homens de Estado uma visão mais ampla do Brasil como um todo e a solução dos problemas nacionais com independência, serenidade e paz interior. (Vasconcelos, 1989)

Seis meses após a primeira visita, no mês de abril de 1957, JK concluiu um de seus habituais discursos dizendo que seu governo estava “plantando no interior do país uma centelha divina de progresso”. Os *schèmes* verbais característicos do imaginário heróico e fundador “plantar”, “centelha” e “progresso” foram então fixados, reforçando as imagens de centralidade e de fundação já bastante empregadas.

O paralelo entre a fundação de Brasília e a descoberta do Brasil foi definitivamente estabelecido pela representação — tanto no sentido sociológico quanto no sentido teatral do termo — da primeira missa celebrada no planalto central. A mesma cruz da descoberta e um religioso de origem portuguesa lá estavam. É igualmente digna de nota a presença de índios especialmente convidados para assistir esta primeira missa, resgatando assim o ato que o imaginário brasileiro fixou como sendo o da fundação do Brasil: uma missa em ambiente tropical rodeada de índios! Neste momento, JK discursa dizendo: “Este é o dia do batismo do Brasil novo”. (Silva, 1997)

A maneira pela qual a cidade de Brasília ocupou o “vazio” do planalto está finalmente representada no cronograma de execução das obras da cidade. JK, artífice e publicista, o apresentou nestes termos:

Inicialmente vamos erguer o Núcleo Residencial Pioneiro da fazenda do Gama, com o Palácio do Governo, a casa do Presidente, as instalações do Batalhão de guarda e o aeroporto. Após isso, pelo critério da essencialidade atacaremos a edificação dos prédios públicos, que deverão estar concluídos dentro dos prazos. (Vasconcelos, 1989)

Decidido antes mesmo da escolha do “plano piloto”, este cronograma revelou uma concepção do espaço enquanto plano de possibilidades infinitas destinado à realização do sonho da nova capital. Assim como nos tempos do descobrimento, construiu-se aquilo que o imaginário havia fixado como realidade. Aeroporto, Palácio da Alvorada (residência oficial do chefe do executivo), Batalhão de Guarda e os edifícios dos três poderes constitucionais. Este era o espaço a ser inaugurado, esta era a nação desejada, embora tanto a cidade quanto seu espaço urbano — tão carinhosamente desenhados pelos arquitetos — acabassem por ser submetidos às injunções simbólicas e sociais.

O espaço virgem, adequado elemento revelador do imaginário brasileiro, não foi contudo nem bom engenheiro nem bom planejador. No dia da inauguração pouco, muito pouco estava realmente edificado, tornando difícil — impossível em alguns casos — transformar um conjunto de prédios públicos em uma cidade-capital. Os palácios destinados aos três poderes constitucionais foram instalados, o aeroporto funcionava e as comunicações terrestres e telefônicas rompiam o isolamento natural do planalto, mas ainda era insuficiente o número de funcionários públicos federais, necessários ao bom funcionamento da máquina administrativa. Uma parte destes, inclusive, não havia conseguido ocupar suas moradias. As condições de habitação eram tão precárias que, no dia seguinte ao da inauguração, um dos mais importantes jornais da época anunciava em sua primeira página: “Brasília é um pandemônio”.¹² Foi assim que, nos dias que sucederam a inauguração, se formou espontaneamente uma tendência de retorno à antiga capital e um grupo de 19 Senadores da República chegou mesmo a esboçar uma reação contra a nova capital, reabrindo o antigo Senado na cidade do Rio de Janeiro.

As imagens da fundação foram celebradas durante a inauguração, a nação foi recriada, a capital foi transferida, mas tudo isto havia sido realizado

¹² *Jornal do Brasil*, edição do dia 22/04/60, p. 5.

no espaço do imaginário brasileiro. Construindo a nova capital JK pretendeu concluir uma época, inaugurando uma nova. Ele havia iniciado seu governo afirmando que o Brasil ainda não havia se tornado uma nação por inteiro para apresentá-la construída, concluída. Demonstrando aguda compreensão histórica, JK sempre havia afirmado que a trajetória da nação brasileira a havia empurrado para o interior, em direção à conquista do verdadeiro Brasil, daquele Brasil esquecido pelos modismos costeiros; em direção a um Brasil mais puro; numa palavra, em direção a Brasília. Era o espaço permitindo que não somente fosse erigida uma cidade, mas que a própria história do país fosse reescrita a partir dos símbolos do novo, da centralidade e da fundação presentes no imaginário brasileiro desde os tempos do descobrimento.

DISCURSOS (E IMAGENS) DOS ARQUITETOS SOBRE BRASÍLIA

Os trabalhos de Lúcio Costa e de Niemeyer se integraram tão perfeitamente às imagens e discursos de JK que se poderia pensar que tudo não passou de uma obra orquestrada pela mesma pessoa. Por que e como isto foi possível?

No Brasil, a única arquitetura realmente tradicional, neste começo dos anos 50, era a arquitetura colonial. Ao lado desta tradição, existia, é claro, uma certa trajetória de construção de cidades que, sem muito alarde, vinha cavando seu caminho por entre necessidades regionais e desejos de colonização de novas fronteiras. Foi assim, por exemplo, que, no final do século XIX, o então governo de Minas Gerais decidiu transferir a capital de seu estado, de Ouro Preto para uma nova cidade a ser construída, Belo Horizonte. Próxima do exemplo de Belo Horizonte está a cidade de Goiânia, dotada de um traçado moderno¹³, e fundada igualmente pelo poder público, com o objetivo de se tornar a nova capital do estado de Goiás.¹⁴

Sem pretender desenvolver aqui toda uma análise sobre a estreita ligação entre Le Corbusier e a arquitetura moderna de nossas cidades e/ou seus discípulos mais famosos¹⁵ — Costa e Niemeyer — não seria difícil compreender

¹³ Sobre a relação entre a ocupação do espaço e a fundação de cidades no Brasil, ver especialmente Luis A. Espejo (1984). Tese de Doutorado de Estado, Universidade de Lille et C. Queiroz (1991). *Paisagem poderosa e préexistência*, Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília.

¹⁴ É possível estabelecer este mesmo paralelo com a cidade de Londrina, no Paraná, embora não se trate de uma capital, menos ainda de uma cidade fundada pelo poder público.

¹⁵ Sobre a relação de Le Corbusier e a arquitetura brasileira, ver especialmente Margareth C. da S. Pereira et alli (1987).

o interesse mútuo do mestre suíço pelo Brasil e dos arquitetos brasileiros por suas concepções modernas, quando nos lembramos da seguinte relação: enquanto Le Corbusier havia elaborado uma certa concepção da vida urbana como modelo para a vida social, a arquitetura brasileira findaria por acreditar que na cidade nova poderiam ser lançadas as bases da nova sociedade. Brasília foi, sem dúvida, a expressão perfeita desta relação.

LÚCIO COSTA

O “inventor de Brasília” — como Costa costuma se auto-intitular — é sem dúvida um dos mais fiéis representantes da escola da arquitetura moderna no Brasil. *Seu plano piloto* é uma prova viva desta fidelidade.

Pode-se dizer com certa razão que o autoritarismo das linhas do plano piloto de Lúcio Costa é o grande responsável pela permanência de Brasília. Ocorre contudo que o caráter autoritário esconde por vezes o caráter fundador que revestiu a concepção do projeto. De fato, se o autoritarismo da concepção seria uma condição *sine qua non* do concurso público que definiria o melhor projeto, o caráter fundador e cívico não o eram. Contudo, são estes que acabam se impondo àquele:

A liberação do acesso ao concurso reduziu de certo modo a consulta àquilo que de fato importa, ou seja, à concepção urbanística propriamente dita, porque esta não será, no caso, uma decorrência do planejamento regional, mas a causa dele: a sua fundação é que dará ensejo ao ulterior desenvolvimento planejado da região. Trata-se de um ato deliberado de posse, de um gesto de sentido ainda desbravador, nos moldes da tradição colonial. (Costa, 1991)

Fundação, ato de posse, gesto desbravador, causa do planejamento regional: eis aí uma série de expressões que, sem sombra de dúvida, remetem ao mesmo universo simbólico, ao mesmo imaginário de conquista que encontramos presente nos discursos de JK. A apropriação do espaço, considerado terra virgem e inexplorada, pode ser encontrada ainda no momento em que Lúcio Costa explica como nasceu Brasília: “Nasceu do gesto primário de quem assinala um lugar ou dele toma posse: dois eixos cruzando-se em angulo reto, ou seja, o próprio sinal da cruz”. (Costa, 1991)

De quem “assinala um lugar”, o “próprio sinal da cruz”. Uma vez mais a cruz, da primeira missa, da missa no planalto, da fundação. O espaço e a região só foram levados em conta quando Costa decidiu inclinar os dois braços da cruz para adaptar seu projeto ao relevo local, afim de facilitar o escoamento das águas em direção ao lago artificial que seria construído. E esta se tornaria a única referência tanto ao espaço quanto à região!

Em relação à cidade, ela não deveria ser apenas *urbs* mas também *civitas*, “possuidora de todos os atributos inerentes a uma capital”. O lugar reservado à nova nação kubitschekiana estava no centro das preocupações. No coração da cidade, a Praça dos Três Poderes dava o tom: uma nação moderna e democrática.¹⁶ Como para JK, o papel de capital da nação superaria em muito o papel de cidade.

Já quanto à sociedade que ali se formaria, é espantoso verificar que o urbanista também havia previsto sua criação:

(...) gradação social poderá ser dosada facilmente atribuindo-se maior valor a determinadas quadras como, por exemplo, às quadras singelas contíguas ao setor das embaixadas (Costa, 1991).

E, encerrando este capítulo social, pouco mais a frente, Costa afirma que o “(...) agrupamento delas, de quatro em quatro, propicia um certo grau de coexistência social, evitando-se assim uma indevida e indesejável estratificação” (Costa, 1991). O desejo de fundação de um novo tipo de sociabilidade — onde se evitaria a estratificação em prol da coexistência social — *pari passu* a nova cidade é de uma singeleza e de uma candura que seriam piegas se não fossem simplesmente repletas de imaginário brasileiro.

O texto de Costa apresenta ainda passagens onde se pode notar o entrelaçamento de um certo romantismo bucólico com um desejo de real intervenção no espaço social a partir do espaço urbano. O percurso que deveriam fazer os ônibus ao deixar a nova capital¹⁷ ou os postes a meia-luz para favorecer o colóquio íntimo revelam a delicadeza de espírito e a preocupação com o novo cidadão que viveria em Brasília, traços característicos de Costa. Este era o homem a quem foi confiada a tarefa de conceber o traçado de uma nova nação e para quem o espaço talvez não tenha sido mais que o celeiro de seus sonhos.

OSCAR NIEMEYER

A arquitetura de Brasília é mundialmente conhecida e reconhecida. Este fato se deve em grande parte ao gênio de Niemeyer. Aos desejos de JK e ao plano de Costa, Niemeyer emprestou formas absolutamente originais através de seus palácios flutuantes e sensuais.

¹⁶ Lúcio Costa afirma mesmo que “Se a Praça dos Três Poderes corresponde em termos de espaço e pela intenção a Versailles, existe aí uma outra majestade, é o povo, é a Versailles do povo”. Lúcio Costa, *Sobre a arquitetura*, Porto Alegre: Centro dos Estudantes de Arquitetura, 1952, p. 341.

¹⁷ Lúcio Costa, *Plano...*, op. cit., p. 24. Costa utiliza aqui a expressão: “despedida psicologicamente desejável” (grifo do autor).

Mas a plasticidade da arquitetura de Brasília foi, por um lado, fruto do papel desempenhado pelo concreto. Maleável e sensual porém sólido e prático, o concreto entregou-se a todos os desejos e a todas as loucuras. Feito para durar, com ele destruíram-se e construíram-se tradições. Ergueram-se palácios do nada.

Este material tornou-se assim uma espécie de tela gigante sobre a qual a imaginação de Niemeyer logrou transformar os “espaços vazios” em obras de arte. Sem o concreto, nada de espaço, nada de cidade. Ele deu vida aos desejos do político — quando por exemplo JK pedira a Niemeyer um palácio para “durar cem anos”. Ele realizou o que o texto queria dizer, materializou a cidade e, sobretudo, ornou com maestria o imaginário da fundação. Ainda hoje Brasília é considerada por todos uma obra de grande beleza.

Por outro lado, menção deve ser feita aos sentimentos cívicos e sociais deste notório comunista, para quem Brasília deveria ser o começo de uma nova era social. Seus relatos, publicados no livro *Minha experiência em Brasília*, atestam o firme desejo de ver coexistirem como irmãos, nesta nova cidade, o homem do povo e a elite:

Eu via assim estas terras cultivadas, cobertas de uma vegetação fechada e eu imaginava o camponês enfim liberado da exploração contra a qual ele se debatia, retirando sua felicidade de uma terra generosa e de uma vida mais justa para todos.¹⁸

Ao desejo de fundação da nova nação kubitschekiana, Niemeyer acoplou seu desejo de fundação de um nova sociedade, onde viveria um homem novo. A memória de Niemeyer é realmente seletiva. De todas as recordações que ele pode e poderia ter guardado, que belo espaço (uma vez mais “ele”) foi reservado à realidade social e ao homem novo que faria justiça ao imenso reservatório semântico que o imaginário brasileiro banhou com a construção de Brasília.

A GUIA DE CONCLUSÃO

Nosso objetivo aqui foi tão somente emoldurar com elementos do imaginário brasileiro o quadro simbólico dentro do qual se deu a construção de Brasília. Graças a certas imagens empregadas por JK, Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, durante os anos de 1956-60, quisemos esboçar os contornos externos do imaginário.

Claro está que o escopo deste trabalho nos convidou apenas a sobrevoar alguns dos possíveis significados simbólicos que podem ser relacionados às

¹⁸ Oscar Niemeyer, op. cit., p. 136. A tradução é de nossa responsabilidade.

imagens verbais em torno da construção de Brasília. Uma outra pista de investigação é o estudo das imagens fotográficas e cinematográficas produzidas ao longo da construção. Um estudo deste tipo de imagem permitirá, no futuro, uma verificação comparativa com nossos próprios resultados.

Seja como for, não podemos nos subtrair à tarefa de extrair algumas conclusões do estudo realizado.

Chamamos a atenção primeiro para o denominador poético e intrinsecamente fundador que parece unir o universo simbólico dos discursos de JK ao texto de Costa e aos sentimentos de Niemeyer. Paralelo a isto, deve-se ressaltar ainda o caráter generoso e imodesto que revestiu a construção de Brasília. De fato, quem falou Brasília, viu grande! Nova era, nova civilização, novo Brasil, cidade nova... O espaço, esta imensidão do planalto central do Brasil, foi artífice e cúmplice das muitas proezas, das tantas promessas. Virgem e desindustrializada, a região do planalto criou obstáculos gigantescos à transferência da capital. Mas, ao mesmo tempo, autorizou e embelezou os vãos imaginários mais fecundos e mais reveladores.

As dificuldades técnicas, econômicas, políticas e sociais foram, curiosamente, co-responsáveis pelo turbilhão imaginário que se pode verificar em torno de Brasília. A transferência da capital é ainda hoje um dos momentos mais propícios ao estudo do trajeto antropológico da sociedade brasileira pois nela pode se manifestar todo o desejo do novo, do moderno e do nacional acalentado por setores intelectuais, artísticos e das elites desde meados do século XIX.

ABSTRACT

This article intends to introduce the general lines of the Brazilian imaginary from the theoretical point of view produced by Gaston Bachelard and Gilbert Durand. The case of this study is the images of the period of Brasília's construction (the new capital of Brazil), 1956-1960, produced by ex-President Juscelino Kubitschek and the architects Lúcio Costa and Oscar Niemeyer. All of these images are analysed around the theme of the creation and appropriation of the urban area in the new capital.

RÉSUMÉ

Ce travail entend partir des études sur l'espace de Gaston Bachelard et de Gilbert Durand, pour essayer d'esquisser les grands contours imaginaires de ce qui fût l'épopée de la construction de la ville de Brasília. Il s'agit donc de comprendre

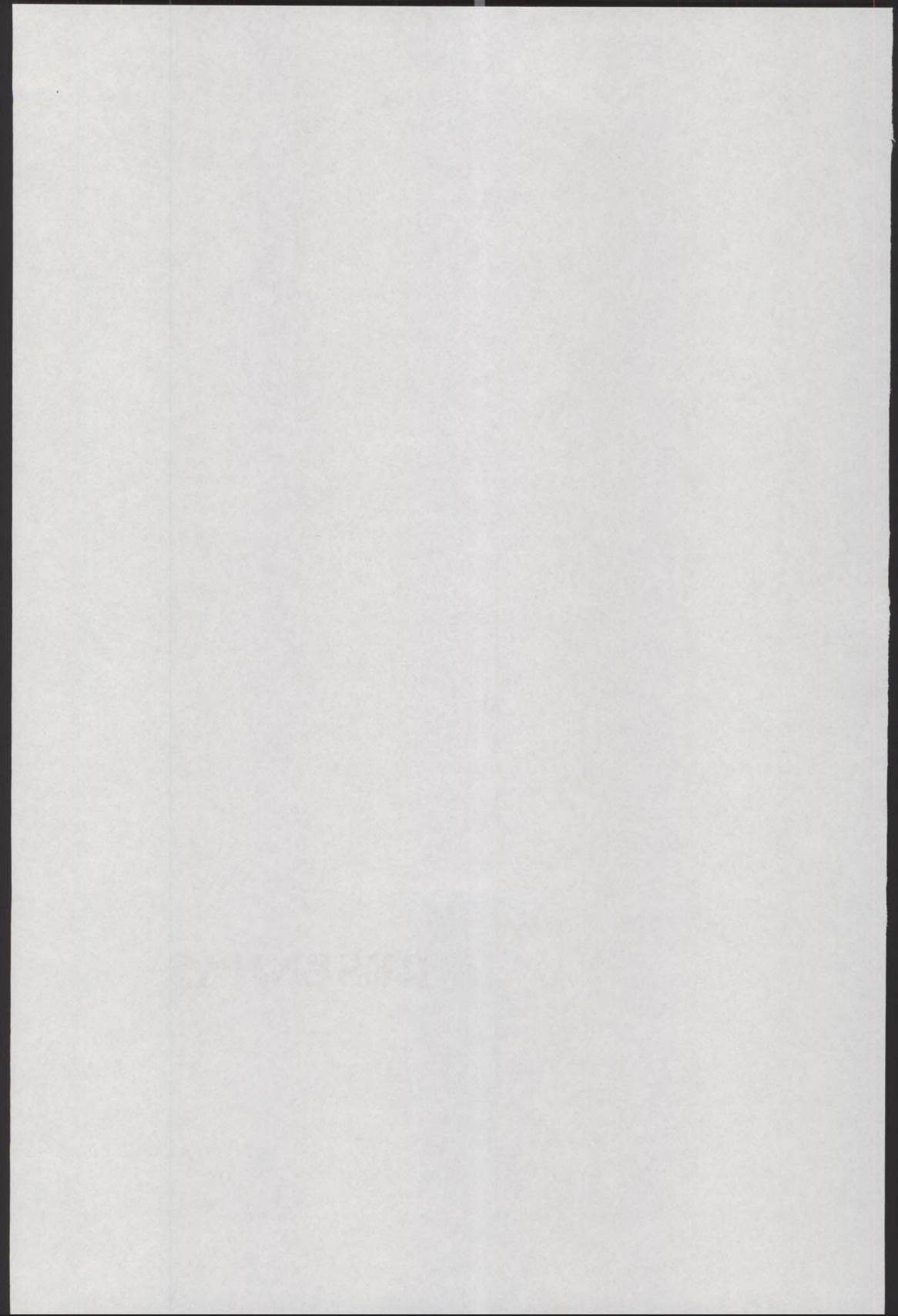
le signifié de la construction de la ville non pas à partir des circonstances socio-historiques, mais à partir du signifié symbolique des images employées lors de la construction de la ville de Brasília, c'est-à-dire, pendant les années 1956-1960. De l'ensemble des agents producteurs des images sur Brasília, ce travail se borne à analyser les discours de l'ex-président Juscelino Kubitschek et des deux architectes de la ville: Lúcio Costa et Oscar Niemeyer. Ces discours sont analysés autour du thème de l'espace, c'est-à-dire, de la façon dont l'espace fut conçu et pris en possession par la nouvelle ville.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bachelard, Gaston (1988) *A poética do espaço*. São Paulo: Martins Fontes.
- Benevides, Maria V. (1976) *O governo Kubitschek: desenvolvimento e estabilidade política, 1956-61*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Bruand, Yves (1971) *L'architecture contemporaine au Brésil*. Tese de Doutorado de Estado, Universidade de Lille.
- Castro, Henrique L. C. (1960) *Brasília e o desenvolvimento nacional*. Rio de Janeiro: Dasp.
- Corbisier, Roland (1960) *Brasília e o desenvolvimento nacional*. Rio de Janeiro, Iseb.
- Costa, Lúcio (1991) *Plano Piloto de Brasília*. Brasília: GDF.
- _____. *Sobre a arquitetura* (1952). Porto Alegre: Centro dos Estudantes de Arquitetura.
- Durand, Gilbert (1989) *As estruturas antropológicas do imaginário*. Lisboa: Ed. Perspectiva.
- _____. (1980) *Science de l'homme et tradition*. Paris: Berg International.
- Espejo, Luis A. (1984) *Rationalité et formes d'occupation de l'espace*. Paris: Anthropos.
- Holanda, Sérgio B. de (1985) *Visão do Paraíso*. São Paulo: Ed. Nacional, 4ª ed.
- Kubitschek, Juscelino (1976) *Meu caminho para Brasília*. Rio de Janeiro: Ed. Bloch, 3 vols.
- Mucchiellii, Roger (1960) *Le Mythe de la Cité Idéale*. Paris: PUF.
- Niemeyer, Oscar (1978) *Mon expérience à Brasília*. Paris: Ed. Alhabète.
- Oliveira, Márcio de (1996) "Raízes epistemológicas da teoria do imaginário em Gilbert Durand". *Revista de Ciências Humanas*, nº 5: 123-138.
- Oliveira, Márcio S. B. S. de (1993) *Étude sur l'imaginaire brésilien. Le Mythe de la nation et la ville de Brasília*. Tese de Doutorado, Universidade de Paris V.
- Paviani, Aldo (1988) *Brasília, a utopia em crise*. Brasília: EdUnB.

- Pereira, Margareth C. da S. et alli (1987) *Le Corbusier e o Brasil*. São Paulo: Tessela/Projeto Hunter Douglas.
- Queiroz, Cláudio, (1991) *Paisagem poderosa e préexistência*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília.
- Skidmore, Thomas (1967) *Politics in Brazil, 1930-64. An experiment in Democracy*. New York, Oxford Press University.
- Silva, Ernesto (1997) *História de Brasília*. Brasília: Linha Gráfica Editora.
- Souza, Nair H. B. (1983) *Os construtores de Brasília: estudo de operários e sua participação política*. Petrópolis, Vozes.
- Toledo, Caio N. de (1982) *Iseb, fábrica de ideologias*. São Paulo: Ática.
- Vasconcelos, Adirson (1989) *A epopéia da construção de Brasília*. Brasília: Ed. do Autor.
- _____ (1979) *A primeira viagem*. Brasília: Ed do Autor.
- Jornal do Brasil, edição do dia 22/04/60.

RESENHAS



Brasília: A construção do cotidiano de Brasilmar Ferreira Nunes (Org.). Brasília: Paralelo 15, 1997, 302 páginas (Coleção Biblioteca Brasiliense)

*Lúcia Cony Faria Cidade**

Construída a partir do que se poderia chamar de um imenso vazio, Brasília foi criada com a clara intenção de tornar-se um modelo de cidade. Um modelo a ser admirado pelo mundo e seguido, na medida do possível, por outras cidades brasileiras. A nova capital seria o símbolo da entrada do Brasil, ainda que tardia, nos benefícios do tão desejado desenvolvimento. Localizada no meio da grande fronteira de expansão a ser consolidada no Brasil central, a cidade deveria também cumprir objetivos geopolíticos de ocupação do território e de interiorização do desenvolvimento. Fruto de um projeto modernista, selecionado por júri internacional, o desenho urbano vencedor, apresentado de forma quase esquemática por Lúcio Costa, sobressaiu entre várias propostas mais detalhadas e completas. O que deu um caráter irresistível ao projeto aparentemente simples foram as características de monumentalidade explícitas pelo traçado urbano, as únicas condignas de uma capital.

A proposta modernista, que havia dominado os círculos de elite de arquitetos e urbanistas brasileiros na década de cinqüenta, consagrou o racionalismo como instrumento de eficiência funcional e promoção de qualidade de vida nas cidades. O projeto da nova capital, imbuído de pressupostos deterministas, representou mais um canal para a ansiedade com que se desejava superar, de forma voluntarista, alguns dos principais efeitos do atraso em que se encontrava o país.

O espaço construído, urbanizado segundo os cânones da ambiciosa Carta de Atenas, demonstraria seu poder de ultrapassar, como uma segunda natureza, os efeitos perversos da difícil e conflitiva vida em uma sociedade de pesada herança colonial.

* Lúcia Cony Faria Cidade é professora adjunta do Departamento de Geografia do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília.

Passados mais de trinta anos após sua inauguração em 1960, terá Brasília conseguido desempenhar-se à altura de tantas expectativas? Terá o desenho urbano cuidadoso, sofisticado e impregnado de intenções sido capaz de superar as influências de uma organização social autoritária e excludente? Qual será a verdadeira feição atual dessa cidade em que tudo, ou quase tudo, foi previsto? Terá a população que vive em Brasília conseguido beneficiar-se dos ambiciosos propósitos que cercaram o projeto original e transformar-se em parte de uma utopia viva? Será, inversamente, o povo de Brasília verdadeiramente representativo da nacionalidade brasileira neste final de milênio?

Diante de tantas questões de evidente interesse, *Brasília: a construção do cotidiano* reúne um conjunto privilegiado de textos, fruto de pesquisas de diversos professores e um pós-graduando da Universidade de Brasília. Audaciosamente, o livro propõe-se a “desvendar a cidade como a *urbe* que já apresenta características metropolitanas e cosmopolitas com as peculiaridades que apenas a Capital dos brasileiros poderia oferecer”. Já na Apresentação, o organizador fornece pistas do que está para ser descerrado:

Isso significa que, ao mesmo tempo que se trata de um espaço social pensado *a priori*, e que, portanto, guarda algumas singularidades que dão à cidade uma identidade própria, reproduz características já seculares da sociedade brasileira.

Acrescenta também uma questão-chave, cuja busca é compartilhada por vários dos artigos do livro: a descoberta da identidade de diferentes grupos sociais que vivem em Brasília.

CONTEXTO EMPÍRICO

A busca de modulações para o fato de que a Brasília realizada e vivida representa ao mesmo tempo algo de único, fruto de seu planejamento original, e algo de comum a outras grandes cidades brasileiras, decorrente de sua localização no espaço e no tempo, já justificaria a organização de uma coletânea. O que se apresenta, no entanto, ultrapassa em amplitude e em profundidade, a reiteração do que a experiência vivida e as reflexões informadas apropriadamente antecipam. Por meio de novos modos de perceber a realidade, o livro traz perspectivas atualizadas e novos desafios. A obra reúne textos que se organizam, de um lado, em torno da investigação da própria cidade, e de outro, em torno de segmentos significativos da população atual de Brasília.

O livro tem ênfase inegavelmente sociológica mas inclui algumas contribuições de representantes de outras disciplinas. A obra, no entanto, estende-se além do estudo de relações sociais, no sentido estrito. Talvez sob a

influência do viés urbano e regional que faz parte da trajetória acadêmica e profissional do organizador, o livro oferece exemplos de como trabalhar dentro do rigor disciplinar e, ao mesmo tempo, ousar criativas incursões por campos afins de conhecimento. O resultado, amplamente positivo, reúne textos independentes que, à medida que se vai avançando na leitura, passam a constituir um quadro coerente, fidedigno e profundamente crítico de Brasília e de sua população. A busca de conhecimento, explicações e, portanto, de soluções para problemas estruturais e conjunturais que afetam a vida da população da cidade está presente, de forma explícita ou implícita, ao longo de toda a obra.

Convém lembrar que a sociologia urbana, particularmente desde a Escola de Chicago e passando pelos marxistas, tem perseverado em oferecer contribuições teóricas e empíricas relevantes para o estudo das cidades. O artigo de Brasilmar Ferreira Nunes, organizador de *Brasília: a construção do cotidiano*, sem a pretensão de sintetizar as contribuições do livro, sinaliza o tom geral. Dentro de uma perspectiva que privilegia reflexões sobre a experiência vivida, o artigo valoriza a procura da compreensão de fenômenos que envolvem grupos de habitantes da cidade. No entanto, aos poucos, vai se revelando o fato de que, para o organizador, como para o conjunto da obra, há uma outra preocupação: conjugar diferentes interpretações sobre os traços formadores da identidade de grupos de habitantes da capital, com a tentativa de caracterizar a própria cidade de Brasília enquanto objeto de reflexão. Torna-se aos poucos evidente que, observadas as nuances teóricas e metodológicas de cada um dos autores e ao lado da busca explícita da identidade de grupos específicos, a cidade é o grande personagem a ser desvendado.

O objeto privilegiado é, portanto, uma combinação de atores sociais com características, problemática e dinâmica próprias, com a própria cidade de Brasília, enquanto produto do modernismo que adquiriu traços particulares. A dinâmica em questão inclui, segundo enunciado do prefaciador, a transformação da cidade de *espaço construído* para *espaço sociológico e político*. Em sintonia com essa preocupação, o organizador cobra, para a capital, uma imagem menos dissociada da realidade do país: “Com exceção de sua arquitetura, a cidade não conseguiu ainda se firmar como a mais completa tradução da cultura brasileira”. (Nunes, p. 30). Essa cobrança acaba revelando uma ambivalência compartilhada por muitos dos que vivem na cidade. Ao mesmo tempo em que valoriza a ousadia arquitetônica, que torna Brasília única, quase deseja a adesão da capital a uma comunalidade, de resto, inevitável.

Acrescentando uma dimensão sinestética às análises, a capa de *Brasília: a construção do cotidiano* convida à reflexão. Traz uma fotografia com a

imagem de um prédio empresarial de arquitetura pós-moderna, característico das áreas de ocupação mais recente da cidade. Essa abertura para absorver novos estilos deixa intuir o fato de que as influências da sociedade mundial sobre a escala local — e uma delas é sem dúvida a arquitetura pós-moderna — representam ainda uma faceta a ser incorporada na composição de uma leitura fidedigna da cidade. Nessa linha, o conjunto de estudos reunido no livro está

compreendendo a cidade como linguagem, cidade como história, cidade como lugar onde a cultura de uma sociedade deixa-se ler nos signos expostos — arquitetura, mobiliário das ruas, praças, placas e anúncios, monumentos e obeliscos —, visibilidade inequívoca da *urbes*. (Santos, 278)

INSTRUMENTAL TEÓRICO

Atual, porém mantendo laços com explicações clássicas, o arcabouço conceitual adotado no livro *Brasília: a construção do cotidiano* não ignora algumas das grandes características da ciência social na pós-modernidade. Intui-se uma cautelosa crítica ao uso de meta-narrativas e determinações históricas como referenciais absolutos, ao mesmo tempo que revela-se a busca de recortes teóricos capazes de explicar a emergência de novos sujeitos sociais dissociados das tradicionais estruturas de classe. O organizador pergunta-se qual seria o discurso adequado para a nova realidade: “Se é um espaço social onde não se pode enquadrar as categorias sociológicas de proletariado e burguesia, qual seria o corte necessário?” (Nunes, p. 20). Ao mesmo tempo, expressa-se, ao longo do livro, a procura por metodologias flexíveis e condizentes com a novidade e transitoriedade dos fenômenos contemporâneos. O organizador considera, ainda, importante encontrar uma metodologia que dê conta de fenômenos específicos a Brasília, que ultrapasse

(...) as referências teóricas tradicionais, próprias para estudos de espaços urbanos clássicos, porém limitados quando se quer perceber a originalidade do fato urbano local. (Nunes: pp. 18-19)

Faz referência aos trabalhos do Prof. Aldo Paviani, um dos colaboradores da obra, que adota “um enfoque que foge ao modelo tradicional e institucionalizado de se pensar esse espaço”.

Várias das análises no livro organizado por Brasilmar Ferreira Nunes privilegiam, como objeto, grupos sociais característicos de Brasília ou categorias comuns a grandes cidades brasileiras, buscando descobrir os contornos de um discurso específico, que reflita a construção de uma identidade brasiliense. As pesquisas buscam também compreender diferentes visões de mundo e explicitar relações significativas por meio da decodificação de

discursos de diferentes atores sociais. A tônica das formulações reflete temas clássicos com formas contemporâneas, privilegiando cultura, formas de sociabilidade, estratégias para lidar com conflitos, cotidiano, vivências, imaginário social, ideário e manifestações simbólicas, dentro de um contexto urbano.

RESULTADOS

Cumprindo expectativa formulada no início do livro, os resultados apresentados contribuem para resgatar o papel histórico da criação da cidade e o papel contemporâneo de Brasília enquanto aquela que se tornou, não apenas formalmente mas também de fato, a capital do Brasil. Por um lado, a cidade investiu-se do papel de centro político e decisório da nação, núcleo do poder do Estado e ponto de convergência de manifestações da sociedade. Por outro lado, com enorme contingente de população migrante representativa de todas as regiões do país, Brasília não conseguiu escapar dos efeitos da pobreza e da exclusão que se abatem sobre as grandes cidades brasileiras. Os textos de *Brasília: a construção do cotidiano* revelam, também, incursões não discerníveis a um olhar pouco atento: começam a antever o papel de Brasília enquanto parte de um sistema urbano mundial; reconhecem a articulação de atividades locais com tendências da sociedade pós-industrial (pós-fordista ou pós-moderna, segundo diferentes linhas); e vislumbram as influências de processos econômicos e culturais globais que envolvem tendências a um tempo diversas e complementares, como homogeneização e individualização do espaço local.

Os textos proporcionam rico material para reflexão sobre processos de exclusão característicos da sociedade brasileira e reproduzidos em sua capital. Um exemplo é o sistema adotado na construção civil, um dos únicos setores industriais que se estabeleceram desde o início em Brasília e que, apesar de reiteradas crises, conseguiu distinguir-se em escala nacional. A organização da produção na construção civil tem sido tradicionalmente reconhecida como uma das mais atrasadas. Suas principais características encontram raízes nos primórdios do capitalismo, reproduzindo a organização hierárquica de mestres, contramestres e aprendizes. Nesse contexto, o canteiro de obras, objeto do estudo de Nair Bicalho, pode ser caracterizado como uma instituição total que reproduz espaços de exclusão característicos da sociedade externa; e notabiliza-se pela clareza com que a desigualdade, a hierarquia e o autoritarismo são incorporados como necessários para o controle dos empregados. Para a mão-de-obra de baixa qualificação, uma alternativa é o mercado informal. A outra, é a criminalização. Essa, em muitos casos, aparece como algo que se vai

insinuando aos poucos, quase com naturalidade. No caso do estudo de Maria Salete Machado sobre meninos de rua, a criminalização revela-se uma forma de sobrevivência, uma reação a uma sociedade violenta e excludente.

Outro tema para reflexão que emerge do livro é a relação de diferentes grupos com a cidade e com o urbanismo modernista. Esse enfoque, embora não central aos procedimentos metodológicos predominantes, aparece em alguns trabalhos e acaba por revelar achados originais como a descoberta de formas de territorialidade e a emergência de uma imagem atualizada de Brasília. Nesse sentido, uma das contribuições significativas da obra foi permitir a distinção entre a imagem projetada na fase de construção da cidade e a imagem contemporânea. As inúmeras diferenças entre o discurso fundador e o que foi, de fato, implementado deixam claro que a imagem realizada é muito diferente da visão da utopia.

Ao focalizar-se o olhar sobre as diferentes imagens de cidade distribuídas ao longo do livro, o que mais chama a atenção são os contrastes. Um exercício de síntese, a partir dos próprios textos, pode enriquecer o argumento. Assim, a imagem de *cidade planejada, dotada de uma ordem referencial* e caracterizada pelo *controle*, pela *rigidez de usos do território* e pela *abundância de terras* (Nunes, 17, 19 e 21) é prontamente contrabalançada por uma realidade em que há *espaços transgressores* (Nunes, p. 20), há usos específicos da terra em locais previstos para outros fins pelo planejamento e há preços da terra e de imóveis muito elevados com relação a outras cidades. A abundância de terras, que seria um meio de viabilizar o planejamento, acabou servindo de instrumento para políticas incrementalistas. Um dos exemplos mais conhecidos é a *doação de lotes*, que teve como um de seus resultados a atração de migrantes (Rua, 213). O livro mostra que o controle também é exercido no espaço social, em particular o *controle no canteiro de obras* (Bicalho, 149). Uma das manifestações atuais que espelham a dicotomia controle-transgressão parte de extratos jovens, com a *cultura da festa como espaço de desregramento e descompressão* (Madeira, 259).

À imagem da cidade *protótipo do urbanismo modernista* (Paviani, 45; Santos, 271), fundamentada no *determinismo espacial* (Nunes, 13) na *organização residencial coletiva* e na visão de *espaço geográfico privilegiado* e de *cidade da utopia* (Siqueira e Bandeira, 236 e 250) encontra contraste no fato de que, em Brasília, mais do que em outros lugares, as *assimetrias sociais* expressam-se bastante nitidamente (Rua, 213), na conhecida *segregação sócio-espacial* (Nunes, 15 e 21; Paviani 60). Se, por um lado, na cidade planejada há *homogeneidade do espaço, estilos de vida e linguagens* (Girard, 192) há também, no âmbito doméstico, um *esforço para recriar lugares de*

subordinação (Girard, 204), enquanto alguns grupos de excluídos vêm a *casa como imagem de insegurança* (Machado, 293). Se, por um lado o *racionalismo afogou dimensões simbólicas* (Siqueira e Bandeira, 244), há também *perspectiva e desejo de mudança* (Siqueira e Bandeira, 238, 240) e a busca da transcendência, por meio do esoterismo e da *proliferação de grupos e seitas* (Siqueira e Bandeira, 228). Ao mesmo tempo que acolhe religiões exóticas, a população da cidade adota escolhas eleitorais que refletem *racionalidade cultural*, uma mistura de escolha racional e cultura política (Rua, 225).

À imagem da cidade de *espaços cosmopolitas* (Nunes, 23 e 25), de *cultura mundializada* (Madeira, 260) e com *ambiente cultural e de conhecimento favorável à inovação* (Maciel, 77), contrapõe-se ao reconhecimento, no espaço construído, de uma *tensão entre padrões transnacionais e padrões regionais ou vernaculares*. Enquanto encontram-se *altas rendas e um número alto de estrangeiros devido às embaixadas*, há uma evidente *tensão entre valores modernos e metropolitanos e os tradicionais, de raízes rurais* (Santos, 279). Essa tensão expressa-se na opinião dominante em certos extratos sociais de que a *melhor sociedade é a hierárquica*, indicando uma tendência ao *Hobbesianismo social* (Rennó, 112). A cidade é vista também como tendo gerado a imagem de *capital do rock* (Madeira, 261), de *cidade jovem* (Nunes, 17) e de *maior área urbana já tombada* (Santos, 272), devido, em grande parte à sua *arquitetura original* (Nunes, 14 e 16). A essa imagem, contrapõe-se a visão de que a *monotonia do Plano Piloto* só encontra ressonância no *tédio feio e sujo das satélites* (Nunes, 17). À imagem de uma cidade na qual *faltam espaços de socialização* (Siqueira e Bandeira, 243), contrapõe-se a descoberta da *rua como lugar coletivo e também de discriminações sociais* por meninos e meninas de rua (Machado, 295), verificando-se também a *constituição de grupos pequenos e fechados* (Siqueira e Bandeira, 244).

À imagem disseminada de Brasília como uma cidade constituída por uma população à qual falta identidade, contrapõe-se o fato de que, desde o início, a cidade foi *palco de movimentos sociais urbanos pela terra* (Nunes, 31) e de *movimentos populares* (Paviani, 39). Ao lado de uma *classe média ampla e homogênea* (Madeira, 260, Santos, 280) e com *valores associados ao individualismo* (Souza, 136), a cidade é *palco de movimentos organizados, profissionais, religiosos e ambientais* (Nunes, 20; Girard, 192). Enquanto se encontra a *moral machista nos grupos de meninos de rua* (Machado, 295), há na classe média uma *visão relativamente pouco tradicionalista do comportamento pessoal* (Souza, 136). Ao lado da *intimidade com o poder do*

Estado (Nunes, 23), há a *inexistência de confiança mútua a falta de confiança nos atores das instituições democráticas* (Rennó, 111 e 112). À constatação de uma população com *baixo índice de associativismo* (Rennó, 111) e de empregadas domésticas que se caracterizam pela *ausência de realidade e recusa de identidade* (Girard, 197), contrapõe-se a descoberta de que *construi-se uma identidade dos operários da construção civil*, pautada, ao mesmo tempo, na sociabilidade e no conflito (Bicalho, 176).

Enquanto disseminou-se a imagem de Brasília como uma cidade de *altos níveis de qualidade de vida* (Paviani, 60), *pouca violência* (Nunes, 23), *trânsito civilizado* (Nunes, 23), *expectativa de aventura* (Nunes, 19), de *melhoria de vida* (Machado, 290), de *alta renda* (Nunes, 23; Maciel, 78) e de *cidade do futuro*, de *população jovem e relativamente instruída* (Maciel, 77 e 83), os próprios autores apontam a má distribuição de equipamentos urbanos, as *várias formas de violência* (Machado, 291), a *violência doméstica e policial*, das quais são objeto os meninos de rua (Machado, 294 e 298), o *transporte coletivo deficiente* (Nunes, 23; Paviani, 60), e a visão de Brasília como *centro de desemprego e precarização* (Paviani, 52 e 60), onde há pobreza, analfabetismo e mortalidade infantil com em outras cidades brasileiras.

Esse exercício confirma, por um lado, que toda tentativa de síntese faz-se ao custo de omitir detalhes relevantes e, às vezes, características estruturais de linhas de pensamento específicas. A síntese explícita, contudo, articulações internas no conjunto observado e contém o potencial de gerar conhecimento além das fronteiras disciplinares. No caso desse exercício, que envolve Brasília, o que se revela com mais nitidez é que, a despeito do elevado nível de expectativa sobre a capacidade do modernismo induzir uma socialização mais igualitária do que no resto do Brasil, os contrastes e a desigualdade são semelhantes aos que existem em outras cidades. O espaço construído e o espaço social não são nem poderiam ser monolíticos, dotados de racionalidade e lógica únicas pois nem a natureza nem a sociedade são assim constituídas. Pelo contrário, as relações sociais continuam expressando a dialética do conflito e da transformação. Não poderia ser diferente com a formação de uma imagem desejada de cidade contraposta à imagem construída pelas relações do cotidiano. O livro mostra que, apesar da rígida proposta racionalista e, portanto, da pretensão do ter os conflitos gerenciados previamente, Brasília tem demonstrado conviver com essas dualidades, incorporando-as a seu *status* de capital e à sua dinâmica sócio-espacial.

APRECIÇÃO

Um trabalho tão rico e sugestivo não pode, entretanto, ser imune a falhas. Verifica-se uma tendência a repetir críticas já reiteradas ao modernismo por seus fracassos e contradições. Não deixa claro em que medida as frustrações do urbanismo modernista devem-se a falhas inerentes à ambição da proposta ou à inércia de fatores estruturais do sistema social hegemônico. Revela-se, por outro lado, que a força do conjunto de textos resulta da busca reiterada de enfoque adequado aos fenômenos originais e mutantes em estudo. No entanto, essa força é também uma das suas fraquezas. Embora os enfoques teóricos revelem preocupações comuns e uma pronta agilidade para responder criativamente aos desafios da pós-modernidade, a falta de um eixo metodológico é a responsável por diferenças marcantes entre os textos. Essa heterogeneidade resulta em níveis diferentes de legibilidade, por vezes até mesmo entre diferentes partes de um mesmo texto. Fica a dúvida se essa variação reflete desafios na formulação de uma ciência social em sintonia com a mutabilidade e fragmentação que alguns atribuem a uma fase pós-moderna; ou, contrariamente, se revela uma sintonia com essa pós-modernidade.

O saldo da leitura é que a obra é uma adição inovadora, instigante e útil para estudiosos de uma área que vem sendo progressivamente documentada em aspectos geográfico-urbanísticos, embora seja ainda extremamente carente de estudos que articulem espaço e dinâmicas sociais específicas. Conforme este breve apanhado indicou, o livro organizado pelo professor Brasilmar Ferreira Nunes reuniu contribuições inegáveis. Os trabalhos esclareceram inúmeras questões sobre a identidade de grupos sociais que fazem de Brasília sua cidade-mãe. Mais do que isso, tornaram possível costurar uma imagem da cidade enquanto aglomerado e enquanto capital, enquanto escala local e enquanto parte de uma dimensão global. As questões que permanecem, apesar dos avanços registrados ao longo da obra, indicam caminhos para futuros desdobramentos.



Não-Lugares – Introdução a uma Antropologia da Supermodernidade de Marc Augé. Campinas: Papirus. Trad. Maria Lúcia Pereira. 1994, 111 páginas

Carlos Antônio Mendes de C. Buenos Aires e

*Livia Freitas Fonseca Borges**

Marc Augé traz ao público uma obra instigante para uma nova leitura das dimensões de tempo e espaço históricos, naquilo que denomina supermodernidade. Nesta elaboração temática, quatro demarcações dão corpo ao texto: “O Próximo e o Distante; O Lugar Antropológico; dos Lugares aos Não-Lugares e o Epílogo”. A trajetória textual gira em torno da definição de lugar em contraposição aos não-lugares, sendo que o primeiro tem suas origens na singularidade do local de nascimento de cada indivíduo e o não-lugar um sentido de circulação e escopo de transitoriedade, nos diferentes espaços públicos, cujos atores experimentam relações contratuais com os instrumentos que lhe dão significado.

Argumentando que “a antropologia sempre foi uma antropologia do aqui e do agora” (p. 14), Marc Augé propõe uma antropologia da supermodernidade. O agora refere-se ao contato direto do etnólogo (espaço localizado, “seu aqui do momento”) com aquilo que observa com fins descritivos no momento mesmo em que o objeto de sua observação/descrição se desenvolve (tempo presente) — “o etnólogo é contemporâneo da enunciação e do enunciante”. (p. 15) O aqui, por sua vez, refere-se ao espaço geográfico europeu, ocidental, o próximo em oposição ao distante, o que pressupõe duas diferentes antropologias. Com essa dicotomização entre tempo e espaço, próximo e distante, o autor procura demonstrar o quanto é sofismático o argumento segundo o qual os etnólogos procuram voltar o seu olhar para a Europa devido ao “fechamento dos campos distantes”, ou seja, que a sobrevivência da etnologia

* Carlos Antônio Mendes de Carvalho Buenos Aires é professor da Universidade Federal do Piauí e doutorando em Sociologia pela Universidade de Brasília. Livia Freitas Fonseca Borges é professora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília e doutoranda em Sociologia pela Universidade de Brasília.

(o mesmo se aplica à antropologia) enquanto disciplina dependa da existência de seus objetos de investigação tradicionais (“os lugares distantes”).

Augé articula um argumento que põe em evidência a versatilidade do *métier* do etnólogo quanto a abordar questões temáticas que não se limitem aos “lugares distantes”, aos “campos exóticos”; postulando que a guinada de focalização do espaço geográfico, do distante ao próximo, em decorrência da natureza da pesquisa antropológica, enquanto pesquisa que trata a alteridade no presente, simultaneamente em vários sentidos, decorre das transformações aceleradas que se verificam no mundo contemporâneo. Por isso, o autor se refere recorrentemente à expressão “antropologia da contemporaneidade próxima”, contemporaneidade esta que tende, cada vez mais, a atrair o olhar antropológico.

É exatamente com referência a essas transformações aceleradas que ocorrem no mundo contemporâneo que o autor distingue três “figuras de excesso”, que servem para definir o que ele chama de situação de supermodernidade, a saber, a superabundância factual (a figura do excesso de tempo), a superabundância espacial (a figura do excesso de espaço) e a individualização das referências (a figura do ego).

A superabundância factual tem como base de referência a percepção que todos temos do tempo, o modo de como fazemos uso e dispomos dele. Ela alude, segundo o autor, a dois temas fundamentais que constituem dois modos distintos de focar a questão do tempo: o “encalhe” da idéia de progresso e a aceleração da história. Uma série de ocorrências contribuíram para que o encalhe da idéia de progresso se cristalizasse: o fato de que a humanidade, devido às atrocidades das duas Grandes Guerras Mundiais, o totalitarismo, as políticas de genocídio e/ou de “limpeza étnica”, não parece ter alcançado um progresso moral; a extinção dos grandes sistemas de interpretação teórica que pretendiam validar a idéia ilusória de uma história humana universal (o fim das grandes narrativas ou “metanarrativas”); e a dúvida com relação à pertinência de a história ser ou não portadora de sentido.

A aceleração da história, como observa Augé, diz respeito à precipitação célere de uma multiplicidade de acontecimentos cujo ritmo conduz à volatilização ou transfiguração do presente em passado: “Estamos com a história em nossos calcanhares. Ela nos segue como nossa sombra, como a morte” (p. 30). Mas a superabundância factual, expressa pela aceleração da história, adverte Augé, só pode ser amplamente analisada e compreendida considerando concomitantemente a superabundância de informações de que podemos dispor e as interdependências do sistema-mundo. Augé sinaliza que a nossa dificuldade em refletir sobre o tempo não decorre do solapamento da idéia de progresso, e

sim do excesso de acontecimentos que assinalam o mundo contemporâneo; e que o tema da “história em nossos calcanhares” — história iminente e quase imanente — é adjacente ao tema do sentido ou não-sentido da história. Postula também, Augé, que a dificuldade que todos temos em atribuir um sentido ao passado recente, próximo, deriva de nossa exigência em procurar compreender o presente.

A segunda figura do excesso que caracteriza a situação de supermodernidade e que indica a segunda transformação verificada no mundo contemporâneo, conforme o autor, diz respeito ao espaço. O excesso de espaço ou superabundância espacial, de modo paradoxal, corresponde ao “encolhimento” do planeta, não só devido às viagens rumo ao espaço sideral, mas também aos meios de transporte rápidos que reduzem as distâncias, fazendo com que os grandes centros urbanos fiquem apenas algumas horas distantes uns dos outros, e as imagens via satélite que invadem a privacidade das famílias e indivíduos, permitindo-lhes “uma visão instantânea e, às vezes, simultânea de um acontecimento em vias de se produzir no outro extremo do planeta” (p. 34).

A superabundância espacial, inerente ao mundo contemporâneo, provoca o advento de ingentes transformações de natureza física, tais como as migrações populacionais, as grandes concentrações urbanas e a proliferação daquilo que o autor denomina “não-lugares”. É significativo que essa categoria operacionalizada por Marc Augé se alinhe em contraposição à idéia de lugar no sentido de uma unidade cultural situada no tempo e no espaço. Ela alude desde àquelas infra-estruturas que permitem a movimentação acelerada de bens e pessoas, como às estações rodoviárias e ferroviárias, aos aeroportos, às vias expressas, até aos meios de transportes, aos grandes centros comerciais, *shoppings*, assim como aos “campos de trânsito prolongado” (campos de refugiados).

A terceira figura de excesso, a individualização das referências ou referência individual diz respeito à figura do ego, do indivíduo. O que se verifica aqui é o desvio de atenção do olhar antropológico, permutando a abordagem das culturas como texto, pela descrição etnográfica como texto — os campos de estudo dos etnólogos são substituídos pelos estudos implementados por aqueles que pesquisaram tais campos.

Na condição de supermodernidade, diz o autor, o apreço pelas histórias individuais, ou seja, pelas produções de sentido feitas pelos indivíduos, constitui um importante veio de análise a que a história coletiva muito tem destacado; ressaltando ainda que essa produção particular de sentido se origina a partir dos sistemas de representação responsáveis pela forjadura das categorias da identidade e da alteridade. Mas Augé adverte que a particularização dos modos

de ação dos indivíduos quanto a reelaborar a seu modo estratégias cotidianas de vida, face “às opressões globais da sociedade moderna (...) sobretudo urbana” (p.40), embora seja considerada como tema dominante, na atualidade, é nos “fatos de singularidade” que se deveria lançar um olhar acurado. Tais fatos de singularidade referem-se às singularidades dos grupos, dos objetos, à recomposição dos lugares, singularidade esta forçosamente subsumida mediante conceitos com a “homogeneização da cultura”.

Em suma, para Marc Augé, a modalidade essencial, e elemento distintivo, da condição de supermodernidade é o excesso — excesso de tempo, excesso de espaço e excesso de individualização das referências.

Para Marc Augé, a expressão “lugar antropológico” denota “aquela construção concreta e simbólica do espaço que não poderia dar conta, somente por ela, das vicissitudes e contradições da vida social, mas a qual se referem todos aqueles a quem ela designa um lugar, por mais humilde e modesto que seja” (p. 51). O lugar antropológico é ao mesmo tempo *princípio de sentido* para os que nele residem e *princípio de inteligibilidade* para aqueles que se dedicam a observá-lo. Considerando que o lugar antropológico possui escala variável (a casa *kabile*, a choupana *mina* ou *ewe*, as aldeias *ebrié* ou *atié*, o autor observa que todos esses lugares possuem três características comuns, a saber, são formadores de identidades, são relacionais e históricos. Assim, a identidade dos indivíduos é derivada do lugar de nascimento. O lugar de nascimento que serve de suporte identitário a cada indivíduo que nele vive garante a coexistência deste com os outros, junto aos quais desenvolvem um sentimento específico de pertencimento. E ao conjugar identidade e relação, o lugar é também histórico, pois ele se define mediante um mínimo de estabilidade institucional:

(...) todas as relações inscritas no espaço se inscrevem também na duração, e as formas espaciais simples (...) só se concretizam no e pelo espaço (p. 57).

O lugar antropológico, segundo o autor, é inequivocamente geométrico e pode ser compreendido a partir de três formas espaciais simples. Estas formas espaciais simples que configuram o lugar antropológico, e que criam as formas simples de espaço social, são o seguintes: a linha, a interseção das linhas, e o ponto de interseção. Elas evocam respectivamente a idéia de *itinerários ou trajetos* que levam de um lugar para outro e foram concebidos pelos homens; de *cruzamento e praças*, onde os homens transitam, estabelecem relações fugidias e contatos esporádicos; e *centros mais ou menos monumentais* tais como templos religiosos e sedes de governos.

Observa Augé que itinerários, cruzamentos e centros são noções estreitamente articuladas entre si e que desempenham um papel importante tanto na descrição dos tradicionais lugares antropológicos quanto dos contemporâneos. Logo, o que o autor pretende ao precisar a sua definição de lugar antropológico é contrapô-lo à noção de não-lugares, cuja definição, por sua vez, exclui todas aquelas características que servem para conceituar o primeiro, a saber, seu caráter identitário, relacional e histórico.

A idéia do eterno presente como categoria da supermodernidade contrapõe à citação inicial do autor sobre a obra de Starobinski, onde a “Presença do passado no presente que o ultrapassa e o reivindica: é nessa conciliação a essência da modernidade” (p. 71). Assim sendo, na modernidade o passado e a memória não são de todo excluídos, mas colocados em segundo plano e a arte tem o papel de preservá-los.

Segundo Augé, a supermodernidade é produtora de não-lugares, na medida em que entende que “Se um lugar pode se definir como identitário, relacional e histórico, um espaço que não pode se definir nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico definirá um não-lugar”. (p. 73)

Há de se considerar que o não-lugar, na visão do autor, não existe de forma pura, que lugares se recompõem nele. Enfaticamente, Augé define os não-lugares como sendo

(...) as vias aéreas, ferroviárias, rodoviárias e os domicílios móveis considerados ‘meios de transporte’ (aviões, trens, ônibus), os aeroportos, as estações e as estações aeroespaciais, as grandes cadeias de hotéis, os parques de lazer, e as grandes superfícies de distribuição (...) redes de tv a cabo, entre outros. (p. 74)

A concepção de lugar definida por Michel de Certeau permeia grande parte do texto de Augé, fazendo um contraponto conceitual. Para o primeiro, lugar e espaço têm a mesma conotação. A expressão utilizada diz que o espaço é um lugar praticado, sendo esta uma primeira referência conceitual. A segunda referência compara o espaço e o lugar com a palavra falada. A terceira é decorrente do relato, que “transforma lugares em espaços e espaços em lugares”.

O lugar não pode ser absolutizado, podendo adquirir diferentes significados em diferentes linguagens e interpretações, advindas dos diferentes atores. Os atores aqui podem ser entendidos como os passageiros, os viajantes, aqueles que se deslocam. O fato de passar de um lugar a outro dá um estatuto específico aos nomes dos lugares. O espaço do viajante torna-se então o arquetipo do não-lugar. (p. 80)

O indivíduo e sua relação com o espaço passam a ser dimensões importantes de definição do sentido de lugar e não-lugar na supermodernidade.

Na visão de espaço antropológico de Augé, há uma dupla definição de espaço em relação ao indivíduo. De um lado estão “os espaços constituídos em relação a certos fins (transporte, trânsito, comércio, lazer)” e de outro “a relação que os indivíduos mantêm com esses espaços”. (p. 87)

As palavras assumem então um papel mediador relevante na relação do indivíduo com o espaço. As imagens geram textos que geram lugares. Referências de lugares localizam e identificam o indivíduo. “A palavra (...) cria a imagem, produz o mito...” (p. 88)

A palavra e os anúncios postos na generalidade da linguagem das máquinas, fabricam o homem médio, numa comunicação unificadora do usuário. O exemplo decorre das máquinas de saldo bancário, dos cartões de crédito, etc.

A linguagem entre uns e outros estabelece com o usuário e o não-lugar uma espécie de contrato, que advém dos modos de usos. “Para ter acesso às salas de embarque de um aeroporto, é preciso, antes, apresentar a passagem ao *check-in*”. (p. 93) Sujeito a toda ordem de controle, pela comprovação de identidade, o passageiro do não-lugar adquire posição de anonimato, que implica estado de inocência, ou seja, comprovação de condições de ir e vir, com base no legalmente estabelecido para o não-lugar.

Retomando as três figuras do excesso que são a superabundância factual, a superabundância espacial e a individualização das referências (p. 99), Augé relativiza o espaço geográfico na medida em que situa o indivíduo nas regiões de fronteira e em sua própria casa.

A imbricação do antigo e do novo comumente posta na modernidade, na supermodernidade os não-lugares e, em certa medida, a não-temporalidade darão espaços à confluência de elementos de natureza diferente.

O obstáculo que se impõe à relação dos lugares com os não-lugares dá-se no âmbito político, certamente porque demarcação territorial implica relações de poder, que não parecem ocupar a preocupação central do nosso autor de análise, mas que se subentende numa leitura acurada do que poderia ser entendido como consequência dessa relação, que ainda tem como fio condutor o consumo.

É interessante notar o quanto o autor destaca o papel da antropologia na vida social, numa espécie de justificativa e sobrevivência da sua área de profissão. Para ele a “intrusão do território no espaço se expressa pela seguinte equação: terra = sociedade = nação = cultura = religião”. (p. 107)

Numa definição final de não-lugar, compara-o com a liberdade, entendendo esta como sendo uma forma de se escapar da opressão totalitária.

O sentido da etnologia é retomado para dar ênfase na sua missão de estudar as particularidades tribais (uma aldeia, uma empresa), o contexto em

que se inserem e as relações de poder que mantêm nas relações sociais mais amplas. Neste sentido, cabe ao etnólogo a dupla leitura da realidade, que de um lado percebe o contexto, e de outro as suas entrelinhas. Uma terceira leitura da realidade refere-se à exterioridade do fenômeno investigado, numa espécie de visão tridimensional de todo e qualquer objeto de investigação por parte do etnólogo.

Então Augé considera que na supermodernidade parte desse exterior é constituída de não-lugares, que por sua vez são constituídas de imagens. E na relação que o ser humano mantém com a imagem e o poder público o autor chama-nos atenção para o fato de que esta imagem não pode ser vista como um produto de alienação. Para ele

o que é significativo na experiência do não-lugar é sua força de atração, inversamente proporcional à atração territorial, ao peso do lugar e da tradição. (pp. 108-9)

O retorno à história individual toma forma na supermodernidade, como fator identitário dos passageiros dos não-lugares. O indivíduo torna-se a própria referência de sua origem e destino. A análise social passa a não mais ignorar os espaços por onde os indivíduos transitam, o que em certa medida vai construindo o próprio significado do não-lugar.

Numa perspectiva futurista, Augé conclui sua obra prevendo um indivíduo planetário, que terá como valor de unificação a solidariedade. Paradoxalmente a “etnologia da solidão” dará conta da “comunhão dos destinos humanos”.



A produção social do espaço urbano de Mark Gottdiener.
São Paulo: Edusp, 1997, 290 páginas

Ana Elisabete de A. Medeiros*

O espaço como uma dimensão da reprodução social vem sendo objeto da atenção de várias gerações de arquitetos, urbanistas e sociólogos cujos legados servem de alicerce às questões que a relação entre o espaço e a sociedade contemporânea nos coloca, hoje. Afinal, desde a Antigüidade que a sociedade vem encontrando novas formas de expressão arquitetônica e urbanística que se sucedem, se sobrepõem ou coabitam no espaço, à medida que o tempo avança.

Na realidade, seja na esfera cultural, urbana, arquitetônica, sociológica ou das ciências sociais como um todo, a busca de uma maior compreensão da nossa contemporaneidade passa, obrigatoriamente, pelo atual debate entre espaço e sociedade, na medida em que os problemas sociais frente aos quais a atualidade nos coloca encontram-se intimamente associados às questões de caráter espacial. E é a esta busca, a este debate que Mark Gottdiener¹ procura trazer sua contribuição.

Enfim, transforma-se a sociedade, modificam-se as formas de materialização desta no espaço, mas a relação espaço/sociedade permanece. E é neste contexto de permanência das relações entre espaço e sociedade que se insere *A Produção Social do Espaço Urbano*. De fato, nesta obra, o autor discute uma forma qualitativamente nova de espaço urbano, cuja existência, como produto social, pressupõe mudanças profundas nos padrões de organização da sociedade, capazes de produzir e reproduzir tais tipos de uso da terra.

* Ana Elisabete de A. Medeiros é arquiteta e urbanista, doutoranda em Sociologia pela Universidade de Brasília.

¹ Mark Gottdiener é professor associado de Sociologia e Estudos Urbanos da Universidade da Califórnia.

Neste sentido, em contraposição à forma compacta da cidade que outrora representara um processo histórico, Gottdiener identifica uma nova forma de cidade polinucleada, em ruptura com este processo histórico, na medida em que não se constitui numa ampliação da cidade tradicional, tampouco é organizada pelas atividades socioespaciais do centro histórico ou pode ser analisada a partir de conceitos convencionais como “urbano” e “rural”. O autor nos apresenta, assim, à “desconcentração² metropolitana”, esta nova forma do espaço urbano que emerge da análise da morfologia espacial contemporânea, como resultado de um novo tipo de organização social, e cuja dinâmica as teorias de produção do espaço tradicionais parecem incapazes de explicar em sua totalidade.

Na verdade, Gottdiener acredita que a produção dos cientistas urbanos clássicos apresenta-se obsoleta e ultrapassada frente às implicações sociais, políticas ou econômicas advindas dos atuais padrões de desenvolvimento, da atual forma de organização socioespacial. Assim, o autor se propõe a apresentar um novo paradigma, alternativo aos paradigmas convencionais, que explique, sobretudo, de que maneira se efetuaram as transformações da organização social e quais os aspectos desta reorganização social responsáveis pela reestruturação do espaço urbano na forma de desconcentração metropolitana.

Para tanto, Gottdiener reconstrói, criticamente, o percurso dos estudos urbanos, através da releitura dos paradigmas clássicos da Sociologia, Geografia e Economia Urbanas e da Economia Política Marxista, num primeiro momento; e, num segundo momento, por meio da análise do pensamento contemporâneo de Manuel Castells e Henri Lefebvre sobre o urbano. Trata-se, precisamente, da tentativa de identificação e análise crítica das atuais abordagens de estudo urbano das formas espaciais contemporâneas, a partir das quais o autor, inspirado, sobretudo, na teoria da produção social do espaço de Lefebvre, propõe, num terceiro e último momento, uma nova interpretação “marxista” para as transformações sociais que imprimem ao espaço urbano a sua feição atual: a perspectiva de produção social do espaço.

Elegendo os Estados Unidos como contexto de análise, a partir da justificativa de que a desconcentração metropolitana é uma expressão de organização socioespacial tipicamente norte-americana — uma vez que em nenhum outro país, mesmo na Europa industrializada, a cidade central perdeu mais as suas funções estruturadoras que aqui, “desconcentrando-se” em zonas polinucleadas — Gottdiener dá início à sua discussão da produção social do

² Segundo Gottdiener, “(...) desconcentração se refere ao aumento absoluto de população e à densidade de atividades sociais em áreas fora das tradicionais regiões citadinas e dos centros populacionais”. (19)

espaço, através de considerações acerca das limitações dos paradigmas convencionais da Ecologia Urbana.

Objeto de estudo do Urbanismo e de outras disciplinas, a cidade só vai se tornar, de fato, centro do interesse sociológico com a ascensão da Ecologia Urbana. É desta maneira que o primeiro olhar sociológico sobre o espaço urbano se deve à “Escola de Chicago”.

Aqui, Park, McKenzie e Burgess, entre outros, inauguram, através da Ecologia Urbana, uma nova maneira de conceituação do espaço e, conseqüentemente, de relação entre este e a sociedade: trata-se, neste primeiro momento, da explicação de padrões espaciais a partir de fatores sociobiogênicos. Enfim, acredita-se na pesquisa empírica das formas concretas da cidade como instrumento revelador dos elementos determinantes do comportamento humano e da dinâmica social, calcada na competição, por localização, entre grupos sociais e forças econômicas.³

Neste contexto, a questão da centralidade, como nos mostra Gottdiener, é essencial, uma vez que o centro das cidades representa o espaço urbano de dominação social e econômica. Na verdade, é sobre a noção de centralidade que se alicerça o modelo da “zona concêntrica”, de Burgess, segundo o qual a cidade cresce para fora, concêntricamente, na medida em que no contexto de competição inerente às cidades centrais, o processo de relocação de antigas funções se efetuava, sempre, no sentido centro/periferia.

À luz de tal leitura do espaço urbano, calcada na centralidade e dispondo os fatores econômicos na base da organização espacial, a Escola de Chicago do pré-guerra não reconhece, de acordo com Gottdiener, o papel fundamental desempenhado pela cultura na produção social do espaço. E é precisamente no contexto das contraposições entre fatores “culturalistas” e “naturalistas” que surgem as primeiras críticas à Ecologia Urbana do pré-guerra.

O segundo pós-guerra traz consigo uma nova geração da Escola de Chicago, continua o autor. Entre a revisão da ecologia humana dos anos 20 (Hawley)⁴ e a adoção do “complexo ecológico” como modelo formal de análise (Schnore e Duncan)⁵, a nova ecologia urbana estruturada em função de uma resposta à crítica culturalista, conforme nos apresenta Gottdiener, pressupõe, a compreensão da dinâmica social a partir de reflexões sobre a transformação/

³ Um debate interessante desta tendência teórico/empírica pode ser encontrado em Coulon, Alain. *Etnometodologia*. São Paulo: Editora Vozes, 1995.

⁴ Hawley, Amos. *Human Ecology*. New York: Ronald Press, 1950.

⁵ Duncan, O. & Schnore, L. Cultural, Behavioral, and Ecological Perspectives in the Study of Social Organisation. In: *American Journal of Sociology*. 1959. 65: 132-146.

conceituação do espaço urbano, baseadas, não mais na disputa, que caracterizou a primeira Escola, entre grupos sociais e forças econômicas, e sim sobre as evoluções sofridas pelos meios de transporte e comunicação, em decorrência do avanço tecnológico.⁶

Neste momento, antes de passar à análise da Economia e Geografia Urbanas, Gottdiener nos apresenta as limitações da ecologia urbana contemporânea de Hawley. Dependente das novas tecnologias em transporte e comunicação; distante da idéia de competição entre grupos sociais, desenvolvida pela primeira Escola de Chicago; e ignorando as influências de classe e de fatores econômicos e políticos nas determinações da organização socioespacial, os limites do *Human Ecology*, de Hawley se tornam claros.⁷

Outros conceitos do espaço e de sua relação com a sociedade são propostos pela Geografia e Economia. O autor nos mostra, então, que a conceituação do espaço e sua pertinência para a compreensão da sociedade pode ser apreendida, no contexto da Geografia e Economia Urbanas, através, por exemplo, dos papéis desempenhados pela centralidade, no seio da “Teoria da Localização”; pelo “Determinismo Tecnológico”; pela “Teoria do Equilíbrio”; ou pela abordagem do urbano pelo “Sistema de Cidades”, apontados e analisados por ele.

Entre as limitações apontadas por Gottdiener à Geografia e Economia urbanas, encontram-se a atribuição do papel principal de estruturação do espaço urbano ao centro histórico; a explicação da desconcentração urbana, por meio de um determinismo tecnológico, em termos do progresso dos meios de transporte e comunicação; a crença da teoria do equilíbrio em um todo social constituído por partes integrantes do sistema urbano em sua totalidade, não admitindo a existência de circunstâncias exteriores; e, finalmente, o descrédito em relação às funções e poderes intervencionistas do Estado.

Neste momento, contudo, antes de passar à Economia Política Marxista, Gottdiener ainda procede a uma segunda análise da Ecologia, Geografia e Economia Urbanas, agora, a partir do reexame da sua capacidade de explicar o desenvolvimento urbano. E o autor o faz a partir da reavaliação da Teoria Ecológica da Expansão Metropolitana.

⁶ Tal concepção do movimento em termos de tecnologia de transportes e comunicação apresenta-se como suporte explicativo das transformações morfológicas socioespaciais contemporâneas não apenas da Escola de Chicago do pós-guerra, mas também da Economia e Geografia Urbanas.

⁷ É preciso esclarecer que Gottdiener não se dispõe à discussão do chamado “complexo ecológico”, de Schnore e Duncan, alegando a existência de inúmeras críticas a este esquema formal de análise, inclusive por parte de Castells. (Castells, Manuel. *The Urban Question*. Cambridge, Mass, MIT Press, 1977).

Desenvolvida por Hawley (1950), testada por Berry e Kasarda⁸ e alicerçada na relação direta entre os processos de expansão da cidade central e do interior urbano, a Teoria Ecológica da Expansão Metropolitana encontra, pela primeira vez, nos estudos de Armstrong⁹, uma teoria de contestação, que relaciona a localização de determinadas funções urbanas com o papel da área metropolitana no interior do sistema econômico global, e não mais com a cidade central e a expansão do interior urbano, como defendia a teoria hawleyana.

De fato, enquanto os estudos de Armstrong, Cassidy, Manners e Quante¹⁰ confirmam a dispersão de determinadas funções urbanas, sobretudo as de administração e coordenação, os trabalhos de Bell, Galbraith e Mandell¹¹ entre outros, sugerem uma mudança expressiva na formação social norte-americana, a partir dos anos 60, responsável pelo processo de suburbanização e transformação da cidade central, entre outros.

Dando continuidade à discussão da produção do espaço, buscando contrapor a sua crença na reestruturação urbana como produto das transformações do sistema social maior, à teoria convencional da expansão metropolitana, que pensa a reestruturação urbana como função das mudanças internas aos próprios lugares, Gottdiener segue procurando responder, através de exemplos e à luz da sua teoria, à questão: quais são os fatores que formam a base da distribuição das funções administrativas na região metropolitana?

Por meio do estudo da relação entre “padrões de emprego colarinho-branco e de localização administrativa”, de um lado, e da “renovação urbana e transformações da cidade central”, de outro lado, Gottdiener nos sugere o papel crescente das economias de serviço e de informação bem como o papel incentivador do Estado na construção de edifícios de escritório na cidade central, como os fatores determinantes, dentro de transformações sociais em larga escala, da distribuição do emprego colarinho-branco por toda a região

⁸ Berry, B. & Kasarda, J. *Contemporary Urban Ecology*. New York: Macmillan, 1977.

⁹ Armstrong, R. *The Office Industry*. Cambridge, Mass., MIT Press, 1972; National Trends in Office Construction, Employment and Headquarters Location in the U.S. Metropolitan Areas. In: P. Daniels (ed.) *Spatial Patterns of Office Growth and Location*. New York: John Wiley & Sons, 1979.

¹⁰ Cassidy, R. *Moving to the Suburbs*. New Republic, jun. 22, pp. 1972. Manners, G. *The Office in the Metropolis*. Economic Geography 1974. Quante, W. *The Exodus of Corporate Headquarters from New York City*. New York, Praeger, 1976.

¹¹ Bell, D. *The Coming of Post-Industrial Society*. New York: Basic Books, 1973. Galbraith, J. *The New Industrial State*. Boston: Houghton Mifflin, 1969. Mandell, E. *Late Capitalism*. New York: Velos, 1975.

metropolitana e da preservação de parte expressiva das funções administrativas na área central, a despeito da tendência de desconcentração urbana. Enfim, de acordo com Gottdiener, a partir da perspectiva de produção social do espaço é possível se ter uma leitura mais abrangente dos padrões de distribuição das funções urbanas no espaço, uma vez que estes são lidos como resultados de processos e transformações da sociedade.

A análise da cidade, da aglomeração e reestruturação metropolitanas, também deu origem à Economia Política Marxista, abordagem do espaço urbano apresentada por Gottdiener por meio da discussão dos “teóricos do conflito de classes” e da “teoria da acumulação do capital”.

No que se refere à teoria do conflito de classes, Gottdiener observa que, nesse modo de análise, atribui-se ao trabalho a determinação da localização das funções no espaço urbano. Desta maneira, o espaço é explicado como um dos múltiplos aspectos da expressão da luta de classes e parte integrante do sistema de produção. Gottdiener nos faz ver, ainda, que sob este ponto de vista, o aspecto físico-espacial das cidades nada mais é que uma função de cada estágio particular do modo de produção capitalista. Desta maneira, para o capitalismo comercial, a cidade comercial correspondente; para o capitalismo industrial, a cidade industrial correspondente, e assim por diante.

David Gordon¹² surge, neste momento, no discurso gottdieneriano como o autor da primeira teoria marxista explicativa do fenômeno da descentralização metropolitana. Contrapondo-se ao determinismo tecnológico característico da Ecologia Urbana, Gordon explica o crescimento polinucleado das cidades contemporâneas como reflexo da atual forma de capitalismo.

Quanto à teoria da acumulação de capital, desenvolvida sobretudo por Harvey¹³ e oferecendo uma abordagem mais ampla de compreensão da sociedade que a teoria do conflito de classes, tal perspectiva defende a morfologia da região metropolitana como manifestação espacial do processo de acumulação de capital. Neste sentido, o estado intervencionista e o capital financeiro desempenham papéis primordiais na explicação da acumulação de capital no espaço.

Comparando a Teoria Política Marxista e a Teoria Ecológica convencional, Gottdiener estabelece um avanço teórico em quatro aspectos

¹² Gordon, David. *Capitalism and the Roots of the Urban Crisis*. In: *Alcaly & Mermelstein*, 1977; *Class Struggle and the Stages of Urban Development*. In: *Watkins & Perry*, 1977; *Capitalist Development and the History of American Cities*. In: *Tabb & Sawers*, 1984.

¹³ Harvey, David. *Social Justice and the City*. Baltimore: John Hopkins University Press, 1973.

básicos: passa-se da perspectiva do “sistema de cidades” à análise do urbano a partir do conceito de localização como espaço das relações de produção; atribui-se ao Estado um papel central na produção do espaço, anteriormente ignorado; complexifica-se a teoria de localização, alicerçada no determinismo tecnológico, por meio de uma teoria de localização baseada na luta de classes e no processo de acumulação do capital; e determina-se o lugar do espaço urbano no contexto da produção e reprodução do capital.

Todavia, apesar do estágio mais avançado em relação à Teoria Ecológica convencional, a Teoria Política Marxista, alerta-nos Gottdiener, não responde, de fato, à questão da produção diferenciada de formas urbanas, uma vez que a sua tese, centrada na lógica do capital, pressupõe que a relação entre ciclos periódicos de investimento e processo de acumulação de capital permanece constante. Falta, neste sentido, à perspectiva marxista de análise do urbano, uma compreensão minuciosa das relações entre o Estado, o espaço e a sociedade, uma compreensão que só será alcançada, segundo Gottdiener, com as teorias de Castells e Lefebvre.

Depois da Sociologia, Geografia e Economia urbanas e da Economia Política Marxista, é em torno da contraposição do estruturalismo de Manuel Castells e da produção do espaço de Henri Lefebvre que gravitam os debates das relações socioespaciais neste fim de século. A diferença maior na concepção do espaço, nas teorias destes autores, reside no fato de que, para Castells, o urbano não passa da parcela espacial da reprodução das forças sociais produtivas, enquanto para Lefebvre, o espaço urbano (e não a terra) é, em si mesmo, ao lado do trabalho e do capital, uma das forças de produção da sociedade.

É a Lefebvre, ainda, que se devem os conceitos de “espaço abstrato” e “espaço social”, ou espaço de reprodução das relações político-econômicas e espaço das práticas sociais cotidianas, respectivamente. Segundo nos mostra Gottdiener, Lefebvre relaciona a transformação do espaço à apropriação do valor de uso do espaço social a partir do domínio do valor de troca do espaço abstrato. Assim, a materialização no espaço dos valores advindos das práticas sociais cotidianas produzidas no âmbito do espaço social revela-se uma condição *sine qua non* para a preservação da sua existência.

Neste contexto, o conceito de “espaço social” parece estar intrinsecamente associado à idéia de cultura. Por conseguinte, como nos explica Gottdiener, a abordagem da produção do espaço pressupõe uma interação entre a teoria da Economia Política Marxista e a perspectiva de construção do espaço por Lefebvre, na medida em que requer a articulação entre espaço, acumulação de capital e universo simbólico de expressão cultural.

Na realidade, a teoria da produção social do espaço que Gottdiener nos propõe compreende a organização socioespacial não mais como uma conseqüência das forças socioestruturais dominantes na sociedade, mas como um produto das relações entre processos econômicos, políticos e culturais. Também, contrariamente aos ecologistas e marxistas, Gottdiener não mais acredita na organização espacial como processo inerente a um contexto social específico. Antes, o autor localiza a perspectiva de produção social do espaço no âmbito de uma teoria geral emergente, estruturacionista, baseada na análise dos papéis da estrutura e da ação na organização socioespacial. Descrente na relação marxista de causa e efeito entre formas de cidade e fases do capitalismo, Gottdiener pensa a organização socioespacial como resultado da articulação dialética, por meio de processos contingentes, entre processos sociais e padrões espaciais. Segundo Gottdiener, tais processos e não a morfologia urbana desconcentrada da cidade contemporânea, em si, merecem atenção e análise.

Situando, portanto, o processo contingente da produção do espaço no ponto focal de sua análise, Gottdiener se propõe a discutir os aspectos estruturais do capitalismo mais importantes para a compreensão da atual configuração espacial urbana: a corporação global, o Estado intervencionista, e a tecnologia como força de produção. Mas, se a discussão das características estruturais do capitalismo permite a compreensão das diferenças entre padrões do ambiente construído, não propicia, em contrapartida, o entendimento das formas espaciais. Este entendimento apenas é atingido, de acordo com Gottdiener, através da observação das ações sociais, movidas por interesses específicos que determinam as formas do espaço urbano.

Mais adiante, Gottdiener, ao pretender entender a articulação entre a atual forma desconcentrada de assentamento urbano e as mudanças do capitalismo tardio, ressalta a total dissociação entre produção do espaço urbano e oposição campo/cidade no contexto norte-americano hoje. No cenário da desconcentração metropolitana, o ambiente construído sofre transformações alicerçadas nas relações do capitalismo tardio tanto na esfera industrial, como na agrícola. O estudo do caso americano conhecido como a mudança para o "cinturão do sol", revela-nos Gottdiener, demonstra que a atual configuração urbana, longe de ser a materialização, no espaço, da evolução social, é, antes de tudo, a expressão de um processo social, político e econômico, envolvendo ações no setor da propriedade e intervenções estatais. Aqui, o resultado da reestruturação socioespacial é a produção do desenvolvimento desigual.

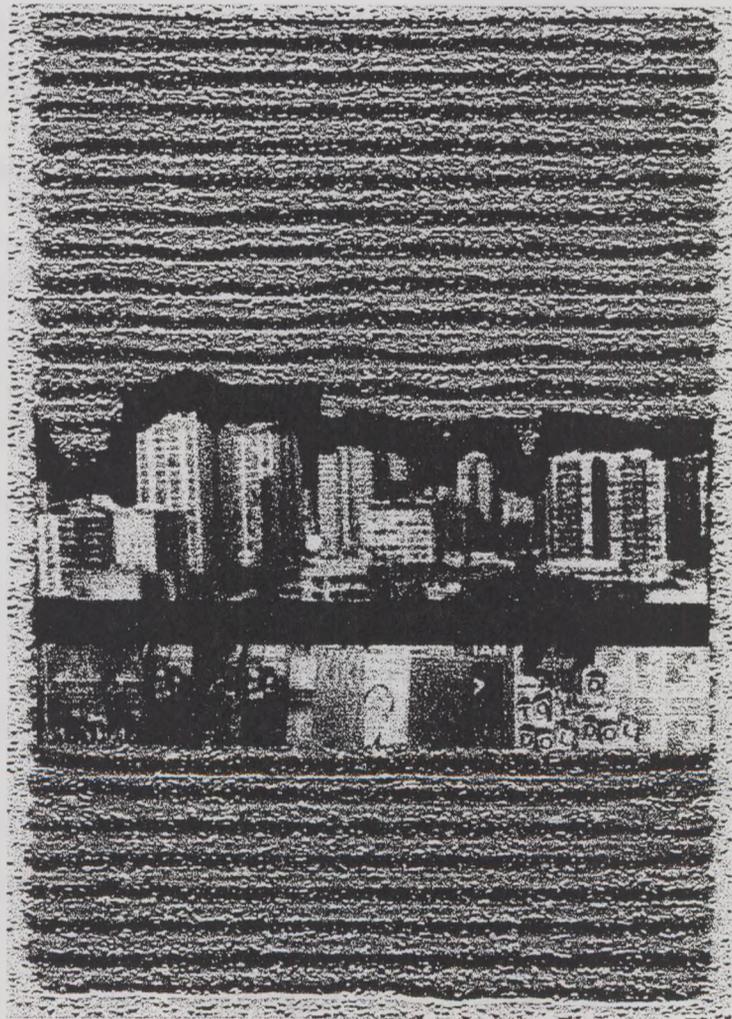
Considerado por muitos marxistas como a principal contradição do sistema capitalista, enquanto expropriação privada de riqueza e base social de sua produção, o desenvolvimento desigual é um problema que coloca questões

cujas respostas específicas a política pública ainda não conhece. A análise convencional da produção do espaço acredita, conforme afirma Gottdiener, que os padrões de crescimento da cidade advêm de processos “naturais” de equilíbrio entre desenvolvimento tecnológico e transformações de ordem demográfica. Explicam-se, sob este ponto de vista, o desenvolvimento desigual, as disparidades socioespaciais, como conseqüências de forças sociais “naturais”.

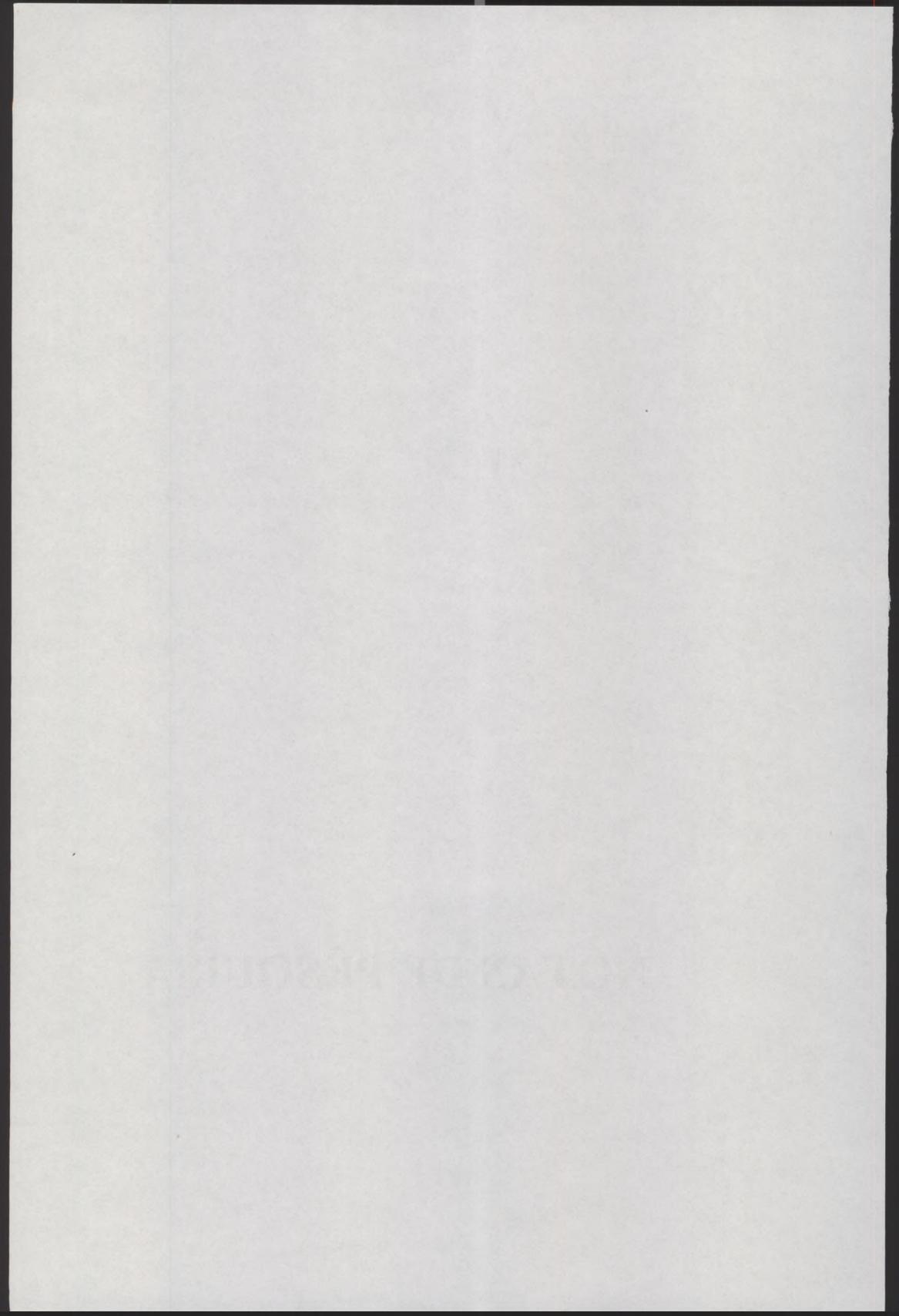
Contraopondo-se a esta visão conformista, àquilo que a teoria convencional define como forças sociais “naturais”, Gottdiener vai conceituar como forças sociais “artificiais”, resultantes de processos socioculturais, econômicos e políticos “conscientes”. De fato, Gottdiener acredita na possibilidade de uma reestruturação socioespacial que resulte num desenvolvimento igualitário, a partir da implementação de novas políticas públicas capazes de reestruturar o espaço com o propósito não mais de atingir a qualidade de vida urbana com o crescimento econômico e sim por meio de ações sociais transformadoras.

Neste sentido, inserido no processo de reavaliação e busca pelo aperfeiçoamento dos paradigmas críticos de análise das expressões de organização socioespaciais, *A Produção Social do Espaço Urbano* nos conduz, por fim, à releitura dos urbanistas utópicos de fins do século XIX, cuja crença na produção do espaço como meio de alcance da qualidade de vida através da transformação social ressurgiu, hoje, como uma alternativa de pensamento.

Enfim, ao considerar o espaço urbano uma construção social em sua totalidade e nos apresentar à perspectiva da produção do espaço, Gottdiener nos sugere e nos deixa como elemento de reflexão a idéia de que cabe ao pensamento social orientar a organização do espaço e que, portanto, a transformação da sociedade depende da elaboração consciente de novas relações socioespaciais.



NOTAS DE PESQUISA



ESTRANGEIROS EM SÃO PAULO

QUESTÕES INTRODUTÓRIAS AO DEBATE SOBRE ALTERIDADE E TERRITÓRIO NOS NOVOS TEMPOS GLOBAIS

*Maura Pardini Bicudo Vêras**

Resumo. A questão urbana torna-se sempre mais complexa, envolvendo aspectos econômicos, sociais, políticos, étnicos, culturais. Na nova divisão internacional do trabalho e dos deslocamentos do capital, os espaços urbanos contêm as novas funções de competitividade e da conectividade, verdadeiras “tecnópolis” e “telepolis”. Quer para aqueles estudiosos que enfatizam a produção industrial, em moldes pós-fordistas e flexíveis, quer os que apontam o predomínio do capital financeiro e do terciário superior, as cidades mundiais preocupam-se com a velocidade da produção de mercadorias, de idéias, de pessoas, de cultura e, sobretudo, da informação. As tensões da grande cidade se manifestam entre elementos provincianos e nacionais, locais e globais, refletindo a contradição do mundo. Nesta perspectiva se analisa a metrópole de São Paulo, chamando atenção para a dimensão espacial da cidadania, a partir da reflexão sobre o seu multiculturalismo manifestado pela presença dos migrantes estrangeiros.

Palavras-chave. Estrangeiro, territorialidade, configuração espacial, imigração, segregação sócio-espacial.

INTRODUÇÃO

O debate atual das ciências sociais manifesta-se de forma evidente no estudo dos diferentes aspectos pelos quais a questão urbana se apresenta no mundo contemporâneo. O impacto da chamada globalização sobre as cidades tem ocupado a atenção dos estudiosos com um variado elenco de problemas: as conseqüências na reestruturação produtiva (da fragmentação do processo de produção pelo mundo, do aumento do desemprego e da informalização e

* Professora Doutora Associada do Departamento de Sociologia e Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais – PUC/SP.

precarização crescentes do trabalho), da constituição de uma sociedade informacional onde as telecomunicações ganham papel de peso, a mobilidade residencial, a segregação e guetificação, os conflitos étnicos e culturais que explodem em todos os continentes, a redefinição dos papéis do Estado, a exclusão social ou a inserção marginal, enfim, aspectos todos a provocar e denotar que os paradigmas científicos estão em crise. A problemática sociológica carece dos sistemas teóricos abrangentes e explicativos que, se de um lado, forçavam a investigação monoliticamente, de outro, representavam um marco seguro para a interpretação de tantos desafios. O objeto (ou objetos) de estudo se pulveriza, os indicadores estão todos em questionamento e as comparações entre as realidades urbanas são indispensáveis para que floresçam novos esquemas interpretativos.

Uma das abordagens em questão, hoje, consiste no “paradigma” das *global cities*.¹ Síntese das contradições capitalistas, reunindo tanto os lados perverso e atrasado quanto o avançado dos primeiros e terceiros mundos, a *global city* reúne as características de ser base do capital financeiro ou pólo de tecnologias de ponta nas indústrias, bem como nas camadas sociais emergentes ligadas à gestão do capital e, também, massas de desempregados, grandes contingentes de trabalhadores informais, conflitos étnicos etc.

A expansão global continua nos anos oitenta com renovada energia, transformando tudo que encontra em seu caminho, subordinando a sociedade e as relações sociais, à lei das mercadorias e do valor de troca.²

Porque é importante sublinhar que a globalização carrega outros conceitos tais como: pós-fordismo, pós-industrialismo e pós-modernismo enquanto características culturais, econômicas e políticas. Não é possível, pois, esquecer que se trata dos laços profundos entre capitalismo e modernidade, elevados à sua maior trepidação histórica. “A longa onda”, a lógica cultural do capital — a essência dos novos tempos —,

¹ Dos autores pioneiros, pode-se citar Saskia Sassen. *The global city*. New York, London Tokyo. Princeton: Princeton University Press, 1991. Muitos autores têm trabalhado nessa abordagem, entre outros, J. P. Feagin e M. P. Smith, Jordi Borja, M. Castells e Mollenkof, A. Desmond King e, entre nós, Otávio Ianni, Evelyn Levy. Cf.; também: Maura Vêras. Novos olhares sobre São Paulo: notas introdutórias sobre territórios, espaços e sujeitos da cidade mundial. *Revista Margem*. Fac. de Ciências Sociais PUCSP/FAPESP, nº 6, São Paulo, 1997, dez., pp. 129-154.

² Hall, Stuart. O significado dos novos tempos. Tradução de S. H. S. Borelli. *Revista Margem*, nº 7. EDUC/FAPESP, agosto, 1998, p. 19.

(...) o fato realmente alarmante é que estes novos tempos pertencem, claramente, a uma zona de tempo marcada pela marcha simultânea do capital através do globo e das linhas Maginot de nossas subjetividades.³

De fato, todas as cidades estão integradas de alguma forma na nova divisão internacional do trabalho que (re)distribui riqueza e miséria, bem como desenvolvimento e (sub)desenvolvimento, dependência e autonomia por todo o planeta, como novos pontos cardeais⁴, mas a *global city* representa um enclave de penetração do capitalismo central, pólo de controle na nova rede territorial.⁵ Entre os atributos da cidade mundial figuram aqueles que se referem a seu papel competitivo (e complementar) na escala global — com serviços de telecomunicações avançados, sedes de bancos e empresas transnacionais, declínio das funções industriais e aumento dos serviços e funções gerenciais e terciário sofisticado, polarização social (cidades duais), países de imigração com segregação, guetos, conflitos étnicos e violência. Por isso, é tão significativo pesquisar o tema das identidades, da subjetividade do universo simbólico.

Apesar da caracterização de São Paulo como cidade mundial ser bastante polêmica, pois sempre são colocados em xeque os indicadores para tal, é inequívoco que a capital paulista exerce papéis competitivos no que tange à gestão do capital financeiro e vê se alterarem seus padrões de estruturação urbana e hierarquia social, figurando como cidade mundial primária de país semiperiférico, no estudo de J. Friedmann.⁶

São Paulo concentra as polaridades das cidades mundiais, apresentando processos contraditórios que abrangem desde as conhecidas tendências à

³ Ibidem, p. 20.

⁴ A expressão é de Ianni, O. *Revista Cultura Vozes*, 1990.

⁵ Cf.: Maura Vêras. Op. cit., 1997, onde se discute o conceito típico ideal de cidade global, reunindo atributos, bem como seus críticos e defensores, apontando a importância de contextualizar historicamente a cidade e suas coordenadas nacionais e regionais, além de seu papel internacional.

⁶ Citado por Levy, Evelyn. *Descentralização, democracia e eficiência na gestão da cidade mundial*. São Paulo: tese de doutorado. FGV, 1995, esse autor apresenta como cidades mundiais primárias dos países centrais: Londres, Paris, Roterdã, Frankfurt, Zurique, Nova York, Chicago, Los Angeles e Tóquio. Como cidades mundiais secundárias dos países centrais, refere: Bruxelas, Milão, Viena, Madri, Toronto, Miami, Houston, San Francisco e Sidnei. Quanto aos países semiperiféricos, as cidades mundiais primárias são: São Paulo e Cingapura. Neste bloco, são secundárias as cidades de: Johannesburgo, Buenos Aires, Rio de Janeiro, Caracas, Taipei, Manila, Bangcok e Seul.

desconcentração metropolitana, à diminuição do número de indústrias e terciarização (em especial com expansão do setor de serviços, telecomunicações e informática) até crescentes exclusão e misérias sociais, aumento do desemprego, informatização, terceirização e a configuração espacial desses processos: periferias desequipadas, crise de moradia popular (favelas, cortiços, casas precárias, *homeless*), condomínios fechados para estratos de renda alta e média e seu contraponto comercial: os *shopping centers*. Na desigualdade do espaço estão zonas de deterioração em contraste com áreas de “renovação” urbana, e a distribuição diferenciada de ocorrências de chacinas, risco à violência, discriminação, além de cenários de devastação ecológica. A questão da configuração de territórios ganha destaque e são exigidos para sua análise, cada vez mais, componentes étnico-culturais e políticos, bem como recorte das identidades.⁷

Busca-se caracterizar aqui a presença estrangeira que ajudou a construir a cidade⁸, em especial no último século, a configuração de *territórios* dos grupos mais expressivos, contribuindo para a compreensão da dinâmica urbana em seus componentes socioculturais. Os resultados obtidos, ainda, apontam um panorama inicial descritivo, embora com a proposição de uma problemática ampla, complexa, apenas delineada através de compilação das principais referências sobre o assunto. A questão da imigração estrangeira ganha hoje novos contornos. De país de recepção, o Brasil passou a “exportar” parte de seus habitantes. A Europa é procurada pelos povos de suas antigas colônias e Japão e Estados Unidos, entre outras razões, são procurados por sua atração de países desenvolvidos.

Aucune législation ne parviendra à contenir les exodes provoqués par la misère, les catastrophes naturelles ou la tyrannie. La véritable mondialisation des flux migratoires est encore à venir et déjà-la ‘forteresse Europe’ n’ est qu’ un mot, sans cesse démenti par l’ ingéniosité de ceux que n’ ont rien à perdre.⁹

⁷ Ver Veras, Maura. A nov(a) c(i)dade do gelo: notas perplexas sobre os novos nômades urbanos. *São Paulo em Perspectiva*, vol. 9, nº 2 (São Paulo, Fundação Seade, 1995).

⁸ Este artigo procura apresentar resultados preliminares da pesquisa *Territorialidade e segregação socioespacial em São Paulo: movimentos migratórios de massa e marcas significativas no espaço urbano*. Auxílio Integrado CNPq com início em fevereiro de 1997 e ainda em desenvolvimento, contando com os seguintes bolsistas: de aperfeiçoamento, Marcelo Jesus Phintener e de iniciação científica, Adilson Virno e Mário da Fonseca que participaram da preparação de dados e elaboração de relatórios. Apresentam-se panoramas gerais introdutórios. A territorialização, ainda inacabada, não é possível reproduzir nos limites deste artigo.

⁹ Dewitte, Philippe. Les nouvelles frontières de l’ immigration. In: Serge Cordellier et Fabienne Doutaut (coord.) *Mondialisation – au-delà des mythes*. Paris: Découverte, 1997, p. 159.

Treinando o olhar do pesquisador para entender a questão da alteridade na metrópole, pretende-se dar dimensões reais à compreensão da vivência na cidade, com suas oposições, conflitos e formas de sociabilidade: a vida, o vivido, o viver.

O observador deve procurar reunir pedaços, reconstruir espaços fragmentados para delinear uma linha interpretativa que sintetize a totalidade, que supere o olhar do cotidiano, "... desprovido da riqueza crítica do olhar abrangente e livre".¹⁰

É preciso, pois, treinar o olhar para perceber aspectos que nos passam despercebidos em meio à vida cotidiana, quando nunca temos tempo para observar, porque a vida propriamente dita tem que prosseguir, na seqüência dos desempenhos, não podendo ser interrompida, em um tempo linear e sem discontinuidades. "Só vê o que aconteceu quem tem tempo".¹¹ Assim, há o esforço de reconstruir algum sentido em aquilo que não parece ter sentido, recuperando os conflitos do olhar na vida cotidiana e "... distensões, fingimentos e contradições da cotidianidade".¹²

O estrangeiro é apreendido de duas formas: a nacionalidade dos que entram em São Paulo (e assim os apanham os censos demográficos) e como presença econômica, social e cultural (recuperado pela bibliografia e entrevistas). É preciso distinguir também os estrangeiros dos que são chamados de imigrantes, atrelados a fluxos específicos bancados pelo governo do país de origem ou de adoção.

No contexto da globalização da economia e do impacto das tecnologias, em especial das telecomunicações e informática, a cidade de São Paulo vem apresentando processos comuns às megalópoles globais, com processos de dualização e fragmentação que caminham juntos com homogeneização e heterogeneização social.

A cidade pode ser um caleidoscópio de padrões e valores culturais, línguas e dialetos, religiões e scitas, modo de vestir e alimentar, etnias e raças, problemas e dilemas, ideologias e utopias. Algumas sintetizam o mundo, diferentes características da sociedade global, tornando-se principalmente cosmópoles, mais que cidades nacionais.¹³

¹⁰ Martins, José de Souza. *A metamorfose do olhar em Janela Indiscreta de Alfred Hitchcock*. mimeo, s/d.

¹¹ Idem.

¹² Ibidem.

¹³ Ianni, Octavio. A cidade global. In *Revista Cultura Vozes*, vol. 88, nº 2, março-abril de 1994, p. 28.

A questão urbana torna-se sempre mais complexa, envolvendo aspectos econômicos, sociais, políticos, étnicos, culturais. Na nova divisão internacional do trabalho e dos deslocamentos do capital, os espaços urbanos contêm as novas funções da competitividade e da conectividade, verdadeiros “tecnópolis” e “telepolis”. Quer para aqueles estudiosos que enfatizam a produção industrial, em moldes pós-fordistas e flexíveis, quer os que apontam o predomínio do capital financeiro e do terciário superior, as cidades mundiais preocupam-se com a velocidade da produção de mercadorias, de idéias, das pessoas, da cultura e, sobretudo, da informação.¹⁴

Há quem afirme que a globalização da economia torna cada vez mais visível o terceiro-mundismo dos centros urbanos, revelando uma massa de excluídos, a polarização de classes, gênero e raça, com crescente número de sem-terra, sem-habitação, carentes de serviços urbanos básicos (...) Mais que isso, com a rede catódica da TV, a eletrônica, a telemática, estamos todos *on line*... em franco processo de ocidentalização da cultura. Isso tudo não impede os movimentos contraditórios entre global e local no interior (e exterior) das grandes cidades. As tensões da grande cidade se manifestam entre elementos provincianos e nacionais, locais e globais, refletindo a contradição do mundo.¹⁵

Também é digno de destaque o tema das territorialidades, das (des)territorializações e (re)territorializações de vastos contingentes de migrantes, antes estrangeiros e hoje principalmente nacionais, que para cá vieram trabalhar e deixaram marcas significativas no espaço urbano: arquitetura, estilos de vida, cultura, hábitos alimentares, espaços públicos, rios, praças, monumentos em diferentes redes de sociabilidade.

São Paulo tornou-se uma das cidades mais cosmopolitas do mundo: ítalo-franco-lusitano-nipo-germânico-saxã. Mas não nos enganemos, não é a Europa ou a América do Norte com alguns detalhes exóticos. Tomar São Paulo por um pedaço da Europa ou uma réplica de Nova York é nada compreender de Mário de Andrade ou Tarsila do Amaral. Por toda parte, a civilização mistura-se ao primitivismo indígena e àquilo que deixaram os herdeiros dos escravos africanos, cujos atabaques ressoam desde as oito horas

¹⁴ Preteceille, E. Cidades globais e segmentação social. In L. Cesar Queiroz Ribeiro e Orlando A. dos Santos Jr. (orgs.): *Globalização, fragmentação e reforma urbana – o futuro das cidades brasileiras em crise*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1994, pp. 65-92.

¹⁵ Vêras, Maura. A nov(a) (c)idade do gelo: notas perplexas sobre novos nômades urbanos. *Revista S. Paulo em Perspectiva*, São Paulo: SEADE, vol. nº 2, abr.-jun. de 1995, pp. 12-13.

da noite em milhares de terreiros (...) a redução de São Paulo à sua ocidentalização é uma ilusão.¹⁶

A questão da territorialidade se acopla, pois, ao debate da alteridade e da multiculturalidade, chamando a atenção para dimensão espacial da cidadania. Nossa cultura barroca, de fachada, não tem dado conta da igualdade de direito à maioria e no reconhecimento da alteridade para os excluídos do campo, da floresta e na cidade.¹⁷

O acesso à terra e aos espaços urbanos, mediatizado pelos rendimentos da população e submetido ao valor fundiário, combina determinações econômicas às de etnicidade e gênero.

Embora não se relacione direta e univocamente à reorganização dos espaços paulistanos pela influência da globalização, pois que há a contextualização — as coordenadas socioeconômicas locais/nacionais são decisivas — é inegável que atualmente, na busca das vantagens lucrativas oriundas da competitividade, empreendedores imobiliários (também ligados ao capital financeiro) têm investido na construção de edifícios de escritório e habitações luxuosas, restringindo a aplicação no mercado habitacional de baixa renda. Por seu lado, políticas oficiais de moradia popular são inexpressivas, assim como políticas urbanas têm privilegiado o sistema viário e a circulação por automóvel.¹⁸

Resulta disso tudo um cenário de esvaziamento de certas regiões e crescimento de outras; projetos de renovação urbana expulsam moradores para mais longe. Bairros se descaracterizam, referências urbanas se destróem. As periferias se esvaziam e se (re)alimentam: há “sem-teto” e excluídos pela cidade toda. Assim, é mais complexa a situação que a oposição binária centro e periferia. Fala-se em diminuição perversa da segregação, na medida em que a pauperização e a desigualdade de acesso ao ambiente construído provoca o surgimento de “cidadelas” — conjuntos habitacionais exclusivos e fortificados para rendas médias e altas —, e têm seu complemento na proliferação dos *shopping centers*, enquanto a pobreza se acomoda nos interstícios das porções centrais, agora desvalorizadas, nos cortiços, nas favelas, nas periferias, em um nomadismo sem opção, bem diferente do imaginado pelos entusiastas do *Infocosm*, ou da cidade do ICE — Informação, computação, entretenimento.¹⁹

¹⁶ Laplantine, François. *Cosmopolita e brasileira*. In Claude Olievenstein e François Laplantine: *Um olhar francês sobre São Paulo*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1993, p. 26

¹⁷ Cf. Martins, José de Souza. *A chegada do estranho*. São Paulo: Ed. Hucitec.

¹⁸ Vêras, Maura. *Novos olhares sobre a cidade*. Op. cit., 1997.

¹⁹ Idem. *A nov(a) (c)idade do gelo*. Op. cit., 1995.

Os ocupantes da cidade, seus usuários e habitantes, muitos migrantes, “des”territorializados e (re)territorializados, perdem novamente suas novas raízes, cada vez mais expulsos pelos mesmos processos. São a segregação, a *gentrification* que são mais numerosas na história social e urbana do que os capítulos voltados à garantia dos direitos à moradia e ao espaço urbano.

Ao abordar a questão da territorialidade e segregação socioespacial na cidade de São Paulo, procurou-se identificar os principais movimentos migratórios, suas marcas significativas nos padrões habitacionais, cultura e modos de vida, as categorias socioprofissionais mais frequentes e uma certa localização dos grupos étnicos no espaço urbano.²⁰

A reconstrução da história social de São Paulo, de maneira geral, e a da historiografia das imigrações (estrangeira e nacional) em particular, constituiu-se significativa contribuição para os estudos da configuração urbana, a localização de diferentes grupos, atividades e etnias no espaço, uma vez que a cidade recebeu vários contingentes populacionais em um processo que muitos caracterizaram apressadamente como o de um “cadinho de etnias”, *melting pot*.

Além disso, tal assunto é fundamental para a efetiva e plena participação na gestão e fruição da cidade, visando condições de pluralismo cultural, o reconhecimento da alteridade e multiculturalidade. Um urbanismo democrático não pode ignorar as reais condições de vida dos habitantes, nem seus valores, identidade, memória e o direito ao seu “local”, laços de vizinhança, conterraneidade e sociabilidade.

TERRITORIALIDADE

A questão do território tem recebido várias interpretações. Do ângulo político, o território é conceituado como área de jurisdição de um Estado. Mas se encarada a origem dessa concepção, tem-se que, de forma mais ampla, a territorialização diz respeito à ocupação de um determinado espaço por determinado grupo humano, constituído por algum critério social: etnia, nacionalidade, condição sócio-econômica, nível cultural e outros. Nessa medida, é possível estabelecer relação intensa entre territorialidade e segregação sócio-espacial e, de modo abrangente, com a *cidadania*.

Embora o tema possa ser debatido à luz de muitas ciências e pontos de vista, pois do ângulo biológico fala-se de “territórios” de bandos de mamíferos

²⁰ Muitos estudos têm sido feitos sobre a imigração estrangeira entre nós. Não é possível reproduzi-los aqui, mesmo que por compilação sumária. O enfoque principal deste estudo é a territorialidade, a luta pelo espaço, a convivência intensa ou não de nacionalidades, culturas, sujeitos, identidades e suas expressões.

e do alto teor de defesa e sobrevivência dos líderes do grupo naquele espaço, o assunto tem a ver com poder e força; no caso humano, emerge a questão política. Os conceitos de M. Weber sobre poder são oportunos aqui.²¹ Entendido tipicamente como a probabilidade de alguém impor a própria vontade a outrem em uma relação social, acentua-se o atributo da força — da potência do mandante em impor sua própria vontade, independente de encontrar resistência. Do ponto de vista biológico isso se aplica claramente ao caso citado de bandos animais. Também é importante registrar aqui as noções de “espaço vital”, — território alimentar —, desenvolvidas por alguns autores e que serviu de argumento racista para a opressão nazista.

A propósito, a questão da raça e suas relações com cultura, amplamente discutida por Claude Levi Strauss²² alerta para que a ciência não seja utilizada como preconceito racista ao inverso; ao definir raça como um dado conjunto de propriedades puramente biológicas particulares, está-se desconsiderando as produções sociológicas e psicológicas das culturas humanas; quando se diz da contribuição das raças humanas à civilização está se querendo dizer das culturas em circunstâncias geográficas, históricas e sociológicas e não pelos atributos anatômicos. A grande diversidade de culturas, sociedades e civilizações não é devida às diferenças biológicas, distinguindo-se mais pela ordem de grandeza: há mais culturas (contam-se por milhares) que raças (contam-se por unidades) o que é instigante para o estudioso da diversidade cultural. O etnocentrismo, presente em muitas atitudes inconscientes, tende a se manifestar diante das culturas estranhas e afastadas, exprimindo-se nas frases “hábitos selvagens”, “na minha terra é diferente”, certa repulsa diante da diversidade, da alteridade. Esse “outro estranho” já foi chamado de “bárbaro” pela civilização greco romana. Levi Strauss exemplifica:

Nas grandes Antilhas, alguns anos após a descoberta da América, enquanto os espanhóis enviavam comissões de investigação para pesquisar se os indígenas tinham ou não uma alma, estes últimos dedicavam-se a imergir brancos prisioneiros, a fim de verificar, após uma vigília prolongada, se seu cadáver estava sujeito ou não à putrefação.²³

²¹ Weber, M. *Economia y sociedad*, México, FCE, 1946. Ver projeto de pesquisa: Véras, Maura, *Territorialidade e segregação socioespacial em São Paulo – movimentos migratórios de massa e marcas significativas no espaço urbano*. Projeto Auxílio Integrado CNPq/1997.

²² Strauss, Claude Levi. *Antropologia Estrutural*. Rio de Janeiro: Ed. Luna, 1962.

²³ *Ibidem*, p. 334.

No caso da territorialidade burguesa, a distribuição espacial da população obedece às leis do mercado imobiliário e é efeito de decisões de governo e políticas públicas, sendo as áreas residenciais sujeitas a discriminação e segregação socioeconômica, eventualmente étnicas, demonstrando que relações de força são associadas às relações de poder de compra/locação.

Trata-se de uma privatização do espaço produzido coletivamente por estratos sociais ou etnias ou a uma dada interpenetração delas: há uma combinação dos efeitos segregadores do mercado e de discriminação étnico-cultural, formando, pois, uma territorialidade marcada pelo “*apartheid* social”.

A desigualdade no território urbano também se expressa, além das condições de moradia e nível de vida da sua população residente com consequentes perfis culturais e ocupacionais, na existência de áreas desprovidas de equipamentos, despojadas de serviços essenciais à vida individual e social, sem “cidadãos”.

A espacialidade burguesa se apresenta como parcial, truncada, pois apesar de imensa (na medida em que se universaliza) é ao mesmo tempo especializada, reduzida às suas funções. Nesse sentido, é espaço da alienação, objetificado, reificado. A grande maioria dos cidadãos se “apropria” da cidade através de seus medos e seus afetos, fragmentando o espaço.

O espaço tem muito de parecido com o mercado. Ambos, através do trabalho de todos, contribuem para a construção de uma contrafinalidade que a todos contém funcionalmente e, malgrado eles, os define. Mercado e espaço, forças modeladoras da sociedade como um todo, são conjuntos de pontos que asseguram e enquadram diferenciações desigualizadoras, na medida em que são, ambos, criadores de raridade. E como “o mercado é cego para os fins intrínsecos das coisas”, o espaço assim construído é, igualmente, um espaço cego para os fins intrínsecos dos homens. Daí a relação íntima e indissociável entre alienação moderna e o espaço.²⁴

Ao mesmo tempo, a cultura impregna todas as atividades urbanas e também a territorialidade que é forma de comunicação dos residentes com o entorno, com seu grupo e nos dá a consciência da pertinência a um lugar. Por fim, os deslocamentos migratórios muitas vezes agridem o indivíduo, “roubando-lhe” a territorialidade, levando-o ao estranhamento simbólico. Assim, “desterritorialização e desculturização” são processos sociais que se desencadeiam dialeticamente, pois o migrante no novo ambiente “perde” e “doa” nova cultura, novo quadro de vida.

²⁴ Santos, Milton. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Livraria Nobel, 1987, p. 60.

Institui-se, pois, um sistema de recompensas diferenciais para localizações espaciais diversas. Isso se aplica aos que apresentam mobilidade socioespacial, aos que migram e aos que não migram. Por isso é inegável a relação entre renda, classe social, lugar, etnia e a ocupação desigual do espaço urbano.

Os bairros operários, tanto por acordo inconsciente e tácito como por intenção consciente e confessada, estão rigorosamente separados das zonas da cidade reservadas à classe média.²⁵

A cidade capitalista industrial acaba por dissimular a desigualdade, tentando isolar suas partes malditas, vergonhosas, afastando moradias populares para longe, evitando até caminhos em sua direção, ou maquilando-os. A competição pelo solo urbano é intensa entre os usos habitacional, industrial, comercial e serviços e o mercado de preços alija as parcelas de menor renda. O valor fundiário em São Paulo cresceu desmesuradamente diante das possibilidades de consumo da maioria dos habitantes, e o valor de uso da terra se submeteu ao seu valor de troca. A cidade velha se desfigurou, construiu-se freneticamente, as políticas regulativas do solo urbano foram coniventes com os interesses da iniciativa privada, e a pobreza veio a se alojar em soluções precárias como a periferia desequipada e casas autoconstruídas, favelas, cortiços. Assim, o quadro habitacional é segregatório, hierarquizado pela renda de seus moradores. Como diz J. Le Goff, a cidade contemporânea guarda muitas semelhanças com a medieval, substituindo suas muralhas e pontes pelas periferias, guetos fortificados e com algumas funções reexperimentadas.²⁶

ALTERIDADE, MEMÓRIA, REPRESENTAÇÃO

Ao invés de proporcionar apenas homogeneização cultural e unidade mundial, a “globalização”, paradoxalmente, tem dado origem a um verdadeiro “espetáculo das diferenças”, à “afirmação das etnicidades”.²⁷

Esse é o panorama contrastante, pondo, de um lado, uma Europa unificada e, de outro, processos “locais” muito fortes: novas nacionalidades, tribalização e o lado obscuro do racismo que não se apagou, mesmo após o forte impacto da lição deixada pela Segunda Guerra Mundial.

²⁵ Engels, F. apud Lefebvre, Henri. *O pensamento marxista e a cidade*, Póvoa de Varzim, Ed. Ulissea, p. 119.

²⁶ Cf.: Le Goff, Jacques. *Por amor às cidades*. trad. Reginaldo Moraes. São Paulo: Ed. UNESP, 1998.

²⁷ Ver Schwarcz, Lilian M. e Queiroz, Renato da S. (orgs). *Raça e diversidade*. São Paulo: Estação Ciência/CNPq/EDUSP, 1996, p. 13.

No caso brasileiro, o passado colonial, a larga experiência escravocrata e o cosmopolitismo de suas principais metrópoles configuraram uma determinada feição de convivência de etnias e de nacionalidades. De qualquer forma, o enfrentamento da questão da alteridade e da diferença é inegável entre brasileiros — o estrangeiro constituiu a imensa maioria de seus colonizadores (portugueses) e de seus trabalhadores (africanos, depois imigrantes europeus, asiáticos). Seus descendentes constituem a maioria de seus cidadãos, embora, hoje, haja novos fluxos, novas nacionalidades.

Enlaçando-se, pois, o tema da alteridade ao da subjetividade, evidenciam-se processos ligados à vida urbana: segregação, etnia, gueto, identidade, surgindo representações específicas. Os estudos de Peter Marcuse, Loic Wacquant, Logan têm enfatizado o peso das etnias na disputa pelo trabalho, espaço e conquista de cidadania.²⁸

Assim, nas questões ligadas à alteridade, estão imbricados o universo simbólico e o imaginário, de maneira geral, que dependem e alimentam o que se convencionou chamar de representações.

A esse respeito, a palavra de Moscovici é referência obrigatória:

Uma representação social é a organização de imagens e linguagem, porque ela realça e simboliza atos e situações que se tornam comuns. Encarada de um modo positivo, ela é apreendida a título de reflexo na consciência individual ou coletiva de um objeto, de um feixe de idéias que são exteriores. A analogia com uma fotografia captada e alojada no cérebro é fascinante: a delicadeza de uma representação é, por conseguinte, comparada ao grau de definição e nitidez ótica de uma imagem. É nesse sentido que nos referimos, freqüentemente, a representações (imagem) do espaço da *cidade*, da mulher, da criança, da ciência, do cientista e assim por diante. A bem dizer, devemos encará-la de um modo ativo, pois seu papel consiste em modelar o que é dado no exterior, na medida em que os indivíduos e os grupos a relacionam de preferência com os objetos, os atos e as situações constituídos por (e no discurso) miríades de interações sociais. Ela reproduz, é certo. Mas essa reprodução implica um remanejamento das estruturas, uma remodelação dos elementos, uma verdadeira reconstrução do dado no contexto dos valores, das

²⁸ Cf.: Marcuse, Peter. The ghetto of exclusion and the fortified enclave. *American Behavioral Scientist*. Vol.41, nº 3. Ed. Sage, 1997. J. Logan, R. Alba & McNulty, T. L. As minorias nas cidades globais. *Cadernos IPPUR*. ano X, nº 2, 1998. Wacquant, Loic. De civilization et diabolisation: la mutation du ghetto noir américain. In: C. Fauré et Bishop (coord), 1995. Loic Wacquant. Proscritos da cidade. *Novos Estudos*. Nº 43, São Paulo, Cebrap, 1995.

noções e das regras de que ele se torna doravante solidário. (...) Aliás, o dado externo jamais é algo acabado e unívoco; ele deixa muita liberdade de jogo à atividade mental que se empenha em apreendê-lo. (...) Em poucas palavras, a representação social é uma modalidade de conhecimento particular que tem por função a elaboração de comportamentos e a comunicação entre indivíduos.²⁹

Como nos diz Moscovici, pois, as representações são como um

(...) "corpus" organizado de conhecimento e uma das atividades psíquicas graças às quais os homens tornam inteligível a realidade física e social, inserem-se num grupo ou numa ligação cotidiana de trocas e liberam o poder de sua imaginação.³⁰

Dessa forma, é nas relações sociais — e no cotidiano, que conhecimentos socialmente estruturados e culturalmente aceitos irão condicionar as elaborações individuais e estas, vice-versa, contribuem socialmente, constituindo um movimento duplo e recíproco.

Assim, produtos sociais dinâmicos, as representações sociais características da modernidade são aquelas que espelham inovações trazidas pela racionalidade burguesa, instrumental e, também, evidenciam classes sociais e pessoas que ocupam posições diferenciadas, móveis, onde circulam idéias diferentes — o politeísmo de valores, falado por M. Weber.³¹

Produção simbólica, imaginário — maneiras de ver a realidade (objetivação e subjetivação) muitas vezes naturalizam conceitos, dão realidade ao que é abstrato — classificam, selecionam. Por isso, o tratamento dado ao *outro*, ao diferente vai depender de *memória* individual e coletiva, do processo de constituição da identidade e do cotidiano.

Também a memória se embebe ou se apaga nesse conjunto dos significados coletivos trazidos pela cidade contemporânea.

A cidade ampliada, dividida, fragmentada é apropriada como imagem tecnológica — nas fotografias, filmes e vídeos captados — não mais pelos que convivem cotidianamente com seus espaços, mas apenas pelos turistas e viajantes. Os que transitam diariamente pelos espaços da cidade não têm mais tempo de refletir sobre suas mudanças. (...) O espaço da memória da cidade muda assim de

²⁹ Moscovici, Serge. *A representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978, pp. 25-26. (grifos nossos)

³⁰ *Ibidem*, p. 28.

³¹ Weber, M. *Ciência como vocação*. São Paulo: Ed. Cultrix, 1973.

direcionamento e de suporte. Não representa mais um momento representativo da história coletiva da cidade. Deixa de ser também a marca afetiva e evocativa de momentos significativos na vida de seus habitantes. (...) Os marcos da cidade (prédios, praças, monumentos, viadutos, ruas, avenidas) perdem sua singularidade para reaparecerem apenas na memória como pontos de referência no fluxo constante.³²

Tal cidade “superexposta”, marcada pela velocidade, desconhece a unidade,

é uma grande rede tecida por pontos de partida e de chegada, pela qual circulam pessoas, imagens e informações. A velocidade máxima, padrão de deslocamento e escola de conduta, mina aos poucos a geografia e o próprio significado dos lugares, a ponto de atravessar-se o espaço urbano como se ele fosse um grande deserto.³³

Nesse espaço desertificado, há deslocamentos constantes que se movimentam polarizados por territorialização e desterritorialização, definindo zonas de fixação e banimento.

Ao lado dos espaços abertos desses antigos bairros, onde todos transitam, novas formas de aglomerações urbanas tornam-se — pela multiplicação geométrica com que elas vêm ocorrendo nos últimos anos — verdadeiros territórios entrincheirados, com fronteiras concretamente definidas e policiamento ostensivo que impedem ao “estrangeiro” não morador, a simples circulação em seus territórios.³⁴

Paradoxalmente, quanto mais conectado o mundo todo pela comunicação planetária, mais fragmentado está, mais desterritorializado mediaticamente. Aí, é preciso rever o conceito de *fronteira*: entre países, nações, continentes. É um “nada limítrofe”, dando a entender que a *pólis* do século XXI será sem fronteiras, pela existência das comunidades supranacionais. Mas, internamente, em cada cidade, novas territorializações e fronteiras internas — a das alteridades

³² Moscovici, Serge. Op. cit., pp. 25-26.

³³ Coletivo NTC. *Pensar Pulsar – cultura comunicacional, tecnologias, velocidade*. São Paulo: Edições NTC, 1993, pp. 148-149 e 152. Ver também Vêras, Maura. A nov(a) (c)idade do gelo: notas perplexas sobre os novos nômades urbanos. *Revista São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, Fundação SEADE, 1995, vol 9, nº 2, pp. 10-20.

³⁴ *Ibidem*, p. 153.

— fronteiras entre seus próprios bairros, entre zonas ricas e pobres, culturas diferentes, “guetos” que destróem a idéia comunal de cidade.³⁵

Assiste-se hoje ao dismantelamento da memória por parte das sociedades camponesas, tribais — tudo passou para a história — das nações.

É o mundo inteiro que entrou na dança pelo fenômeno bem conhecido da mundialização, (...) da massificação, da mediatização. (...) Fala-se tanto de memória, porque ela não existe mais. (...) Há locais de memória, porque não há mais meios de memória. (...) É o modo mesmo de percepção histórica que, com a ajuda da mídia, dilatou-se prodigiosamente, substituindo uma memória voltada para a herança de sua própria intimidade pela película efêmera da atualidade.³⁶

Se habitássemos ainda a nossa memória, não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares. Não haveria lugares, porque não haveria memória transportada pela história. Cada gesto, até o mais cotidiano, seria vivido como uma repetição religiosa daquilo que sempre se fez, numa identificação carnal do ato e do sentido. A memória é a vida sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências ou de repetidas revitalizações. É um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente. (...) Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censuras ou projeções (...) A memória instala a lembrança no sagrado. (...) Emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Holbwachs o fez que há tantas memórias quantos grupos existem, que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada (...) Se enraiza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto.³⁷

⁵ Cf.: *Ibidem*, p. 156.

³⁶ Nora, Pierre. Entre memória, história, a problemática dos lugares. In: *Revista Projeto História*. Programa de Estudos Pós-Graduados em História – PUCSP, dez./1993, tradução de Yara Aun Khoury, pp. 7-28.

³⁷ *Ibidem*, pp. 7-9. O autor contrasta *memória* e *história*, esta última caracterizada como laica, abstrata, universal, como reconstrução intelectual da vida que não existe mais; ela demanda análise e discurso crítico que seja liberto do sagrado, por isso, prosaica. Pertence a todos e a ninguém, está ligada às continuidades temporais, às evoluções, às relações entre as coisas, pois que, só conhece o relativo.

Por isso é tão importante ouvir esses grupos de estrangeiros na cidade de São Paulo, captando-lhes os sentidos, as lembranças, as nostalgias, os conflitos e a rede de relações. O estrangeiro — talvez no sentido psicanalítico, como enigmático, sedutor, traumatizante — é composto da dualidade eu/outro, atravessado por cisões, outro construído como necessidade de afirmação do si mesmo, “retorno recalcado, aquilo que se confunde com o outro, aquele que não é eu, mas, não obstante, habita em mim”.³⁸

Identidades territoriais podem provocar xenofobia e segregação ou, ainda, colaborar para a formação da identidade de classe, como a operária, por exemplo, a partir da socialização. Os trabalhos de Castells e J. Mollenkopf³⁹ sobre Nova York apontam a possibilidade de que as desigualdades socioespaciais levem à fragmentação das identidades sociais, pois etnia, gênero e ocupação dispersam as camadas subalternas, enquanto elites de executivos dispõem de coesão social por alta capacidade de se organizarem.

Convém, pois, estudar que efeitos advirão da combinação de fatores étnico-raciais, culturais; quais resultados serão identificados a processos de dualização, fragmentação e, no limite, marginalização (ou inserção marginal) e exclusão.

A dimensão etno-racial e a estigmatização social constituem importantes fatores na identificação das desigualdades e dos processos de segregação e conflito. No limite, a reflexão sobre o gueto e o racismo é oportuna porque envolve os aspectos de laços e de rupturas.

A meu ver, o racismo não tem a ver com a questão das diferenças. O que leva ao racismo não parece ser a incapacidade para suportar a diferença; muito pelo contrário, o que leva ao racismo, o que exaspera alguém até torná-lo racista, é ver o *diferente* tornar-se o *mesmo*, ou seja, é ver o *outro* como muito parecido e, por isso, sentir-se ameaçado na sua identidade. (...) A diferença protege a identidade. Nós nos definimos sempre em relação a um diferente, pela comparação. A diferença é tranquilizadora. Só quando alguém se vê ameaçado na identidade é que precisa carimbar uma estrela de Davi amarela na roupa do judeu, precisa ressaltar a cor e outros artifícios mais absurdos. (...) É no momento em que se tem medo de perder a identidade, de uma perda de contorno próprio, que se precisa definir algo de diferente no outro. É a união do *diferente* no *mesmo* que leva a suportar mal o fato de ser o *mesmo* que se

³⁸ Koltai, Caterina. *O estrangeiro*. São Paulo: Ed. Escuta, 1994.

³⁹ — *Dual City*. New York: the Russel Foundation, 1991 — apostam na diminuição dos setores médios, surgindo a Polarização Social.

mostra em diferentes estados. O que acontece é que se fabrica — do modo mais arbitrário, com os meios que se têm à mão — um *outro*. Na marra.⁴⁰

RESGATANDO A HISTÓRIA⁴¹

A história de São Paulo não poderia ser escrita sem se considerar o fenômeno das correntes migratórias do mundo. De fato, para cá vieram pessoas de todos os continentes e de todos os Estados brasileiros, num fenômeno de deslocamento populacional jamais presenciado antes em nossa história. O Município de São Paulo, que em 1872 contava com 31.385 pessoas, passou a ter 6 milhões de habitantes um século depois e, em 1980, 8,4 milhões de pessoas.⁴² De um burgo de estudantes, construído à base de taipa à época do início do Império, passou a ser a principal e maior cidade do país e uma das maiores do mundo.

O fluxo imigratório da Europa para o Brasil, sobretudo no período final do século passado e no início deste século, foi um fenômeno importante. De 1891 a 1920 mais de 2,5 milhões de imigrantes desembarcaram em São Paulo, no Rio de Janeiro, em Santos e também em Vitória. Provinham de diversas partes do mundo, mesmo da Ásia, mas a grande maioria era composta de europeus, portugueses, espanhóis, alemães, holandeses e, naturalmente, italianos. (...) A emigração européia significou muito para o Brasil. Significou muito em termos quantitativos, porque foi a causa principal do rápido crescimento demográfico do país e contribuiu muito para o processo de urbanização. Mas significou muito mais ainda em termos qualitativos porque marcou de modo considerável o desenvolvimento econômico agrícola e industrial, a vida política e civil, o crescimento cultural e artístico. (...) A fisionomia do Brasil não seria hoje a mesma sem a contribuição daqueles milhões de emigrados europeus, de seus filhos, de seus netos.⁴³

⁴⁰ Chnaiderman, Miriam. Racismo, o estranhamento familiar – uma abordagem psicanalítica. In: Schwarcz, Lilia M. e Queiroz, Renato da S. (orgs). *Raça e diversidade*. Op. cit., p. 85.

⁴¹ Cf.: Véras, Maura e Nery Jr., José Marinho História da imigração para São Paulo. SEMPLA/ São Paulo, 1994 (mimeo). Ver principalmente Fausto, Boris. *Historiografia da imigração para São Paulo*. São Paulo: Ed. Sumaré, 1991.

⁴² Os dados populacionais utilizados baseiam-se nos Censos Demográficos – FIBGE

⁴³ Boni, L. A. de (org). *A presença italiana no Brasil*. Fondazione Giovanni Agnelli, vol.2, Porto Alegre, 1990, p. 17.

Para investigar cronologicamente essa imigração para São Paulo, e para efeito metodológico da pesquisa, dividiu-se o período estudado em cortes históricos que correspondem a fatos que modificaram o cenário político e, portanto, os fenômenos migratórios para a cidade.

Em caráter preliminar, esquematiza-se uma periodização:

- O primeiro período corresponde de 1870 até o final da Primeira Guerra Mundial (1914-1919). Nesse período, observa-se o início do processo de industrialização da cidade de São Paulo e a chegada de grande número de imigrantes europeus e asiáticos. De 31 mil pessoas em 1872, a cidade passa a 239,8 mil em 1900, apresentando nessa última década do século passado um crescimento de 13,96% ao ano. Em 1920, a população do município era de 579 mil habitantes.
- O segundo compreende o entre-guerras, de 1920 a 1945, ou seja, até o final da Segunda Guerra Mundial; nesse período, a cidade vai quase quadruplicar em quantidade de moradores, de modo que, em 1950, o censo aponta uma população 2.198.096 habitantes.
- O terceiro período compreende o pós-guerra até 1980, onde se observa a metropolização da economia paulistana e a conurbação do território da cidade com outros municípios limítrofes.
- Um quarto período refere-se aos anos 80 e 90, período atual, que mereceu um estudo específico.⁴⁴

A informação censitária refere-se aos residentes de nacionalidade estrangeira no momento do recenseamento. Esses dados apenas indicam a proporção de estrangeiros na cidade, mas não consideram o processo, a descendência, a influência cultural e as suas marcas. Estamos, pois, apresentando esse dado preliminar de uma certa geografia dos estrangeiros que deverá ser complementada no prosseguimento da pesquisa com as contribuições advindas da pesquisa bibliográfica e da história oral, apreendida por entrevistas com estrangeiros — memória de velhos.⁴⁵

⁴⁴ O presente trabalho, embora descritivamente, concentra-se no quarto período. Para uma análise das territorialidades paulistanas, em perspectiva histórica, reconstruindo os séculos XIX e XX, veja-se *Territorialidade e cidadania em tempos globais: imigrantes em São Paulo*, texto apresentado ao XXI Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 1998.

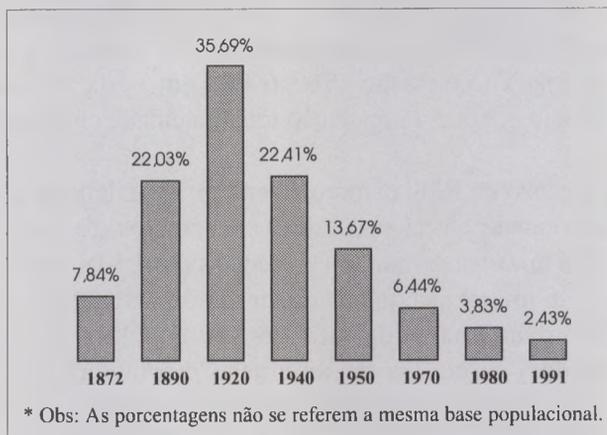
⁴⁵ As presentes considerações baseiam-se no Relatório de andamento da pesquisa *Territorialidade e segregação em São Paulo: espacialização dos movimentos migratórios e marcas significativas no espaço urbano*.

TABELA 1. POPULAÇÃO TOTAL E ESTRANGEIROS NAS DATAS DOS
RECENSEAMENTOS NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Datas do cens	População total (A)	População de estrangeiros (B)	% B/A
1872	31.383	2.459	7,84%
1890	64.934	14.303	22,03%
1920	579.033	206.637	35,69%
1940	1.326.261	297.214	22,41%
1950	2.198.096	300.430	13,67%
1960	3.788.857	s/informação	s/informação
1970	5.924.615	381.697	6,44%
1980	8.493.226	325.540	3,83%
1991	9.626.898	233.643	2,43%

Fonte: IBGE.

GRÁFICO DEMONSTRATIVO DO PESO PERCENTUAL DOS ESTRANGEIROS NA POPULAÇÃO
TOTAL DA CIDADE DE SÃO PAULO EM DIFERENTES DATAS DE RECENSEAMENTO



O intenso movimento migratório estrangeiro para a cidade de São Paulo, está localizado, principalmente, no período que compreende de 1872 a 1920, em cujo fluxo predominam as seguintes correntes migratórias: italiana, portuguesa, japonesa, espanhola e alemã.

Além de oferecer um panorama do que foi o fluxo de estrangeiros para o município, os dados expressam também a dimensão do peso dos imigrantes, tanto na composição da população paulistana, quanto na organização da cidade de São Paulo. Em 1890, do total de 38 mil estrangeiros declarados no Estado, 14 mil estavam na cidade de São Paulo, representando quase 37% de toda a população estrangeira residente no Estado.

Nesse período de maior aporte de imigrantes estrangeiros, sobretudo em função da expansão da economia cafeeira, um dos motores que impulsionou o grande fluxo migratório, observamos o pleno crescimento da população de estrangeiros no município: de apenas 7,84% em 1872, passaram para 22,03% em 1890 e saltaram para 35,59% em 1920. Em números absolutos, de aproximadamente 2,5 mil estrangeiros em 1872, a cidade passa a ter 206,6 mil em 1920, perfazendo quase a metade dos habitantes da cidade.

No segundo período, (1920 até 1944 aproximadamente), a cidade aumenta quase quatro vezes sua população, mas, do censo de 1940 em diante, notamos significativo declínio de estrangeiros na cidade, tendo como um dos motivos desse decréscimo o regime de quotas criado pela Constituição de 1934, que não só limitava a entrada de estrangeiros no Brasil, como também lhes fiscalizava a circulação e a localização. A Segunda Guerra Mundial afeta esses deslocamentos populacionais.

No ano de 1940, de um total de 1,3 milhões de habitantes no município, declaravam-se estrangeiros residentes na cidade 22,41% da população. Durante o terceiro período (de 1945 até a década de 70), essa proporção vai decaindo progressivamente para 13,67% em 1950, 6,44% em 1970, 3,83% em 1980 e 2,43% em 1991, ano em que a população total da cidade chega a 9,6 milhões de habitantes.

Embora o censo de 1940 demarque, em termos relativos, o decréscimo de estrangeiros na cidade, ele não o expressa em números absolutos, no período de 1945 a 1980, já que eles se mantêm crescentes de 1950 a 1970, saltando de 300 mil para 381,6 mil, respectivamente, decaindo para 325,5 mil em 1980. Apenas em 1991, quarto período analisado (1980 a 1991), pode-se falar em diminuição absoluta e relativa da imigração estrangeira em São Paulo. Importante registrar que foi a partir de 1940 que os migrantes nacionais se dirigiram massivamente para o sudeste do país e São Paulo recebeu expressivos contingentes, quando de sua industrialização associada (de 50 em diante).

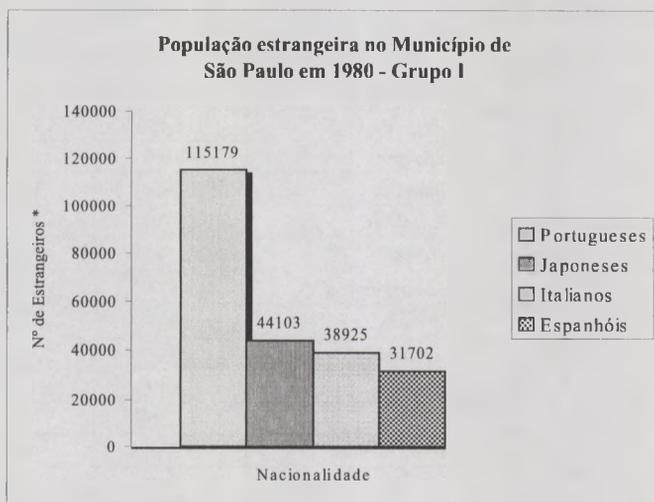
ESTRANGEIROS NA PAULICÉIA EM TEMPOS GLOBAIS

TABELA 2. POPULAÇÃO RESIDENTE POR NACIONALIDADE EM 1980

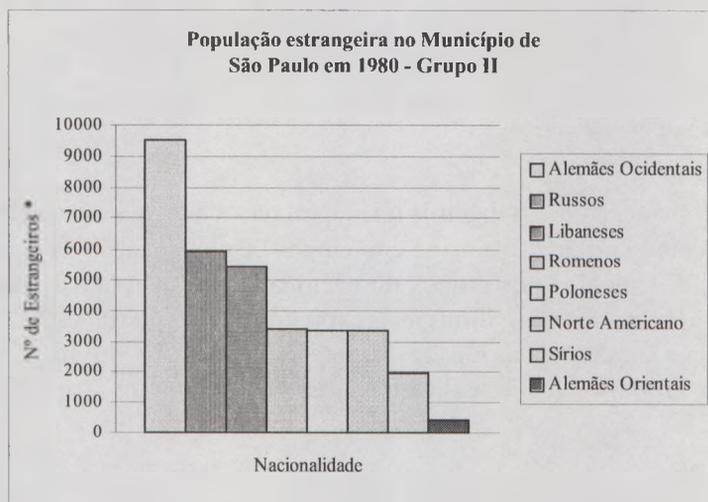
Grupo	Nacionalidade	nº	%
Grupo I	Portugueses	115.179	35,38
	Japoneses	44.103	13,55
	Italianos	38.925	11,96
	Espanhóis	31.702	9,74
	TOTAL	229.909	70,62
Grupo II	Alemães ocidentais	9.512	2,92
	Russos	5.945	1,83
	Libaneses	5.427	1,67
	Romenos	3.419	1,05
	Poloneses	3.356	1,03
	Norte americanos	3.333	1,02
	Sírios	1.950	0,6
	Alemães orientais	400	0,12
	TOTAL	33.344	10,24
Grupo III	Argentinos	7.934	2,44
	Bolivianos	3.213	0,99
	Uruguaios	2.715	0,83
	Paraguaios	1.607	0,49
	TOTAL	15.469	4,75
	Outros	44.207	13,58
	Sem declaração	2.611	0,8
	TOTAL ESTRANGEIROS	32.5540	100

Fonte: Censo Demográfico - 1980.

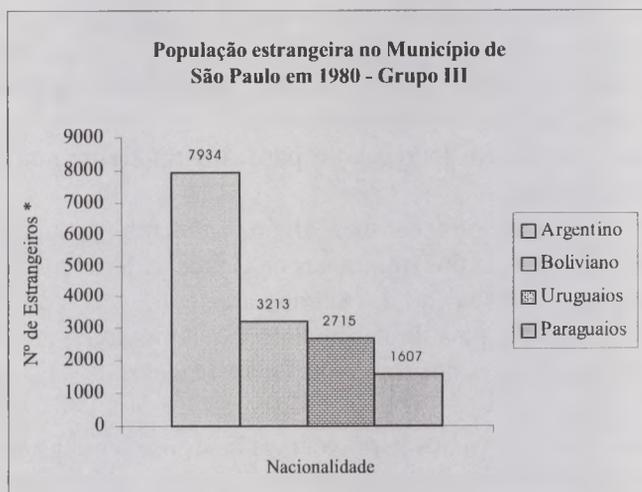
A população de estrangeiros residentes na cidade, nas décadas de 80 e 90, vai decaindo progressivamente em tempos de globalização da economia. Em 1980, distribuídos por grupos de nacionalidades, o grupo I, composto pelas quatro correntes migratórias mais expressivas, é responsável por 70,62% da população estrangeira da cidade, respondendo por 2,7% dos habitantes do município. O gráfico seguinte ilustra o Grupo I em números absolutos.



O Grupo II, constituído por nacionalidades de freqüências menos expressivas, oriundas de dois continentes (Europa, Ásia) e da América do Norte, concentra 10,24% dos estrangeiros na cidade, em números absolutos, conforme demonstra o gráfico abaixo.



O grupo III, composto por latino-americanos, perfaz quase 5,0% das nacionalidades declaradas no censo de 1980, correspondendo, os 14,38% restantes, a "outros" e "sem declaração", conforme é evidenciado no gráfico abaixo.



Em 1991, os números absolutos e os percentuais relativos aos estrangeiros residentes em São Paulo, em ordem decrescente, repetindo a característica observada no censo anterior (1980), revelam que o grupo imigrado de maior presença é o de portugueses (34,07% dos estrangeiros), seguido dos japoneses (12,0%), italianos (11%) e espanhóis (8%). Tais contingentes compõem o chamado Grupo I que em 1980 representava o peso de 70,62% dos imigrantes e que em 1991 diminuiu para 151.284 pessoas, quase 65,9% dos estrangeiros. O Grupo I permanece ainda aquele de caráter majoritário entre os estrangeiros, mas perde peso em números absolutos e relativos.

A alteração mais sensível diz respeito ao grupo estrangeiro seguinte em ordem decrescente de grandeza. Em 1980, os alemães representavam 3,04% dos estrangeiros (mais ocidentais que orientais), seguidos dos russos, libaneses, romenos, poloneses, norte-americanos, sírios. Compunham o Grupo II e representavam cerca de 10% dos estrangeiros.

Depois de 11 anos, a distribuição se alterou: passam a integrar o Grupo II (o segundo em frequências mais expressivas) os coreanos (3,10%) e chineses (1,86%), latino-americanos (Chile – 3,00% e Bolívia – 1,94%) e permanecem ainda alguns oriundos de países da Europa (alemães agora representam 2,78%), russos (1,84%), poloneses, romenos. Os norte-americanos (USA – 1,25%) e surgem os iugoslavos (1,04%), egípcios (1,04%) como dignos de nota também.

Os dados indicam presença nova como a dos coreanos e chineses, o que corresponde a uma das tendências apontadas por alguns autores quanto à expressiva afluência de asiáticos nas chamadas metrópoles mundiais:

Londres, Nova York e outras. Outro destaque diz respeito ao aumento dos latinoamericanos em São Paulo (de 4,7% em 1980 para 7,8% em 1991). Além disso, diminuíram os argentinos, enquanto surgiram chilenos e bolivianos com frequência significativa. Nesse sentido, é válido apresentar a lista das nacionalidades em ordem decrescente para ilustrar de maneira geral as tendências encontradas.

Pretende-se, ainda, oferecer mais alguns elementos para compreensão mais cuidadosa da situação dos imigrantes na cidade de São Paulo. Com esse intento separou-se a distribuição dos estrangeiros com menos de 10 anos de residência na cidade por país de nascimento. Seria possível, assim, sugerir quais são as nacionalidades dos imigrantes mais recentes.

TABELA 3: DISTRIBUIÇÃO DOS ESTRANGEIROS COM MENOS DE 10 ANOS DE RESIDÊNCIA EM SÃO PAULO EM RELAÇÃO AO TOTAL DE NACIONALIDADES

Grupo	Nacionalidade	Númer absoluto (A)	Total da nacionalidade (B)	% de A/B	% sobre o total d estrang. com menos de 10 anos em SP (C)
I	Portugueses	1.117	79.611	1,4	6,0
	Japoneses	909	27.941	3,3	4,9
	Italianos	331	25.112	1,3	1,8
	Espanhóis	226	18.620	1,2	1,2
	Subtotal	2.583	151.284	1,7	13,9
II	Sírio-libaneses	366	7.322	5,0	2,0
	Alemães	468	6.494	7,2	2,5
	Russos	30	4.308	0,7	0,2
	Poloneses	26	3.704	0,7	0,1
	Norteamericanos	1.145	3.157	36,3	6,2
	Romenos	6	3.029	0,2	0,0
	Iugoslavos	7	2.437	0,3	0,0
	Israelenses	153	1.237	12,4	0,8
	Húngaros	13	2.305	0,6	0,1
Egípcios	40	2.440	1,6	0,2	
	Subtotal	2.254	36.433	6,2	12,1
III	Chilenos	2.051	7.020	29,2	11,0
	Bolivianos	1.885	4.525	41,7	10,1
	Uruguaios	538	2.309	23,3	2,9
	Paraguaios	304	1.435	21,2	1,6
	Peruanos	468	1.104	42,4	2,5
	Outros latinoamericanos	223	1.839	12,1	1,2
	Subtotal	5.469	18.232	30,0	29,4

Grupo	Nacionalidade	Númer absoluto (A)	Total da nacionalidade (B)	% de A/B	% sobre o total d estrang. com menos de 10 anos em SP (C)
IV	Chineses (continente)	891	4.355	20,5	4,8
	Chineses (Formosa)	433	1.431	30,3	2,3
	Coreanos	3.052	7.242	42,1	16,4
	Outros países asiáticos	138	1.665	8,3	0,7
	Subtotal	4.514	14.693	30,7	24,3
V	Países africanos	421	2.279	18,5	2,3
	Outros países	3.041	9.030	33,7	16,3
	Sem declaração	325	1.692	19,2	1,7
	Total	18.607	233.643	8,0	100,0

Fonte: IBGE - 1991.

A partir dos anos 80, o que se observa é que aumentou significativamente a entrada dos latinoamericanos, especialmente chilenos, bolivianos e peruanos. Isso ocorreu também com contingentes provindos da Ásia: coreanos e chineses.

Ao contrário, os quatro grandes grupos de longo tempo de permanência enquanto fluxo migratório (Grupo I) apresentaram pouca imigração de entrada recente. Constitui-se, pois, de contingente de maior tempo de vida na cidade; apenas os japoneses continuam a apresentar algumas entradas recentes.

Outro destaque é para os norteamericanos, especialmente aqueles que vêm dos Estados Unidos.

Questões políticas e econômicas dos países e a face avançada da etapa atual do capitalismo internacional são alguns fatores que podem explicar melhor essas características. Tarefa importante, na seqüência, é a localização desses contingentes na cidade, o que constitui o nosso desafio da territorialização relacionada à questão da cidadania.

BIBLIOGRAFIA

- Alvim, Zuleika M. F. (1986) *Brava gente! Os italianos em São Paulo*. São Paulo: Melhoramentos.
- Artigas, R. C. e Bayeux, G. (1980) "Brás: espaço e uso". PMSM-SMC-IDART *Cadernos 2*, São Paulo.
- Associação dos Geógrafos do Brasil (1958) *A cidade de São Paulo, estudo de geografia urbana*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, vol. 4.
- Augé, Marc (1991) *Os não lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas: Ed. Papirus.
- Azevedo, Aroldo (1957) "Vilas e cidades do Brasil Colonial". *Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, vol. XI.

- Beiguelman, Paula (1981) *Os companheiros de São Paulo*. São Paulo: Ed. Global.
- Bettencourt, José de Souza (1961) *O fenômeno da emigração portuguesa*. Luanda: Instituto de Investigação Científica de Angola.
- Bianco, B. F. (1992) "Saudade, imigração e a constituição de uma Nação (portuguesa) Desterritorializada". *Revista Brasileira de Estudos de População* (ABEP), nº 11, vol. 9, 1992.
- Blay, Eva (1985) *Eu não tenho onde morar – vilas operárias da cidade de São Paulo*. São Paulo: Nobel.
- Bonduki, Nabil (1982) "Origens do problema da habitação popular em São Paulo". *Revista Espaço e Debates*. São Paulo: Ed. Cortez, ano 2, nº 5, maio/junho.
- Britto, Iêda Marques (1986) *Samba na cidade de São Paulo (1900-1930): um exercício de resistência cultural*. São Paulo: FFL-USP.
- Buarque, Cristovam (1993) *O que é apartação*. São Paulo: Brasiliense.
- Carelli, Mario (1985) *Carcamanos e comandadores: os italianos em São Paulo, da realidade à ficção*. São Paulo: Ed. Ática.
- Cenni, Franco (1975) *Italianos no Brasil*. São Paulo: Martins e EDUSP.
- Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios (1990) *Emigrar, opção ou necessidade?* Brasília, ano 1, nº 2, dez.
- _____ (1991) *Leis e migração*. Brasília, ano 2, nº 5, set.
- Coletivo NTC (1993) *Pensar e pulsar*. São Paulo: Edições NTC.
- De Boni, Luís (org) (1990) *A presença italiana no Brasil*. Fondazione Giovanni Agnelli. Vol 2, Porto Alegre.
- Dias, M. Odila da Silva (1984) *Quotidiano e poder em São Paulo*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- Engels, F. (s/d) *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Porto: Ed. Afrontamento.
- Esteves, Laura Leitão (1993) *Emigração luso-brasileira*. Trabalho de conclusão de curso de Ciências Sociais, PUC/SP.
- Fausto, Boris (1979) *Trabalho urbano e conflito social*. São Paulo: DIFEL.
- Fernandes, Florestan (1966) "Imigração e relações raciais". *Revista Civilização Brasileira*, julho.
- Ferreira, Vitor Matias (1992) "Problematização e pedagogia do território". *Revista Sociologia, Problemas e Práticas*. Lisboa: Ed. ISCTE, nº 12.
- Fundo das Nações Unidas para a População – FNUAP (1993) *O indivíduo e o mundo: população, migração. Desenvolvimento na década de 1990. A situação da população mundial*. New York.
- Gattai, Zélia (1980) *Anarquistas graças a Deus*. Rio de Janeiro: Record.
- Goff, Jacques Le (1998) *Por amor às cidades*. Trad. Reginaldo Moraes. São Paulo: Ed. UNESP.

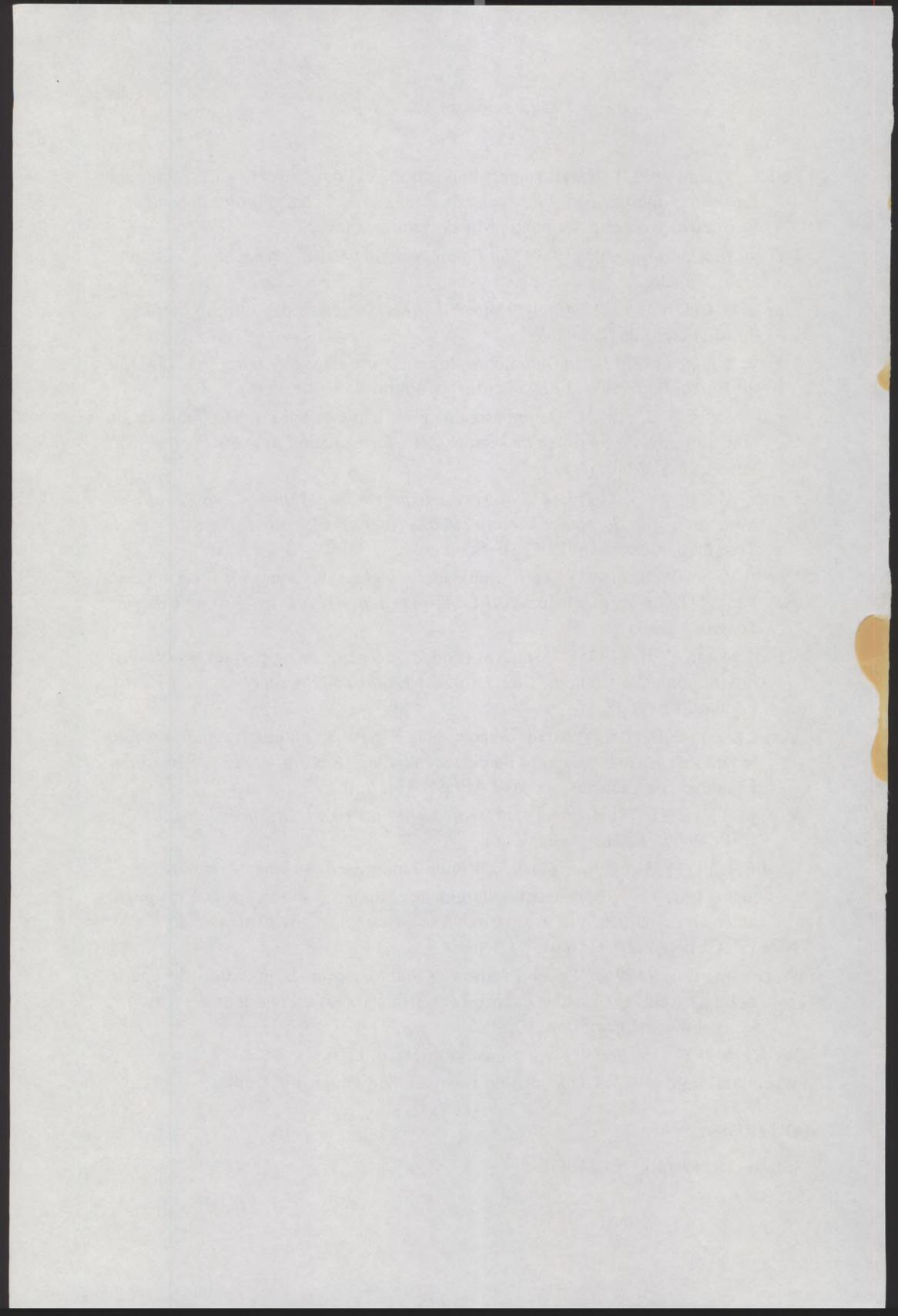
- Hollanda, Sérgio Buarque (1956) *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio.
- Holloway, Thomas (1984) *Imigrantes para o café*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Ianni, Octavio (1994) "A cidade global". *Revista Cultura Vozes*. vol 88, nº 2 março/abril, 1994.
- Koltai, Caterina (1994) *O estrangeiro*. São Paulo: Ed. Escuta.
- Kowarick, Lúcio; Vêras, Maura; ANT, Clara (1981) *O cortiço: sua história e atualidade*. São Paulo: Sempla, Ed. Mimeo.
- Kowarick, Lúcio (1988) *As lutas sociais e a cidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, UNRISD.
- Kowarick, Lúcio (1987) *Trabalho e vadiagem*. São Paulo: Ed. Brasiliense.
- Laplantine, François (1993) "Cosmopolita e brasileira" in Olivenstein, Claude e Laplantine, François. *Um olhar francês sobre São Paulo*. São Paulo: Ed. Brasiliense, p. 26.
- Lefebvre, Henri (s/d) *O pensamento marxista e a cidade*. Póvoa de Varzim, Ed. Ulissea, p. 119.
- Lemos, Carlos A. C. (1985) *Alvenaria burguesa*. São Paulo: Nobel.
- Levy, Evelyn (1995) *Descentralização, democracia e eficiência na gestão da cidade mundial*. Tese de doutoramento. São Paulo: FGV.
- Logan, J., Alba, R. D. e McNulty, T. L. (1996) "As minorias nas cidades globais: Nova York e Los Angeles". *Cadernos IPPUR*, Rio de Janeiro, ano X, nº 2, pp. 39-56.
- Maffesoli, Michel (1987) *O tempo das tribos*. São Paulo: Ed. Forense.
- Marcuse, P. (1997) "The ghetto of exclusion and the fortified enclave: new patterns in the United States". *American Behavioral Scientist*. Vol 41, nº 3, nov-dez, pp. 311-326. Editora Sage Publications.
- Marcuse, P. (1997) "The enclave, the citadel and the ghetto. What has changed in the post-fordist U. S. City". *Urban Affairs Review*. Vol 33, nº 2, nov, pp. 228-264.
- Martin, André Roberto (1984) *O bairro do Brás e a deterioração urbana*. Dissertação de mestrado, Depto. de Geografia da USP.
- Martins, José de Souza (1993) *A chegada do estranho*. São Paulo: E. Hucitec.
- Mollenkoff, G. e Castells, M. (1991) *Dual city*. New York: The Russel Foundation.
- Morse, Richard (1970) *Formação histórica de São Paulo*. São Paulo: DIFEL.
- Moscovici, Serge (1978) *A representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Nora, Pierre (1993) "Entre memória, história, a problemática dos lugares". *Revista Projeto História*. Trad. De Yara Aun Khoury. Programa de Estudos Pós-Graduados em História/PUCSP.
- Patarra, N. L. e Baeninger, R. (1993) "Migrações internacionais recentes – o caso do Brasil". *Taller sobre Nuevas Modalidades y Tendencias de la Migración frente a los procesos de integración regional*, Montevideo, Uruguay.

- Pinto, M. Inez M. Borges (1994) *Cotidiano e sobrevivência: a vida do trabalhador pobre em São Paulo*. Tese de doutoramento, USP.
- Prado Júnior, Caio (1978) *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense.
- Preteceille, Ed. (1994) "Cidades globais e segmentação social" in L. Cesar Q. Ribeiro e O. Alves dos Santos Jr. (orgs.), *Globalização, fragmentação e reforma urbana*, Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira.
- Reale, Ebe. (1982) *Brás, Pinheiros, Jardins*. São Paulo: EDUSP/Pioneira.
- Reis, F. Nestor G. (1968) *Contribuição ao estudo da evolução urbana no Brasil*. São Paulo: Pioneira/EDUSP.
- Ribeiro, Luiz César de Queiroz (1996) *Rio de Janeiro: um exemplo de metrópole partida e sem rumo*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 1996.
- Ribeiro, Luiz César e Santos Jr., Orlando A. dos (orgs) (1994) *Globalização, fragmentação e reforma urbana – o futuro das cidades brasileiras na crise*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira.
- Rolnik, Raquel (1988) *Territórios negros nas cidades brasileiras: etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro*. Conference ISA RC Sociology of Urban, Rio de Janeiro, mimeo.
- Rolnik, Raquel (1988) "São Paulo, início da industrialização: o espaço e a política" in L. Kowarick (org.), *As lutas sociais e a cidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Salles, T. (1992) "Imigrantes estrangeiros, imigrantes brasileiros: uma revisão bibliográfica e algumas anotações para pesquisa". *Revista Brasileira de Estudos de População*. ABEP, vol. 9, nº 1.
- Salles, T. (1991) "Novos fluxos migratórios da população brasileira". *Revista Brasileira de Estudos de População*. ABEP, vol. 8 nº 2.
- Salmoni, Anita e Debenedetti, Emma (1981) *Arquitetura italiana em São Paulo*. São Paulo: Ed. Perspectiva.
- Santos, Luiz Carlos da Silva (1993) *Casa Verde, território negro em São Paulo*. Projeto de pesquisa para dissertação de mestrado, PUC/São Paulo.
- Santos, Milton (1987) *O espaço do cidadão*. São Paulo: Livraria Nobel.
- Santos, Milton (1979) *Espaço e Sociedade*. Petrópolis: Vozes.
- Sassen, Saskia (1991) *The global city. New York, London, Tokyo*. Princeton: Princeton University Press.
- Schwarz, Lilian M. e Queiroz, Renato da S. (orgs) (1996) *Raça e diversidade*. São Paulo: Estação Ciência/CNPq/EDUSP.
- Singer, Paul (1968) *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo: Ed. Nacional.
- Strauss, Claude Levi (1962) *Antropologia estrutural*. Rio de Janeiro: Ed. LUNA.
- Stuart Hall (s/d) "O significado dos novos tempos". Tradução de S. H. S. Borelli. *Revista Margem*, nº 7, EDUC/FAPESP.

- Telles, Edward (1993) "Racial segregation and urban crisis". Texto apresentado no Encontro *Globalização, fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras e a crise*. Itamonte, Minas Gerais, mimeo.
- Toledo, Benedito Lima de (1981) *São Paulo, três cidades em um século*. São Paulo: Duas Cidades.
- Torres, M. Celestina T. M. (1969) *O bairro do Brás*. Secretaria da Cultura – Prefeitura do Município de São Paulo.
- Trento, Angelo (1988) *Do outro lado do Atlântico, um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo: Ed. Nobel/Inst. Cultural Ítalo-Brasileiro.
- Véras, Maura P. B. (1987) "Os impasses da crise habitacional em São Paulo ou os nômades urbanos no limiar do século XXI". *Revista São Paulo em Perspectiva*, Fundação SEADE, nº 1.
- Véras, Maura P. B. (1913) *O bairro do Brás em São Paulo – um século de transformações do espaço urbano ou diferentes versões da segregação social*. Tese de doutoramento PUC/SP, São Paulo.
- Véras, Maura P. B. (1994) "Territorialidade e segregação sócio-espacial em São Paulo". Texto apresentado ao *III Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*. Lisboa.
- Véras, Maura P. B. (1995) "A nov(a) (c)idade do gelo: notas perplexas sobre os novos nômades urbanos". *Revista São Paulo em Perspectiva*. São Paulo: Fundação SEADE.
- Véras, Maura P. B. (1997) "Novos olhares sobre São Paulo: notas introdutórias sobre territórios, espaços e sujeitos da cidade mundial". *Revista Margem*. São Paulo: Faculdade de Ciências Sociais/FAPESP, vol. 6, dez.
- Villaça, Flávio (1978) *A estrutura territorial da metrópole sul brasileira*. FFCL/USP, Depto. de Geografia, 2 vol.
- Virilio, Paul (1993) *O espaço crítico*. Rio de Janeiro: Ed. 34/Nova Fronteira.
- Wacquant, Loïc (1995) "Proscritos da cidade, estigma e divisão social no gueto americano e na periferia urbana francesa". *Revista Novos Estudos*. São Paulo: Ed. CEBRAP, nº 43, nov., pp. 64-83.
- Wacquant, Loïc (1994) "Dé-civilisation et diabolisation: la mutation du ghetto noiraméricain" in Christine Fauré e Tom Bishop (orgs), *L'Amérique des français*. Paris: François Burin, pp. 103-125.
- Weber, Max (1946) *Economia y sociedad*. México, FCE.
- Wacquant, Loïc (1973) *Ciência como vocação*. São Paulo: Ed. Cultrix.

OUTROS

Censos Demográficos - FIBGE.



NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

I. Tipo de colaboração aceita pela revista

Trabalhos originais em Sociologia e áreas conexas que digam respeito à relação Sociedade/Estado no contexto da atualidade brasileira e que se enquadrem nas seguintes categorias:

1. Artigos resultantes de pesquisa científica na área de Ciências Sociais.
2. Discussões teóricas levando ao questionamento de modelos existentes e à elaboração de hipóteses para pesquisas futuras.
3. Revisões críticas (resenhas, ensaios bibliográficos) de literatura relativa a assuntos de interesse para o desenvolvimento da Sociologia.

II. Apreciação pela comissão editorial

1. Os trabalhos enviados serão apreciados pela comissão editorial que poderá fazer uso de Consultores, caso não disponha de especialista na área abordada no artigo. Os autores serão notificados da aceitação ou recusa de seus artigos.

2. Eventuais sugestões de modificações de estrutura e/ou conteúdo que se façam necessárias deverão ser notificadas ao autor, que se encarregará de fazê-las no prazo máximo de um mês.

3. Não serão permitidos acréscimos ou modificações depois que os textos tiverem sido encaminhados à gráfica.

III. Forma de apresentação dos originais.

1. Os artigos deverão ser enviados em disquetes acompanhados de três cópias, em espaço duplo, não excedendo trinta laudas.

2. Os artigos deverão ser acompanhados de um resumo em Português, com tradução em Inglês e Francês, que sintetize os propósitos, métodos e principais conclusões, assim como de dados sobre o autor (instituição, cargo, áreas de interesse, últimas publicações, etc.).

3. As notas, que devem ser de natureza substantiva (não bibliográfica) e reduzidas ao mínimo necessário, deverão ser incluídas no final do documento. As menções a autores no correr do texto devem subordinar-se à forma (autor, data, página).

4. A bibliografia será apresentada ao final do texto, em ordem alfabética pelo último sobrenome do autor, de acordo com as normas usuais. Exemplos:

- Em caso de livro:

Vovelle, Michel (1987) *Ideologias e Mentalidades*. São Paulo: Brasiliense.

- Em caso de artigo:

Nunes, Brasilmar Ferreira (1991) "Revisitando aspectos da questão urbana".

Sociedade e Estado Vol. VI, nº 2: 19-113

- Em caso de coletânea:

Oliveira, Lúcia Lippi (1990) "A Institucionalização do Ensino de Ciências Sociais"
in H. Bomeny e P. Birman (orgs.), *As Assim Chamadas Ciências Sociais:
Formação do Cientista Social no Brasil*. Rio de Janeiro: Uerj/Relume Dumará.

- Em caso de teses:

Santos, Marisa Veloso Motta (1991) *Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: O
mapeamento de uma formação discursiva*. Tese de Doutorado, Universidade
de Brasília.

**IV. O autor principal de cada artigo receberá três exemplares da revista na
qual seu artigo foi publicado.**

**PRÓXIMO NÚMERO TEMÁTICO
DE SOCIEDADE E ESTADO**

SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO

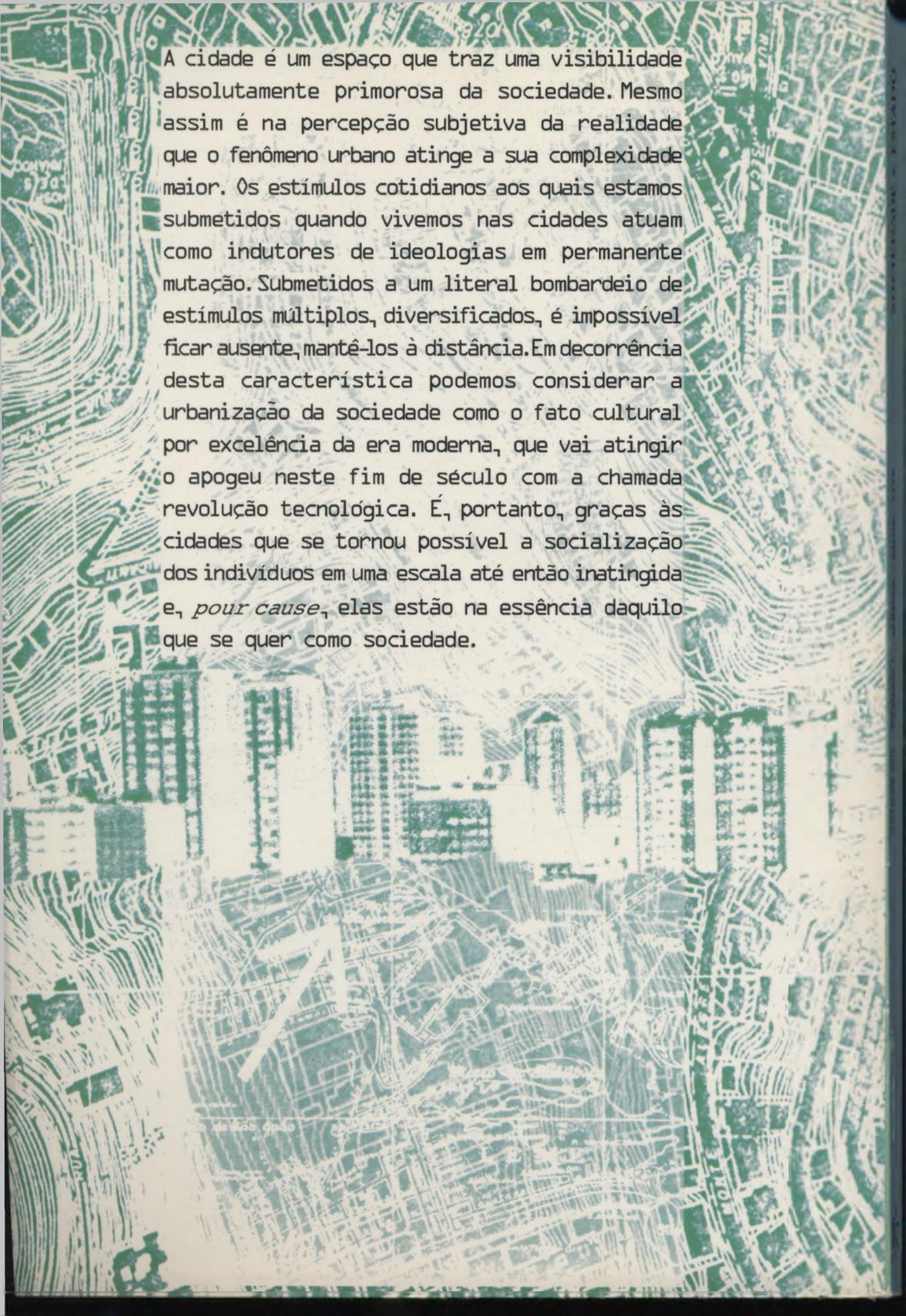
Enviar artigos até 30 de abril de 1999

**Revista Sociedade e Estado
Departamento de Sociologia
Universidade de Brasília
ICC – Ala Norte
70910-900 – Brasília - DF**

Tel.: (061) 273-6571/307-2389

Fax: (061) 347-3663

E-mail: sol@unb.br.

An aerial photograph of a city grid, showing a dense network of streets and buildings. The image is overlaid with a semi-transparent white text box containing a paragraph in Portuguese. The text discusses the visibility of society in a city and the impact of urban stimuli on modern culture.

A cidade é um espaço que traz uma visibilidade absolutamente primorosa da sociedade. Mesmo assim é na percepção subjetiva da realidade que o fenômeno urbano atinge a sua complexidade maior. Os estímulos cotidianos aos quais estamos submetidos quando vivemos nas cidades atuam como indutores de ideologias em permanente mutação. Submetidos a um literal bombardeio de estímulos múltiplos, diversificados, é impossível ficar ausente, mantê-los à distância. Em decorrência desta característica podemos considerar a urbanização da sociedade como o fato cultural por excelência da era moderna, que vai atingir o apogeu neste fim de século com a chamada revolução tecnológica. É, portanto, graças às cidades que se tornou possível a socialização dos indivíduos em uma escala até então inatingida e, *pour cause*, elas estão na essência daquilo que se quer como sociedade.